MC
MercadoComum
30 ANOS
mercadocomum.com

MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS
BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 323 | AGOSTO DE 2023

FMI estima que a economia brasileira deve crescer 2,1% em 2023

Aumento da produção agrícola brasileira e seus impactos nos serviços contribuíram para a revisão de 1,2 ponto percentual para cima do PIB

Pág. 68

Estabilidade de preços e crescimento dos setores podem garantir segundo semestre favorável para o Brasil

Pág 77

O desempenho da economia e as contas públicas de Minas Gerais

Pág 64

Porto Seguro

Somos Top of Mind de Minas Gerais!

Com muito orgulho, anunciamos que **conquistamos o prêmio** como uma das principais marcas do Estado de Minas Gerais de 2023, na categoria de **Liderança,** em **Seguro Finanças,** na 28ª edição do Top of Mind MG - Revista Mercado Comum - Marcas de Sucesso.

Estamos muito felizes e agradecemos os nossos corretores, prestadores, colaboradores e clientes pelo reconhecimento. Isso nos motiva a ser, cada vez mais, **um porto seguro para as pessoas e seus sonhos.**

Baixe o App e fale com seu Corretor.

Todo cuidado é Porto.

MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
AGOSTO DE 2023
30 ANOS - EDIÇÃO 323

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Reinaldo Soares

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4
A Economia com Todas as Letras e Números

30
Mundo Empresarial

64
Debate Econômico: O desempenho da economia e as contas públicas de Minas Gerais

82
Destaques

103
Variedades

124
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

135
Lançamentos

Qual será a trajetória do dólar no Brasil?

Moeda americana é cotada abaixo dos R$5,00 desde 2 de junho; entenda se a desvalorização vai continuar ou não

Balizador da economia global, o dólar tem papel fundamental no mercado global como um todo. A moeda é caracterizada por ser mais forte em relação aos seus pares; sendo assim utilizada para transações internacionais, investimentos e negociações.

Desde o início do ano, a divisa americana vem demonstrando grande variação, começando 2023 cotado a R$5,23; no entanto, em 2 junho, a moeda registrou sua primeira marcação, desde 2022, abaixo dos R$5,00; em 22 de junho, o dólar chegou em sua menor cotação desde o ano passado, valendo R$4,77.

Essa trajetória sinaliza um futuro de queda para a moeda americana frente ao real. Bancos estrangeiros, como o Goldman Sachs, projetam o dólar a R$4,40 ao final de 2024. O próprio Boletim Focus, emitido pelo Banco Central, traz um cenário de desvalorização.

Cinthia Costa, head de câmbio na iHUB Investimentos, elenca alguns motivos pela descida do dólar no Brasil. "A relação entre moedas é influenciada por diversos fatores econômicos, sendo esses as taxas de juros, inflação, balança comercial, política monetária e instabilidade política e econômica.", comenta.

FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO ATUAL DA MOEDA

Um dos principais fatores sobre o patamar do dólar refere-se ao impacto da inflação, já que muitos produtos e insumos da economia brasileira são importados ou precificados na moeda estrangeira.

A perspectiva do fim da alta de juros nos EUA também é um dos principais fatores externos, que se intensificou com a crise bancária e dados mais fracos da economia americana. Essa situação afeta o câmbio diretamente porque, os juros mais altos nos EUA atraem capital ao país, valorizando a moeda americana, que no fim da alta, favorece as moedas de países emergentes.

"Não menos importante, outro ponto a se observar é a recuperação da China que impulsiona o preço das commodities brasileiras e, consequentemente, a entrada de recursos no Brasil. Além disso, apontando ao mercado local, um dos fatores que fortaleceu a nossa moeda foi o conjunto de regras para limitar o gasto público, o arcabouço fiscal", diz a especialista.

Focus | MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO — 21 de julho de 2023

	2023				2024				2025		2026	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	5,06	4,95	4,90	▼ (1)	3,98	3,92	3,90	▼ (1)	3,50	▼ (2)	3,50	= (3)
PIB (var. %)	2,18	2,24	2,24	= (1)	1,22	1,30	1,30	= (1)	1,90	▲ (2)	2,00	▲ (2)
CÂMBIO (R$/US$)	5,00	5,00	4,97	▼ (1)	5,10	5,05	5,05	= (1)	5,12	▼ (1)	5,20	= (3)
SELIC (% a.a.)	12,25	12,00	12,00	= (3)	9,50	9,50	9,50	= (5)	9,00	= (24)	8,63	▼ (1)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade em relação ao Focus anterior

COMO ESTAR PROTEGIDO DESSAS OSCILAÇÕES DO DÓLAR?

Existem algumas opções que podem ser consideradas para mitigar ou reverter as perdas cambiais devido a flutuação da moeda estrangeira, uma delas é a diversificação da carteira de investimentos para que os riscos sejam mitigados em ativos em outras moedas, dessa forma, quando uma moeda desvalorizar em relação a outra, o impacto nas perdas totais pode ser mitigado. Outras estratégias como o Hedge cambial - contratos futuros, opções, swaps de moedas - protegem contra as flutuações adversas na taxa do câmbio e ajudam a reduzir o impacto negativo de movimentos desfavoráveis.

Existem várias estratégias ou produtos disponíveis para investidores interessados em investir em dólar. Algumas delas são:

Fundos de câmbio (Exchange Traded Funds - ETFs), são ETFs que rastreiam o desempenho de uma moeda específica, como o dólar. Esses ETFs permitem que os investidores obtenham exposição ao movimento do dólar sem precisar negociar moedas diretamente e são negociados como ações em bolsas de valores e oferecem uma maneira conveniente de investir em dólar.

Contratos futuros e opções: Os contratos futuros e opções de moeda são produtos derivativos que permitem aos investidores negociar a compra ou venda de uma determinada quantia de moeda a um preço e data futuros. Esses instrumentos são frequentemente utilizados para fins de hedge cambial, mas também podem ser usados para especulação ou investimento.

Fundos de investimento em moeda: Existem fundos de investimento especializados que se concentram em moedas estrangeiras, incluindo o dólar.

Certificados de depósito em moeda estrangeira: Alguns bancos oferecem certificados de depósito (CDs) denominados em moeda estrangeira, incluindo o dólar. Os investidores depositam uma quantia em dólar e recebem juros sobre esse valor ao longo de um período específico.

QUAL É O CENÁRIO ATUAL EM RELAÇÃO AOS DÓLARES?

Diante do cenário do dólar abaixo dos R$5,00, são criadas oportunidades para quem quer adquirir a moeda estrangeira, seja para diversificação de investimentos ou viagens internacionais. A tendência no longo prazo é de valorização do real em relação ao dólar.

Em relação a investidores que detém dólares adquiridos em patamares maiores do que o atual, um bom caminho é carregar a moeda um pouco mais para não internalizar a perda da volatilidade da taxa, já que podemos ter uma tendência de alta devido ao cenário de juros americano com previsão de aumento cauteloso da taxa de juros.

"Monitorar os desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais nos EUA e no Brasil pode fornecer insights sobre possíveis tendências na taxa de câmbio, mas a natureza volátil e imprevisível do mercado cambial requer cautela ao fazer previsões", finaliza Cinthia.

A iHUB Investimentos é uma empresa especializada em assessoria de investimentos credenciada pela XP Investimentos. Possui mais de 3,5 mil clientes, somando mais de R$1,5 bilhão em valores investidos sob custódia.

Confiança dos consumidores atinge maior nível desde janeiro de 2019

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) do FGV IBRE subiu 2,5 pontos em julho, para 94,8 pontos, o maior nível desde janeiro de 2019 (95,3 pontos). Em médias móveis trimestrais, o índice sobe pelo quarto mês seguido, agora em 2,7 pontos, para 91,8 pontos.

"A confiança do consumidor sobe pelo terceiro mês seguido impulsionada principalmente pela melhora das expectativas futuras. A alta foi disseminada entre os diferentes quesitos da pesquisa, com destaque para os Indicadores de Situação Econômica Geral e Situação Financeira Futura da família. Os resultados refletem o arrefecimento da inflação, a recuperação da renda do trabalho e as expectativas quanto ao início de programas voltados para a quitação de dívidas. Atualmente, o maior obstáculo para a recuperação mais robusta da confiança do consumidor parece ser o cenário de endividamento e inadimplência, agravado pelos juros elevados, refletidos, por exemplo, no Indicador de Situação Financeira das Famílias, que ainda se mantém em nível bastante insatisfatório", afirma Anna Carolina Gouveia, economista do FGV IBRE.

Em julho os dois índices componentes do ICC avançaram. O Índice de Expectativas (IE) subiu 3,4 pontos, para 107,4 pontos, o maior desde janeiro de 2019 (108,5 pontos); o Índice de Situação Atual (ISA) avançou 1,1 ponto, para 76,8 pontos, mantendo-se no patamar anterior ao início da pandemia de Covid-19 (80,9 pontos em fevereiro de 2020).

Entre os indicadores que medem as expectativas dos consumidores para os próximos meses, a maior influência para a alta do IE foi dada pelo que mede o grau de otimismo com a evolução da situação econômica local, que registrou uma alta no mês de 5,5 pontos, alcançando 123,9 pontos, maior nível desde fevereiro de 2019 (126,2 pontos). O indicador que mede as perspectivas sobre as finanças familiares nos meses seguintes subiu 3,7 pontos, para 105,0 pontos, devolvendo parte da queda do mês anterior. O otimismo foi menos expressivo no quesito que mede o ímpeto de compras de bens duráveis, que subiu 0,7 ponto, para 92,3 pontos, após avançar mais de 10,0 pontos no mês anterior, mantendo-se acima dos 90 pontos, patamar do qual havia se distanciado desde 2014.

Nas avaliações sobre o momento atual, o indicador que mede a satisfação sobre a situação econômica local teve a sexta alta consecutiva, de 1,6 ponto, para 87,1 pontos, maior nível desde outubro de 2014 (89,5 pts). O indicador que mede as avaliações sobre as finanças familiares no momento ficou relativamente estável ao variar 0,5 ponto, para 67,0 pontos, após alta de 5,0 pontos do mês anterior.

A análise por faixas de renda mostra ganho de confiança em todos os níveis exceto para as famílias com menor poder aquisitivo (até R$ 2.100), na qual houve piora das avaliações sobre a situação atual. As demais faixas se mostram otimistas nos dois horizontes de tempo e a confiança das famílias com maior poder aquisitivo (acima de R$ 9.600) atinge o maior nível desde janeiro de 2014 (99,0 pontos).

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais faz campanha para o fim da tributação do imposto de importação

O Brasil deixou de arrecadar mais de R$ 21 bilhões nos últimos três meses com a isenção do imposto de importação de produtos de até US$ 50 vendidos pelo comércio eletrônico

É o que mostra o impostômetro criado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), por meio da campanha Brasil Mais Competitivo, na qual defende tratamento igualitário na comercialização dos produtos para não afetar a produção nacional. Essa é uma demanda de toda a indústria que tem pedido ao governo federal que reveja o benefício para importados.

Segundo o levantamento da Gerência de Economia e Finanças Empresariais da F IEMG, a perda de faturamento chegou a R$ 99 bilhões no ano passado com redução estimada de 1,1 milhão de vagas no mercado de trabalho (formais e informais) por conta de produtos que deixaram de ser fabricados no País, mas que chegaram ao consumidor por meio do comércio eletrônico.

"Essa prática coloca o produto comercializado no Brasil em uma enorme desvantagem. Os benefícios para os produtos nacionais e importados precisam ser iguais. Não dá para competir com quem não é taxado", avalia Flávio Roscoe, presidente da FIEMG.

De acordo com o estudo, o faturamento caiu em setores específicos na mesma proporção em que as importações de produtos de pequeno valor aumentaram. Os setores mais afetados foram vestuário e acessórios, móveis e produtos diversos e máquinas e equipamentos.

O fechamento de vagas na indústria, na prática, também reduz o potencial de consumo do brasileiro. Em 2022, a perda de massa salarial chegou a R$ 2,5 bilhões. Isso equivaleria ao pagamento do Bolsa Família para quase 350 mil famílias e seria maior do que a massa salarial gerada pelo município de Montes Claros (MG).

"O barato tem saído caro para o Brasil e para os brasileiros. Toda vez que uma compra é feita num site estrangeiro com o preço 'bem baratinho', os empregos no Brasil e consequentemente a renda e o poder de compra diminuem", afirmou Roscoe.

As amarras da indústria

Carlos Rodolfo Schneider
Empresário

O Brasil é um país que tem crescido pouco e de forma errática. A evolução da renda per capita deixa isso claro. Segundo dados do Banco Mundial, de 1980 a 2019, o crescimento acumulado da renda per capita na América Latina foi de 74%, nos EUA, de 95%, nos países do Sudeste Asiático, de 342%, e no Brasil de apenas 34%. Realmente não temos o que comemorar nesse cenário.

Apesar de uma pequena melhora recente, os rankings de competitividade internacional têm classificado o nosso país numa posição nada confortável. A CNI (Confederação Nacional da Indústria), por exemplo, faz um levantamento do nosso potencial competitivo comparado ao de 17 países, cuja indústria compete mais diretamente com a nossa. No levantamento de dezembro de 2022 ganhamos uma posição, passando do penúltimo para o antepenúltimo lugar. O nosso pior desempenho está nos quesitos financiamento, tributação, ambiente macroeconômico, ambiente de negócios, infraestrutura e logística e mão de obra. É o conhecido Custo Brasil, uma bola de chumbo amarrada nos pés da indústria. A carga tributária mais elevada entre os países em desenvolvimento (32,5% do PIB contra média de 24,1% nos demais países do ranking), sistema de impostos caótico, insegurança jurídica, excesso de burocracia, infraestrutura altamente deficiente, baixa qualidade da educação (não por falta de investimento, mas por alocações inadequadas), comprometem a nossa produtividade e capacidade de inovação.

Importante o esforço que o Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, vem fazendo em defesa da indústria brasileira. Ele sabe bem que a indústria ainda tem papel importante a desempenhar para que o país possa entrar no rol dos países desenvolvidos. Mas para que isso possa acontecer temos que construir uma economia mais competitiva, isto é, um Brasil Eficiente.

O avanço da agropecuária nas exportações do Brasil

O saldo da balança comercial em junho de 2023 foi de US$ 30 bilhões, levando a um superávit de US$ 45,1 bilhões no primeiro semestre do corrente ano. Na comparação mensal, o saldo de 2023 foi superior em US$ 1,6 bilhão ao de junho de 2022. Na comparação dos primeiros semestres, o saldo de 2023 foi US$ 10,8 bilhões maior do que o de 2022.

A melhora do superávit foi obtida com um recuo maior nas importações (-18,2%) do que nas exportações (-8,5%), na base mensal, e com a queda nas importações (-7,1%) e um pequeno aumento nas exportações (+1%), na comparação semestral. Não seria um cenário a ser comemorado, a melhora do superávit está associado a uma redução nas importações o que reflete o baixo nível de atividade econômica do país. No entanto, os dados chamam a atenção para um resultado que merece ser analisado. De um lado, a queda de preços tanto nas exportações quanto nas importações, mas, por outro lado, o aumento do volume exportado e a variação quase nula nas importações.

O comportamento do volume importado é condizente com o baixo nível de atividade. O aumento no volume exportado se traduz em aumento real das vendas no mercado mundial. Seria apenas uma oportunidade com a crise na Ucrânia e seca na Argentina levando ao aumento da demanda pelos grãos e petróleo brasileiros?

Comparamos a evolução dos índices de preços e do volume do primeiro semestre dos anos de 2007 a 2023. Ressalta-se que o aumento no volume exportado é uma tendência no comércio exterior do Brasil, enquanto os preços apresentam um comportamento cíclico, como ilustra o Gráfico 2. Para a obtenção dos superávits, um dos componentes do valor pode dominar. Entre o primeiro semestre de 2022 e o de 2021, os preços cresceram 19,8% e o volume, 0,5%. Entre o primeiro semestre de 2023 e o de 2022, como mencionamos, o comportamento foi o inverso: preços com recuo de 6,5% e aumento

no volume de 8,5%. Aumentos de volume para a análise das exportações traduzem maiores ganhos de acesso a mercados. Sob esse prisma, a tendência crescente no aumento do volume exportado é um sinal positivo para o setor externo.

Na comparação interanual de junho de 2022 e 2023, os preços das commodities recuaram 18,4% e o volume aumentou 10,3%. No acumulado do ano até junho, os preços caíram 7,2% e o volume cresceu 9,1%. Essa mesma comparação entre 2021 e 2022 registrou os seguintes resultados. Na comparação mensal, os preços aumentaram em 15,9% e o volume recuou em 6,2%; na semestral, os preços cresceram 21,6% e o volume caiu 3,3%. O resultado de junho, portanto, consolida a liderança no volume no desempenho das exportações das commodities.

Observa-se que a tendência de crescimento no volume exportado é explicada pelo comportamento das commodities, que representaram 69% das exportações do país no primeiro semestre de 2023. No primeiro semestre de 2007, esse percentual era de 45%. Verifica-se o comportamento do índice do volume exportado das commodities e não commodities no primeiro semestre de cada ano. Enquanto o índice das commodities mostra uma tendência de alta acentuada e registra variação de 102,3%, entre o primeiro semestre de 2007 e o de 2023, o das não commodities recuou 6,3%, nesse mesmo período.

A análise por setor de atividade contribui para esclarecer o comportamento dos fluxos de comércio. A comparação das variações mensais do volume exportado mostra um aumento de 29,4% da agropecuária, 13,3% da indústria extrativa e queda de 2,9% na indústria de transformação. Os preços recuam para todos os setores, e o único setor com variação positiva, no valor, é a agropecuária (+5,5%). Na comparação semestral, os preços caem em todos os setores e o volume aumenta na agropecuária (+16,8%), na extrativa (+20,0%) e fica estagnado na transformação. Novamente, apenas o setor agropecuário registrou variação positiva em valor.

A participação por setor de atividade nas exportações totais no primeiro semestre da série selecionada (2007/2023) é a seguinte: a participação da indústria de transformação caiu de 79,1% para 53,1%, entre o primeiro semestre de 2007 e o de 2023. Em 2016, houve uma melhora percentual de 65,8%, mas o setor nunca mais registrou percentuais acima de 70%, que vigoraram na primeira década dos anos 2000. O maior ganho foi o da agropecuária, que passou de 8,3% para 25,6%, entre o primeiro semestre de 2007 e o de 2023. Em seguida, a indústria extrativa, com aumento de 12,6% para

21,3%, nesse mesmo período. Observa-se, porém, que a agropecuária tem um comportamento mais estável, na sua tendência de alta, que a extrativa.

A análise da tendência do volume exportado por setor de atividade mostra a liderança da agropecuária. Entre o primeiro semestre de 2007 e o de 2023, o índice do volume exportado cresceu 341%, seguido da extrativa, com 111,5%. Em adição, como os índices partem todos da mesma base, os níveis da agropecuária, se distanciam da extrativa ao longo do tempo. Em 2023, o índice da agropecuária foi 441,5 e o da extrativa, 211,5. O índice da indústria de transformação fica abaixo de 100 entre 2008 e 2021. Em 2022 e 2023, esse índice foi de 105,2. Um aumento de 5,2% em relação à base de 2007. Os preços, por sua vez, seguem o mesmo comportamento cíclico nos três setores, mas a extrativa apresenta oscilações mais acentuadas que a agropecuária. A indústria de transformação tem comportamento cíclico similar, mas com oscilações mais suaves.

Conclui-se que o comportamento cíclico dos preços das commodities não limitou a trajetória de ascensão no volume exportado da agropecuária, em especial, e da extrativa ao longo dos últimos anos. Esse resultado indica que o avanço da agropecuária brasileira no comércio mundial é um fato estrutural e reflete a produtividade do setor. No entanto, é importante estimular a diversificação não só da agropecuária, mas de produtos de outros setores.

No semestre, as participações dos principais produtos exportados foram de 20,2% (soja em grão), 11,3% (petróleo bruto), 8,2% (minério de ferro), 3,7% (farelo de soja), 3,2% (óleos combustíveis) e 3,2% (açúcar e melaços). Esses 6 produtos explicaram 49,8% das exportações brasileiras.

Em relação à variação dos indicadores das importações, no mês de junho, os preços recuaram em todos os setores, sendo a maior queda na indústria extrativa (-42,3%). As variações em volume foram negativas na agropecuária (-37,8%) e na extrativa (-20,7%) e positiva para a indústria de transformação (+4,4%). Na comparação interanual do primeiro semestre, os preços aumentaram em 1,2% para a agropecuária e caíram para a extrativa (-21,7%) e para a transformação (-4,5%).

Após ter recuado em 5,0%, entre os meses de maio de 2022 e 2023, as compras de bens de capital pela agropecuária aumentaram em 19,8%, entre os meses de junho dos anos citados, o que sinaliza expectativa favorável para o investimento no setor. As compras de bens intermediários do setor continuam registrando variação negativa, na comparação mensal, o que pode refletir questões sazonais. A variação nas importações de bens de capital para a indústria registrou valor similar ao de maio. Aumento de 16,4% (maio) e 15,4% (junho). A variação no volume importado de bens intermediários ficou estável.

No semestre, o destaque foi o aumento em 54,3% das importações de bens de capital pela agropecuária, o que contrasta com o aumento de 11,6% da indústria. O elevado investimento na agropecuária reforça a hipótese de expansão sustentada do setor ao longo do tempo.

Os saldos comerciais melhoram em todos os mercados, exceto na União Europeia que passou de superávit para déficit. A liderança do superávit, em valor, é da China, com um ganho de US$ 5,3 bilhões entre o 1º semestre de 2022 e o de 2023. O saldo com os Estados Unidos permanece deficitário, mas houve redução em US$ 5 bilhões. O ganho em divisas com a China foi próximo ao dos Estados Unidos.

O ganho com a China foi resultado de um aumento nas exportações (+5,9%) e queda nas importações (-8,8%). A soja, com participação de 46% das exportações, no primeiro semestre, registrou variação de 13,8%; o petróleo bruto, participação de 17%, com aumento de 7,9%; e o minério de ferro, com igual participação, queda de 6,7%. No caso dos Estados Unidos, o ganho de divisas foi pela queda superior das importações (-21,5%) em relação a das exportações (-2,1%). O principal produto exportado para esse país, semiacabados siderúrgicos (participação de 16%) cresceram 14,2%, mas o segundo produto, petróleo bruto (participação de 8,8%) caiu 34%. Aeronaves, participação de 5%, registrou aumento de 6% entre os dois primeiros semestres de 2022 e 2023.

A Argentina continua na liderança na variação das exportações, com aumento de 26,3%. Está presente a contribuição das partes e peças do setor de veículos e automóveis, que juntos somam 19,1% das exportações brasileiras para o país e registraram aumento de 31,3% e 15,7%, respectivamente, na comparação dos dois primeiros semestres. Destaca-se, porém, a exportação de soja em grão, 16% do total exportado do Brasil para a Argentina, no primeiro semestre, no valor de US 1,55 bilhões. No ano todo de 2022, as exportações desse mesmo produto foram de US 181 milhões, com participação de 1,2% no total exportado pelo Brasil. Não é um ganho permanente e se deve aos problemas da seca, em grande medida. Algo que se espera que se normalize, pois é um produto importante na pauta da Argentina.

O volume exportado cresceu na comparação mensal para a China e a Argentina e caiu para os demais mercados. No semestre, aumentou em todos os mercados, exceto para a União Europeia (Gráfico 13). No caso do volume importado, aumenta para a China e "demais países da Ásia", nas comparações mensal e semestral. No semestre, além desses dois mercados, cresce na União Europeia.

Em suma, a melhora na balança comercial no primeiro semestre foi liderada pelo aumento do volume exportado enquanto o volume importado permaneceu estagnado. O crescimento da China com o término da política de lockdown, efeitos da Guerra da Ucrânia no mercado de grãos, a resiliência das exportações para a Argentina que continuaram crescendo contribuíram para esse resultado. Os últimos dados divulgados sobre a China mostram que a recuperação pode ser revertida, o que tende a ter um impacto negativo no comércio global. Não se vislumbra aumentos de preços de commodities, como no ano passado, nos próximos meses. Não é seguro que as exportações para a Argentina irão continuar crescendo se não for equacionada a questão do financiamento. Não se espera um segundo semestre com igual intensidade de crescimento do volume exportado como o primeiro.

Produção de grãos brasileira deverá chegar a 390 milhões de toneladas nos próximos dez anos

O crescimento será de mais de 24%, principalmente nas lavouras de soja, milho segunda safra e algodão, aponta o estudo do Ministério da Agricultura e Pecuária

A produção de grãos no Brasil deverá aumentar 24,1% nos próximos dez anos, chegando perto de 390 milhões de toneladas na safra 2032/2033, com acréscimo de 75,5 milhões de toneladas. Esse acréscimo corresponde a uma taxa de crescimento de 2,4% ao ano. Soja, milho de segunda safra e algodão devem continuar alavancando o crescimento da produção de grãos.

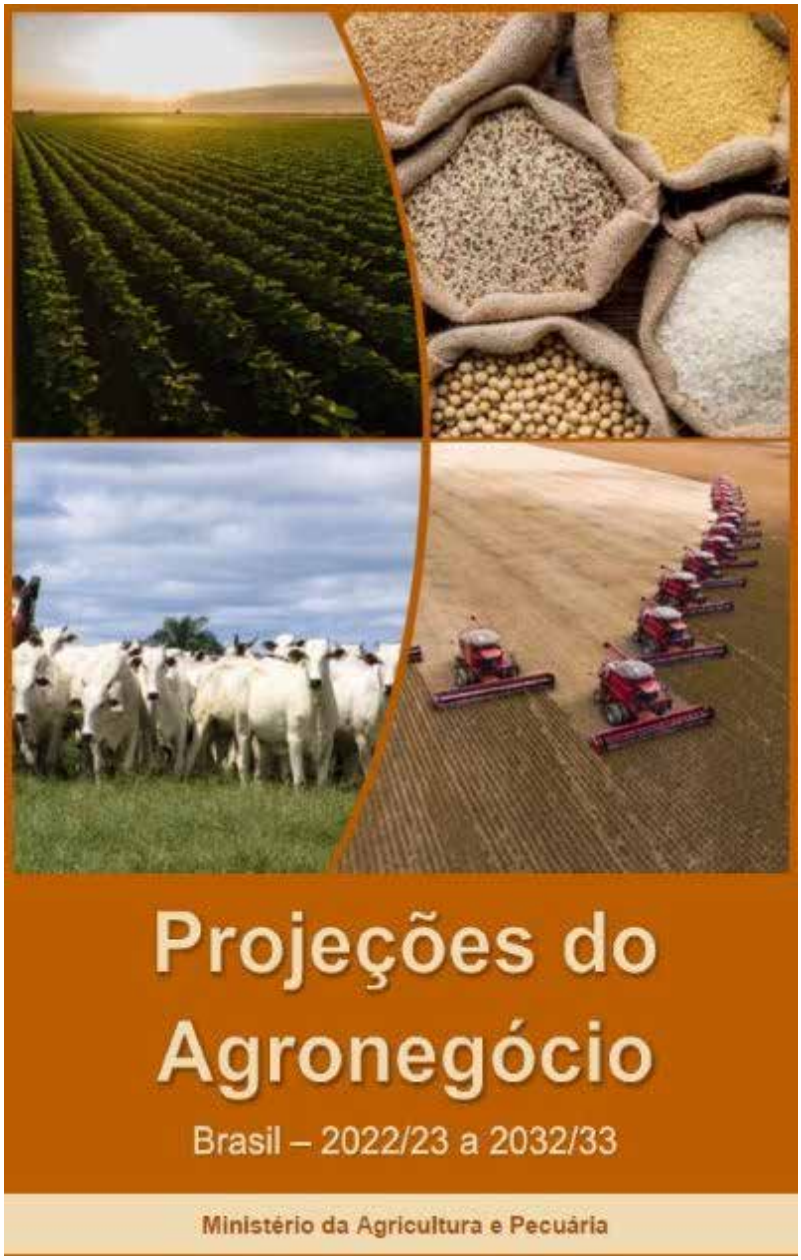
A área de grãos deve expandir-se dos atuais 77,5 milhões de hectares (Conab - maio/2023) para 92,3 milhões de hectares em 2032/33.

Os números são do estudo Projeções do Agronegócio, Brasil 2022/23 a 2032/33, feito pela Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

As projeções do Agronegócio mostram um enorme potencial de crescimento do setor, que deverá ocorrer, principalmente, com base na produtividade, entretanto, de acordo com a pesquisa, será necessário ampliar os investimentos em pesquisa.

A expansão de área deverá ocorrer devido ao padrão de crescimento da agricultura brasileira. De acordo com o estudo, a produtividade e as tecnologias operam juntas no sentido de crescimento sustentável.]

A adição dos 14,7 milhões de hectares à área plantada de grãos poderá vir da conversão de áreas atualmente



degradadas, particularmente, oriundas de pastagens extensivas, entre outras possibilidades, que evitem afetar a cobertura vegetal do país. De acordo com a análise da pesquisa, 78% da expansão da área plantada deverá ocorrer com o cultivo da soja.

A produção de soja em 2032/33 está projetada para 186,7 milhões de toneladas, acréscimo de 20,6% em relação à produção de 2022/23. A projeção de exportação de soja em grão está em 121,4 milhões de toneladas, com participação prevista de 60,6% nos embarques mundiais.

A área de milho segunda safra deve expandir-se sobre áreas liberadas pela soja, no sistema de plantio direto. Milho e soja deverão sofrer pressão devido ao uso crescente como culturas relevantes para produção de biocombustíveis - biodiesel e etanol de milho.

A produção total de milho está projetada para 160 milhões de toneladas para 2032/33, alta de 27% em relação à produção de 2022/23. As exportações e a demanda de milho para a produção de etanol serão duas importantes forças a estimular o cultivo. O milho adquire importância crescente como matéria prima e como alimento.

Brasil e Estados Unidos deverão liderar juntos as exportações mundiais de milho, estimadas em 69 milhões de toneladas por país. Corresponde a uma participação nas exportações de 30% para cada um dos países.

As projeções do algodão em pluma indicam produção de 3,6 milhões de toneladas em dez anos, expansão de 26,8%, dominado principalmente pela produtividade. Mato Grosso e Bahia respondem atualmente por 90% da produção nacional. Espera-se que o aumento da produtividade seja impulsionado por melhoramento genético, melhores práticas agronômicas, novas tecnologias e agricultura de precisão.

O Brasil deverá responder por 12,5% da produção mundial de algodão em 2030. Estados Unidos, Brasil e Índia deverão ser os principais exportadores ao final destas projeções. O consumo de algodão no Brasil deve apresentar estabilidade nos próximos anos, situando-se em 732 mil toneladas anuais.

Dados da OCDE/FAO mostram que, a partir dos anos 1990, o consumo per capita de fibra de algodão foi ultrapassado pelas fibras sintéticas, devido aos preços mais acessíveis.

CARNES

A produção de carnes (bovina, suína e frango deverá ter alta de 6,6 milhões de toneladas entre 2022/23 e 2032/33, representando 22,4% de aumento. Saindo dos atuais 29,6 milhões de toneladas para 36,2 milhões de toneladas de carnes.

As carnes de frango e suínas são as que devem apresentar maiores índices de crescimento nos próximos anos: frango, 28,1% e suína, 23,2%. A produção de carne bovina deve crescer 12,4%, embora o Brasil continue liderando o mercado internacional do produto, suprindo 28,5% do consumo mundial.

De acordo com o documento, deverá haver um esforço de crescimento em infraestrutura, investimento em pesquisa e financiamento para o setor, haja vista a procura por proteína animal

Segundo o estudo, o mercado interno, as exportações e os ganhos de produtividade deverão ser os principais fatores de crescimento na próxima década. Em 2032/33, perto de 33% da produção de soja deve ser destinada ao mercado doméstico, o milho, 65%, e o café quase 43% da produção deve ser consumida internamente.

Como uma das conclusões do documento, o aumento da produção nacional deverá ser pressionada com o crescimento do mercado interno e das exportações brasileiras.

Cerca de 35,5% da produção de carne de frango será destinada ao mercado interno. A participação da carne suína será de 14,8% no mercado interno. Embora o Brasil seja um grande exportador para diversos produtos, o consumo interno será relevante.

O trabalho das Projeções tem por objetivo indicar direções do crescimento da agropecuária e fornecer informações aos formuladores de políticas públicas quanto às tendências de produtos do agronegócio.

Brasil deve produzir maior safra histórica de grãos, com 317,6 milhões de toneladas

O volume da produção brasileira de grãos deverá atingir 317,6 milhões de toneladas na safra 2022/2023, um crescimento de 16,5% ou 44,9 milhões de toneladas acima da safra 2021/22, consolidando as previsões anteriores como a maior já produzida no país. Os dados constam no 10º levantamento de grãos, divulgado no dia 13 de junho pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com a estimativa, esse resultado também é 0,6% superior ao divulgado em junho, decorrente, principalmente, do melhor desempenho das lavouras de milho segunda safra observado em campo neste último mês, e do crescimento da área semeada com o trigo, aliado às boas condições climáticas que vêm ocorrendo.

"O ajuste reforça a safra recorde brasileira", ressalta o presidente da Conab, Edegar Pretto. "A agricultura brasileira vem demonstrando sua força e potencial para alcançar números cada vez mais elevados, com investimentos constantes que permitem aumentos de produtividade".

De acordo com o boletim, a soja deverá atingir uma produção recorde, estimada em 154,6 milhões de toneladas, 23,1% ou 29 milhões de toneladas acima da ocorrida no ciclo passado. Já para o milho, a previsão é de 127,8 milhões de toneladas, incluindo as três safras, chegando a 12,9% ou 14,6 milhões de toneladas acima da cultivada em 2021/22. "Observamos um avanço mais lento na área colhida do milho segunda safra, que já era esperado, devido ao atraso no plantio e colheita da soja em diversas regiões, e à diminuição das temperaturas durante a maturação dos grãos", explica o gerente de Acompanhamento de Safras da Conab, Fabiano Vasconcellos. "Mesmo assim, o cenário continua extremamente positivo para a produção do cereal".

Outras culturas, como o algodão, feijão e sorgo, seguiram o movimento de alta e apresentaram percentuais de aumento na produção. Já o arroz e alguns cultivos de inverno, como aveia, centeio e trigo, apontam para redução no volume produzido, em comparação com a safra anterior.

Com relação à área, esse levantamento aponta ainda uma estimativa de 78,2 milhões de hectares, 4,9% ou 3,7 milhões de hectares superior à semeada em 2021/22. Os maiores incrementos são observados na soja, com 2,6 milhões de hectares (6,2%), no milho, com 576 mil hectares (2,7%), e no trigo, com 343,4 mil hectares (11,1%).

MERCADO

O aumento da produção brasileira, alinhada à maior demanda internacional, deve elevar o volume de exportações de milho em 2023. Com a projeção de demanda externa aquecida, estima-se que 48 milhões de toneladas do cereal sairão do país. Para o estoque interno também há previsão de aumento de 27,6% ao fim deste ano-safra, chegando a 10,3 milhões de toneladas.

Com relação à soja, o boletim aponta que as exportações continuam estimadas em 95,64 milhões de toneladas, um aumento percentual de 21,5% comparada à safra anterior. Neste levantamento, a Conab ajustou os números de esmagamentos da oleaginosa, de 52,29 milhões de toneladas para 52,82 milhões de toneladas, em decorrência do aumento na produção de biodiesel. Assim, os estoques finais antes estimados em 7,51 milhões de toneladas, passaram para 7,43 milhões de toneladas.

Prefeitura de Uberlândia vai nomear 1º Polo Agromineral Verde do Brasil em homenagem ao ex-ministro Alysson Paolinelli

Projeto de Lei de autoria do prefeito Odelmo Leão foi enviado à Câmara Municipal; proposta também estabelece diretrizes de promoção do uso de remineralizadores de solo para consolidação do polo

Secom/PMU

Prefeito Odelmo Leão e ex-ministro Alisson Paolinelli no lançamento do 1º Polo Agromineral Verde em 2021

O prefeito Odelmo Leão encaminhou à Câmara Municipal, no dia 11 de junho último, projeto de lei que denomina o 1º Polo Agromineral Verde do Brasil, em Uberlândia, de Ministro Alysson Paolinelli. Além de homenagear o ex-ministro da Agricultura, a proposta também institui diretrizes de consolidação do município como estimulador e fornecedor de remineralizadores de solo, como o pó de basalto, no desenvolvimento da produção agrícola sustentável.

Engenheiro agrônomo e professor, Paolinelli liderou a revolução agrícola tropical e definiu um novo marco para desenvolvimento da agricultura e promoção da segurança alimentar. "Um grande brasileiro e responsável por Uberlândia se tornar referência nos estudos do pó de basalto e remineralizadores do solo", ressaltou o prefeito Odelmo Leão.

No que se refere às diretrizes, a proposta estabelece o compromisso do município com a promoção e utilização de remineralizadores no agronegócio, bem como com o incentivo de novas pesquisas para o aprimoramento da cadeia produtiva agrícola e dos bioinsumos.

POLO AGROMINERAL VERDE

Desde 2019, a gestão municipal lidera a pesquisa e o desenvolvimento do uso dos remineralizadores de solo como uma opção sustentável para a agricultura nacional. Em 2021, colocando Uberlândia no centro desenvolvedor do pó de rocha, foi lançado o 1º Polo Agromineral Verde do Brasil. Na oportunidade, o ex-ministro da Agricultura, Alysson Paolinelli, esteve presente na cidade para promover a iniciativa.

O Executivo municipal também já elaborou e publicou uma cartilha virtual com resultados e vantagens do uso de remineralizador neste ano. No material, há dados específicos sobre cada tipo de cultivo e os vários testes feitos com diferentes dosagens do pó de rocha (basalto).

PIB da Bioeconomia atinge R$ 2,5 trilhões no país

Valor corresponde 25,8% do PIB-Produto Interno Bruto do Brasil

O Produto Interno Bruto da Bioeconomia (PIB-Bio) no país, composto pelas atividades de origem vegetal e florestal, animal, bioindústria e indústria bio-based (com viés biológico), registrou R$ 2,5 trilhões no ano passado. Esse resultado representa uma ligeira queda de −0,73% ante o ano de 2021, interrompendo uma série de crescimento desde 2017. Os dados são do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (FGV).

O estudo revela ainda que os motivos para o resultado negativo do PIB-Bio foram queda das atividades de origem vegetal e florestal, que representam cerca de 30% de seu total e retraíram 3,62%, quando comparado à 2021, e da Bioindústria, que representa 50% do total e retraiu 0,74%. Em contrapartida, a bioeconomia de origem animal e a indústria bio-based cresceram 2,56% e 5,85%, respectivamente. Essas duas atividades representam 19% do PIB-Bio.

De acordo com os coordenadores do estudo, os pesquisadores do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (FGV), Talita Priscila Pinto e Cícero Zanetti de Lima, os resultados representam todo o crescimento e força da Bioeconomia no país. "Espera-se uma recuperação do PIB-Bio em 2023, puxada principalmente pelas atividades vegetal e animal, que já apresentaram forte crescimento no primeiro trimestre de 2023. Por outro lado, o desempenho da bio-indústria dependerá do desempenho da indústria de alimentos e bebidas e da dinâmica da economia brasileira. O resultado de 2022 foi consequência de incertezas internacionais, que elevaram os custos de diversas cadeias de produção. A sinalização de um possível desfecho do conflito no Leste Europeu ofereceria mais confiança aos mercados que dependem de insumos da região ou a tem como destino de exportações."

PIB Geral x PIB da Bioeconomia

De acordo com a pesquisa, a evolução da taxa de crescimento do PIB-Bio, quando comparada com a taxa de crescimento do PIB do Brasil, segue na mesma direção, porém em diferentes intensidades até 2020.

Nos anos de 2015-2016, houve retração do PIB brasileiro devido à instabilidade política e à crise econômica interna. Entretanto, o PIB-Bio apresentou queda menos intensa, relacionada principalmente ao desempenho das atividades de origem vegetal e animal.

Já a partir de 2020, há descolamento entre as séries. Embora a taxa de crescimento do PIB brasileiro tenha apresentado recuperação em V em 2021, a Bioeconomia sentiu menos os efeitos da pandemia, dado o sucesso de crescimento das atividades de origem vegetal e animal. Já em 2022 os aumentos nos custos de produção, devido às incertezas internacionais (Guerra na Ucrânia), desaceleraram mais a bioeconomia do que o restante das atividades e serviços.

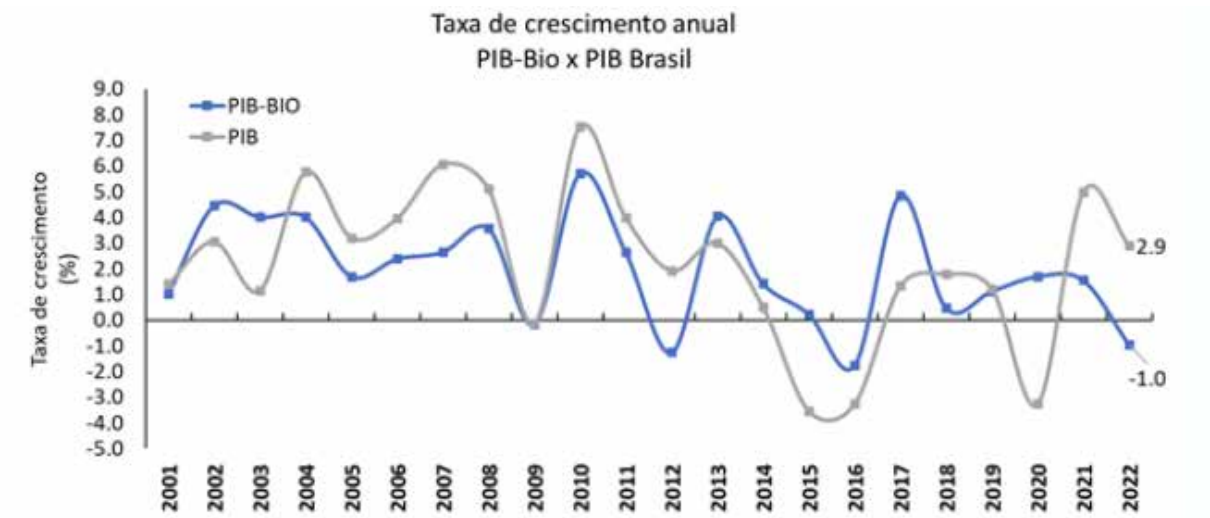
RESULTADOS DO PIB-BIO POR SETOR

ORIGEM VEGETAL E FLORESTAL

As atividades de origem vegetal e florestal foram contraídas pelo aumento dos preços dos insumos de produção que refletiram diretamente no aumento dos custos de produção. Esse efeito foi repassado ao longo da cadeia de produção, refletindo em maior custo também para a bioindústria. Adicionalmente, a bioeconomia de origem vegetal e florestal tem como base a produção agrícola e de extrativismo; portanto, as menores safras impactaram diretamente no

Tabela 1. Taxa de crescimento (%) anual das atividades do PIB da Bioeconomia

Ano	Origem Vegetal e Florestal	Origem Animal	Bioindústria	Bioindústria *Bio-based*	PIB-Bio
2019	1,47	1,87	1,06	-0,25	1,10
2020	5,14	1,71	-0,23	2,90	1,66
2021	-1,37	4,57	-0,37	7,67	0,57
2022	-3,62	2,56	-0,74	5,85	-0,73



crescimento real dessas atividades. O resultado é uma queda de 3,62% no segmento.

ORIGEM ANIMAL

As atividades de origem animal apresentaram crescimento real de 2,56%, dado um aumento do volume de produção superior aos custos associados à atividade, como rações, medicamentos e outros insumos, que tiveram uma retração em seus preços em relação aos valores de 2021.

BIOINDÚSTRIA

A Bioindústria, composta pelas atividades de alimentos e bebidas, produtos do fumo, produção de têxteis, celulose e papel e biocombustíveis, apresentou queda de 0,74% em 2022 em relação ao ano anterior. O resultado deriva da forte retração das atividades têxteis. Por outro lado, o segmento de alimentos e bebidas, que representa de 77% da atividade, cresceu cerca de 1%. A produção de biocombustíveis representa 7,1% da bioindústria e apresentou crescimento de 5,69%.

INDÚSTRIA BIO-BASED

A indústria com viés biológico, composta por atividades como produção de vestuário e acessórios, produtos de madeira, farmacêuticos e cosméticos, bem como a Bioeconomia embarcada na geração de energia elétrica, cresceu 5,85%. O aumento foi impulsionado pela produção de energia e atividades de impressões, couro e calçados.

METODOLOGIA

O Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (FGV) desenvolveu a métrica de mensuração do PIB-Bio e vem monitorando a evolução desse indicador ao longo dos últimos dois anos. Os dados utilizados são as contas nacionais divulgadas periodicamente pelo IBGE e que servem de base de cálculo do PIB brasileiro.

Bioeconomia florestal se mostra como futuro sustentável para comunidades da Amazônia

Apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias impactam nas florestas e nas populações do Norte do Brasil; Embrapii e BNDES oferecem condições diferenciadas de contratação para empresas do Norte

Aos 48 anos de idade, Rosilda do Socorro Viana Pacheco vive em um assentamento extrativista localizado a cerca de uma hora de Macapá (AP), em um percurso que inclui estrada de terra e descida por rio. Ela é presidente da Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Mazagão Velho (Ampafoz), que reúne 120 trabalhadoras. Elas extraem cacau e cupuaçu nativos da floresta amazônica e vendem os frutos para o comércio local. A renda dessas mulheres, complementada pela pesca do camarão de água doce, varia de R$ 500 a R$ 800 ao final de cada mês.

Durante o extrativismo do cacau e do cupuaçu, as mulheres separam o fruto e rejeitam as cascas, que se transformam em lixo orgânico com sério potencial de degradação ambiental. Para se ter uma ideia, toneladas de rejeito são lançadas todos os anos aos pés dos cacaueiros e cupuaçuzeiros, provocando desequilíbrio no solo e na fauna amazônicos. Essa realidade, no entanto, pode mudar a partir do poder transformador da tecnologia e da inovação.

As mulheres da Ampafoz podem, em breve, se tornar parte importante de um projeto que pretende transformar o rejeito do cacau e do cupuaçu em fibras sustentáveis para produção de um biotecido amazônico. A ideia, ainda que a longo prazo, é que seja instalada uma planta fabril na própria comunidade para que o produto possa ser confeccionado no local. Existe a expectativa de que o alto apelo sustentável e social do projeto possa atrair a atenção de grandes grifes nacionais que venham a se tornar parceiras do projeto.

A iniciativa é apoiada pela Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e pelo BNDES, com desenvolvimento tecnológico pela Unidade Embrapii do Instituto Senai de Inovação em Biossintéticos e Fibras do Senai CETIQT (Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil), e partiu da empresa Urubatan Piatã Produtos da Floresta, que tem sedes no Rio de Janeiro e no Amapá.

IMPACTO SOCIAL

O projeto de inovação em bioeconomia florestal não apenas resolve o impacto ambiental da cadeia produtiva, mas significa geração de renda e qualidade de vida para as associadas da Ampafoz e para todas as 600 famílias que vivem na mesma comunidade. "Nós vivemos do extrativismo de modo geral e com essa nova tecnologia poderemos aproveitar o grande desperdício que ocorre com o rejeito das cascas. Com certeza vai ser de muita importância, vai melhorar muito a vida das mulheres daqui. Aquilo que hoje a gente deixa como lixo para decomposição vai gerar renda para as nossas famílias", comemora Rosilda.

Suiana Hasselmann, representante da Urubatan Piatã, destaca ainda outros impactos importantes do projeto: "O fortalecimento da cadeia produtiva é importante para a preservação ambiental, uma vez que deixa de sofrer ameaça do extrativismo ilegal, do desmatamento para agricultura e do garimpo irregular. Além disso, esse projeto vai resultar no empoderamento dessas mulheres que hoje realizam trabalho braçal e encontram-se subjugadas", aponta.

O biotecido amazônico é um dos 362 projetos apoiados pela Embrapii na área de bioeconomia. Deste total, 175 contratos já foram concluídos e resultaram em 92 pedidos de propriedade intelectual. Juntas, as pesquisas já alavancaram R$ 369 milhões em investimentos entre recursos da organização, empresas e Unidades que compõem a Rede MCTI (Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação/Embrapii de Inovação em Bioeconomia.

FOCO NA REGIÃO NORTE

Projetos na área de bioeconomia, que transformam realidades sociais e geram renda de forma alinhada com a agenda da sustentabilidade, são uma

tendência no Brasil. Eles são um dos focos do programa Inova+, uma parceria entre a Embrapii e o BNDES para apoiar o desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em sete áreas estratégicas: bioeconomia, transformação digital, novos combustíveis, economia circular, defesa, materiais avançados e tecnologias para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Além de atender às demandas desses setores, o Inova+ visa promover desenvolvimento tecnológico no Norte do país, com foco na inovação sustentável. Para isso, o programa tem condições diferenciadas de contratação para as empresas localizadas nos estados da região, sendo que, independentemente da receita operacional, elas podem receber até 50% do valor dos contratos em recursos não reembolsáveis.

A Embrapii já apoiou 35 empresas da região Norte do país no desenvolvimento de um total de 52 projetos de inovação tecnológica. Destes, 15 estão concluídos e resultaram em oito pedidos de propriedade intelectual. O investimento alavancado chegou a R$ 89,13 milhões.

NOVAS UNIDADES

Para ampliar os projetos de inovação na região Norte, a Embrapii credenciou mais quatro institutos de pesquisa como Unidades Embrapii: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Instituto Senai de Inovação (ISI) do Pará. Juntas, elas receberão um investimento de R$ 9,6 milhões.

O credenciamento foi publicado em dezembro de 2022 e foi realizado por meio de parceria entre a Embrapii, o BNDES e o Ministério da Educação (MEC). "A ação foi desenhada para trabalhar com as características da indústria e do potencial econômico da região. Essa iniciativa se complementa à presença da Embrapii no Norte, que já tinha duas Unidades em Manaus, mas dessa vez com o foco específico em sustentabilidade", disse Marcela Mazzoni, Gerente de Novos Programas e Parcerias Estratégicas da Embrapii.

O credenciamento é o que permite ao centro de pesquisa a inserção no ecossistema Embrapii de inovação e, assim, possa impulsionar o desenvolvimento de tecnologias apoiadas com recursos não reembolsáveis. Com isso, a região ganha reforço técnico para novos projetos de pesquisa.

OUTROS PROJETOS

Entre as pesquisas de bioeconomia florestal apoiadas pela Embrapii e o BNDES, por meio do programa Inova+, está um projeto, iniciado em setembro de 20022, que prevê a produção dos extratos proteicos da torta de cupuaçu e torta de castanha do Brasil para aplicações alimentícias. A proposta partiu da parceria entre Cooperativa Reca (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado), localizada em Nova Califórnia (RO) e, além do apoio da Embrapii, possui recursos do Fundo JBS pela Amazônia.

A Reca realiza extração de óleo de castanha do Brasil e de manteiga do cupuaçu e vende para a indústria de cosméticos. O processo de extração gera um montante alto de resíduos, chamado de "torta", que atualmente é 100% rejeitado. O desafio apresentado pelos parceiros é o desenvolvimento de uma tecnologia capaz de garantir viabilidade financeira no aproveitamento das tortas de castanha do Brasil e do cupuaçu como potencial fonte de proteínas. A ideia é que, quando entre na fase comercial, o produto comercial possa ser vendido para a indústria alimentícia. O projeto recebeu aporte total de R$ 496 mil, entre recursos da Embrapii, unidade e demais parceiros.

Entre as empresas com pesquisas em andamento também está a Brazbio, pertencente ao grupo Centroflora. Com recursos do Inova+ e apoio tecnológico da Unidade Embrapii ISI Química Verde, a pesquisa busca o fortalecimento da cadeia produtiva do jaborandi e maximização da produção da pilocarpina, um composto bioativo usado na indústria farmacêutica especialmente em medicamentos oftalmológicos. O projeto que une bioeconomia e saúde está alinhado com os princípios de ESG - Environmental, Social, and Corporate Governance; no português Governança Ambiental, Social e Corporativa.

"O projeto do jaborandi é uma iniciativa importante em bioeconomia florestal. Estamos utilizando um ativo de sociobiodiversidade brasileira, que ocorre em regiões de Floresta Amazônica e Cerrado, e envolvendo uma cadeia sustentável que mobiliza mais de 30 mil pessoas. O projeto de inovação com a Firjan e Instituto Senai de Química Verde significa elevar a barra do nosso abastecimento responsável, reforçando a sustentabilidade da cadeia e a renda das comunidades locais", destaca Priscylla Moro, gerente geral da Brazbio.

Priscylla ainda ressalta a importância da parceria com a Embrapii e o BNDES para viabilização do projeto. "Nós conseguimos, de forma muito ágil e flexível em todas as condições contratuais, operar esse financiamento com grande parte de fundo não reembolsável e uma contrapartida da empresa Brazbio e do Grupo Centroflora. Os recursos estão disponíveis e é uma grande oportunidade de inovação, de trazer conhecimento com base cientifica", pontua.

A Embrapii é uma organização social que atua em cooperação com instituições de pesquisa, públicas ou privadas, para atender ao setor empresarial, com o objetivo de fomentar inovação na indústria. Para isso, conecta pesquisa e empresas, e divide riscos, ao aportar recursos não reembolsáveis em projetos que levem à introdução de novos produtos e processos no mercado. Para ter acesso ao modelo, a empresa deve apresentar seu desafio tecnológico à Unidade com a competência técnica que se enquadra às necessidades de seu projeto. A Embrapii possui contrato de gestão com o Governo Federal, por meio dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Etanol de milho é aposta segura na produção de biocombustíveis

A demanda por biocombustíveis é um caminho sem volta. Relatório recente da Agência Internacional de Energia (IEA) mostra que a demanda global de biocombustíveis deve crescer cerca de 22% nos próximos quatro anos, o equivalente a 35 bilhões de litros anuais durante o período de 2022 a 2027.

Segundo a projeção, Brasil, Canadá, Estados Unidos, Indonésia e Índia representam 80% dessa expansão.

No Brasil, o etanol está presente em 50% da locomoção motorizada terrestre, participação que só tende a crescer. Comprovando esta tendência, nos últimos 10 anos 18 plantas de etanol de milho foram instaladas e 9 estão em construção no momento. Segundo dados da União Nacional do Etanol do Milho (Unem), a produção é estimada em 6 bilhões de litros de etanol de milho na safra 2023/2024 - cerca de 19% de todo o etanol consumido no país – o que representa uma alta de 36% em relação ao ano passado e de 800% nos últimos cinco anos.

A indústria dos biocombustíveis tem possibilitado novos caminhos para energias renováveis, e o desenvolvimento de soluções biotecnológicas é chave para impulsionar a rentabilidade da indústria do etanol de milho, proporcionando maior produtividade, qualidade e fluxos de produção otimizados. A produção de etanol de milho no Brasil ainda apresenta vantagens em relação a outros países, pois o clima do país possibilita várias safras ao ano, uma produção que pode ser destinada tanto para alimentos como para biocombustíveis.

Para Rafael Piacenza, gerente de desenvolvimento de negócios da Novozymes, empresa líder mundial no fornecimento de enzimas e leveduras para a indústria de etanol de milho, os números positivos apresentados por esta indústria são explicados pela robustez do seu modelo de negócio. “Do lado do custo, os coprodutos correspondem a 30% do

faturamento, equivalendo a aproximadamente metade do despendido com o milho. Do lado da receita, há uma correlação indireta entre o milho e o petróleo que no longo prazo ajusta a relação entre o custo do milho e o preço do etanol, garantindo a perpetuidade da operação”.

IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA NA RENTABILIDADE DA OPERAÇÃO

Segundo o especialista da Novozymes, o Brasil já se encontra na segunda onda de desenvolvimento da indústria de etanol de milho e, por isso, é importante que o setor se prepare para atender as demandas, mas também para enfrentar eventuais períodos de crise de abastecimento de combustíveis. “Assegurar a rentabilidade da operação em cenários de incertezas passa por três pontos: tecnologia de processo, estratégia de operação e biotecnologia avançada”.

Piacenza afirma que a tecnologia de processo é fundamental para o sucesso econômico da operação e para a segurança do investimento. “Há no mercado diversas opções de tecnologia de processo, e o investidor deve estar atento a fatores além do custo de implantação da fábrica. Investir em uma planta sem a etapa de evaporação da vinhaça fina para produção de DDGS, sem extração de óleo e de baixo rendimento de etanol pode significar até 25% menos faturamento e um resultado financeiro até 40% menor, comprometendo a viabilidade econômica do negócio”, ressalta.

Ele explica que uma tecnologia de processo adequada permite flexibilidade na adoção da estratégia de operação da planta. “Apesar do rendimento de etanol por tonelada de milho ser a métrica de eficiência mais difundida no mercado, o caminho mais curto para maximizar a rentabilidade em uma planta industrial de etanol de milho passa pelo aumento do teor de sólidos no processo, maximizando a produção de etanol e coprodutos sem demandar, necessariamente, investimento em aumento de capacidade do ativo”.

“Para demonstrar o potencial desta estratégia de operação, simulamos uma

planta de etanol de milho de aproximadamente 450 milhões de litros/ano. O resultado da simulação indica que a elevação em 2 pontos percentuais nos sólidos da fermentação pode maximizar os resultados em 37 milhões de reais (lucro líquido).

Por outro lado, para atingir este mesmo resultado por meio do aumento de rendimento de etanol, seria preciso elevar a performance em até 20 litros por tonelada. Isso significa um aumento de rendimento em mais de 4%, desafio que esbarra nos limites do processo e da matéria prima", destaca Piacenza.

Seguindo sua linha de raciocínio, o especialista ressalta que soluções biotecnologias avançadas são indispensáveis para a rentabilidade da operação. "Operar uma planta de alta tecnologia com alto teor de sólidos depende não só dos equipamentos, mas também da biotecnologia aplicada na operação. Para extrair o máximo do ativo e da matéria-prima, são necessárias enzimas e leveduras de alto desempenho que, além de possuírem alta robustez para operar em condições extremas, asseguram o alto rendimento da operação como um todo, maximizando a conversão do milho em etanol e a extração de óleo".

Rafael Piacenza resume que "o sucesso econômico de uma planta de etanol de milho reside no tripé da operação de alta rentabilidade: tecnologia de processo, operação com alto teor de sólidos e biotecnologia avançada. Aliando estes pontos é possível incrementar a produção em até 15% na capacidade de processamento, elevar o rendimento global da operação, adicionando de 5% a 7% a mais de etanol e de 15% a 20% mais óleo por tonelada de milho, e reduzindo a necessidade de fontes de nitrogênio, como a ureia, para o processo. Associados, estes benefícios garantem a rentabilidade e segurança da operação, como já demonstrado em situações de incertezas políticas e econômicas do país", afirma o especialista.

A Novozymes é líder mundial em soluções biológicas. Juntamente com clientes, parceiros e a comunidade internacional, aprimora o desempenho industrial ao mesmo tempo em que preserva os recursos do planeta e auxilia na construção de uma vida melhor. Como maior provedor mundial de tecnologias microbianas e de enzimas, a bioinovação da empresa permite maior produção agrícola, lavagem à baixa temperatura, produção energeticamente eficiente, combustível renovável e muitos outros benefícios com os quais conta-se hoje e no futuro, chamando isso de "Repensar o Amanhã".

Reforma Tributária: Fenafisco alerta para os riscos da criação de um conselho de administração federativo

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) alerta sobre o relatório da Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional. A entidade chama a atenção para o perigo de subordinar os fiscos, responsáveis pela administração tributária, a um conselho de administração que poderá ser composto por membros da iniciativa privada.

De acordo com a entidade, caso essa medida seja consolidada na proposta da Reforma Tributária, pode-se comprometer o sigilo das operações mercantis, dos dados, da vida privada e da intimidade dos cidadãos. Tal situação levanta sérias preocupações quanto à proteção dos direitos individuais e à segurança dos contribuintes.

Outra questão é o risco de ter mais o dinheiro público gerido por uma entidade que irá concentrar cifras astronômicas para depois repassar aos entes subnacionais. Além disso, há uma inquietação com relação à possibilidade de decisões administrativas em matéria tributária serem tomadas pelos próprios autuados, em vez de serem atribuição dos servidores de carreira da administração tributária. A Fenafisco considera essa possibilidade uma aberração, sem comparação em países desenvolvidos.

A entidade destaca ainda que, um conselho federativo ameaça o pacto federativo, elimina a autonomia dos entes federados e, por consequência, coloca em risco o próprio conceito de democracia. A entidade ressalta a importância de garantir a segurança jurídica e a estabilidade das instituições tributárias.

Diante desses alertas, é essencial que a proposta da Reforma Tributária seja amplamente debatida, levando em consideração os riscos mencionados pela Fenafisco, a fim de garantir uma legislação justa, eficiente e que respeite os direitos, a privacidade dos contribuintes, o federalismo fiscal e a autonomia dos entes subnacionais.

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO), fundada em 1979, em Recife-PE, é uma entidade sindical com base territorial nacional, representativa dos servidores públicos fiscais tributários da Administração Tributária Estadual e Distrital, de todas as unidades da República Federativa do Brasil. Congrega 31 Sindicatos, perfazendo, no total, mais de 32 mil filiados.

Reforma tributária pode acrescentar 2,39% ao PIB do Brasil até 2032

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que a aprovação da reforma tributária pode acrescentar 2,39% ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil até 2032. O levantamento simulou os impactos econômicos, regionais e setoriais das propostas de reforma sobre o consumo que estavam em discussão no Congresso Nacional nos últimos anos: a PEC 110/2019 e a PEC 45/2019.

Autor do estudo, João Maria de Oliveira estimou os impactos econômicos das duas PECs e da versão preliminar do substitutivo da PEC 45, apresentada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) em 22 de junho. O texto sofreu alterações, mas foi votado e aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 7 de julho.

Em um dos cenários, com a versão inicial da PEC 45, a economia brasileira cresceria 5,75% até 2036 (ano em que se encerraria o período de transição proposto pelo texto original). Com a versão inicial da PEC 110, cuja adaptação se encerraria em 2032, o PIB poderia subir 4,48% até lá.

Ao tratar especificamente do substitutivo da PEC 45, o potencial de crescimento do PIB é de 2,39% no acumulado até 2032, quando o futuro modelo entraria em vigor. Segundo Oliveira, os resultados permitem afirmar que a reforma tributária produzirá efeitos positivos. "As mudanças nos tributos sobre o consumo tendem a diminuir os efeitos sobre os preços relativos que o sistema atual, penalizando menos os setores industriais".

O especialista atribui os menores ganhos de PIB, produtividade e emprego estimados a partir do substitutivo da PEC 45, na comparação com as demais analisadas pelo estudo, à manutenção de alguns regimes especiais e exceções. E, em menor escala, à alíquota de imposto efetiva maior. Em outras palavras, isso quer dizer que a versão ratificada pelos deputados federais prevê tributação mais baixa sobre produtos e serviços ligados à saúde, educação, transporte, produtos agropecuários, itens de higiene pessoal, assim como regimes especiais para combustíveis, setor financeiro e turismo, por exemplo.

"AQUECIMENTO DO MODELO ECONÔMICO"

Professor de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o advogado Arnaldo Sampaio diz que o levantamento é mais um a estimar avanço da economia brasileira como consequência da simplificação do sistema tributário.

"Há vários estudos que apontam que esta reforma tributária iria ter como resultado o aquecimento do modelo econômico, resultando em uma economia de energia e uma ampliação do nosso Produto Interno Bruto. A reforma tributária tende, naturalmente, a reduzir a carga tributária, liberando recursos do setor produtivo, que teria como resultado e como benefício o Brasil como um todo", acredita.

TRAMITAÇÃO

Para passar a valer, a reforma tributária precisa do aval dos senadores, que começarão a analisá-la a partir de agosto. Segundo o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), alguns pontos do texto que foram incluídos na reta final da tramitação na Câmara receberão atenção especial na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e na Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE.

"A gente tem que estar muito atento a essas mudanças que vieram de última hora, porque não dá nem para pensar em votar algo que signifique aumento de carga tributária e aumento de imposto. A reforma tributária deve vir para melhorar a vida de quem produz, de quem paga o imposto. Não é para melhorar a vida de quem cobra o imposto, nem para aumentar a arrecadação dos governos", ressaltou.

Fonte: Brasil 61 – Felipe Moura

Reforma Tributária precisará de ajustes no Senado

Questões como a isenção de produtos da cesta básica foram resolvidas, mas a possibilidade de aumento da carga de tributos sobre o setor que mais emprega permanece

A próxima etapa da Reforma Tributária — a votação no Senado Federal após a aprovação na Câmara dos Deputados, ocorrida na semana passada — será fundamental para inserir a proposta em um debate mais amplo com a sociedade e, principalmente, com as empresas. Esse continuará sendo o esforço da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Nos últimos momentos da tramitação, o texto passou por alterações substanciais que, apesar de contemplar alguns pontos positivos, ainda necessita de alterações para evitar que setores importantes sejam prejudicados com o aumento do custo para conformidade fiscal.

Dentre os pontos positivos, a FecomercioSP percebe, por exemplo, a inserção de segmentos do setor de serviços na lista de alíquotas diferenciadas (reduzidas em até 60%) dos dois novos tributos: o IBS e o CBS. Foram incluídas as atividades jornalísticas, culturais e audiovisuais nacionais, além de outros pontos, demonstrando que a agenda da Entidade foi atendida de forma parcial. Contudo, para a FecomercioSP, a Reforma Tributária ainda não resolveu outros pontos impactantes à economia, qual seja, o iminente aumento de carga tributária para os segmentos do setor de serviço não contemplados pelas alíquotas diferenciadas, a limitação da transferência de crédito do Simples Nacional e o longo período de transição, em que os contribuintes deverão arcar com obrigações de dois sistemas tributários simultâneos.

Nesse sentido, a entidade mantém a percepção de que, se a ideia da PEC de prever uma tributação diferenciada tenha como objetivo evitar o sufocamento do setor de serviços, esse tratamento deveria ser estendido aos demais segmentos que o integram a fim de que não acabem suportando a elevação da tributação, em detrimento daqueles que recebem tratamento diferenciado. Assim, o dilema permanece. Da mesma forma, a inclusão de alguns segmentos produtivos na lista de atividades com regimes específicos de tributação — como sociedades cooperativas e, principalmente, serviços de hotelaria e parques temáticos, entre outros — marca a preocupação dos parlamentares com o aumento de impostos. Fica visível, nesse escopo, os impactos ao setor do turismo, que ainda se recupera das perdas da pandemia. Ainda que não contemple em sua integralidade o setor mais importante da economia (os serviços), esses ajustes mostram que houve avanços — e que estes devem continuar durante a tramitação no Senado.

Tão positiva quanto foi a concessão de crédito presumido para contribuintes fundamentais à agenda ambiental, como os que consomem produtos destinados à reciclagem ou que fazem parte da Logística Reversa (LR). Trata-se de uma consideração significativa para a pauta que, desde já, é uma das prioritárias ao País. Da mesma forma, a isenção de produtos da cesta básica, inserida no texto às vésperas da votação, é vista com bons olhos, o que vale também para a transferência de crédito dos tributos pagos no regime diferenciado.

A Federação e os sindicatos filiados seguem, agora, acompanhando os trâmites no Senado Federal, mais do que nunca contrários a qualquer proposta que possa aumentar a carga tributária e favoráveis a uma reforma que avance em direção à simplificação, à modernização e à desburocratização do sistema tributário brasileiro. A legislação atual, fruto de debates há três décadas, penaliza o empresariado e prejudica o ambiente de negócios nacional. Entretanto, é importante que essa mudança aconteça preservando os pilares da economia do Brasil, e não os enfraqueça.

Para a FecomercioSP e seus filiados, três pontos são fundamentais para a aprovação da Reforma Tributária:

1) Redução (ou, ao menos, manutenção) da carga tributária setorial, uma vez que os contribuintes já suportam elevadíssima tributação.

2) Simplificação do sistema tributário, mediante a adoção de legislação nacional do ICMS e do ISS, com tributação no destino e cadastro e nota fiscal unificados, além de eliminação de obrigações acessórias em duplicidade — ocasionando a consequente redução do elevado custo de conformidade fiscal — e extinção das multas abusivas e desproporcionais;

3) Segurança jurídica, com a manutenção das terminologias já adotadas e consagradas, cujos limites e conceitos levaram anos para serem consolidados pela jurisprudência.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Mineração amplia faturamento e recolhimento de tributos em 6% no 1º semestre

Dados se mostram superiores aos do 1º semestre de 2022. Mineradoras criam mais empregos e vão investir mais de US$ 6,5 bilhões em projetos socioambientais. IBRAM também aponta riscos severos para a competitividade do setor

A indústria da mineração apresentou, no 1º semestre de 2023 (1S23) desempenho superior ao do 1º semestre de 2022 (1S22), aponta o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

Na comparação entre os dois períodos (1S23 X 1S22), o faturamento (R$ 120 bilhões) e o recolhimento de tributos e encargos (R$ 41,4 bilhões) pelo setor cresceram 6% cada; as exportações de minério de ferro caíram 9% (em dólar); preços das principais commodities minerais caíram (ex: minério de ferro -15%), à exceção do ouro (+3,7%); foram geradas quase 5 mil vagas de trabalho direto (de janeiro a maio); exportações e importações caíram, respectivamente, 5,7% e 34% (em dólar); as mineradoras anunciam mais de US$ 6,5 bilhões em projetos socioambientais.

"A perspectiva é que ao longo de 2023 o resultado dessa indústria se mostre mais favorável do que o registrado em 2022", informa o diretor-presidente Raul Jungmann. Ele concedeu entrevista coletiva para divulgar, nesta 4ª feira (19/7), o balanço da mineração do Brasil no 1º semestre. Os dados completos do desempenho da mineração no 1S23 podem ser acessados no website do IBRAM.

RISCOS À COMPETITIVIDADE DA MINERAÇÃO

Jungmann, no entanto, aponta riscos nessa trajetória. A inclusão do artigo 20 na reforma tributária pela Câmara dos Deputados precisa ser revista pelo Senado Federal, avalia. Ele é desastroso para o setor produtivo e as exportações, na visão do IBRAM. "Contraria a própria reforma, aumenta a carga tributária e põe sob risco severo a competitividade internacional da mineração do Brasil, justamente em um momento em que o país precisa expandir essa atividade. É um contrassenso, portanto", declara.

O artigo 20 permite instituir contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação, em substituição à contribuição a fundos estaduais. "Recentemente, vários governos estaduais e também municipais passaram a criar encargos ao setor mineral, em valores que consideramos abusivos em relação ao pretenso serviço de fiscalização a ser prestado. E há o caso de Goiás, que criou um instrumento que, na prática, inviabiliza os efeitos de uma lei federal, a Lei Kandir, voltada a incentivar as exportações e acaba por taxar os setores exportadores", explica Jungmann. Ele diz que a manutenção do artigo 20 pode estimular mais estados a fazer o mesmo.

Segundo o presidente do IBRAM, o momento atual é favorável a se expandir, por exemplo, a produção e a consequente oferta de minérios cruciais para o país e as demais nações poderem cumprir agendas globais importantes, como a da transição para uma economia de baixo carbono e a de mitigação dos impactos das mudanças climáticas. São minérios, como terras raras, titânio, vanádio, lítio, zinco, ferro, cobre, bauxita e níquel. "Já há investimentos encaminhados nesse sentido, mas o artigo 20 pode colocá-los na gaveta", afirma.

"O IBRAM passou a integrar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e o colegiado vai discutir estímulos para ampliar a oferta desses e de outros minérios. Consequentemente, a questão do artigo 20 será ali debatida, pois pode afetar negativamente o desempenho de mais setores econômicos, e não apenas o da mineração", informa Raul Jungmann.

DADOS DA PESQUISA IBRAM – 1º SEMESTRE 2023

O IBRAM informa que a produção mineral em toneladas no 1º semestre de 2023 (S123) ainda está pendente nos dados da Agência Nacional de Mineração.

FATURAMENTO POR ESTADO

Os estados mineradores, à exceção do Pará, observaram elevação no faturamento com a atividade mineral no 1º semestre deste ano em relação ao 1º semestre de 2022. O estado com maior faturamento, Minas Gerais, registrou elevação de 12%, saltando de R$ 45,2 bilhões para R$ 50,5 bilhões. Já São Paulo teve elevação de 22%, passando de R$ 3,6 bilhões para R$ 4,4 bilhões. O crescimento no Mato Grosso foi de 19%, de R$ 2,9 bilhões para R$ 3,5 bilhões. A queda no Pará foi de 4%: de R$ 41,4 bilhões para R$ 39,8 bilhões, em razão da variação no total produzido no 1º trimestre, por causa de chuvas e outros fatores influenciadores da produção.

Segundo o Instituto, MG ampliou sua participação no faturamento/país de 40% para 42% e o PA observou redução de 37% para 33% na comparação entre os 1ºs semestres de cada ano. Em compensação, o PA receberá o maior volume de investimentos até 2027: 32,1%.

Entre as substâncias minerais, o minério de ferro teve crescimento de faturamento de 3%, de R$ 68,3 bilhões para R$ 70,1 bilhões. Houve queda de 15,3% no preço do minério de ferro em relação ao 1S22. E também queda nos preços de todas as commodities minerais, exceto ouro (alta de 3,7%).

O cobre permaneceu estável com R$ 7,9 bilhões. A variação positiva do faturamento do segmento calcário dolomítico foi de 36% (de R$ 3 bilhões para R$ 4,1 bilhões), o da bauxita foi de 18% (de R$ 2,6 bilhões para R$ 3,1 bilhões). Já o ouro apresentou decréscimo de 3%, com redução de R$ 11,6 bilhões para R$ 11,2 bilhões.

MINERAÇÃO AUMENTA FATURAMENTO, RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Estes resultados, entre outros, explicam a variação positiva do faturamento da indústria mineral de 6%, passando de R$ 113,2 bilhões no 1S22 para R$ 120 bilhões no 1S23. A arrecadação de tributos e encargos também se elevou: de R$ 39 bilhões para R$ 41,4 bilhões, um crescimento de 5,9%, sendo 1,9% de crescimento referentes ao recolhimento da CFEM, contribuição do setor sobre a produção mineral.

A indústria da mineração também está gerando mais empregos diretos. De janeiro a maio deste ano foram mais quase 5 mil vagas. Retroagindo a janeiro de 2021, o total até maio deste ano supera 18 mil vagas diretas. Atualmente, o setor emprega mais de 206 mil pessoas e, indiretamente, são mais de 2 milhões de empregos gerados.

INVESTIMENTOS DO SETOR MINERAL ATÉ 2027

O setor mineral mantém projeção de US$ 50 bilhões de investimentos até 2027. Destacam-se investimentos para minério de ferro (34%), socioambientais (13% = mais de US$ 6,5 bilhões), fertilizantes (10%), bauxita (10%), cobre (9%) e logística (9%). Estão também previstos investimentos para a produção de outros minérios cruciais para a transição energética, como terras raras, titânio, vanádio, lítio, além de zinco, ferro, cobre, bauxita e níquel.

Além do PA, que receberá 32,1% dos investimentos até 2027, serão destinados 26,3% para MG e 23,6% para a Bahia.

IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE MINÉRIOS CAEM NO 1º SEMESTRE

Outra boa notícia é que as importações de minérios no 1S23 caíram em relação ao 1S22: 34,22%, de US$ 9,41 bilhões para US$ 6,19 bilhões.

No entanto, as exportações de minérios decaíram 5,7% em dólar, de US$ 21,07 bilhões (1S22) para US$ 19,85 bilhões (1S23).

Com isso, o saldo da balança comercial de minérios totalizou US$ 13,66 bilhões no 1S23, valor 17,21% superior aos US$ 11,65 bilhões do 1S22. O saldo mineral equivale a 30% do saldo da balança comercial brasileira no 1S23 (US$ 45,06 bilhões).

O minério de ferro foi responsável por 68,9% das exportações em US$; ouro, cobre e nióbio foram responsáveis por 9,2%, 8% e 5,8%, respectivamente. China é a principal compradora de minério de ferro (65%), manganês (62,6%) e nióbio (44,8%); o Canadá o maior de ouro (34,2%).

Em toneladas, as exportações de minérios cresceram 10,2%, de 160,8 milhões de toneladas no 1S22 para 177,2 milhões de toneladas no 1S23. A variação, em toneladas do minério de ferro foi de 9,8% em toneladas (169,6 milhões de toneladas no 1S23) e de 9% negativos em dólar (de US$ 15 bilhões para US$ 13,7 bilhões).

EXPORTAÇÕES DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS NO COMPARATIVO ENTRE O 1S22 E O 1S23:

Ouro – queda de 21,5% em dólar e de 5,5% em toneladas;
Bauxita – aumento de 34% em dólar;
Caulim – queda de 29% em dólar;
Cobre – elevação de 32% em dólar;
Manganês – elevação de 45% em dólar;
Nióbio – crescimento de 9% em dólar;
Pedras e revestimentos – queda de 14% em dólar.

Nas importações, destaque para as quedas em US$ nas compras de carvão (-30% em dólar), cobre (-15%), enxofre (-14%), potássio (-44%) e zinco (-18%), em relação ao 1S22. O potássio foi responsável pela maior parcela das importações minerais (44%), seguido pelo carvão (38%) no 1S23.

Mercado de telecomunicações brasileiro deve chegar a mais de US$40 bilhões nos próximos cinco anos

Alta procura de ISPs por combos e adesão ao sinal 5G irão impulsionar o setor

Shutterstock/Suwin

Conforme pesquisa divulgada recentemente pela Mordor Intelligence, empresa do ramo de análise e consultoria industrial, o mercado brasileiro de telecomunicações terá uma CAGR (taxa de crescimento anual composta) de 6,17% nos próximos 5 anos. É esperado um crescimento de US$30,26 bilhões em 2023 para US$40,82 bilhões até 2028.

Para Carolina Straccia, gerente de marketing da MultTV, empresa especializada em compartilhamento de headend e streaming, um ponto importante deste crescimento é a procura dos ISPs - Provedores de Internet, por combos de TV via streaming + internet. "Estamos com uma alta demanda de provedores de todo o país por combos. Este pacote é muito interessante por agradar a todos os públicos e inclusive por ser uma novidade em cidades mais afastadas das metrópoles, onde as grandes companhias não chegam", explicou. "A tendência é que a procura por esses serviços fique cada vez maior", concluiu.

Outro fator importante para a ascensão do mercado de telecomunicações é a transição para a rede 5G no país, que oferece o desenvolvimento de novas aplicações e serviços, além de conexões rápidas e estáveis. É esperado que a demanda por implantação de redes 5G cresça significativamente com a gradativa adoção de conexões de smartphones. Conforme relatório da GSMA, associação internacional que representa operadores de telefonia móvel, o Brasil é o primeiro país esperado a ter mais de US$218 milhões em conexões de smartphones até 2025.

A combinação entre o setor de telecomunicação e o 5G é inevitável, um potencial com muito a ser explorado. A tecnologia proporciona alta transmissão de dados com maior eficiência, apresenta baixa latência, coleta e analisa dados em tempo real, entre outros benefícios.

"Serviços de OTT e TV por assinatura irão se desenvolver muito com a conexão de banda larga com e sem fio. Por conta disso, a expectativa para o crescimento do mercado de telecom no Brasil é grande", comentou Straccia. "No momento temos diversos fatores influenciando no melhoramento e avanço do setor, a expectativa é a melhor possível para os próximos anos", finalizou.

A MultTV é uma empresa especializada em compartilhamento de headend e streaming, que busca viabilizar a oferta de TV por assinatura a custos acessíveis. A companhia, que opera desde 2015, tem um modelo de negócio único, atuando em parceria com a SES (empresa de satélites reconhecida mundialmente) e apoio da Associação NEO e de programadoras de TV.

Cooperativismo avança em Minas e estimula geração de empregos

Vagas de trabalho no setor aumentam 7% em 2022, segundo dados divulgados pelo Sistema Ocemg

A taxa de emprego no setor cooperativista mineiro subiu 7% em 2022, com a geração de 3.579 postos de trabalho, segundo dados do Anuário 2023 do Sistema Ocemg, divulgado hoje (11 de julho) pela entidade. Comparativamente, o aumento de vagas geradas pelas cooperativas supera a taxa de desocupação em Minas no primeiro trimestre de 2023, que bateu em 6,8% da população economicamente ativa, em relação ao quarto trimestre do ano passado, conforme a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE.

Os ativos totais do cooperativismo mineiro, que constituem o conjunto de recursos econômicos e financeiros que são administrados pelas cooperativas, cresceram 20,7% no ano, alcançando R$ 134,4 bilhões e consolidando uma expansão de 132,5% nos últimos cinco anos. Nesse período, os setor evoluiu 120,7% em sua movimentação econômica, passando de R$ 53,7 bilhões para R$ 118,4 bilhões. Hoje, o cooperativismo responde, sozinho, por 12,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, que conta com surpreendentes 39,2% de sua população envolvida nessa atividade.

"O desempenho econômico é a força motriz que reboca o desenvolvimento social. É do resultado do exercício econômico bem feito, com decência e transparência, que se constrói o social. Aqui em Minas, o cooperativismo vem avançando há cinco anos, independentemente de crise e de pandemia", afirmou o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato, comemorando os números robustos do setor.

Minas Gerais reúne 803 cooperativas que contribuem com um desempenho acima da média para o desenvolvimento do estado. De 2021 para 2022, o número de cooperados saltou 16,7% – de 2,4 milhões para 2,8 milhões.

O Anuário 2023 é uma publicação do Sistema Ocemg que apresenta os números consolidados das cooperativas de Minas Gerais e os indicadores de desempenho econômico, social e financeiro do setor. O documento traz ainda um ranking geral das 50 maiores cooperativas mineiras, considerando quantidade de cooperados, funcionários, ingressos/receitas totais, sobras do exercício, ativos totais, capital social e patrimônio líquido. Os dados completos dessa pesquisa estão disponíveis no site da entidade: https://sistemaocemg.coop.br/publicacoes/?tab=0

Ações da Apple atingem valor de mercado de US$ 3 trilhões pela 2ª vez e corresponde a uma vez e meia de todo o PIB-Produto Interno Bruto brasileiro anual

As ações da big tech subiram 1,6% para US$ 192,6, atingindo uma alta recorde de US$ 193,15

De acordo com o Poder 360, o valor de mercado da Apple ultrapassou a marca dos US$ 3 trilhões no dia 30 de junho pela 1ª vez desde janeiro de 2022. As informações são da Reuters. As ações da empresa, que é atualmente a companhia listada em bolsa mais valiosa do mundo, subiram 1,6% para US$ 192,6, atingindo um recorde de US$ 193,15 durante o dia. Elas aumentaram quase 46% este ano, resultando em um valor de mercado da empresa em torno de US$ 3,02 trilhões.

O aumento do valor de mercado da empresa norte-americana é resultado dos investimentos da Apple em novos mercados, como a realidade virtual com o lançamento do óculos Vision Pro. Em 3 de janeiro de 2022, a capitalização de mercado da Apple ultrapassou a marca dos US$ 3 trilhões em negociações, pela 1ª vez. As ações chegaram a ser vendidas a US$ 182,88 no dia. No último relatório trimestral, a empresa registrou US$ 94,8 bilhões em receita e US$ 24,16 bilhões de lucro líquido, representando uma queda de 3% e 2,5% em comparação ao mesmo período de 2022. O iPhone foi o produto mais vendido, com uma receita crescente de 1,5%, enquanto as vendas do Mac e iPad caíram 31% e 13%, respectivamente. Os serviços da Apple, como assinaturas mensais e produtos da App Store, renderam US$ 20,9 bilhões em receita, um aumento anual de 5,45%.

Um alerta sobre malefícios da concentração bancária

De acordo com BC, apesar da competição dos Bancos Digitais, os cinco grandes bancos dominam a utilização de cartões de crédito no Brasil. Para o economista, Wagner Moraes, isso significa concentração bancária desigual e prejudicial ao consumidor final

No dia 29 de junho último, um relatório divulgado pelo Banco Central apontou que a utilização de cartões de crédito no país ainda está nas mãos dos cinco maiores Bancos - Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e CEF.

Nos últimos anos, o crescimento dos bancos digitais, como C6 Bank e Nubank, geraram muita concorrência para o setor de crédito e pós-pago, porém, de acordo com o BC, ainda temos uma parcela grande da população optando pelos bancos tradicionais, mais de 60% do mercado.

Para o especialista em macroeconomia, Wagner Moraes, este dado mostra o quanto ainda há concentração bancária desigual no Brasil. Segundo o economista, o Brasil possui a 2ª maior concentração bancária do mundo, só perde para a Holanda, o qual é um caso à parte, pois equivale afirmar que praticamente só tem 2 bancos na Holanda, além de levarmos em conta a dimensão geográfica e populacional.

"O estímulo à concorrência é bom para qualquer setor econômico. Com ele, aumentam as possibilidades de negócios, diminui a força dos grandes grupos e oligarquias no tabelamento de preços e qualidade dos serviços, ainda mais no setor bancário cujo o preço que se paga para fazer transações é muito caro, com tarifas ainda fora da realidade e possibilidade de margens de lucro de até 15.000% em determinados serviços prestados. Sem contar a oferta de crédito a preços justos que é fundamental para colocar o país novamente na rota do crescimento", destaca o especialista.

Wagner aponta que o impacto da descentralização para o consumidor final é extremamente positivo, pois permite acesso a mais linhas de crédito com juros bem menores, além de prazos mais longos. "Com a descentralização, pode haver uma redução nas tarifas cobradas sobre as transações bancárias. Hoje, enquanto os Bancos tradicionais ainda cobram preços absurdos, muitas fintechs e Bancos Digitais nem cobram tarifas sobre movimentações financeiras, sem falar na qualidade do atendimento, pois os digitais conseguem resolver a grande maioria dos seus problemas com apenas um clique no seu aplicativo e no conforto da sua casa", finaliza.

Isenção de Imposto de Importação até US$ 50: o que realmente muda para compras na Shopee, Aliexpress e Shein?

Nova proposta pode facilitar a importação de mercadorias e nivelar a competição

Em uma nova postura, o Governo Federal anunciou uma medida que define a isenção de imposto de importação em compras realizadas pela internet no valor de até US$ 50. A nova regra, que entrará em vigor a partir de 1º de agosto deste ano, busca nivelar a competição entre as empresas nacionais e estrangeiras, proporcionando melhores condições para os varejistas.

A proposta vem após inúmeros problemas após o aumento da fiscalização e o anúncio do fim da isenção de transições entre pessoas físicas, no início do ano. Porém, com o crescente uso de plataformas de e-commerce estrangeiras pelos consumidores brasileiros, as lojas online internacionais têm ganhado popularidade devido a preços atrativos e variedade de produtos.

Fábio Pizzamiglio, diretor da Efficienza, empresa especializada no comércio exterior, destaca a importância das novas regras para o setor e aponta o que realmente muda com a nova proposta. "Acredito que essa adaptação era necessária. Principalmente pois as regras que falavam sobre a questão eram obsoletas e não se adequavam às necessidades atuais. É importante destacar que também vemos uma valorização internacional do Real, o que torna a medida adequada para o momento", afirmou o executivo.

O executivo ainda completa afirmando que, "com o avanço do e-commerce, era necessário um regramento específico para essas compras, considerando a complexidade da fiscalização e o volume expressivo de encomendas." Esse problema já podia ser observado com o relato de atrasos e problemas com as compras em lojas como a Shopee, Aliexpress e Shein, principalmente após o cerco do governo em abril.

"É importante a permanência de um diálogo com essas lojas, principalmente para evitar problemas no desembaraço das encomendas, algo que traz dor de cabeça para os consumidores brasileiros", completou o executivo. Uma das principais vantagens da medida é que a declaração de importação será feita pelas empresas antes do envio da mercadoria, e os impostos estarão inclusos no preço final do produto. Isso significa que o consumidor não será taxado novamente quando a compra chegar ao Brasil, agilizando o processo de liberação das encomendas e tornando-o mais eficiente.

Vale ressaltar que a isenção de imposto de importação em compras de até US$ 50 se aplica às empresas que aderirem ao programa Remessa Conforme, tanto aquelas que realizam envios pelos Correios quanto por empresas privadas. "É importante destacar que a medida não altera a taxa de imposto de importação de 60% que já é aplicada atualmente para compras de valores mais elevados. Portanto, os consumidores devem estar cientes de que ainda haverá a cobrança desse imposto para compras acima de US$ 50", explicou o executivo.

Além disso, foi autorizado um novo convênio que permite aos estados e ao Distrito Federal reduzir a base de cálculo do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) nas operações de importação realizadas por remessas postais ou expressas. Essa redução resulta em uma carga tributária equivalente a 17%, incluindo possíveis adicionais previstos na legislação estadual, independentemente da classificação do produto importado. No entanto, essa redução só se aplica se a encomenda internacional tiver sido submetida ao Regime de Tributação Simplificada (RTS) no âmbito federal, conforme estabelecido pelo Decreto-lei Federal nº 1.804/1980. Além disso, outros benefícios fiscais relacionados ao ICMS não se aplicam às importações realizadas por remessas postais ou expressas.

Outro aspecto importante destacado pelo executivo é a necessidade de uma reforma tributária. Segundo Pizzamiglio, a questão atualiza a regra e estabelece facilitações para o consumidor final, que está habituado a consumir nas lojas online. Porém, de qualquer forma, a regra ainda é uma medida das inúmeras que serão necessárias para tornar a indústria brasileira competitiva, visando a exportação, e o comércio internacional mais simplificado.

A Efficienza é uma empresa fundada em 1996 com o intuito de prestar serviços de assessoria em comércio internacional. A empresa se destaca como solução integral na área de despacho aduaneiro, logística internacional e assessoria em comércio internacional. A empresa é detentora de 5% do market share de Drawback e isenção no Brasil.

Meta de inflação: mudança pode impactar o mercado?

Analistas comentam sobre a alteração no formato que não levará mais em conta o ano-calendário

No dia 29 de junho último, Fernando Haddad - ministro da Fazenda, anunciou que o governo decidiu mudar o regime de metas de inflação. A meta será contínua em 3% a partir de 2025 e não mais levando em conta o ano-calendário, ou seja, de janeiro a dezembro. Dessa forma, a meta será definida sem calendário fixo estabelecido.

Segundo Haddad, o "horizonte relevante" a ser perseguido com a meta contínua será definido pelo Banco Central, mas provavelmente será de 24 meses, seguindo o exemplo de outros países.

A seguir a opinião de alguns especialistas do mercado financeiro sobre o assunto.

Idean Alves, sócio e chefe da mesa de operações da Ação Brasil Investimentos

"Foi sem dúvida a decisão mais prudente, por conta do contexto econômico, em que uma mudança agora na meta da inflação geraria uma instabilidade econômica e pressão sobre juros, inflação. Geraria também dúvida no investidor local, mas principalmente no investidor estrangeiro e institucional. Tudo isso traria muito mais instabilidade para a economia e para o País, do que traria pontos positivos.

Foi a decisão mais assertiva do que uma mudança na canetada. Ver essa trajetória ao longo do tempo é mais inteligente, até para que as regras do jogo sejam mais claras para todos os participantes do mercado".

Dierson Richetti, sócio da GT Capital

"Não é só a questão dos 3%. Essa decisão mostra de fato para o mercado uma união entre o Banco Central, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento para manter um equilíbrio macroeconômico para o Brasil. Mostra que as três áreas estão trabalhando de uma maneira correta e para um mesmo caminho. E que as casas estão de acordo com a política que vem sendo adotada pelo Banco Central.

O ponto que eu chamo mais atenção da reunião foi o consenso em relação à nova metodologia que vai ser implantada a partir de 2025. Atualmente tem-se um único ano para se buscar a meta, mas a partir de 2025 terá início o regime contínuo, que é um processo muito mais eficiente, na minha visão. Além disso, é um modelo implantado no mundo inteiro hoje e isso dá mais margem para o Banco Central poder trabalhar melhor a banda e o controle da inflação porque há uma previsibilidade maior de tempo".

Ricardo Jorge, especialista em renda fixa e sócio da Quantzed

"Eu vi a decisão como muito positiva, tanto é que a resposta do mercado também foi muito boa, assim que houve o anúncio, com DIs caindo e bolsa subindo. A decisão veio em linha com o que o mercado esperava. Esse é o ponto mais importante, já que existia uma dúvida em relação ao que seria feito. Então, a manutenção da meta em 3% e a transformação de ano-calendário em meta contínua são notícias muito positivas. Nessa sexta, podemos ver uma continuidade desse movimento otimista se os indicadores a serem divulgados vierem em linha também".

Stellantis acelera em junho e consolida liderança na América do Sul no primeiro semestre de 2023

A Stellantis acelerou o ritmo no mês de junho e consolidou sua liderança no Brasil, Argentina, Chile e América do Sul no primeiro semestre do ano. De janeiro a junho, a empresa comercializou 411 mil unidades e conquistou uma participação de 24,8% no mercado sul-americano, com um avanço de market share de 0,5 ponto percentual em relação a igual período de 2022.

A Fiat também encerrou o semestre como a marca mais vendida na América do Sul, com 244 mil unidades comercializadas e 14,1% de participação nas vendas totais da região. A marca ganhou 0,8 ponto percentual de participação de mercado em comparação com igual período do ano anterior. E fez da picape Fiat Strada o veículo mais vendido em toda a América do Sul, com mais de 53 mil unidades comercializadas.

Entre as dez marcas mais vendidas no mercado sul-americano, três são da Stellantis: além da líder Fiat, destacam-se no ranking a Jeep, com 72 mil unidades comercializadas, e Peugeot, com 53,2 mil unidades.

Entre os dez modelos mais vendidos na América do Sul no semestre, o Fiat Cronos (quarta posição) e o Peugeot 208 (nova posição) fazem companhia à líder Fiat Strada.

BRASIL

No Brasil, a Stellantis acelerou o ritmo de vendas em junho e contabilizou 59,2 mil unidades comercializadas e 32,9% de participação de mercado no mês. Com este resultado, a empresa consolidou sua liderança de mercado no primeiro semestre do ano, com 303 mil unidades emplacadas e 32,4% de participação nas vendas. A Fiat liderou o mercado nacional, emplacando cerca de 207 mil veículos e respondendo por 22,1% das vendas no Brasil. Jeep comercializou 63,4 mil unidades (6,8% de participação), Citroën e Peugeot superaram a marca de 14 mil unidades emplacadas cada uma e Ram contabilizou 4,6 mil unidades comercializadas.

FIAT ALCANÇA 23,6% DE MARKET SHARE EM JUNHO

Junho foi um mês histórico para a Fiat. A marca foi a que mais cresceu no mercado, alcançando o re-

corde de participação de mercado no ano, com 23,6% (2,9 p.p acima de maio). A Fiat também registrou recordes nos volumes de vendas mensal em 2023 com Mobi, Argo, Cronos, Pulse e Fiorino. As vendas da Fiat avançaram 23,1% no mês em relação a maio, quase três vezes mais que a expansão do mercado. A marca chegou a 42.389 unidades emplacadas no mês, em desempenho impulsionado pelo programa governamental de incentivo às vendas do setor automotivo. Além de ser a marca com mais carros que se enquadram na ação, ainda reduziu o preço público de algumas versões e ofereceu bônus aos consumidores, demonstrando grande agilidade tanto nas ações de comunicação quanto em relação ao engajamento da rede de concessionários.

Com o resultado obtido no mês, a Fiat encerrou o semestre em expansão na comparação com igual período do ano anterior. A marca acumulou 22,1% de participação de mercado e quase 207 mil unidades emplacadas, um aumento de 10,5% em relação aos primeiros seis meses de 2022. No semestre, a Fiat conta com três modelos entre os dez mais vendidos, sendo a Strada a primeiríssima do ranking, com 50.544 unidades emplacadas, ficando o Argo na sétima colocação, com 31.920, e Mobi em oitavo, com 30.443.

JEEP MANTÉM A LIDERANÇA ENTRE OS SUVS NO PRIMEIRO SEMESTRE

A Jeep garantiu a liderança no segmento SUV no acumulado do ano de 2023, com 63.405 carros vendidos até o fim de junho e 18,4% de participação entre os utilitários esportivos nos seis primeiros meses do ano. O Jeep Compass garantiu 30.352 unidades comercializadas, posicionando-se entre os dez veículos mais vendidos do ano no Brasil em todos os segmentos.

CITROËN CRESCE E NOVO C3 DISPARA NAS VENDAS DE JUNHO

O lançamento do Novo Citroën C3 ainda não completou um ano, mas o modelo já acumula mais de 22 mil unidades vendidas no Brasil e segue garantindo sua presença no top 5 do segmento. Suas vendas impulsionam o desempenho da Citroën, que fechou o primeiro semestre do ano com 14,3 mil unidades comercializadas.

PEUGEOT ACELERA VENDAS EM JUNHO

A Peugeot também superou a marca de 14 mil veículos emplacados no semestre, com destaque para o modelo 208. A marca teve um forte desempenho de vendas no mês de junho, principalmente impulsionado pelo programa governamental de incentivo, combinado com condições especiais concedidas, como taxa de juros zero e parcelamento em até 72 vezes. A Peugeot cresceu 10% em junho na comparação com o mês de maio.

RAM CRESCE 336% NO SEMESTRE

Com os 4.633 emplacamentos conquistados de janeiro a junho, a marca Ram se aproximou do resultado obtido ao longo de 2023 inteiro (5.056 unidades). Em relação aos primeiros seis meses do ano passado, o crescimento foi de 336%. A campeã de vendas continua sendo a Ram 3500, que acumulou 2.164 registros no semestre. Em junho, o destaque foi para a Ram 1500, com 247 emplacamentos, seguida da 3500 (174) e da Ram Classic (153). As três picapes ficaram entre os dez veículos mais vendidos do mercado premium no mês passado.

ARGENTINA

Sucesso do Peugeot 208 e Fiat Cronos confirma liderança na Argentina

A Stellantis encerrou o primeiro semestre celebrando a liderança de mercado e o recorde de produção das plantas de Ferreyra e El Palomar, na Argentina, durante o mês de junho. Com o bom resultado, a produção acumulada no ano ultrapassa as 88 mil unidades, posicionando a Stellantis como o maior fabricante de veículos da Argentina.

A empresa também continua a liderar o mercado argentino, com cerca de 70 mil unidades vendidas e uma participação de mercado de 31%, em que se destacam os modelos Peugeot 208 e Fiat Cronos como os mais vendidos no mês e no semestre na Argentina.

CHILE

Liderando o mercado disputado

A Stellantis assegurou sua liderança no disputado mercado chileno, com 19.226 unidades comercializadas no semestre e 12,08% de participação de mercado. A marca Peugeot é a quinta colocada no ranking do mercado chileno, com 8.863 unidades e 5,57% de participação acumulada desde janeiro. O utilitário Partner foi o terceiro modelo mais vendido no país em junho.

Stellantis N.V. (NYSE: STLA / Euronext Milan: STLAM / Euronext Paris: STLAP) é uma das principais fabricantes de automóveis e fornecedoras de mobilidade do mundo. Nossas marcas históricas e icônicas incorporam a paixão de seus fundadores visionários e dos clientes em seus produtos e serviços inovadores, incluindo Abarth, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS Automobiles, Fiat, Jeep®, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot, Ram, Vauxhall, Free2move e Leasys. Impulsionados pela sua diversidade, lidera a forma como o mundo se move – aspirando se tornar a melhor empresa de mobilidade sustentável, não a maior, enquanto cria valor para todos os acionistas e as comunidades nas quais opera.

Maior empreendimento imobiliário da América Latina atinge R$ 2 bi em vendas

O Parque Global, maior e mais icônico complexo imobiliário em desenvolvimento da América Latina, alcançou a impressionante marca de R$2 bilhões em vendas. Esse marco foi atingido em apenas 32 meses desde o seu lançamento, em setembro de 2020. O projeto é desenvolvido pela Benx Incorporadora, em parceria com a Related Group, e será o endereço do mais novo e moderno bairro planejado de São Paulo.

O condomínio residencial é composto por cinco torres com apartamentos de 142 a 384 m^2, além de unidades duplex de até 596 m^2. Quatro torres já foram 100% vendidas e a última teve 65% dos seus imóveis comercializados.

Desde o seu lançamento, o Parque Global tem atraído investidores e compradores em busca de qualidade, sofisticação e localização privilegiada. Com suas modernas instalações, design arquitetônico inovador e ampla variedade de amenidades, o empreendimento tem superado as expectativas do mercado.

"Atingir a marca de R$2 bilhões em vendas é um testemunho do nosso compromisso em oferecer projetos excepcionais e superar as expectativas dos nossos clientes", afirmou o diretor geral do Parque Global, André De Marchi. "Estamos orgulhosos do sucesso do Parque Global e continuaremos a buscar a excelência em todas as etapas do projeto."

Além das torres residenciais, o projeto urbanístico de padrão internacional terá um shopping center, uma universidade e um centro avançado de oncologia e hematologia, em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein. Localizado em um terreno de 218 mil m^2 na Marginal Pinheiros, o complexo contará com 58 mil m^2 de área verde.

Em maio, o Parque Global trouxe mais uma grande novidade: a inauguração de uma nova maquete do projeto. Construída em uma área de aproximadamente 170m^2 dentro do stand de vendas, a maquete tem torres de mais de três metros e meio de altura e é a maior já produzida no Brasil com investimento privado.

A construção da maquete foi coordenada pela Adhemir Fogassa Maquetes e levou cerca de cinco meses para ser finalizada. O investimento total na produção da maquete superou os R$ 4 milhões.

RIVA Incorporadora lança Empreendimento Tendência no Barro Preto (Belo Horizonte-MG), com lazer no rooftop

Residencial se adequa a quem leva uma vida dinâmica, quer morar nas proximidades da região central com localização privilegiada e acessos a infraestrutura e mobilidade

Seguindo a tendência que é vista nas grandes cidades, o bairro que é o polo da moda de Belo Horizonte terá uma nova opção de moradia moderna, com qualidade e lazer no rooftop. A Riva Incorporadora, empresa do Grupo Direcional, está lançando o Be You Barro Preto Residence, com studios de até 30 metros, apartamentos de dois quartos e coberturas duplex. O empreendimento ficará na rua dos Goytacazes, 1.616, esquina com a rua Juiz de Fora.

Be You Barro Preto Residence oferece rooftop com lazer

Além da localização privilegiada, o Be You Barro Preto disponibilizará aos seus moradores pet place, coworking, lavanderia, mini mercado, espaço beauty, além de uma área de lazer bem completa, que oferece rooftop com sky bar, espaço gourmet e varanda, piscina com raia, espaço fitness, salão de festas, churrasqueira, varanda de jogos, bicicletário, brinquedoteca e playground.

"Estamos lançando um residencial que segue as tendências de outras grandes cidades, com studios e apartamentos compactos de 2 quartos, em localização privilegiada. A Riva já fez um lançamento parecido em BH que foi sucesso de vendas. Esperamos o mesmo resultado com o projeto no Barro Preto", projeta Eduardo Quintella, diretor Comercial e de Incorporação da Riva.

O empreendimento dispõe de 246 unidades com valor a partir de R$ 273 mil. De acordo com a incorporadora, o Be You deve atrair quem está atento às mudanças, conectado com tudo que está ao seu redor e busca um estilo próprio. Com bastante opção de mobilidade para diversos pontos da cidade a partir do Barro Preto, o empreendimento estará próximo a uma ampla rede de hospitais, escolas, supermercados, padarias, farmácias, bancos e academias, tudo muito próximo.

O bairro é um importante centro comercial de roupas, sapatos e acessórios, mas também é uma área residencial tradicional da cidade. Com uma grande quantidade de lojas, shoppings e galerias, a região se tornou um dos principais polos da moda nacional na década de 1970 e atrai visitantes de todo o Brasil. Conta com uma excelente infraestrutura e acessos a vias importantes e faz divisa com os bairros Santo Agostinho e Prado.

GRANDE INTERESSE POR APARTAMENTOS DA MESMA LINHA

O novo empreendimento da Riva tem a expectativa de alcançar o mesmo sucesso do primeiro lançamento desta linha de apartamentos. Com perfil similar, o Be Up Silva Lobo Residence oferece studios e apartamentos de 2 quartos com suíte e lazer avançado. Localizado no bairro Nova Suíça, teve 70% dos seus 284 apartamentos vendidos em apenas um mês a um preço médio de R$ 400 mil.

"Temos percebido um desejo crescente de clientes por empreendimentos similares, com apartamentos compactos, lazer completo e localização privilegiada. Essa linha de imóveis da Riva oferece soluções para quem leva uma vida mais dinâmica, quer morar em localizações valorizadas na cidade, ou até mesmo para quem quer investir", explica o diretor da Riva.

A Riva é uma incorporadora com atuação no segmento médio econômico nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. Cria empreendimentos completos em endereços relevantes nas regiões metropolitanas onde atua. Integra o Grupo Direcional, junto com a fintech de soluções imobiliárias Direto e a construtora Direcional Engenharia, fundada há 42 anos, considerada uma das maiores do país e referência no segmento da construção civil na bolsa de valores.

Gerdau: sistemas em aço garantem versatilidade, flexibilidade e agilidade

Empresa vai fornecer aço 100% reciclável para parte das estruturas do The Town, festival de música que ocorre em setembro, em São Paulo

O uso de sistemas em aço proporciona versatilidade, flexibilidade e todas as características necessárias para uma construção rápida e um canteiro de obras mais seguro. Algumas obras, inclusive, utilizam estruturas moldadas com aço 100% reciclável, o que também é essencial para gerar empregos, renda e ajudar no enfrentamento aos desafios de mobilidade e sustentabilidade do mundo moderno.

O Centro Brasileiro de Construção em Aço (CBCA) acredita que as construções industrializadas em aço possibilitam que obras sejam erguidas em tempo recorde, com perda mínima de materiais e resíduos, além de gerar menos processos de transporte e reduzir as áreas necessárias para estocagem. O método construtivo ainda permite que os responsáveis pelos projetos apostem em soluções inovadoras para espaços diferenciados.

Uma das empresas que se destaca nesse sentido é a Gerdau, que forneceu 200 toneladas de aço 100% reciclável para a cenografia do Palco Mundo do festival de música Rock in Rio Brasil 2022. Com o sucesso dessa experiência, a Gerdau também estará presente no The Town, festival dos mesmos criadores do Rock in Rio, que ocorre em setembro em São Paulo, fornecendo cerca de 300 toneladas de aço para moldar estruturas fixas e temporárias do evento, incluindo os equipamentos de entretenimento e a fundação dos edifícios no Autódromo de Interlagos.

A parceria entre a Gerdau e a Rock World – empresa idealizadora do Rock in Rio e do The Town - considera aspectos de sustentabilidade e inovação, pois o aço que será utilizado no novo festival em São Paulo resulta de um processo que envolve a reciclagem de sucata ferrosa, que beneficia mais de um milhão de pessoas, incluindo catadores e cooperativas. Essa iniciativa também faz parte do compromisso da produtora de aço de deixar um legal para a capital paulista, que vá além da experiência do público.

"Estamos orgulhosos em levar o aço Gerdau 100% reciclável para o maior festival de música, cultura e arte da história de São Paulo, reforçando nosso compromisso em construir um futuro ainda mais sustentável e impactar positivamente as regiões em que atuamos. O mesmo aço que tem um papel essencial na geração de empregos e renda e faz parte das soluções para os desafios de construção, mobilidade e sustentabilidade do mundo também estará presente em um dos espaços mais simbólicos da capital paulista, o Autódromo de Interlagos", explica o diretor-presidente (CEO) da Gerdau, Gustavo Werneck.

O Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA) também acredita que optar pelo aço reciclável garante ainda que não será necessário extrair mais minério para a fabricação das estruturas, o que gera economia verde e minimiza o impacto ambiental. A reciclagem do aço, baseada no conceito da economia circular, tem efeitos positivos na mitigação das mudanças climáticas: poupa recursos naturais, reduz o consumo de energia e a emissão de gases de efeito estufa. “Tudo isso em um evento que precisa ter a sua configuração finalizada dentro do cronograma de obras para receber centenas de milhares de pessoas”.

O Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA) é uma entidade de classe, criada em 2002, com o objetivo de ampliar a participação da construção industrializada em aço no mercado nacional, realizando ações para sua divulgação e apoiando o seu desenvolvimento tecnológico no Brasil.

O CBCA tem como gestor o Instituto Aço Brasil e não é uma entidade comercial.

RHI Magnesita expande sua rede global: conclusão da aquisição da Seven Refractories

Aquisição complementa o portfólio de refratários de alumina da RHI Magnesita e abre novas oportunidades no desenvolvimento de tecnologias de fabricação com baixa emissão de CO2

A RHI Magnesita anuncia, no dia 21/07, a conclusão da aquisição da Seven Refractories, que foi formalmente concluída em 17 de julho de 2023. A Seven Refractories é uma fornecedora especializada de misturas de refratários aluminosos, atendendo a clientes das indústrias de ferro e aço, cimento, alumínio e metais não ferrosos, com um histórico comprovado de crescimento consistente nesses setores. As misturas de refratários aluminosos são esperadas para se tornarem cada vez mais importantes no desenvolvimento de novas tecnologias de fabricação com baixa emissão de CO2 nas principais indústrias clientes da RHI Magnesita. Com a aquisição, cerca de 240 colaboradores de três unidades produtivas na Eslovênia, Índia e EUA, além de escritórios de vendas e centros de serviço na Alemanha, Itália, Reino Unido e Chipre, estão se juntando à rede global da RHI Magnesita. Os negócios adquiridos da Seven Refractories registraram receitas de €105 milhões e lucro antes dos impostos de €11,4 milhões em 2022.

Em 20 de julho, Stefan Borgas, CEO da RHI Magnesita, e Erik Zobec, CEO da Seven Refractories, selaram a aquisição em uma cerimônia oficial na fábrica da Seven Refractories em Divaca, Eslovênia, na presença dos funcionários da mesma.

Comentando sobre a aquisição, Stefan Borgas disse: "Hoje celebramos um marco, pois a RHI Magnesita conclui a aquisição da Seven Refractories. A sinergia da nossa expertise, inovação e compromisso inabalável com a sustentabilidade nos capacitará a oferecer soluções ainda mais relevantes para atender às necessidades em constante evolução de nossos clientes. Estou feliz em dar as boas-vindas à excepcional equipe da Seven Refractories na RHI Magnesita. Com o nosso conhecimento e a nossa paixão, desenvolveremos ofertas avançadas de sustentabilidade e aproveitaremos as oportunidades de vendas cruzadas e potenciais de otimização da cadeia de suprimentos para estabelecer novos padrões na indústria de refratários, dando continuidade na execução da nossa estratégia de crescimento por meio de consolidação".

Rok Mlinar & Robi Valenti

Erik Zobec, CEO (Seven Refractories) recebendo das mãos de Stefan Borgas, CEO (RHI Magnesita) uma homenagem

Erik Zobec acrescentou: "É com grande orgulho que nos juntamos à RHI Magnesita. Apenas 12 anos após a fundação da empresa, este passo é uma forte confirmação de nossas conquistas: nosso portfólio de produtos inovadores, nossa tecnologia de produção de ponta e nossa dedicação ao atendimento ao cliente. Além disso, a presença global e as capacidades da RHI Magnesita nos permitirão oferecer um portfólio de produtos ainda maior e serviços aprimorados aos nossos clientes."

Juntas, a RHI Magnesita e a Seven Refractories continuarão seu forte compromisso com a sustentabilidade para atender às crescentes necessidades das indústrias globais, oferecendo soluções tecnológicas avançadas.

A RHI Magnesita é o fornecedor líder global de produtos, sistemas e soluções refratárias de alta qualidade que são essenciais para processos de alta temperatura, superiores a 1.200°C, em uma ampla variedade de indústrias, incluindo aço, cimento, metais não ferrosos e vidro. Com uma cadeia de valor verticalmente integrada, desde matérias-primas até produtos refratários e soluções totalmente baseadas em desempenho, a RHI Magnesita atende clientes em todo o mundo, com cerca de 12.000 funcionários em 33 unidades de produção e mais de 70 escritórios de vendas.

Como líder internacional em tecnologia de refratários, a Seven Refractories oferece um dos maiores e mais avançados portfólios de materiais refratários monolíticos, complementados por gerenciamento de projetos, conhecimento abrangente em instalação moderna, bem como certificações ISO 9001 e 14001. Com uma planta expandida na Eslovênia, instalações de produção na Itália, EUA e Índia, bem como escritórios de vendas internacionais, a Seven Refractories atende clientes nas indústrias de ferro, aço, alumínio, cimento e outras indústrias-chave.

Minas-Rio da Anglo American registra aumento de 29% na produção do 2º trimestre

O grupo Anglo American divulgou, em Londres, o resultado de produção do 2º trimestre de 2023, incluindo as operações brasileiras. O relatório revela que a produção de minério de ferro da companhia no Brasil registrou aumento de 29% em comparação com o mesmo período de 2022, com produção de 6,3 milhões de toneladas produzidas, ante 4,9 milhões. O número do Minas-Rio é reflexo do forte desempenho do empreendimento, incluindo melhorias operacionais.

"Mesmo com os desafios diários de nossa empresa e de todo o setor mineral, conseguimos entregar resultados importantes com muita responsabilidade. Neste sentido, seguimos focados em garantir a segurança de todas as pessoas, e nos mantemos firmes na busca de um desempenho forte, estável e consistente ao longo de todo o ano", ressalta Wilfred Bruijn, presidente da Anglo American no Brasil.

A orientação de produção da Anglo American no Brasil, em 2023, para o minério de ferro é de 22 a 24 milhões de toneladas.

A Anglo American é uma empresa líder global em mineração e nossos produtos são essenciais em quase todos os aspectos da vida moderna. Nosso portfólio de operações competitivas de classe mundial, que inclui uma ampla gama de opções de desenvolvimento futuro, fornece metais e minerais para um mundo mais limpo, mais verde e mais sustentável, atendendo ao rápido crescimento das demandas diárias de bilhões de consumidores.

Com nossas pessoas no coração dos nossos negócios, utilizamos práticas inovadoras e as mais recentes tecnologias para descobrir novos recursos e minerar, processar, movimentar e comercializar nossos produtos, os quais possibilitam a vida moderna para os nossos clientes – de forma segura, responsável e sustentável.

Como produtora responsável de cobre, níquel, metais do grupo da platina, diamantes (por meio da De Beers), minério de ferro de qualidade premium e carvão metalúrgico para siderurgia, além do projeto de nutrientes naturais em desenvolvimento, estamos comprometidos em atingir a neutralidade nas emissões de carbono em nossas operações até 2040. De forma mais ampla, por meio de nosso Plano de Mineração Sustentável, estamos comprometidos com uma série de metas desafiadoras para garantir que trabalhemos em prol de um meio ambiente saudável, desenvolvendo comunidades prósperas e construindo confiança como líder corporativo.

Trabalhamos em conjunto com nossos parceiros de negócios e diversas partes interessadas para liberar o potencial do valor sustentável que esses recursos representam para as comunidades e países onde operamos, para nossos acionistas, além da sociedade como um todo. A Anglo American está reimaginando a mineração para melhorar a vida das pessoas.

Brasil é um dos maiores produtores mundiais de lixo e taxa de reciclagem de resíduos sólidos é de apenas 4%

Lubrizol desenvolve solução que substitui o uso de plástico e borracha na produção de diversos produtos e permite o reaproveitamento de materiais

O Brasil está entre os cinco maiores produtores mundiais de lixo, segundo o Fundo Mundial da Natureza (WWF). Em 2022, de acordo com o panorama anual promovido pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o país atingiu a marca de 81,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos produzidos. Entretanto, as taxas de reciclagem e reutilização de produtos não seguem o mesmo padrão de crescimento, visto que somente 4% dos resíduos sólidos são reciclados, conforme dados da International Solid Wasted Association (ISWA) divulgados em meados do ano passado.

Com isso, há um grande volume de materiais que contaminam os diversos ecossistemas. Isso porque alguns metais, como aço e alumínio, precisam atingir idade mínima de 100 e 200 anos, respectivamente, para começar o processo de decomposição na natureza. Para as embalagens de plástico, esse tempo é ainda maior, podendo chegar a 450 anos. No caso da borracha, esse tempo pode variar, com alguns especialistas estimando em 600 anos para a sua total degradação.

Embora esse seja um desafio a ser cumprido pelo país, a reciclagem promove muitos benefícios ao meio-ambiente e à sociedade em geral. Medidas como a coleta seletiva e a separação dos materiais por composição geram matérias-primas para a produção de novos produtos. Um exemplo são as embalagens de plástico, que podem ser convertidas em grânulos e reaproveitadas para a confecção de placas, fios de eletricidade e tubulações de esgoto. Outro exemplo são as caixas de leite, que podem ser reaproveitadas para a produção de telhas, isolantes térmicos e revitalizantes de paredes na construção civil.

Com propósitos criativos e cons-

cientes, a reutilização chega para complementar a reciclagem. Evitando desperdício, o material usado assume uma nova função sem perder suas características iniciais, potencializando ainda mais a vida útil dos ingredientes que o compõem. Uma amostra do método é a reutilização de embalagens plásticas, que segundo dados da Resíduo All, correspondem a um terço de todo lixo doméstico produzido no Brasil. De acordo com a Instituição, atualmente, cerca de 80% são descartadas após serem utilizadas uma única vez.

A Lubrizol desenvolve solução sustentável para substituir borrachas e plásticos

Visando oferecer ao mercado uma alternativa a materiais que apresentam maior dificuldade de serem reciclados ou reutilizados por terem sido fabricados com borracha e plásticos não recicláveis, a Lubrizol, fornecedora de produtos químicos especiais para os mercados de transporte, indústria e consumo, desenvolveu o Poliuretano Termoplástico (TPU), uma solução que permite o reuso e a reciclagem de peças e embalagens que geram um grande volume de resíduos.

"Os TPUs são plásticos da categoria termoplástico (plástico reusáveis/recicláveis) elástico. São ótimos materiais para substituição de borrachas e poliuretano (PU) termofixo (plástico não reciclável)", explica Rodrigo Chinen, gerente desenvolvedor de novos negócios na Lubrizol. Segundo ele, "é possível desenvolver vários tipos de TPUs para adaptações de diversas aplicações, não apenas para substituir elementos não amigáveis ao meio ambiente, mas também para aumentar a vida útil ou melhorar de desempenho dos produtos".

O especialista comenta que os TPUs são resistentes a abrasão, apresentam alta firmeza mecânica, durabilidade e constância ao tempo, além de comportamento estável sem aumentar a rigidez do produto e alta compatibilidade com outros materiais. "São ainda recicláveis, reutilizáveis e de fácil manipulação", conta. A tecnologia pode ser utilizada na fabricação de peças para diversos segmentos:

MINERAÇÃO:

O TPU pode substituir peças de borracha, adicionando propriedades como resistência a abrasão e a rasgos. Além disso, o material apresenta maior durabilidade e menor necessidade de manutenção, o que eleva a produtividade e reduz custos e médio e longo prazo. "Vale destacar que na indústria de mineração, estima-se de 40% dos custos da operação sejam destinados aos materiais utilizados", comenta. Outro ponto, ainda segundo Chinen, é que "o TPU pode ser reciclado, gerando menos resíduos e menor impacto ao meio ambiente".

AUTOMOTIVO:

No segmento automotivo, a tecnologia desenvolvida pela Lubrizol oferece maior durabilidade em peças de vedações, maior grau de resiliência e menor deformação, além de ter compatibilidade com plásticos e outros materiais. "Outra vantagem é que o TPU é mais leve, o que reduz a emissão de gases poluentes o consumo de combustível nos veículos".

AGRÍCOLA:

"Na área agrícola, desenvolvemos TPUs macios como a borracha, mas como maior durabilidade. Além disso, são recicláveis e podem compor peças de colheitadeiras, como bastões, esteiras, garfos, entre outros componentes", destaca Chinen, que acrescenta que a "tecnologia reduz o consumo de combustível, por ser mais leve". Entre outras características, o material pode ser utilizado em outros equipamentos também, como em mangueiras de irrigação e pulverização, mangueiras achatadas de arrasto em carreteis e peças de acabamento de interior de maquinários, promovendo maior conforto.

A Lubrizol Corporation, uma empresa da Berkshire Hathaway, utiliza sua ciência incomparável para desbloquear imensas possibilidades em nível molecular, gerando resultados sustentáveis e mensuráveis. Fundada em 1928, a Lubrizol possui e opera mais de 100 fábricas, escritórios de vendas e laboratórios em todo o mundo, contando com aproximadamente 8.600 funcionários. No Brasil, a companhia possui duas fábricas, uma delas em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, e outra em Paulínia (SP). A Lubrizol também conta com escritórios no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo (SP), além de um laboratório de Pesquisa & Desenvolvimento na capital paulista.

Ortobom inaugura nova loja no Power Shopping Centerminas

Unidade funcionará de segunda a sábado, de 10h às 22h

A Ortobom – vencedora do 28º Prêmio Top of Mind – MercadoComum – Marcas de Sucesso – Minas Gerais 2023 - maior fabricante de colchões da América Latina e maior franqueadora de lojas de colchões do mundo, acaba de inaugurar uma unidade no Power Shopping Centerminas, localizado no bairro União, na região Nordeste de Belo Horizonte. Com mais de 50 anos de experiência, a Ortobom se destaca no mercado por sua constante busca pela excelência em qualidade e inovação. A empresa utiliza tecnologia de ponta em seu processo de fabricação, aliando matéria-prima de primeira qualidade, conhecimento médico-científico e maquinário de última geração para desenvolver.

A nova loja, situada no primeiro piso do Centerminas, apresentará o extenso portfólio de produtos da Ortobom, com os melhores colchões disponíveis no mercado. Além disso, a marca também oferece uma linha exclusiva para suas lojas franqueadas, atendendo a diferentes públicos com produtos de alta qualidade.

"Estamos muito felizes em inaugurar mais uma loja da Ortobom, o que reafirma o sucesso do segmento de franquias da empresa. Temos certeza de que essa nova parceria será um grande êxito", afirma Wesley Fonseca, assessor de franquia da Ortobom. A loja estará aberta de segunda a sábado, das 10h às 22h.

Administrado pela GSA Ativos, o Power Shopping Centerminas está localizado na Avenida Pastor Anselmo Silvestre, 1.495, no bairro União, bem próximo à Via 710 e à Cristiano Machado, dois importantes corredores de trânsito da capital mineira. Com mais de 110.000 metros quadrados de área construída, possui 6 pavimentos e oferece mais de 2 mil vagas de estacionamento. As lojas âncoras são: Leroy Merlin, Lojas Rede, Petz, Drogaria Araujo, 1001 Festas, Decathlon e Supermercados BH, além de uma unidade do Centro Universitário UNA.

Com mais de 9 anos de atuação no mercado mineiro, a GSA Ativos é focada no desenvolvimento e rentabilização de ativos imobiliários, atuando no desenvolvimento de empreendimentos comerciais, locação, gestão de contratos de locação e administração de shopping centers e centros comerciais. Com uma proposta inovadora e pautada na geração de resultados, ela conta com a expertise de uma equipe especializada e possui sob sua gestão mais de 130 mil metros quadrados de Área Bruta Locável (ABL).

Grupo Patrimar alcança forte resultado operacional no 2º trimestre de 2023

A companhia atingiu vendas líquidas de R$ 460,7 milhões, aumento de 162% face ao 2T22 e lançamento de R$ 607,5 milhões no 6M23

A Prévia Operacional do 2º trimestre de 2023 (2T23) e do 1º semestre de 2023 (6M23) do Grupo Patrimar – construtora e incorporadora mineira que atua nas classes econômica, média e alta do Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e interior de São Paulo (SP) –, divulgada dia 17 de julho após o fechamento do mercado, registrou excelentes resultados. Os destaques apontam para crescimento em vendas e lançamentos, além do desempenho do valor de venda sobre a oferta (VSO) – um indicador da velocidade de vendas – das duas marcas da empresa: Patrimar e Novolar.

Para a Companhia, este foi o segundo melhor trimestre da história do Grupo em vendas, com R$ 460,7 milhões em vendas líquidas, que representam 162% de crescimento em relação ao segundo trimestre de 2022. Já em relação a lançamentos, a empresa obteve R$ 573 milhões no segundo trimestre deste ano, e teve um aumento de 439% no 1º semestre de 2023 comparado ao mesmo período do ano anterior.

"Esses resultados são frutos do forte volume de vendas no segmento de alta renda com a retomada dos lançamentos desse nicho em Minas Gerais. Além disso, as vendas no segmento econômico com o programa Minha Casa Minha Vida seguem em ritmo forte e com aceleração para os próximos trimestres", afirma Felipe Enck Gonçalves, diretor executivo de Finanças e Relação com Investidores do Grupo Patrimar.

Destaca-se, ainda, neste trimestre o ótimo desempenho de velocidade de vendas (VSO) líquida da Patrimar

– marca do Grupo que atua no segmento de alta renda. Em função do sucesso do lançamento realizado em junho, a Patrimar atingiu uma VSO consolidada em 30% - número superior ao do 2T22. Sinal positivo que mostra uma alta demanda no segmento de alta renda pelos novos produtos do Grupo. Já a VSO da Novolar – marca da Companhia que atua nas classes econômica e média –, permanece saudável (25%) e deve ter mais força com os próximos trimestres pelas novas diretrizes do programa Minha Casa Minha Vida.

"Historicamente, temos um segundo semestre do ano como o melhor resultado em lançamentos, e esperamos que esse também seja o caso do consolidado de 2023. Já iniciamos o segundo semestre do ano, em julho, com R$ 250 milhões em lançamentos de apenas dois novos empreendimentos da Companhia", completa Felipe Enck Gonçalves.

Além disso, neste 6M23, a empresa possui um Landbank de R$ 11,1 bilhão, 8,4% a mais do que este semestre em 2022. "A Companhia segue muito confiante na evolução do ano. Também segue com foco nos trabalhos direcionados e diferenciados para cada uma das marcas, Patrimar e Novolar, visando sempre o melhor desempenho de ambas", finaliza Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

Em 2023, o Grupo Patrimar completa 60 anos de história. A Companhia, que atua na construção, incorporação e comercialização de imóveis, começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o Grupo trabalha com empreendimentos voltados para as classes econômica e média com a Construtora Novolar e alta renda com a marca Patrimar Engenharia. Com foco constante em inovação e tecnologia, a empresa busca aliar eficiência com sustentabilidade e segurança nos projetos e processos corporativos.

Vale destacar que em 2022, a Companhia se afirmou como forte referência no segmento, sendo uma das 10 maiores empresas de construção imobiliária do Brasil, de acordo com o Ranking Nacional de 2022 da Revista O Empreiteiro, além das conquistas do primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira e 375º lugar no ranking da Revista Isto É Dinheiro das maiores empresas do Brasil. Também é vencedora em duas categorias do "Oscar" da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em Belo Horizonte. Já em 2023, a Companhia já conquistou o selo Great Place To Work – de excelente lugar para se trabalhar – certificado pela consultoria global GPTW, além do Prêmio da Produtividade na categoria replicabilidade – com um sistema de sustentabilidade que melhora a produtividade da obra e reduz os custos com impressões – e do Selo Edge – certificação preliminar internacional de sustentabilidade – para o empreendimento Oceana Golf, no RJ.

Belo Horizonte é a capital dos botecos

Levantamento inédito da Abrasel, baseado no novo Censo e nas informações da Receita Federal, mostrou que a proporção de bares por habitantes na capital mineira é a maior entre todas as capitais - com mais que o dobro de São Paulo

www.uai.com.br

O Censo 2022, recém-divulgado pelo IBGE, trouxe algumas surpresas, como o crescimento mais lento da população brasileira em relação ao que se previa. Mas também permite tornar oficial um título há muito reconhecido: Belo Horizonte (MG) é a capital com a maior oferta de bares do país. Levantamento da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) comparou os dados de população do Censo com o número de estabelecimentos ativos na base da Receita Federal. BH desponta na liderança, com 178 bares a cada 100 mil habitantes, bem à frente da segunda colocada, Florianópolis, com 150 bares a cada 100 mil moradores, e muito à frente da cidade do Rio de Janeiro (8ª colocada, 99 bares por 100 mil habitantes) e da cidade de São Paulo (14ª colocada, 78 bares a cada 100 mil).

Segundo a Receita Federal, Belo Horizonte tem 4.136 estabelecimento com CNAE principal de bar. A Receita reconhece dois CNAES na categoria, bares com entretenimento e bares sem entretenimento – o CNAE é o número que identifica a atividade de uma empresa. Considerando-se a área do município, são 12,5 bares por km2 em Belo Horizonte, número também muito superior aos de todas as outras capitais. Por este critério, São Paulo fica em segundo lugar, com 5,9 bares a cada km2, logo à frente da terceira colocada, o Rio de Janeiro, que tem 5,1 bares por km2. Em números totais, São Paulo tem 9.043 bares e o Rio de Janeiro 6.175.

"Não é surpresa, há muito sabemos informalmente que Belo Horizonte é a capital dos bares e botequins. Qualquer pessoa que já tenha visitado a cidade por alguns dias pode atestar isso. Mas agora não há espaço nem mesmo para contestação", diz o presidente-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci. "Como o estudo leva em conta a atividade principal, creio que o número de estabelecimentos é ainda maior. Porque muitos que têm CNAE de restaurante na cidade servem refeições no almoço e, à noite, funcionam como bar da happy hour em diante", ele completa.

Capital	População 2022	Bares	Bares/100.000 hab
Belo Horizonte	2.315.560	4136	178,6
Florianópolis	537.213	808	150,4
Vitória	322.869	484	149,9
Palmas	302.692	394	130,1
Salvador	2.418.005	2523	104,2
Boa Vista	413.486	424	102,5
Goiânia	1.437.237	1453	101
Rio de Janeiro	6.211.423	6175	99,4
Curitiba	1.773.733	1750	98,6
Brasília	2.817.068	2713	96,3
Belém	1.303.389	1251	95,9
Porto Alegre	1.332.570	1201	90,1
São Luís	1.037.775	859	82,7
São Paulo	11.451.245	9043	78,9
Cuiabá	650.912	509	78,1
Campo Grande	897.938	697	77,6
Rio Branco	364.756	269	73,7
Porto Velho	460.413	307	66,6
Teresina	866.300	566	65,3
Natal	751.300	483	64,2

Fonte: Abrasel

Levando-se em conta as regiões, além da líder no Sul, Florianópolis, no Norte a liderança fica com Palmas (TO), que tem 130 bares a cada 100 mil habitantes. No Nordeste a primeira colocada é Salvador (BA), com 104 bares a cada 100 mil habitantes. E no Centro-Oeste a líder é Goiânia (GO), que tem 101 bares a cada 100 mil habitantes. No Sudeste, além da líder Belo Horizonte, há um destaque especial para Vitória (ES), que fica em terceiro lugar no país, com 149 bares a cada 100 mil moradores.

Afya lança nova estratégia de marca e se consolida como aliada do médico em toda sua jornada

Com o propósito de "transformar a saúde com quem tem a medicina como vocação", empresa cria nova categoria centrada no médico e integra as soluções com foco nos pilares Medicina, Educação e Tecnologia

A Afya, maior hub de educação e soluções digitais médicas do Brasil, acaba de lançar sua estratégia de marca. Com nova arquitetura e proposta de valor, a companhia integra produtos e serviços para se consolidar cada vez mais como referência em medicina e grande aliada de estudantes e médicos - para que estes vivam o melhor da formação e da profissão.

A novidade chega para reforçar o compromisso da Afya com o médico em todas as fases de sua carreira: desde a graduação, suas sucessivas especializações e até a rotina diária, por meio da oferta de ferramentas digitais que agregam produtividade, assertividade e atualização de novos protocolos e tratamentos. Dessa forma, consegue gerar valor e também age para facilitar pontos de pressão nas etapas da vida destes profissionais, pensando inclusive em saúde mental, já que a medicina é uma área com muitos desafios.

"A Afya é norteada por três grandes forças: Medicina, Educação e Tecnologia. E, ao unir esses três universos de maneira sinérgica, criamos uma nova categoria – MedTech -, que coloca os médicos no centro do processo e integra soluções para toda a sua jornada. Revisamos nossa missão, propósito, valores e posicionamento e identidade da marca, com o intuito de levar essa categoria para um alto patamar, em relevância, credibilidade e potencial de crescimento", explica Stella Brant, VP de Marketing e Sustentabilidade da Afya.

Com o novo logo e arquitetura de marca, a empresa passa a atuar com um ciclo contínuo sendo a principal aliada do médico na sua rotina diária. "A medicina exige muito, requer enorme dedicação e apresenta muitos desafios. Os médicos amam o que fazem, mas enfrentam enormes pressões. Nosso papel é trazer soluções para a educação e prática do dia a dia, construindo uma parceria de confiança, aprendizado contínuo, assertividade e produtividade com os profissionais da saúde para que vivam o melhor da medicina", ressalta Stella.

As unidades de graduação, pós-graduação e especializações, assim como as soluções digitais, trarão a marca Afya em seus nomes, visando integrar e construir uma marca forte, facilitando o conhecimento e entendimento do hub Afya como líder e referência em medicina. As instituições de ensino superior focadas em saúde passam a se chamar Afya Faculdade de Ciências Médicas. Já as unidades de educação continuada e saúde passam a assinar como Afya Educação Médica, enquanto as healthtechs adotam Afya Whitebook, Afya iClinic e Afya Papers. Assim, os cerca de 300 mil estudantes de medicina e médicos que atualmente utilizam alguma das soluções da Afya passam a se conectar em um único e grande ambiente.

Para garantir que esse novo momento seja um marco na história da Afya, nos resultados e que promova uma mudança na vida dos profissionais de saúde, o plano de lançamento é robusto e contempla campanha institucional, participação em congressos, feiras e mídias, ativações que gerem valor e eventos proprietários, entre outros. "Nosso propósito é transformar a saúde em conjunto com os médicos. Quando planejamos a campanha, pensamos em todas as pessoas com as quais a Afya se relaciona. Além dos médicos, alunos, famílias, indústrias da saúde, pacientes e sociedade em geral. Queremos que todos saibam o valor que a Afya gera para a saúde, as comunidades e o país", destaca Renata Cecco, Diretora de Branding e Inteligência de Mercado da Afya.

Antes de ser lançada, toda a estratégia foi testada com profundidade e muito bem recebida por mais de 200 médicos de todo o Brasil, de diferentes regiões e momentos de carreira. "Vimos que a campanha tem alto potencial para construir conhecimento e lembrança da marca, com credibilidade pelos produtos e serviços que já são amplamente conhecidos e de forma muito inovadora para a categoria. O insight e as execuções geram identificação e curiosidade para conhecer mais e experimentar as diferentes soluções da Afya", complementa Renata.

Sigma Lithium cria Instituto Lítio Verde no Vale do Jequitinhonha: acionistas doam royalty mineral de 1%, equivalente a R$ 500 milhões

Entidade realizará iniciativas focadas em educação e saúde, ampliando significativamente a gama de ações de sustentabilidade social local

A Sigma Lithium, indústria verde de produção sustentável de insumo tecnológico pré-químico de lítio em Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha (MG), anuncia a criação do Instituto Lítio Verde ("Instituto") com o propósito de aumentar a sustentabilidade social da região, contribuindo para a redução da pobreza e elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

As seguintes áreas constituirão as prioridades do Instituto: desenvolver os serviços de educação e saúde pública; aumentar a segurança hídrica, ampliando o acesso à água potável; empoderar economicamente as mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e todas as minorias e povos originais, promovendo a igualdade de gênero e respeito aos direitos humanos.

O patrimônio do Instituto foi construído via doação pelos acionistas da Sigma Lithium de seu royalty mineral de 1% líquido ("NSR") constituído em 2017 ("Royalty do Acionista"). Este Royalty do Acionista representará um aporte inicial de mais de R$ 500 milhões ao longo da vida útil do projeto da Sigma Lithium.

Nesse sentido, com o objetivo de iniciar o Instituto Lítio Verde, foram identificadas as ações prioritárias a serem desenvolvidas em 2023:

Educação: Reforma da escola da comunidade de Poço Dantas, em Itinga, com o projeto de horário integral focado em atividades que incentivam a identidade cultural, reforço escolar e esporte.

Evento de lançamento do Instituto Lítio Verde, realizado na sede da Sigma Lithium, no Vale do Jequitinhonha

Saúde: Apoio ao hospital de Araçuaí, por meio da compra de insumos hospitalares.

Acesso a serviços sociais: Construção de ponte em Poço Dantas, facilitando o acesso da comunidade à educação e saúde.

Empoderamento econômico das mulheres e minorias: Criação de duas cooperativas microempreendedoras para as beneficiadas pelo programa Dona de Mim, em Itinga e Araçuaí.

EVENTO

Para anunciar o lançamento do Instituto Lítio Verde, houve um evento na sede da Sigma Lithium, que contou com mesas redondas de debate sobre como desenvolver a mineração e a industrialização do lítio de forma ambientalmente e socialmente sustentável. As discussões foram protagonizadas pelo presidente do IBRAM, Raul Jungmann, pelo diretor da ANM em Minas Gerais, Guilherme Gomes, e pelo presidente da Frente Parlamentar de Mineração Sustentável no Congresso Nacional, o Deputado José Silva.

"O principal objetivo do Instituto Lítio Verde é estimular o desenvolvi-

mento econômico e social do Vale do Jequitinhonha, deixando como legado um fundo permanente, que irá gerar mais oportunidades e qualidade de vida para a população de Itinga e Araçuaí, mesmo após as duas décadas de mineração do lítio", afirma a presidente da Sigma Lithium, Ana Cabral.

Também estavam presentes os prefeitos dos municípios de Araçuaí, Tadeu Barbosa de Oliveira, e de Itinga, João Bosco Cordeiro, que destacou que o Instituto auxiliará a financiar demandas de educação e saúde da comunidade local e incentivou outras empresas a se aliarem ao posicionamento quanto ao futuro recebimento dos royalties da industrialização de lítio realizada pela empresa. "A Sigma ainda é a única companhia que tomou a decisão de recolhê-los muitas vezes acima do que o determinado em lei, e nossas comunidades estão contando com isso", disse João Bosco. A empresa deixará voluntariamente, aos cofres desses municípios, R$ 2 bilhões a mais ao longo dos próximos 13 anos.

Durante o evento, a companhia apresentou os investimentos e as ações sociais e de sustentabilidade que tem feito na região, como o Dona de Mim – fruto da parceria com o Grupo Mulheres do Brasil, a iniciativa já possui 1500 inscritas e estava representada por cerca de 300 microempreendedoras, que estão alavancando seus negócios com o auxílio do microcrédito de R$ 2 mil por dois anos, com empréstimos a juros de 0,5% ao mês e carência de seis meses para começar a pagar. Em 2023, o projeto foi ampliado para atingir 10 mil beneficiadas, que têm o apoio da orientação presencial e da plataforma de cursos online de capacitação.

A Sigma Lithium também mostrou os resultados iniciais do Programa Seca Zero, que viabiliza a mitigação dos efeitos da seca para os pequenos agricultores de Araçuaí e Itinga por meio da construção de 2 mil reservatórios de captura de água da chuva para as plantações, beneficiando cerca de 10 mil pessoas. Utilizados em períodos de estiagem, já foram implementados 900 reservatórios do total planejado, tendo sido iniciada uma parceria com o SENAR para capacitação dos agricultores de subsistência. Em segurança hídrica, apresentou o programa Água para Todos, que irá beneficiar cerca de 15 mil pessoas, com 3 mil reservatórios a serem instalados em residências sem caixa d'água, facilitando o acesso à água potável.

Cerca de 300 microempreendedoras beneficiadas pelo programa Dona de Mim estiveram no evento: em 2023, o projeto foi ampliado para atingir 10 mil mulheres

SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA

A Sigma Lithium investiu R$ 3 bilhões no desenvolvimento e construção do primeiro projeto de lítio no mundo sem barragem de rejeitos. A planta industrial verde possui equipamentos digitalizados de última geração, onde o lítio bruto é transformado em produto com alto grau de pureza para a indústria de baterias elétricas.

O processo de produção da Sigma Lithium é totalmente sustentável, não utiliza químicos nocivos, não tem barragem, utiliza 100% de eficiência em energia renovável e recircula 100% da água utilizada na planta industrial verde. Como a planta não tem barragem, os rejeitos são empilhados a seco para serem comercializados e exportados, tornando a Sigma Lithium a única produtora global de lítio zero rejeito. Já a ausência de produtos químicos para o beneficiamento do lítio evita a contaminação da água e do solo e contribui para preservar os rios e as matas da região.

A Sigma Lithium (NASDAQ: SGML, TSXV: SGML) é uma empresa brasileira dedicada a alimentar a próxima geração de baterias de veículos elétricos com lítio ambientalmente sustentável e de alta pureza. A Sigma Lithium está atualmente em construção em seu Projeto Grota do Cirilo no Brasil, que inclui uma planta de processamento de última geração e de tecnologia verde que utiliza 100% de energia renovável, 100% de água reciclada e 100% de rejeitos de palha seca. O projeto também representa um dos maiores e mais altos depósitos de espodumênio de lítio de rocha dura das Américas. A Sigma Lithium tem estado na vanguarda da sustentabilidade ambiental e social na cadeia de fornecimento de materiais de baterias EV.

Expansão dos carros elétricos impulsionará a indústria de minérios do Brasil, para atender demanda interna e externa

Crescimento acelerado da produção dos elétricos impõe desafios para a extração e exportação de minérios essenciais, enquanto o Brasil busca aumentar produção para suprir mercado interno e externo

Freepik

O setor de automóveis elétricos no Brasil passou por uma notável transformação ao longo do último ano, impulsionado por significativos investimentos. Essa expansão promete um crescimento expressivo nas vendas desses veículos, além de um aumento na produção nacional e nas exportações. Um exemplo notável desse avanço pode ser observado na fábrica da montadora Build Your Dreams (BYD) localizada no Estado da Bahia, evidenciando a crescente relevância do país nesse mercado. Outras regiões, como o ABC Paulista, também estão se destacando nesse cenário, com a inauguração recente da fábrica de ônibus da Eletra.

Apesar dos avanços promissores no setor de automóveis elétricos, existe uma preocupação legítima em relação ao impacto que esse crescimento pode ter nas exportações dos minérios brasileiros. O aumento na produção de veículos elétricos demanda uma quantidade significativa de minerais, como o lítio e o cobre, que são essenciais para a fabricação das baterias. Como o Brasil é um importante produtor desses minérios, há o temor de que a demanda interna possa afetar negativamente as exportações desses recursos naturais.

O assunto ganhou ainda maior notoriedade com a recente restrição da China na comercialização de dois minérios, o gálio e o germânio. Mas será que o potencial de exportação de minérios estaria ameaçada com o avanço da indústria nacional de automóveis elétricos? Para Fábio Pizzamiglio, diretor da Efficienza, empresa especializada no comércio exterior, o país tem potencial para ambas as exportações.

"O avanço da indústria do carro elétrico no Brasil tem o potencial de ampliar o número de exportação de automóveis nos próximos anos

e isso não afeta a extração nacional de minérios importantes. Porém, é claro que quando tratamos de carros elétricos estamos falando de um produto que conta com um valor agregado, o que pode ser positivo para a nossa balança comercial", afirmou o executivo.

Porém, Pizzamiglio afirmou que isso depende muito dos dados da produção nacional, que precisam melhorar os resultados apresentados no último ano. Um exemplo disto está na Vale, que registrou uma queda de 14,5% na produção de cobre no quarto trimestre de 2022 em comparação com o mesmo período do ano anterior, totalizando 66,3 mil toneladas. Ao longo do ano, a produção de cobre foi de 253,1 mil toneladas, uma redução de 14,7% em relação ao ano anterior. O minério é essencial para a produção dos automóveis elétricos e é um produto exportado pelo Brasil.

"A crescente importância do lítio como componente essencial para baterias de carros elétricos têm impulsionado investimentos e iniciativas de exploração. Com o Brasil buscando se posicionar como um dos principais produtores, junto com Chile e Argentina, estamos presenciando um mercado em ascensão na América do Sul", afirmou o executivo.

As projeções indicam que as receitas dos produtores de lítio, cobre, cobalto e níquel podem quadruplicar até 2050, atingindo US$ 13 trilhões entre 2021 e 2040. O comércio exterior desses minerais estratégicos desempenhará um papel fundamental na economia global da transição verde. O Brasil registrou um notável crescimento nas exportações de lítio em 2022, com um aumento de aproximadamente 38,6%. De acordo com os dados mais recentes, o valor total das exportações alcançou US$ 3.620.891, superando os resultados de 2020, quando o país exportou cerca de

Pixabay

US$ 2.611.646 em baterias de íons de lítio.

Outro aspecto que precisa de atenção é em relação ao aumento da demanda interna por carros elétricos. Segundo os dados da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), foram registrados 6.435 emplacamentos em maio deste ano, estabelecendo a maior marca mensal de vendas de veículos leves eletrificados desde o início da série histórica e esse número tende a aumentar para o mês de junho. Com isso, o país ultrapassou a marca de 150 mil veículos elétricos em circulação, chegando a 152.453 em maio.

Para Ricardo David, sócio-diretor da Elev, empresa especializada em soluções para a eletromobilidade, estamos vendo um passo no caminho para a eletrificação do país. "Os dados deixam claro que o Brasil tem o potencial de se tornar um grande símbolo da eletrificação, principalmente considerando a nossa matriz energética limpa e o potencial que é disponibilizado pela eletrificação das frotas de ônibus. Ao meu ver, esse é o primeiro grande passo para um futuro que é irreversível e imensurável", afirmou o executivo.

Esse cenário tende a aumentar, principalmente com o barateamento dos carros elétricos no país. Algo que pode ser observado após o lançamento do BYD Dolphin. Automóvel que, pelo preço mais acessível em comparação aos concorrentes, tem movimentado o preço da modalidade no país.

A Efficienza é uma empresa fundada em 1996 com o intuito de prestar serviços de assessoria em comércio internacional. A empresa se destaca como solução integral na área de despacho aduaneiro, logística internacional e assessoria em comércio internacional. A empresa é detentora de 5% do market share de Drawback e isenção no Brasil.

Fundada em 2021, a ELEV é uma empresa que oferece ao mercado soluções para o ecossistema de mobilidade elétrica, desde o aplicativo que indica os eletropostos pelo país, até a implantação de pontos de carregamento elétrico e atuação em Pesquisa e Desenvolvimento.

Stellantis e Samsung SDI anunciam planos para construir a segunda gigafábrica StarPlus Energy nos Estados Unidos

Joint venture para construir fábrica de baterias com início de produção planejado para o início de 2027. A instalação terá uma capacidade de produção anual inicial de 34 gigawatts-hora (GWh). A Stellantis e a Samsung SDI estão construindo atualmente uma gigafábrica em Kokomo, Indiana, com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2025. A gigafábrica pretende ser a sexta unidade de produção de baterias a apoiar o robusto plano de eletrificação da Stellantis estabelecido no Dare Forward 2023

Stellantis N.V. e Samsung SDI anunciaram no dia 24 de julho a assinatura de um memorando de entendimento para estabelecer uma segunda fábrica de baterias nos Estados Unidos, sob a existente StarPlus Energy joint venture. Com previsão de início de produção em 2027, a usina pretende ter uma capacidade inicial de produção anual de 34 gigawatts-hora (GWh).

Em maio de 2022, a Stellantis e a Samsung SDI anunciaram seu compromisso de construir a primeira fábrica de baterias em Kokomo, Indiana, EUA. Com lançamento previsto para o primeiro trimestre de 2025, a fábrica terá capacidade de produção anual de 33 GWh, acima da meta inicial de 23 GWh.

"Esta nova unidade contribuirá para atingir nossa meta agressiva de oferecer pelo menos 25 novos veículos elétricos a bateria para o mercado norte-americano até o final da década", disse o CEO da Stellantis, Carlos Tavares. "Continuamos a adicionar mais capacidade nos Estados Unidos junto com nossa grande parceira Samsung SDI e estabelecendo os próximos passos para alcançar nosso compromisso de neutralidade de carbono até 2038".

"Ao estabelecer a joint venture com a Stellantis no ano passado, criamos uma base sólida para marcar nossa presença na América do Norte", comentou o presidente e CEO da Samsung SDI, Yoon-ho Choi. "A segunda fábrica vai acelerar nosso avanço no mercado dos EUA e ajudar Stellantis a impulsionar a transição norte-americana para uma era de veículos elétricos, fornecendo produtos com os mais altos níveis de segurança e qualidade".

Como parte do plano estratégico Dare Forward 2030 a Stellantis anunciou planos de atingir 100% do mix de vendas de veículos elétricos a bateria (BEV) para carros de passeio na Europa e 50% do mix de vendas de carros de passeio e caminhões leves nos Estados Unidos até 2030. Para atingir essas metas de vendas, a Empresa está garantindo aproximadamente 400 GWh de capacidade de bateria.

Este anúncio faz parte da estratégia de eletrificação de longo prazo destacada em seu plano estratégico Dare Forward 2030 e contribuirá para a neutralidade de carbono da Stellantis até 2038, com compensação percentual de um dígito das emissões restantes.

A localização da nova instalação está atualmente em análise e mais detalhes serão compartilhados posteriormente.

A transação está sujeita à execução da documentação definitiva.

Stellantis N.V. (NYSE: STLA / Euronext Milan: STLAM / Euronext Paris: STLAP) é uma das principais montadoras e fornecedora de mobilidade do mundo. As marcas históricas e icônicas incorporam a paixão de seus fundadores visionários e dos clientes de hoje em seus produtos e serviços inovadoras, incluindo Abarth, Alfa Romeo, Chrysler, Citroën, Dodge, DS Automobiles, Fiat, Jeep®, Lancia, Maserati, Opel, Peugeot, Ram, Vauxhall, Free2move e Leasys. Impulsionados por nossa diversidade, lideramos a maneira como o mundo se move – aspirando a nos tornar a melhor empresa de tecnologia de mobilidade sustentável, não a maior, ao mesmo tempo em que criamos valor agregado para todas as partes interessadas, bem como para as comunidades em que trabalha.

Samsung SDI, com sede na República da Coreia, é uma fabricante líder mundial de baterias e materiais eletrônicos que redefine o mundo dos veículos elétricos, sistemas de armazenamento de energia e dispositivos de TI. A empresa impulsiona a transformação e a inovação para emergir como uma "líder em soluções criativas de energia e materiais" nas áreas de mobilidade elétrica, soluções de energia, bem como semicondutores e monitores. A empresa se compromete a fornecer 100% de eletricidade renovável em todas as suas operações globais até 2050.

Porto Business School e Fundação Dom Cabral ampliam parceria acadêmica

Além de intercâmbio de alunos e professores, instituições querem firmar acordo para dupla validação dos títulos

Professor Samir Lotfi, o reitor da Porto Business School (PBS), José Esteves, e o VP da Fundação Dom Cabral, André Proença

O vice-presidente Executivo da Fundação Dom Cabral, André Proença, recebeu no dia 11 de junho, no campus São Paulo da FDC, o reitor da Porto Business School (PBS), José Esteves. As instituições querem ampliar o relacionamento com objetivo de estimular o intercâmbio entre alunos dos cursos de MBA e avançar nas tratativas sobre o intercâmbio também do seu corpo docente.

"Há anos temos uma parceria estabelecida com a Porto Business School, onde dezenas de alunos puderam conhecer mais sobre a educação executiva de cada uma das instituições. Agora, além de proporcionar essa troca entre os professores, desejamos firmar um acordo para que as titulações obtidas por esses alunos sejam válidas em ambos países. Com esse movimento, reafirmamos nosso compromisso em oferecer a educação que o líder do futuro precisa para enfrentar os problemas globais da nossa sociedade", explica Proença.

O reitor da Porto Business School (PBS), José Esteves, contou que a dupla titulação permite aos alunos legitimarem suas formações acadêmicas, por meio de diplomas que são reconhecidos em diferentes regiões do mundo. "Os alunos das duas escolas se beneficiam da oportunidade de vivenciar experiências multiculturais, cursando disciplinas e experiências de ensino-aprendizagem com colegas de diferentes nacionalidades. Isso facilita o desenvolvimento das suas perspectivas internacionais, influenciando mudanças nas organizações considerando tendências e alterações no contexto global".

A FDC é uma escola de negócios brasileira com mais 46 anos, que está entre as melhores do mundo e na 7ª posição dentre as instituições de educação executiva participantes do ranking do Financial Times 2023. Atuando em três pilares (Educação Executiva, Educação Acadêmica e Educação Social), a FDC cocria experiências de aprendizagem transformadoras, capazes de promover conexões significativas, unindo rigor científico, conhecimento aplicado e afetividade. Com um jeito único de ser, e acompanhando as demandas das transformações globais, a FDC tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade por meio da educação, capacitação e desenvolvimento de executivos, empresários e gestores públicos. Em 2022, cerca de 46 mil profissionais passaram pela instituição. No âmbito da Educação Social, o FDC - Centro Social Cardeal Dom Serafim foi concebido para apoiar jovens em situação de vulnerabilidade social, empreendedores populares, organizações sociais e seus gestores, por meio do desenvolvimento e capacitação. A escola também tem o portal Seja Relevante, que democratiza o acesso a conteúdos proprietários e a informações relevantes sobre carreira, gestão, negócios e impactos positivos.

O uso da inteligência artificial nas empresas

Um relatório da KPMG aponta as dez considerações que as empresas devem ter sobre o uso da inteligência artificial generativa nos negócios. O documento aborda ainda possíveis casos de uso e oportunidades, traz ainda uma visão do mercado e elenca os modelos mais usados e como podem ser aplicados nas organizações.

"Essa ferramenta tem o potencial de transformar as empresas, automatizando e executando tarefas baseadas em diversos idiomas com velocidade e eficiência sem precedentes. Esses modelos podem ter aplicações em tecnologia da informação, auditoria, recursos humanos, operações e muitas outras funções de negócios. Podem atuar como um ponto de partida para a inspiração humana, fornecendo ideias que podem ser transformadas em um pensamento novo e criativo", afirma o sócio-líder de segurança cibernética e privacidade da KPMG no Brasil e na América do Sul, Leandro Augusto.

Dez considerações sobre o uso da inteligência artificial generativa nos negócios:

1 - As soluções de IA generativa mais comuns podem ser divididas em cinco categorias: geradores de conteúdo, extratores de informações, chatbots inteligentes, tradutores de linguagem e geradores de código.

2 - Os modelos generativos de inteligência artificial podem resumir artigos, redigir e-mails e produzir imagens e vídeos. Treinados por humanos, eles têm as habilidades de conversação para, por exemplo, responder a perguntas de acompanhamento, admitir erros, contestar suposições incorretas e filtrar ou rejeitar solicitações inadequadas;

3 - O ChatGPT é um robô treinado a partir de instruções humanas. O modelo inicial desse recurso (GPT-3 5) tinha 175 bilhões de parâmetros e foi treinado com mais de um milhão de conjuntos de dados ou 500 bilhões de tokens (palavras ou palavras fragmentos). O GPT-3 5 não estava conectado à internet e foi treinado com dados até setembro de 2021.

O GPT-4, o novo grande modelo multimodal da OpenAI, evoluiu para uma opção que utiliza uma linguagem ainda mais avançada.

4 - Os modelos de IA generativa são usados em várias funções de negócios, desde tecnologia da informação, recursos humanos e operações, para finanças, auditoria, jurídico e marketing. Aplicações adequadas incluem elaboração de propostas, desenvolvimento e teste código e extrair e resumir informações complexas.

5 - A inteligência artificial generativa usa entradas de dados ou parâmetros para aprender e construir conhecimento. A menos que você restrinja explicitamente o provedor de aplicativos, esses dados podem ser usados para responder a uma solicitação de outra pessoa, possivelmente expondo as informações proprietárias de uma organização ao público.

6 - Dependendo de como você usa e implementa a inteligência artificial generativa, as atividades podem expor propriedade ou segredos comerciais e expor a organização ao risco de fraude. É importante estar atento e certificar-se de que a empresa não está usando o recurso de forma que viole as leis aplicáveis (incluindo leis de privacidade), clientes acordos ou normas profissionais;

7 - A cópia de informações ou códigos produzidos pela inteligência artificial em qualquer produto pode constituir direitos autorais ou violação de propriedade intelectual. Isso pode causar danos legais e à reputação da sua organização;

8 - Esperamos que as versões de código aberto continuem a ser integradas em muitas aplicações, sistemas e processos comuns, desde navegadores de internet até tecnologia conectada;

9 - A criação de diretrizes de uso seguro na empresa organização é fundamental para ajudar a garantir a utilização eficaz de aplicações generativas de inteligência artificial. A organização também deve capacitar pessoal para utilizar essa ferramenta já que o traz considerações únicas que esse recurso sozinho não pode replicar;

10 - A KPMG adota uma abordagem responsável para projetar, construir e implantar sistemas de inteligência artificial de maneira segura, confiável e maneira ética. Essa abordagem ajuda as empresas a acelerar o valor para consumidores, organizações e sociedade.

"Os modelos generativos de inteligência artificial têm o potencial de transformar as empresas e tornar as atividades mais produtivas e eficientes, mas também trazem implicações de riscos das quais precisamos estar cientes. É preciso determinar como adotá-los de forma segura, responsável e confiável e que seja estabelecido um conjunto de processos e controles internos a serem seguidos por todos", finaliza o sócio-líder de consultoria em soluções de risco da KPMG no Brasil e na América do Sul, Diogo Dias.

O avanço da Inteligência Artificial generativa: IBM watsonx atende às necessidades corporativas de inteligência artificial do mercado

A IBM anuncia a disponibilização de watsonx, sua plataforma de IA e dados. Divulgado durante o Think, evento global da IBM, em maio, watsonx conta com três produtos para ajudar as organizações a acelerar e escalar a IA: watsonx. ai studio para novos modelos fundacionais, IA generativa e aprendizado de máquina (disponíveis desde já); watsonx. data para armazenamento com a flexibilidade de um data lake e o desempenho de uma warehouse de dados (disponível desde já); e watsonx. governance, kit de ferramentas para ajudar a habilitar fluxos de trabalho de IA a serem construídos com responsabilidade, transparência e explicabilidade (disponibilidade ainda este ano).

A plataforma já está sendo utilizada por diversos setores - de telecomunicações a bancos

Desenvolvido para ajudar os clientes a lidar com grande volume de dados, complexidade, custo e desafios de governança ao escalar cargas de trabalho de IA, watsonx. data permite que as organizações acessem todas as suas informações em ambientes locais e na nuvem, por meio de um único ponto de entrada.

Watsonx possibilita que clientes e parceiros se especializem e implementem modelos para casos de uso corporativo em diferentes domínios ou que construam seus próprios modelos. Até o momento, a plataforma foi utilizada por mais de 150 organizações de todos os setores, de telecom a bancos, que estão participando dos programas beta e pré-visualização de tecnologia, com mais de 40 depoimentos compartilhados inicialmente.

A atuação de IBM Consulting em watsonx oferece conhecimento profundo em IA generativa, bem como experiência na indústria, que pode ajudar a acelerar as transformações de negócios dos clientes. Da mesma forma que a IBM estabeleceu o bem-sucedido negócio de serviços de nuvem híbrida na plataforma Red Hat® OpenShift®, a IBM Consulting pretende ser a provedora líder de serviços de consultoria para watsonx.

Abordando a necessidade global de modelos fundacionais, a IBM anuncia novas ofertas de GPU em IBM Cloud, uma infraestrutura personalizada em IA projetada para suportar cargas de trabalho intensivas de computação corporativa. Ainda neste ano, a IBM oferecerá uma infraestrutura completa otimizada de IA de alta performance e flexível, entregue como um serviço em IBM Cloud, para atender e treinar os modelos fundacionais.

Ao longo de 2024, a IBM fará lançamentos significativos. No restante deste ano, a empresa focará em modelos fundacionais, expandindo casos de uso corporativos além do NLP (processamento de linguagem natural) e operacionalizando mais de 100 bilhões de modelos de parâmetro para casos de uso direcionados e personalizados, abrindo o caminho para uma adoção corporativa mais ampla.

A IBM também trará suas capacidades de governança de IA, ajudando empresas a implementar a governança de ponta a ponta, reduzindo o risco e aprimorando a conformidade com as crescentes regulamentações de IA e da indústria. A governança da IA nunca deve ser algo secundário, por isso incentivamos nossos clientes a iniciarem esse processo em seus modelos de machine learning de hoje e modelos fundacionais do futuro.

Governança corporativa, liderança estratégica e conhecimento político são competências buscadas para o cargo de Conselheiro de Administração, mostra estudo

Estudo anual realizado pela consultoria de gestão organizacional Korn Ferry revela esse e outros dados a respeito do perfil do Conselheiro de Administração

Em seu estudo anual de práticas de Governança e Remuneração de Conselhos, a consultoria de gestão organizacional Korn Ferry traz, entre outros dados analisados, o perfil do Conselheiro de Administração. Essas informações trazem insights a respeito de aspectos que são, direta ou indiretamente levados em conta pelas empresas ao formar seus conselhos e, por serem coletadas anualmente, podem demonstrar as mudanças que ocorrem na composição dos conselhos com o passar do tempo.

Enquanto existem características psicológicas e comportamentais que se fazem presentes no perfil de um conselheiro, outros aspectos como o gênero e a idade dos conselheiros têm visto mudanças de forma gradual. "De maneira geral, espera-se que os conselheiros apresentem conhecimento do ambiente econômico, político e social e dos negócios da empresa, e que utilizem do mesmo como influenciador no embasamento para a tomada de decisões estratégicas", explica o sócio sênior da Korn Ferry, Jorge Maluf.

Além disso, é esperado dos membros do board uma boa formação acadêmica, boa formação específica em governança corporativa, a liderança estratégica, o background político, board interlocking e uma postura íntegra. Entretanto, nos últimos anos, com discussões sobre diversidade se fazendo mais presentes na sociedade e na esfera corporativa de maneira geral, esses tópicos passam também a serem abordados nos conselhos.

PRESENÇA FEMININA EM CONSELHOS

A presença de mulheres nos conselhos, por exemplo, teve um crescimento notável nos últimos anos. Ainda assim, totalizam números menores em cadeiras ocupadas quando

comparadas a homens que exercem a mesma função. Tendo em mente que, no Brasil, os Conselhos de Administração possuem uma média de 9 membros constituintes, de forma geral, apenas 2 cadeiras são ocupadas por mulheres, caracterizando uma predominância masculina nessas funções.

"Esse número, de cerca de 18%, também é inferior às práticas internacionais, como nos EUA (25%) e na Europa (39%). Além disso, das 110 empresas analisadas, apenas quatro mulheres foram classificadas enquanto presidentes de conselho nesta edição do estudo", analisa Maluf.

IDADE X CONHECIMENTO

Outro aspecto que tem se alterado gradualmente é a faixa etária dos membros dos conselhos. Por se tratarem de posições de tamanha importância, é comum que sejam reservadas a profissionais de nível sênior. Atualmente, a maior parte dos conselheiros está na faixa dos 60 anos, entretanto, a visão de que experiência e confiança estão necessariamente atreladas à idade de um indivíduo já não é tão prevalente quanto no passado, fazendo com que a idade, em média, diminua.

ESTRUTURA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Além das tendências relacionadas à diversidade, existem tendências estruturais ligadas à composição do conselho, e, em específico, aos membros independentes. Em geral, os membros dos Conselhos de Administração dividem-se em três subcategorias principais. Tendo como base a média de 9 cadeiras por conselho, os mesmos dividem-se da seguinte forma:

MEMBROS INTERNOS:

Geralmente, apenas um dos membros do Conselho de Administração é um membro interno da empresa. Ou seja, esta cadeira é reservada para funcionários atuais da companhia, mais comumente o CEO.

MEMBROS EXTERNOS:

Essa posição, que ocupa em média duas das cadeiras do conselho, é constituída por indivíduos que, apesar de não serem parte da empresa, têm algum outro tipo de vínculo com ela. Geralmente, tratam-se de acionistas, ex-funcionários, etc.

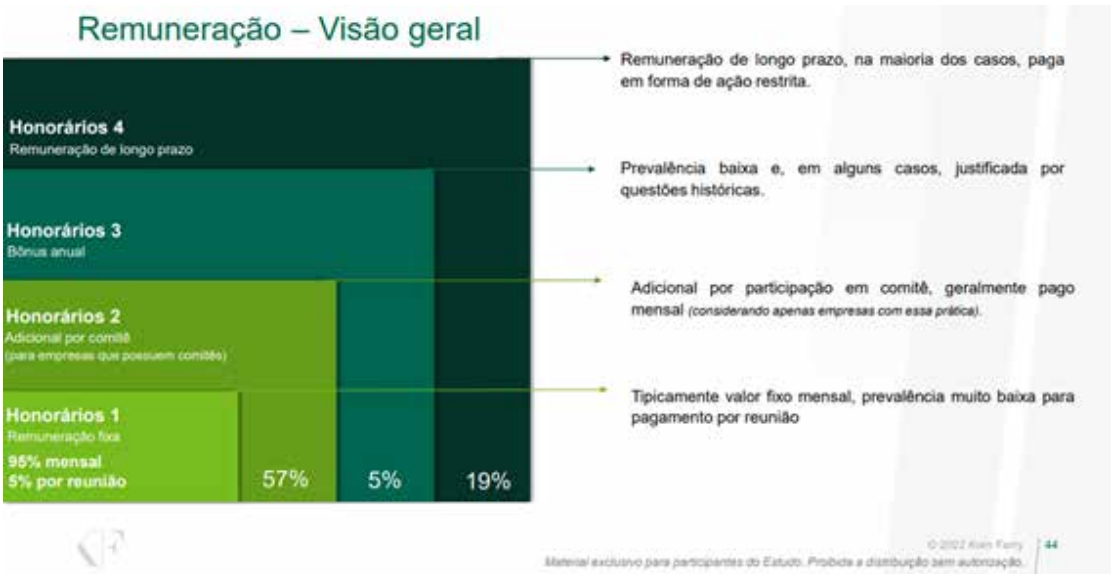
MEMBROS INDEPENDENTES:

As cadeiras restantes são ocupadas por conselheiros profissionais e especialistas de mercado. Para ocuparem essa função, o indivíduo não pode ter sido empregado ou diretor da organização (ou de suas subsidiárias) há, pelo menos, três anos. A média de membros independentes em um conselho aumentou em 3% quando comparado ao ano anterior, mas, por outro lado, houve redução de empresas com presidentes de conselho independentes tanto na amostra geral como nas empresas que participaram do estudo nos últimos dois anos.

REMUNERAÇÃO DO CONSELHEIRO

Finalmente, a remuneração dos integrantes dos conselhos é feita de acordo com seu cargo e posicionamento hierárquico. Ao comparar o pacote total do Presidente do Conselho com o seu respectivo CEO, a remuneração total de um Presidente do Conselho é, em média, 30% do pacote total do seu CEO.

Entretanto, quando comparamos os níveis de remuneração com o nível de governança das empresas, observamos que quanto maior o nível de governança, menor a remuneração. Ou seja, quando se trata da remuneração desses conselheiros, temos a seguinte visão geral:



Supermercadistas sofrem com altas cargas tributárias no Brasil; entenda as estratégias para aumentar o lucro

Especialista em varejo explica como os tributos impactam na rotina do consumidor por meio de uma dor dos supermercadistas

Com uma legislação extensa e complexa, empresas de diversos setores sofrem para cumprir com as obrigações fiscais existentes no Brasil. Quando se fala em supermercadistas, ainda há uma atenção extra com relação às normas e impostos específicos do setor, como recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto Sobre Serviços) e PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social). Diante de tantos detalhes que permeiam manter a regularidade, uma questão é latente: existe solução para que varejistas do setor alimentício driblem as altas cargas tributárias e passem ilesos das autuações e multas por não conformidade?

"Os supermercados vendem milhares de produtos diferentes e cada um tem um sistema de tributação. Um refrigerante de lata e um de garrafa podem ter tributos completamente diferentes. Essas nuances fazem com que empresas paguem valores mais altos do que deveriam ou que se encontrem em uma situação irregular, caso a contribuição seja incompleta. Alguns estabelecimentos já preveem verbas para pagamento de multas, que por sua vez são repassadas aos consumidores, por meio do aumento de preço dos itens. Consequentemente, há diminuição de margem de lucro para o varejista", explica Antônio Sá, especialista em varejo e sócio-fundador da Amicci, empresa de Gestão & Desenvolvimento de Marcas Próprias.

Para entender a fundo os impactos, é preciso analisar o que compõe o preço de um produto - uma soma de custos, margem e impostos. Porém, vale o alerta: dados do Impostômetro mostram que 20,43% do preço final dos itens da cesta básica é composto por tributos.

Como alternativa, empresas de varejo alimentício estão examinando a área fiscal para torná-la mais eficiente. No entanto, é preciso refletir que, com a inflação e desafios ligados à indústria, que podem incluir escassez de mão-de-obra e logística, quem quer aumentar a lucratividade, precisa ir além.

"O lucro é extremamente afetado por conta do regime tributário. O principal ponto é pensar em um planejamento para minimizar os impactos sobre os resultados, sem falar na escolha de um regime adequado mediante as opções disponíveis para a companhia. Vale lembrar que esses fatores afetam diretamente o pagamento de impostos e a gestão financeira do negócio", alerta Sá.

COMO DRIBLAR AS ALTAS CARGAS TRIBUTÁRIAS?

O primeiro passo que um supermercadista deve seguir para minimizar os impactos fiscais é realizar um planejamento tributário visando redução de custos e riscos. "Um estudo aprofundado da situação da empresa pode jogar luz sobre oportunidades de redução da carga tributária. Com a liberação de recursos financeiros, outras áreas podem receber investimento e, se realizado com uma estratégia correta, haverá retorno. Outro ponto é a melhoria na tomada de decisão, sempre suportada pelo o que os números mostram", pontua o sócio-fundador da Amicci.

O planejamento é importante, principalmente, para identificar como aproveitar incentivos fiscais, que variam de acordo com a legislação vigente no Estado. Consultar um profissional especializado, como advogado ou contador, pode ajudar a avaliar as condições. "O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), por exemplo, garante dedução de 4% do valor gasto com a alimentação dos funcionários. Existem também os incentivos regionais, que

podem incluir redução ou isenção de impostos estaduais e municipais, como o ICMS e o IPTU", explica.

A redução de impostos sobre produtos da cesta básica é um dos destaques, já que ao diminuir a carga tributária sobre os alimentos, o acesso à população é maior. De acordo com o especialista em varejo, a redução é importante, já que a pandemia da covid-19 resultou em aumento do número de desempregados e menor poder de compra. Aliado à escassez de produtos e aumento do dólar, isso faz com que os produtos subam cada vez mais. Torna-se um ciclo: as vendas caem e os custos são repassados aos consumidores, ou as margens de lucro diminuem para tentar manter um valor equilibrado.

Além disso, outras alternativas devem ser consideradas, como negociação com fornecedores em busca de melhores valores para redução de custos e melhoria na logística e cadeia de suprimentos, com o objetivo de diminuir os custos de transporte e armazenagem.

Por fim, uma das soluções, ainda pouco explorada, é a criação de marcas próprias. A principal vantagem é a margem de lucro. Além dos preços atrativos - que podem ser até 20% menores do que marcas líderes de mercado -, o consumidor é fidelizado pela qualidade dos produtos. "Posso ressaltar como demais benefícios a vantagem competitiva, flexibilidade e preenchimento de lacunas. Sem falar do poder de negociação com a indústria, que também ganha com a estratégia", diz Sá.

Com presença expressiva no Nordeste do Brasil, a rede Supermercadista GBarbosa é um exemplo de varejista que apostou no portfólio exclusivo, já composto por itens como alimentos e artigos de limpeza e higiene pessoal, além de pets e bazar, com vendas nas lojas físicas e e-commerce. Como resultado, entre 2020 e 2021, a companhia registrou um aumento de aproximadamente 70% nas vendas do quadrimestre.

Já em um dos associados da rede Unibrasil, o macarrão instantâneo de marca própria Felitá se tornou líder de vendas, com participação acima de 50% na categoria, trazendo maior rentabilidade para o negócio e fidelizando o consumidor.

"Todas as alternativas devem ser examinadas caso a caso, de acordo com o porte e situação do negócio. Contar com a ajuda de um especialista pode ser fundamental, tanto para otimizar o planejamento tributário, quanto para a aplicação de qualquer estratégia na busca de aumentar os lucros", finaliza Sá.

Como a modelagem financeira pode beneficiar os negócios?

O conjunto de técnicas pode ajudar em diversas ações como tomada de decisões; planejamento estratégico, financeiro e orçamentário; análise de investimentos; e avaliação de sensibilidade e risco

Já ouviu falar sobre a modelagem financeira? É um importante conjunto de técnicas utilizadas por profissionais financeiros, através da elaboração de um complexo modelo matemático, que demonstra a performance financeira futura de um negócio, projeto ou investimento. O processo é baseado em métricas financeiras, com projeções e estratégias da administração, com indicadores de mercado de médio e longo prazos e riscos envolvidos.

Para Ítalo Brilha, sócio da Mazars, a modelagem financeira ajuda a fornecer bases para uma gestão financeira eficaz e contribui para a maximização do valor e o sucesso financeiro de um negócio, projeto ou investimento.

O executivo listou abaixo as principais razões para ter uma modelagem financeira eficaz:

Tomada de decisões: nesse caso, permite simular diferentes cenários e calcular os resultados financeiros projetados com base em várias hipóteses e variáveis. Isso ajuda os tomadores de decisão a entender o impacto financeiro das diferentes opções disponíveis e a tomar decisões mais informadas e fundamentadas;

Planejamento estratégico: permite que as empresas definam metas financeiras realistas, identifiquem possíveis desafios e oportunidades e desenvolvam planos de ação para atingir seus objetivos;

Análise de investimentos: amplamente utilizada para avaliar a viabilidade e o retorno de investimentos. Permite que os investidores analisem diferentes projetos e determinem sua rentabilidade potencial, considerando fatores como fluxo de caixa, valor presente líquido (VPL), payback do investimento e taxa interna de retorno (TIR);

Planejamento financeiro e orçamentário: é possível elaborar planos financeiros e orçamentos para uma organização. Isso envolve a previsão de receitas e despesas futuras, a identificação de áreas de risco e a alocação eficiente de recursos financeiros para alcançar metas específicas;

Análise de sensibilidade e risco: permite realizar análises de sensibilidade, explorando diferentes cenários e variáveis para avaliar o impacto nas projeções financeiras. Além disso, ela pode ajudar na identificação e na gestão de riscos financeiros, permitindo que os gestores compreendam melhor os fatores que podem afetar negativamente os resultados financeiros e desenvolvam estratégias de mitigação.

"A modelagem financeira também desempenha um papel importante na comunicação eficaz com stakeholders internos e externos. Os modelos financeiros podem ser utilizados para apresentar informações financeiras complexas de forma clara e compreensível, facilitando a tomada de decisões pelos envolvidos", finaliza o executivo.

Especializada em auditoria, BPO, consultoria, serviços tributários e financeiros, a Mazars é uma empresa internacionalmente integrada, operando em mais de 90 países ao redor do mundo. Conta com a experiência e o conhecimento de mais de 40 mil profissionais para auxiliar clientes de todos os tamanhos em cada estágio de seu desenvolvimento. No Brasil, a Mazars tem cerca de 1.000 colaboradores em seus sete escritórios (São Paulo, Campinas, Barueri, Rio de Janeiro, Curitiba, Joinville e Fortaleza).

As empresas brasileiras contrariam a tendência global ao reduzir o endividamento no ano passado

As empresas brasileiras reduziram o nível de sua dívida líquida em 6,6% em uma base de moeda constante em 2022/23, de acordo com o último Índice de Dívida Corporativa anual da Janus Henderson. A redução da dívida, para US$ 55 bilhões, contrasta com o aumento contínuo da dívida líquida em outros lugares no ano passado, com um crescimento global de 6,2%.

A pesquisa também observou uma enorme redução na relação dívida/patrimônio líquido do setor corporativo nos últimos anos: na edição deste ano do Índice de Dívida Corporativa, as empresas brasileiras têm uma relação dívida/patrimônio líquido de 38%, abaixo dos 41% do ano passado e de um pico pré-pandêmico de 64% em 2019/20.

No Brasil, o contraste entre o setor petrolífero em expansão e o setor de mineração em contração ficou evidente. A queda na dívida líquida da Petrobras impulsionou, em grande parte, o corte de 6,6% no país, mas os dividendos e as recompras de ações da Vale excederam significativamente o fluxo de caixa livre, o que, consequentemente, aumentou os empréstimos.

Em outras partes da América Latina, os níveis de dívida corporativa líquida aumentaram, com a dívida corporativa mexicana aumentando 8,6%, 16,6% no Chile e 25,0% na Colômbia. A tendência nos mercados emergentes também foi solidamente positiva, com o aumento da dívida líquida em 19,5%, sendo que todos os países do BRICS, companheiros do Brasil, tiveram emissão de dívida líquida positiva (Índia 3,5%, China 35% e África do Sul 51% - a Rússia foi excluída da pesquisa).

NOVO RECORDE DE DÍVIDA GLOBAL

Enquanto isso, empresas de todo o mundo assumiram US$ 456 bilhões de novas dívidas líquidas em 2022/23,

elevando o total pendente em 6,2% em moeda constante para um recorde de US$ 7,80 trilhões. Esse nível excede o pico de 2020, uma vez que os movimentos nas taxas de câmbio foram levados em consideração.

No entanto, um quinto do aumento da dívida líquida simplesmente refletiu empresas como a Alphabet e a Meta gastando parte de suas vastas montanhas de dinheiro. O proprietário do Google continuou sendo a empresa mais rica em dinheiro, enquanto a Verizon se tornou a empresa não financeira mais endividada do mundo em 2022/23 pela primeira vez.

A dívida total, que exclui os saldos de caixa, avançou globalmente em apenas 3% em moeda constante, cerca de metade do ritmo médio da última década. As taxas de juros mais altas começaram a diminuir o apetite por empréstimos, mas ainda não causaram um impacto significativo nos custos de juros enfrentados pela maioria das grandes empresas.

LUCROS RECORDES COMPENSAM O AUMENTO DA DÍVIDA

Os lucros globais antes dos impostos (excluindo o setor financeiro) aumentaram 13,6%, atingindo um recorde de US$ 3,62 trilhões em 2022/23, embora a melhoria tenha sido fortemente concentrada. Nove décimos do aumento do lucro de US$ 433 bilhões em moeda constante foram obtidos pelos produtores de petróleo do mundo. Vários setores, incluindo telecomunicações, mídia e mineração, tiveram lucros menores em relação ao ano anterior. Em conjunto, o lucro global mais alto impulsionou o capital acionário, o que significa que o nível global de dívida/capital acionário, uma medida importante da sustentabilidade da dívida, manteve-se estável em 49% em relação ao ano anterior, apesar do aumento dos empréstimos.

O IMPACTO DAS TAXAS DE JUROS MAIS ALTAS FOI SILENCIADO (ATÉ AGORA)

Muitas grandes empresas financiam suas dívidas com títulos que têm taxas de juros fixas (conhecidas como cupons), e isso está retardando o impacto das taxas de juros mais altas - apenas cerca de um oitavo dos títulos são refinanciados a cada ano. O valor gasto com juros aumentou apenas 5,3% em uma base de moeda constante em 2022/23, o que foi significativamente menor do que o aumento das taxas de juros globais, e os juros consumiram um recorde de baixa de 9,2% dos lucros. Há uma variação regional significativa. As empresas dos EUA dependem mais do financiamento de títulos e não registraram aumento nos custos de juros, mas as da Europa, onde

são comuns os empréstimos a taxas variáveis concedidos por bancos, os custos de juros aumentaram em um sexto.

A RENDA ESTÁ DE VOLTA: TÍTULOS CORPORATIVOS OFERECEM OPORTUNIDADES INTERESSANTES

O rendimento mediano, ou típico, dos títulos com grau de investimento era de 4,9% em maio, acima dos 4,1% de um ano atrás e dos 1,7% de 2021. Isso apresenta oportunidades para os investidores em títulos garantirem uma renda mais alta e aumenta a perspectiva de ganhos de capital à medida que o ciclo das taxas de juros passa de aumentos para cortes em 2024.

PERSPECTIVA

A economia global está desacelerando à medida que as taxas de juros mais altas exercem pressão sobre a demanda e sobre os lucros das empresas. Os custos mais altos de empréstimos e a atividade econômica mais lenta significam que as empresas procurarão pagar algumas de suas dívidas, embora haja uma variação significativa entre os diferentes setores e entre as empresas mais fortes e as mais fracas. É provável que a dívida líquida caia menos do que a dívida total, já que as empresas ricas em dinheiro continuam a reduzir suas pilhas de dinheiro. De modo geral, a Janus Henderson espera que a dívida líquida diminua 1,9% este ano, caindo para US$ 7,65 trilhões.

James Briggs e Michael Keough, gerentes de portfólio de renda fixa da Janus Henderson, explicaram: "Embora as empresas brasileiras tenham registrado níveis de endividamento mais baixos, esse resultado foi definitivamente contrário à tendência global. No entanto, ainda que os níveis globais de endividamento possam ter aumentado, eles são muito bem sustentados, e a economia global tem se mantido notavelmente resistente. A trajetória exata da economia global e dos lucros corporativos pode ser muito incerta, mas o fim do ciclo de aumento das taxas e o retorno da "renda" significam que há muito para os investidores em títulos corporativos globais ficarem felizes

Os investidores podem agora garantir níveis significativos de renda pela primeira vez em muitos anos. Além disso, quando as taxas de juros do mercado caem para refletir uma inflação mais baixa e uma economia em desaceleração, os preços dos títulos sobem, gerando também ganhos de capital. É provável que os bancos centrais comecem a reduzir as taxas em 2024, e espera-se que o Brasil se antecipe a essa mudança global, começando a reduzir as taxas de juros no final deste ano.

Essa fase do ciclo de crédito é aquela em que a seleção de setores e títulos é muito importante. Nessas condições, preferimos nos concentrar em empresas de alta qualidade com balanços sólidos, fluxo de caixa estável e fundamentos resilientes".

Os 10 CEO's mais bem pagos do mundo

O Wall Street Journal publicou uma lista dos CEOs mais bem pagos de 2022, de acordo com uma empresa que analisa a remuneração de executivos em quase 4.000 companhias americanas.

O ranking inclui salário, bônus, benefícios e participações societárias no negócio.

Quando você leu o título, provavelmente pensou que Tim Cook, CEO da Apple (a empresa mais valiosa do mundo), estaria ocupando o topo da lista — caiu no bait do estagiário.

No entanto, quem lidera é Stephen Schwarzman, CEO da Blackstate, com um pacote de compensação que ultrapassa a casa dos 253 milhões de dólares.

O próximo da lista, Sundar Pichai, do Google, levou pra casa US$ 226 mi — recebendo cerca de 12% a menos que Stephen Schwarzman. Tim fica na décima posição. Confira o gráfico abaixo:

CNBC | Reprodução

Cultura Empreendedora potencializa ações de escola pública estadual em Sarzedo

Projeto do Sebrae Minas tem resultados significativos com estudantes do Ensino Fundamental e Médio

A Escola Estadual Professora Nilza Gomes Bergman, situada no município de Sarzedo, Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem colhido frutos das práticas inovadoras em gestão escolar e pedagógica adotadas em 2022 e 2023. A escola conta, hoje, com projetos voltados para a iniciação científica, mercado de trabalho, empreendedorismo, jornal impresso e horta comunitária, além das parcerias com a comunidade e empresas da região.

Desde a sua inauguração, em março de 2017, a escola já adota uma cultura inovadora e uma visão humanitária de ensino. E, no ano passado, em parceria com o Sebrae Minas, a instituição passou a contar com o suporte de um Agente Local de Inovação (ALI) em Educação Empreendedora, que tem como objetivo o desenvolvimento de competências que promovem, nos estudantes e profissionais da educação, a mobilização de saberes, habilidades e atitudes, diante de uma situação ativa real para transformação da sua realidade, preparando-o para alcançar os seus objetivos de vida.

"Aplicamos a metodologia do Projeto ALI Educação Empreendedora, realizado pelo Sebrae, e proporcionamos ações customizadas de acordo com a realidade de cada escola. A instituição aderiu ao programa no final do ano de 2022. Foram desenvolvidas ações vinculadas ao Projeto de Vida

e Itinerário Mundo do Trabalho, em parceria com a Sala Mineira do Empreendedor de Sarzedo, Procon e outras instituições/empresas", ressalta a agente de inovação do Sebrae Minas da microrregião de Contagem Mayumi Sallum.

Ela explica que durante as atividades da jornada, há uma etapa inicial de diagnósticos com utilização de ferramentas construídas pelo Sebrae como o Diagnóstico de Inovação e o Radar da Educação Empreendedora. Além disso, aplica-se também o instrumento delimitado como SWOT para traçar as oportunidades e as ameaças, além das forças e as fraquezas da escola. A força da escola, por exemplo, é o engajamento dos educadores, além da forte atuação da gestão escolar e pedagógica dentro e fora dos muros da escola.

"Como os alunos ainda tinham dúvidas quanto à escolha da carreira, trabalhamos a temática projeto de vida e mundo do trabalho, e realizamos oficinas voltadas para a temática de propósito, sonhos, elaboração de currículo, comportamento em entrevista e marketing pessoal. E para proporcionar opções para complementar a escolha da atividade profissional, foi realizada parceria com a professora Maria José, em nome da Universidade Cruzeiro do Sul, para realização de teste vocacional aos estudantes. São os parceiros locais que vão fazer a diferença no futuro da escola", avalia.

POTENCIAL PARA ALÉM DO ENSINO

A Escola Estadual Professora Nilza Gomes Bergman possui 1.575 estudantes divididos em turmas do sexto ano ao ensino médio, e uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O primeiro projeto iniciado foi a construção da horta que, segundo a supervisora pedagógica e especialista em educação básica Sônia Gomes, foi idealizada após a pandemia. A iniciativa foi pensada para diminuir os registros de crise de ansiedade por meio de atividades ao ar livre e o contato com a natureza.

"Com a ajuda dos pais e empresas parcerias da região, a escola conta com "espaços verdes", destinados aos animais, frutas e plantas. Também iremos implementar o projeto da sala de aula ao ar livre, a mesma já se encontra construída. E, além dos pássaros e dos peixes que já integram o ambiente da escola, estamos com o projeto de criar um borboletário", explica Sônia.

Outro projeto especial é o Jornal Bergman, lançado oficialmente na Câmara Municipal. Criado no ano passado, para homenagear a professora que dá nome a escola, a publicação promove o resgate da cultura local com assuntos da cidade, projetos para a terceira idade, teatro, gastronomia e religião. São 18 alunos colaboradores, com impressão semestral, e distribuição gratuita para a comunidade.

A pesquisa científica também tem espaço na escola. Atualmente, há cinco grupos ativos, e um deles busca identificar as emoções dos estudantes da escola a partir dos emojis mais usados nos smartphones pessoais. O grupo de pesquisa vai realizar o levantamento, por meio dessa ferramenta, das emoções mais reproduzidas pelos estudantes em suas conversas. O resultado da pesquisa está previsto para ser divulgado ainda neste ano.

ESTÍMULO AO PERFIL EMPREENDEDOR

A temática empreendedorismo também é trabalhada na instituição. As aulas já acontecem desde o ano passado. Em uma das atividades, os estudantes criaram uma empresa fictícia utilizando o marketing digital como ferramenta primordial. Mercado imobiliário, floricultura e construção de casas sustentáveis foram algumas áreas escolhidas. Seria premiada a turma que conseguisse captar mais clientes. "A ideia é mostrar para eles que o digital é uma excelente ferramenta para impulsionar os negócios. Essas atividades ajudam a desenvolver o senso de responsabilidade dos estudantes", destaca a supervisora.

Há, ainda, um projeto de intercâmbio com os alunos. A ideia é trabalhar em parceria com algumas empresas que já fazem este tipo de ação, por um período de um ano. O jovem ganha uma bolsa de estudos com a finalidade de trazer para o país de origem as experiências e conhecimentos adquiridos nesse período. "É algo que desejamos muito para os alunos. Qual estudante de Sarzedo tem a oportunidade de conhecer outro país?", destaca.

MAIS EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NA REGIÃO

Para cada escola, há um plano de ação específico feito pelo Agente Local de Inovação. Neste último ciclo, o programa foi aplicado em quinze escolas da região metropolitana de Belo Horizonte, sendo três escolas estaduais. Agora, serão atendidas oito escolas municipais no município de Sarzedo. "Uma das atividades é trabalhar a adoção dos "5 Rs": repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar – voltados para a conscientização ambiental, e estimular a importância da educação financeira. O plano também busca fomentar a aproximação dos parceiros, em especial a Secretaria Municipal de Educação e a Salas Mineiras do Empreendedor dos municípios", reforça a agente.

O trabalho da agente nas escolas da Região das Indústrias já promoveu outras ações, como: palestra sobre o Programa Menor Aprendiz; palestra sobre educação financeira; oficina canvas modelo de negócios; e interação com instituições de ensino técnico e superior; e palestra on-line sobre metodologias ativas.

Livraria Leitura inaugura a loja número 100 no Shopping Iguatemi Esplanada em Sorocaba

A Livraria Leitura, atualmente com 99 lojas espalhadas por todo o país, se mantém em constante expansão e, no dia 7 de julho, abriu suas portas no Shopping Iguatemi Esplanada, em Sorocaba, com uma ampla área de 567 m². Essa nova abertura consolida a presença da Livraria Leitura como a maior rede de livrarias físicas do Brasil, agora com 100 lojas.

Diante desse cenário promissor, Marcus Teles, presidente da Livraria Leitura, expressou entusiasmo com as perspectivas futuras da rede. "Estamos muito satisfeitos com o crescimento que temos alcançado e com a resposta positiva dos nossos clientes. Por ora, planejamos a abertura de sete novas lojas em 2023 e ainda mais dez inaugurações para o ano que vem."

A rede atua em um mercado cada vez mais competitivo, e investe em seus colaboradores, fazendo treinamentos periódicos com a equipe tendo em vista o constante aperfeiçoamento profissional. Também desenvolve um programa exclusivo de fidelização, o Sempre Leitura, no qual o cliente acumula pontos e troca por descontos nas lojas da rede.

Com 56 anos de atividades, a Leitura não é apenas uma livraria; é um centro de cultura e lazer para toda a família. É notável a presença frequente de pais e filhos nas lojas, principalmente durante períodos como "férias na leitura", "volta às aulas", "semana das crianças", e em eventos como "contação de histórias".

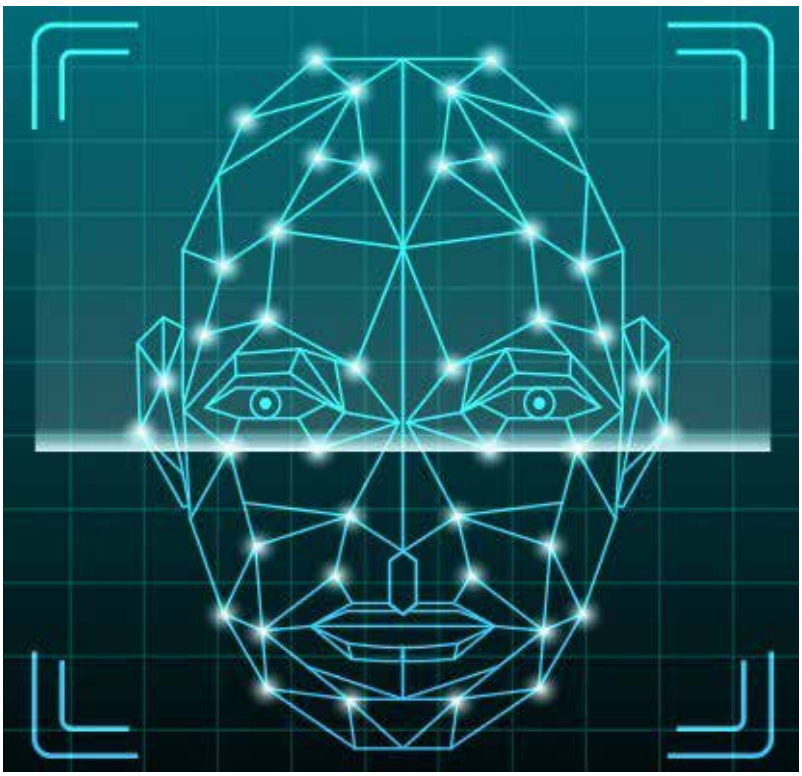
Nas lojas físicas, é observado um público com faixa etária acima de 25 anos com uma distribuição próxima de 55% feminino e 45% masculino. A Leitura tem experimentado um crescimento exponencial nas redes sociais, especialmente no TikTok e Instagram. O sucesso dos booktokers tem sido um dos principais impulsionadores desse fenômeno, atraindo um público altamente qualificado e predominantemente feminino.

A Livraria Leitura registrou um crescimento excepcional de mais de 31% nas vendas de livros em 2022, em comparação ao ano anterior. As megastores oferecem uma enorme variedade de produtos, com mais de 100 mil itens diversos, entre eles: livros, revistas, materiais de papelaria e escritório, presentes e suprimentos de informática. Além de contar com espaços de entretenimento como cafés, área geek, ambientes para leitura, realização de sessões de autógrafos e eventos culturais.

Biometria facial pode ter evitado mais de R$ 29 bilhões em prejuízos em fraudes

Os fraudadores usam diversas técnicas, como imagens montadas, edição de vídeos em movimento e deepfake para tentar se passar para outra pessoa. Saiba como se proteger

Um estudo inédito da Serasa Experian revelou que milhares de tentativas de fraude foram barradas por meio da biometria facial. De uma amostra de 42,1 milhões de consultas biométricas, entre os meses de outubro de 2022 a março de 2023, 13,4% teriam alta probabilidade de serem operações fraudulentas. Se esses negócios fossem concretizados, o prejuízo seria de mais de R$ 29 bilhões.



A biometria facial é uma solução construída por meio de redes neurais, um conjunto de inteligência computacional, que realiza um mapeamento matemático das características do rosto de uma pessoa, como uma impressão facial. Além de adicionar proteção aos negócios, ela também é a forma de autenticação que a população brasileira mais confia: 93% dos brasileiros confiam nesse método, segundo uma pesquisa feita pela Serasa Experian em 2022.

SETORES MAIS PROPENSOS

A análise identificou que o varejo físico e online teve a maior concentração de tentativas de fraude. Se não fosse a tecnologia de biometria facial, 16% das consultas do comércio poderiam ter sido ações de cibercriminosos. Em segundo lugar ficou o setor financeiro, com 14,9% e, em terceiro, o setor de telefonia, com 9,7% das consultas biométricas apresentando alto risco para fraude.

"À medida que a biometria facial se populariza, as tentativas de golpes digitais também avançam. Os fraudadores usam imagens montadas, edição de vídeos em movimento, fotos com fundo falso, deepfake, que são redes neurais capazes de gerar faces aleatórias bem convincentes, para tentar se passar para outra pessoa. Apesar da criatividade dos golpistas, existe uma gama computacional treinada para entender que aquela situação se trata de um cibercrime e não de um rosto humano", explica o diretor de Produtos de Autenticação e Prevenção à Fraude da Serasa Experian, Caio Rocha.

GOLPE QUE SÓ CRESCE

Segundo o relatório Global de Fraude e Identidade da Serasa Experian, em 2022, a cada 100 tentativas de realizar fraudes online, cinco envolveram o uso de máscaras, vídeos e técnicas de deepfakes, um crescimento de 66% em relação ao ano anterior e a expectativa para 2023 é que este número continue subindo.

COMO SE PROTEGER?

Quando se trata de pagamento online, vale lembrar que há boas práticas para realizá-lo de forma segura e simples.

1. Rede de internet privada

Evite usar internet pública quando for fazer pagamentos ou acessar contas em banco, por exemplo.

2. Senhas fortes

É muito importante criar códigos numéricos variados e não usar um único para diversos serviços. Além disso, é importante mesclar letras maiúsculas e

minúsculas, caracteres especiais, como @ e #, e números, desde que não sejam sequenciais (1234, por exemplo).

3. Utilize aplicativos seguros

Certifique-se de que os aplicativos que você está usando sejam seguros.

4. Reporte perda ou roubo de documentos

O reporte do fato ajuda a prevenir fraudes envolvendo seu nome e seus documentos, já que a Serasa Experian pode, a partir do reporte, notificar empresas parceiras que a documentação foi perdida ou roubada ao consultar o CPF. O cadastro desse alerta é gratuito.

5. Se você for a pessoa jurídica, invista em camadas de segurança

Sabemos que não existe bala de prata, mas é importante que a empresa invista em autenticação contínua e em múltiplas camadas de segurança.

"A biometria permite avaliar diversos atributos da jornada de captura da imagem como, por exemplo, ruídos de edição da imagem, profundidade, sombras, fotos de fotos ou arquivos não capturados pela câmera do dispositivo. É uma ferramenta importante para limitar o avanço do deepfake e outros tipos de fraude. A biometria é eficiente, mas não existe uma fórmula mágica para lidar com segurança. Cada negócio, independentemente do porte ou da área de atuação, precisa implementar múltiplas camadas de autenticação, garantindo a proteção e a melhor experiência aos clientes", diz Caio.

A Serasa Experian é líder na América Latina em serviços de informações para apoio na tomada de decisões das empresas. No Brasil, é sinônimo de solução para todas as etapas do ciclo de negócios, desde a prospecção até a cobrança, oferecendo às organizações as melhores ferramentas. Com profundo conhecimento do mercado brasileiro, conjuga a força e a tradição do nome Serasa com a liderança mundial da Experian. Criada em 1968, uniu-se à Experian Company em 2007. Responde on-line/real-time a 6 milhões de consultas por dia e protege 100 milhões de transações contra fraude por mês, auxiliando 500 mil clientes diretos e indiretos a tomar a melhor decisão em qualquer etapa de negócio.

Riscos emergentes para 12 setores da economia

A KPMG realizou um levantamento que contabilizou dez riscos emergentes para os doze setores da economia neste ano. O documento mostrou que os principais são os seguintes: ameaças cibernéticas; riscos relacionados às questões de ESG (Meio ambiente, Social e Governança); disrupção na cadeia de suprimentos; disrupção na tecnologia digital; tensões geopolíticas; mudanças nas preferências e demandas dos consumidores; desafios na retenção e atração de funcionários competentes e qualificados; impacto das mudanças e atualizações regulatórias; altos preços de energia e escassez no suprimento de energia; e desafios pós-pandemia que afetam as operações setoriais e o impacto social relacionado.

Segundo a sócia-diretora de consultoria da KPMG no Brasil, Thaís Mendonça: "Os efeitos da pandemia na economia e na saúde escaparam repentinamente do controle em uma série de crises interconectadas e, à medida que a economia global começou a se recuperar, as emissões de carbono aumentaram. Os distúrbios públicos, a inflação, a perda do poder aquisitivo, entre outros, voltaram com força este ano. As informações reunidas nesta pesquisa podem ajudar as organizações a alinhar melhor os perfis de risco e a promover a avaliação e o gerenciamento dos fatores que são mais significativos".

No levantamento, os setores abordados foram mineração, educação, automotivo, serviços financeiros, bens de consumo de alto giro, saúde, seguros, de petróleo e gás natural, telecomunicações, varejo e viagens, lazer e turismo.

"As organizações utilizam a gestão de riscos corporativos para identificar, avaliar, monitorar e priorizar os riscos de acordo com a estratégia e sustentabilidade do negócio. Muitos desses, são relevantes e têm potencial de concretização, o que resultaria em consequências devastadoras. Além de identificar, monitorar e gerenciar esses riscos, as empresas devem desenvolver uma capacidade preditiva, no sentido de identificar tendências emergentes e escolher os temas que serão acompanhados de perto", conclui o sócio-líder de serviços de governança, risco e conformidade da KPMG no Brasil, Fernando Lage.

Sebrae e Invest Minas formalizam parceria para estimular o desenvolvimento do estado

Representantes das duas instituições assinaram termo de cooperação técnica no dia 10 de julho, em Belo Horizonte

O Sebrae Minas e a Invest Minas, agência vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), assinaram, no dia 10 de julho, na sede do Sebrae Minas, em Belo Horizonte-MG, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o objetivo de alinhar esforços e buscar sinergia entre projetos e ações. Esta assinatura visa ao desenvolvimento e à atração de investimentos para Minas Gerais, além da promoção dos pequenos negócios do estado por meio de qualificações em gestão, empreendedorismo, políticas públicas e inovação.

O evento contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, da Agência Minas, do Sebrae e autoridades. Esta parceria prevê, entre outras iniciativas, a colaboração para redução dos custos de projetos e atividades planejados e executados por ambos, tanto setorial quanto geograficamente.

O diretor-presidente da Invest Minas, João Paulo Braga, também espera que o acordo de cooperação renda ótimos frutos para o Estado. "A atração de investimentos depende também de aspectos locais, como legislação municipal, infraestrutura, serviços disponíveis, entre outros. Por isso, é tão importante capacitar e criar ações com os municípios para que eles se preparem para receber esses novos investimentos. E o Sebrae vai ajudar a nortear esses gestores a trabalhar para melhorar as condições para os empreendedores nas localidades", diz o gestor.

O trabalho em conjunto entre as duas instituições também vai priorizar a estruturação de ambientes favoráveis ao empreendedorismo e aos pequenos negócios. "O Sebrae Minas atua fortemente no desenvolvimento econômico, apoiando os municípios com soluções para o planejamento de políticas e estratégias que visam incentivar a atividade

empresarial. O alinhamento de ações com a Invest Minas potencializa esse trabalho, criando condições, inclusive, de prepararmos as prefeituras mineiras nos processos de atração e captação de investimentos no âmbito do programa estadual Cidade Empreendedora", afirma o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

Além dessas frentes de trabalho, Sebrae e Invest Minas também vão identificar oportunidades para a realização de missões nacionais e internacionais que favoreçam a atração de investimentos para o estado, inclusive em projetos voltados ao desenvolvimento do turismo, além do desenvolvimento das cadeias produtivas de empresas âncora.

"Desde 2019, estamos tornando o ambiente de negócios mais amigável para o empreendedor que se instala em Minas, reduzindo a burocracia, simplificando normas e agilizando processos. Os resultados dessa política estão refletidos nos recordes históricos de atração de investimentos desde então. Mas podemos atrair mais empresas, principalmente se esse foco no crescimento se espalhar por todos os municípios mineiros. Essa parceria com o Sebrae, uma instituição de imensa credibilidade no país, é um passo ideal para alavancar ainda mais o desenvolvimento econômico e a geração de empregos em todas as regiões de Minas", diz o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio.

O Sebrae Minas é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo. O Sebrae oferece produtos e serviços para empreendedores em diversos estágios de desenvolvimento, ajudando a iniciar, diversificar ou ampliar a atuação dos pequenos negócios do estado. Também atua para fortalecer a cultura empreendedora, por meio da capacitação de professores e da educação de jovens, apoiando as novas gerações em suas decisões e sonhos de vida. Em outra frente, apoia os municípios mineiros com soluções para o planejamento de políticas e estratégias de desenvolvimento local e regional, visando a construção de um ambiente econômico favorável à atividade empreendedora e ao crescimento dos pequenos negócios, indo além do apoio direto ao empreendedor e à sua empresa.

A Invest Minas é a Agência de Promoção de Investimento e Comércio Exterior de Minas Gerais, sediada em Belo Horizonte. Criada em 1968, como INDI, tem a missão de desenvolver o estado por meio da atração de investimentos, apoio às empresas instaladas e promoção das exportações. Foi a primeira agência de promoção de investimento do Brasil, servindo de modelo para a criação de instituições similares em outros estados. A agência é vinculada à Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede) e é mantida pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). A Invest Minas também responde como diretoria para a América do Sul da Associação Mundial de Agências de Promoção de Investimento (WAIPA, na sigla em inglês), que tem entre suas associadas as principais agências de promoção de investimentos do mundo.

O desempenho da economia e as contas públicas de Minas Gerais

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira*

1 - A economia de Minas Gerais deverá ter a metade do crescimento médio anual do Brasil em 2023

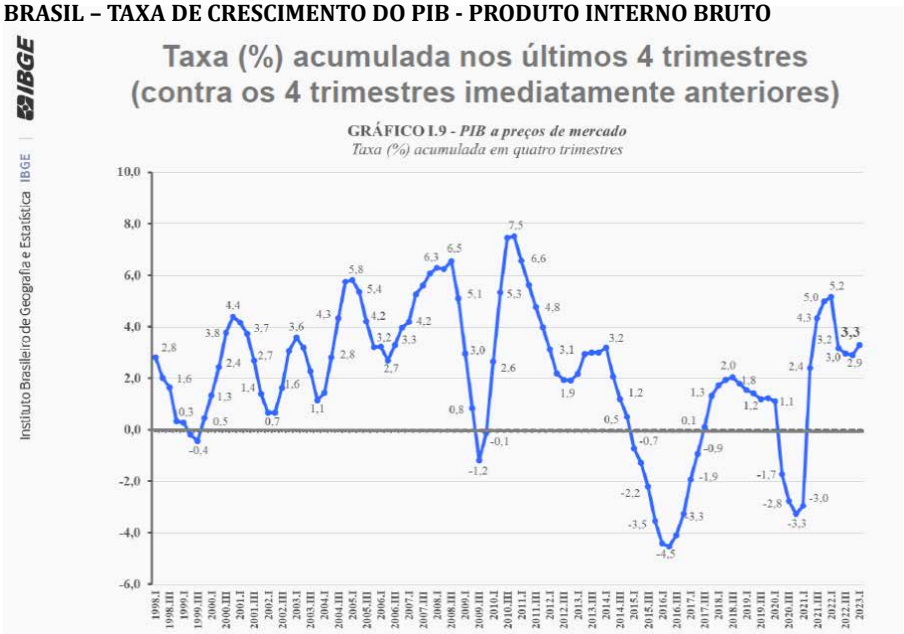
É o que a FIEMG projeta para as economias brasileira e mineira - que devem fechar o ano com expansão de 2,3% e 1,2%, respectivamente

"A principal surpresa foi a boa performance do PIB-Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano, que superou as expectativas ao registrar aumento de 1,9% no Brasil (0,9% em Minas Gerais). Esse desempenho resultou em um carry-over de 2,4% no país (0,3% no estado)". Esses e outros dados e análises fazem parte do estudo intitulado "Minas em Números: Conjuntura e Perspectivas", elaborado pela Gerência de Economia e Finanças Empresariais da FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais, divulgado no início de julho.

Conforme o gerente de Economia da FIEMG, João Gabriel Pio, as bases para essa avaliação de cenário estão ancoradas na surpreendente performance do setor agropecuário no primeiro trimestre e no encaminhamento do novo arcabouço fiscal, que, embora exija atenção, evita uma dinâmica de endividamento público explosivo.

O economista afirmou que os resultados do primeiro trimestre de 2023 trouxeram perspectivas mais otimistas para a performance econômica do Brasil no ano. Segundo o Boletim Focus do Banco Central, a expectativa mais recente é que a economia brasileira cresça aproximadamente 2,14% em 2023, demonstrando uma melhora significativa em relação às expectativas de janeiro, quando projetava-se avanço de apenas 0,79%. As bases para essa reavaliação de cenário estão ancoradas na surpreendente performance do setor agropecuário e na divulgação do novo arcabouço fiscal, que, embora exija atenção, evita uma dinâmica de endividamento público explosivo.

BRASIL – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO



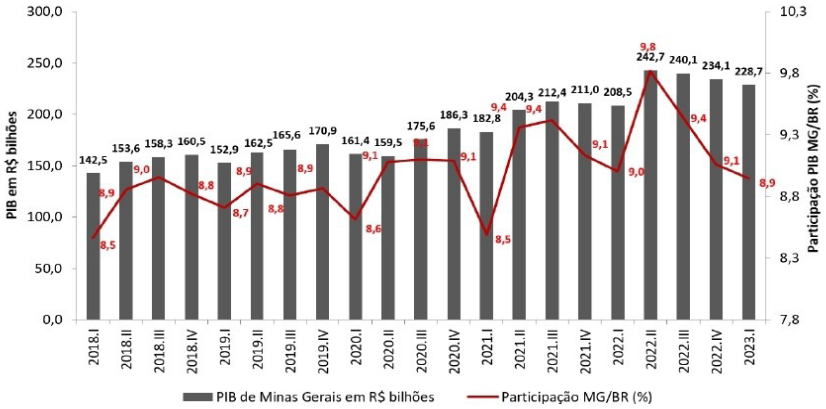
De acordo com o estudo da FIEMG, "o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,9% no primeiro trimestre de 2023 ,ante o trimestre anterior, resultado impulsionado principalmente pelo setor agropecuário (21,6%), que registrou o melhor desempenho em 26 anos. Por sua vez ,o PIB de Minas Gerais apresentou modesto avanço de 0,9% no mesmo período. Embora a atividade agropecuária mineira tenha avançado 10%, o resultado não foi suficiente para compensar o baixo desempenho do setor de serviços, que ficou relativamente estável (0,1%)".

"É importante ressaltar a divergência de performance das indústrias nacional e estadual. Enquanto no Brasil a atividade industrial ficou praticamente estável (-0,1%) no período, em Minas Gerais a indústria apresentou crescimento de 1,6%, impulsionado principalmente pela indústria extrativa (4,2%). A indústria de transformação recuou tanto no país (- 0,6%) quanto no estado (- 0,4%), contudo, aqueda observada em Minas Gerais foi menos intensa que a verificada no Brasil. Por sua vez, a construção civil mostrou retração de 0,8% no país, ao passo que registrou relativa estabilidade no estado (-0,1%).

A despeito da melhora nas expectativas com relação ao desempenho econômico brasileiro em 2023, o cenário segue marcado por incertezas. A dinâmica da inflação, a manutenção da taxa de juros em patamares restritivos, as dúvidas com relação à condução da política econômica e o crescimento global menos robusto permanecem como pontos de atenção. Diante desse contexto, é crucial analisar os principais impulsionadores das economias brasileira e mineira em 2023.

Com base no panorama a presentado, esperamos crescimento de 2,3% no PIB do Brasil e de 1,2% no PIB de Minas Gerais", analisa o estudo da FIEMG.

Gráfico 3: Evolução do Produto Interno Bruto Trimestral corrente de Minas Gerais (em R$ bilhões) e da participação do PIB mineiro no nacional – 1° Trimestre/2018-1° Trimestre/2023



Fontes: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi), Coordenação de Contas Regionais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

OPORTUNIDADES

O boletim da FIEMG traz também outro dado relevante para a economia do estado: as intenções de investimento privado formalizadas pelo governo de Minas Gerais, que somaram R$ 13,5 bilhões no primeiro trimestre, abrangendo diferentes cidades e regiões. Os segmentos econômicos contemplados são energia solar, agronegócio, mineração, fármaco, têxtil, químico, alimentos, cimento e minerais não ferrosos, bebidas e turismo

MINAS EM NUMEROS

O estudo produzido pela FIEMG a cada trimestre permite acompanhar a evolução da economia do Brasil e de Minas Gerais. Elaborada com base em análises internas desenvolvidas a partir de dados públicos, a publicação tem o objetivo de fornecer aos empresários, aos investidores e à sociedade em geral uma melhor compreensão da conjuntura econômica atual e da sua tendência futura, contribuindo assim para a tomada de decisões mais eficientes.

COMPOSIÇÃO DO PIB DE MINAS GERAIS 1TR 2023

Agropecuária:	*7,4%*
Indústria:	*27,7%*
Serviços:	*64,9%*
Total:	*100,00%*

De acordo com a FJP-Fundação João Pinheiro, o PIB de Minas Gerais no primeiro trimestre de 2023 foi estimado em R$ 228,7 bilhões e representou 8,9% do PIB nacional no trimes-

MINAS GERAIS X BRASIL TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB PRODUTO INTERNO BRUTO 2011/2022 - Em %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	- 0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-3,03	-3,28
2021	4,93	4,99
2022	3,49	2,90
2023x	1,20	2,30

x – Estimativa da FIEMG.
*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira.
Os dados de 2021 e 2022 são preliminares.
Fonte: IBGE/FJP – FIEMG
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

tre analisado (Gráfico 3) – representando uma queda de participação de 0,2 pontos percentuais no período. Do valor do PIB estimado no trimestre de referência, R$ 25,6 bilhões dizem respeito aos impostos indiretos líquidos de subsídios e R$ 203,1 bilhões referem-se ao Valor Adicionado Bruto (VAB). Em Minas Gerais, na composição setorial relativa ao primeiro trimestre de 2023, o VAB agropecuário foi responsável por R$ 15,0 bilhões (7,4% do total); o da indústria, por R$ 56,3 bilhões (27,7% do total); e o dos serviços, por R$ 131,8 bilhões (64,9% do total).

Caso se confirme a estimativa da FIEMG, nos 23 anos deste século XXI, em treze deles a variação da taxa do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais teve desempenho pior do que a média nacional (2001, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2013, 2014, 2014, 2018, 2019, 2021 e 2023) e, portanto, três deles durante os cinco anos do governo Romeu Zema. Isto significa, literalmente, que a economia estadual cresceu menos do que a média de todos os estados brasileiros nos referidos anos.

Assim, nestes cinco anos iniciais do governo Romeu Zema – 2019 a 2023, a economia de Minas Gerais não conseguiu se desvencilhar do aprisionamento ao já histórico crescimento inferior à média nacional deste século XXI pois, enquanto o PIB brasileiro registrou um aumento médio anual de 1,63% e acumulado de 8,20%, o do estado fica restrito a uma expansão média anual de 1,32% e acumulada de 6,56% no mesmo período.

2 - Decisão do STF permite que Minas entre no PAF e adia pagamento de R$ 16,4 bilhões à União

O texto foi publicado no dia 13 e possibilita ao Executivo estadual dar prosseguimento à adesão ao programa

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso deferiu pedido de liminar do governo do Estado de Minas Gerais para não ter de pagar dívidas no valor de R$ 16,4 bilhões devidas à União. A decisão também autoriza o Executivo estadual a dar continuidade à adesão ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal (PAF). O ministro Barroso acatou argumentação do Estado de que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) autorizou a adesão ao programa sete dias após o prazo previsto em lei, o que impedia, na prática, a adesão.

O STF ainda reconheceu que a situação de Minas Gerais é específica devido ao "bloqueio institucional reconhecido" em relação à ALMG por decisão anterior do ministro Nunes Marques. O argumento da Corte é de que o Legislativo não pautou de forma suficiente as demandas do Executivo, e por isso, há decisão específica para o Estado de Minas Gerais. Destaca a decisão: "Dessa forma, considerando o estado legislativo de coisas na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deve-se reconhecer a validade da lei autorizadora

Histórico de Garantias Honradas em Operações de Crédito

No total, desde 2016, a União realizou o pagamento de R$ 58,61 bilhões com o objetivo de honrar garantias concedidas a operações de crédito. As informações também estão disponíveis no **Painel de Garantias Honradas**, uma ferramenta para visualização dos dados publicados no Relatório Mensal de Garantias Honradas (RMGH).

Tanela 2 – Garantias Honradas Total (até jun/2023)

Em milhões de R$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	9.750,86	6.880,79	58.409,17
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	2.184,48	32.878,35
Minas Gerais	0,00	0,00	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	2.103,55	14.249,62
Goiás	0,00	0,00	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	461,11	4.407,83
Rio Grande do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	886,57	682,90	1.569,47
Pernambuco	0,00	0,00	0,00	0,00	354,85	0,00	443,86	637,82	1.436,53
Maranhão	0,00	0,00	0,00	0,00	280,16	0,00	547,90	414,98	1.243,05
Piauí	0,00	0,00	126,95	0,00	62,25	0,00	352,16	334,22	875,58
Rio Grande do Norte	0,00	0,00	0,00	139,41	148,28	156,98	35,11	0,00	479,77
Amapá	0,00	0,00	0,00	90,18	82,26	194,32	0,00	0,00	366,76
Alagoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,57	0,00	242,57
Bahia	0,00	0,00	0,00	0,00	239,80	0,00	0,00	0,00	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	0,00	2,27	0,00	0,00	0,00	135,58
Mato Grosso	107,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,13
Tocantins	0,00	0,00	0,00	0,00	88,86	0,00	0,00	0,00	88,86
Espírito Santo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61,72	61,72
Mato Grosso do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	25,60	0,00	0,00	0,00	25,60
Paraíba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,65	0,00	0,00	0,00	0,65
São Paulo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00	0,00	0,29
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	32,82	197,89
Taubaté - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,06	32,82	64,88
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	0,00	4,50	0,00	0,00	0,00	61,41
São Bernardo do Campo - SP	0,00	0,00	0,00	0,00	30,10	0,00	0,00	0,00	30,10
Goiânia - GO	0,00	0,00	0,00	0,00	11,95	0,00	0,00	0,00	11,95
Novo Hamburgo - RS	0,00	0,00	0,00	0,00	8,10	0,00	0,00	0,00	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	0,00	0,00	1,59	3,60	1,56	0,00	0,00	7,93
Chapecó - SC	2,27	0,00	0,00	0,00	3,76	0,00	0,00	0,00	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	0,00	0,00	1,83	2,54	0,00	0,00	0,00	5,82
Rio Grande - RS	0,00	0,00	0,00	0,00	1,68	0,00	0,00	0,00	1,68
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	6.913,60	58.607,06

para fins de adesão ao Programa, mesmo com atraso de 7 (sete) dias, sendo certo que tal excepcionalidade está sendo reconhecida tão-somente ao Estado de Minas Gerais, haja vista a situação específica do Estado", concluiu Barroso.

"Embora seja exigível a autorização parlamentar prévia, destaco que houve a aprovação da respectiva lei estadual em 06.07.2023. Logo, a quebra da avença anterior ocorreu pelo exíguo prazo de 7 (sete) dias, uma vez que o Estado-autor tinha se comprometido a aderir ao PATF até 30.06.2023. Com efeito, não se mostra razoável frustrar todo o impulso administrativo devotado à adesão ao novo programa em razão de entraves políticos já sanados", diz outro trecho da referida decisão.

Barroso ainda avaliou que "a aplicação estrita do prazo limite para a adesão ocasionaria prejuízos substanciais para as finanças estaduais, que se converteriam em perdas para a população".

No requerimento, o Estado pediu, em regime de urgência, que não se realizasse bloqueio de recursos públicos estaduais correspondente ao montante de R$ 16,44 bilhões ou "qualquer outro valor indicado pela União Federal - referente a dívidas do PAF". Também, o governo requisitou que o Estado não fosse incluído em cadastros de inadimplência na administração federal pelo não pagamento da citada quantia.

"Foi assim que atual gestão conseguiu colocar em dia os pagamentos dos salários dos servidores, após quase seis anos em atraso, bem como promover investimentos necessários para o funcionamento dos serviços públicos essenciais, como educação e saúde", pontuou o governo do Estado em nota.

Barroso ainda considerou, de outro lado na decisão, que "o Estado-requerente vem apresentando situação fiscal calamitosa, já exposta em diversos outros processos". Apesar disso, o ministro ressaltou que o governo do Estado tem "praticado ações que vão de encontro ao compromisso com a sustentabilidade com a dívida", argumentando que medidas recentes da gestão de Romeu Zema não seriam compatíveis com os esforços para conter gastos públicos. Ele cita, adicionalmente, "a concessão de aumento de 300% no salário do governador, a ampliação do gasto com servidores públicos e secretários, além de redução de tributos e anistias a empresas que atuam em Minas Gerais.

Ele ainda considerou que "Esta Corte não desconhece tais fatos públicos e notórios. Entretanto, por ora, a prática de tais ações pelo Estado de Minas Gerais não está em questão. Em juízo sumário, analiso apenas a necessidade de ponderação das consequências danosas à população, caso a implementação do novo Programa de Ajuste Fiscal não tenha continuidade", concluiu o ministro Barroso em sua decisão. O ministro ainda classificou os gastos recentes do governo como "condução claudicante das finanças estaduais".

CAPAG 2022 – Estados e Capitais

A maioria dos Estados sem boa classificação de capacidade de pagamento (A ou B) possuem Índice de Liquidez (IL) maior ou igual a 100%. Para esses Estados, o volume de obrigações de curto prazo das fontes de recursos não vinculadas é superior aos recursos em caixa, o que resultou na perda da boa classificação de capacidade de pagamento. Alguns Estados também possuem indicador de Poupança Corrente maior ou igual a 95%, o que indica que a capacidade de pagamento foi afetada por uma relação entre receitas e despesas correntes com pouca margem para o crescimento das despesas obrigatórias estaduais.

UF	Nota Final da CAPAG	Endividamento (DC) Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida	Indicador	Poupança Corrente (PC) Média Ponderada da Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada	Indicador	Índice de Liquidez (IL) Obrigações Financeiras/ Disponibilidade de Caixa	Indicador
AC	B	63,1	B	91,0	B	12,1	A
AL	B	84,5	B	82,6	A	14,0	A
AM	B	46,3	A	91,8	B	5,1	A
AP	C	79,1	B	76,9	A	784,2	C
BA	B	64,5	B	88,1	A	3,2	A
CE	B	77,4	B	88,0	A	5,2	A
DF	B	39,5	A	92,5	B	35,5	A
ES	A	39,2	A	82,1	A	3,1	A
GO	B	73,0	B	91,3	B	11,3	A
MA	C	50,3	A	91,1	B	320,5	C
MG	D	187,3	C	95,9	C	615,5	C
MS	A	57,4	A	86,4	A	14,5	A
MT	A	26,8	A	81,9	A	9,0	A
PA	A	19,7	A	89,7	A	21,9	A
PB	A	39,5	A	86,5	A	1,7	A
PE	B	54,1	A	92,2	B	62,7	A
PI	B	79,0	B	88,9	A	37,2	A
PR	B	65,7	B	89,8	A	6,9	A
RJ	C*	222,7	C	95,7	C	83,6	A
RN	C	39,5	A	97,0	C	19474,1	C
RO	A	48,7	A	83,3	A	14,2	A
RR	A	33,9	A	82,3	A	40,1	A
RS	D	198,7	C	95,6	C	5348,9	C
SC	B	74,0	B	90,5	B	4,1	A
SE	B	48,5	A	92,9	B	37,2	A
SP	B	162,3	C	89,6	A	54,3	A
TO	B	46,4	A	91,5	B	55,3	A

Gráfico 53
Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados
Elaboração própria
Fonte: Tesouro Nacional

Tabela 23
Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados
Elaboração própria
Valores em: %
Fonte: Tesouro Nacional
* Classificação do Rio de Janeiro ainda está em prazo recursal

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

*Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento".*

FMI estima que a economia brasileira deve crescer 2,1% em 2023

Aumento da produção agrícola brasileira e seus impactos nos serviços contribuíram para a revisão de 1,2 ponto percentual para cima do PIB

O FMI anunciou, no dia 25 de julho, a elevação da previsão de crescimento da economia brasileira neste ano, para 2,1%. A atualização dos dados do World Economic Outlook (Panorama Econômico Mundial) elaborado pela instituição incluiu uma estimativa de 1,2 ponto percentual acima dos estudos elaborados em abril que apontavam uma taxa de expansão de 0,9%. Contribuiu para isso o aumento da produção agrícola nacional verificada durante o primeiro trimestre e seu impacto no setor de serviços. No entanto, a projeção para o PIB brasileiro de 2024 foi reduzida em 0,3 ponto percentual, para 1,2%.

Cabe salientar, de outro lado, que mesmo passado a projetar uma expansão de 2,1% do PIB brasileiro para este ano, esse desempenho é ainda bastante inferior ao nível médio de expansão da economia mundial de 3,0% e equivale quase que à metade do previsto – 4,0% para as economias consideradas emergentes e em desenvolvimento, categoria da qual faz parte o Brasil.

Em relação à economia mundial, o FMI melhorou também a projeção para 2023, agora estimada em 3%. Embora constitua uma desaceleração diante da alta de 3,5% verificada de 3,5% do PIB global em 2022, é superior à projeção de 2,8%, feita em abril.

Apesar de a economia global continuar se recuperando gradualmente dos impactos decorrentes da pandemia da Covid-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia, ela ainda tem muitos desafios à frente e é muito cedo para comemorar, alertou em um estudo divulgado o economista-chefe do FMI Pierre-Oliver Gourinchas, cuja íntegra publicamos a seguir.

Economia global no caminho certo, mas ainda não está fora de perigo

Crescimento econômico mostra resiliência de curto prazo em meio a desafios persistentes

Pierre-Olivier Gourinchas*
Economista-Chefe do FMI – Fundo Monetário Internacional(25 de julho de 2023)

A economia global continua a se recuperar gradualmente da pandemia e da invasão da Ucrânia pela Rússia. No curto prazo, os sinais de progresso são inegáveis.

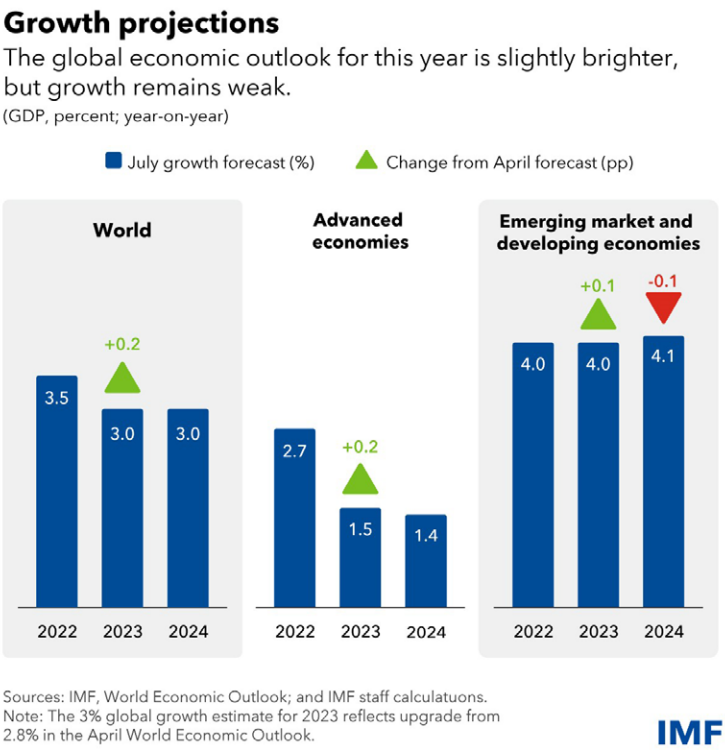
A crise de saúde do COVID-19 terminou oficialmente e as interrupções na cadeia de suprimentos voltaram aos níveis pré-pandêmicos. A atividade econômica no primeiro trimestre do ano mostrou-se resiliente, apesar do ambiente desafiador, em um mercado de trabalho surpreendentemente forte. Os preços de energia e alimentos caíram acentuadamente de seus picos induzidos pela guerra, permitindo que as pressões inflacionárias globais diminuíssem mais rapidamente do que o esperado. E a instabilidade financeira após a turbulência bancária de março permanece contida graças à ação enérgica das autoridades americanas e suíças.

No entanto, muitos desafios ainda obscurecem o horizonte e é muito cedo para comemorar.

De acordo com estudos do FMI, o crescimento mundial diminuirá dos 3,5% do ano passado para 3% neste ano e no próximo, uma atualização de 0,2 pontos percentuais para 2023 em relação às nossas projeções de abril. A inflação global deverá cair de 8,7% no ano passado para 6,8% este ano, uma revisão para baixo de 0,2 ponto percentual e 5,2% em 2024.

A desaceleração está concentrada nas economias avançadas, onde o crescimento cairá de 2,7% em 2022 para 1,5% este ano e permanecerá moderado em 1,4% no ano que vem. A Zona do Euro, ainda se recuperando do forte aumento do preço do gás causado pela guerra no ano passado, deve desacelerar acentuadamente.

Por outro lado, o crescimento nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento ainda deve aumentar, com o crescimento ano a ano acelerando de 3,1% em 2022 para 4,1% neste ano e no próximo.



Essa média, no entanto, mascara diferenças significativas entre os países, com a Ásia emergente e em desenvolvimento crescendo fortemente em 5,3% neste ano, enquanto muitos produtores de commodities sofrerão com um declínio nas receitas de exportação.

RISCOS

Crescimento mais forte e inflação mais baixa do que o esperado são notícias bem-vindas, sugerindo que a economia global está indo na direção certa. No entanto, embora alguns riscos adversos tenham diminuído, a balança continua pendendo para o lado negativo.

Primeiro, estão crescendo os sinais de que a atividade global está perdendo força. O aperto global da política monetária trouxe as taxas de juros para um território contracionista. Isso começou a pesar na atividade, desacelerando o crescimento do crédito ao setor não financeiro, aumentando o pagamento de juros por parte de famílias e empresas e pressionando os mercados imobiliários. Nos Estados Unidos, o excesso de poupança das transferências relacionadas à pandemia, que ajudaram as famílias a enfrentar a crise do custo de vida e as condições de crédito mais restritas, está praticamente esgotado. Na China, a recuperação após a reabertura da economia mostra sinais de perda de fôlego em meio a preocupações contínuas com o setor imobiliário, com implicações para a economia global.

Em segundo lugar, o núcleo da inflação, que exclui preços de energia e alimentos, permanece bem acima das metas dos bancos centrais e deve cair gradualmente de 6% neste ano para 4,7% em 2024, uma revisão para cima de 0,4 ponto percentual. Mais preocupante, o núcleo da inflação nas economias avançadas deve permanecer inalterado em uma taxa média anual de 5,1% este ano, antes de cair para 3,1% em 2024. Claramente, a batalha contra a inflação ainda não está vencida.

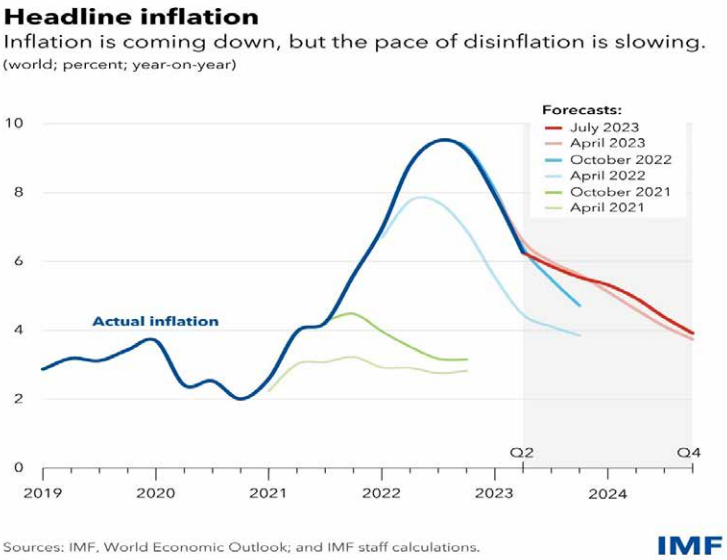
A chave para a persistência da inflação será a evolução do mercado de trabalho e a dinâmica salário-lucro. Os mercados de trabalho continuam sendo um ponto particularmente positivo, com taxas de desemprego abaixo e níveis de emprego acima dos níveis pré-COVID em muitas economias. A inflação geral dos salários aumentou, mas permanece abaixo da inflação dos preços na maioria dos países. A razão é simples e tem pouco a ver com a chamada “inflação da ganância”: os preços se ajustam para cima mais rapidamente do que os salários quando a demanda nominal

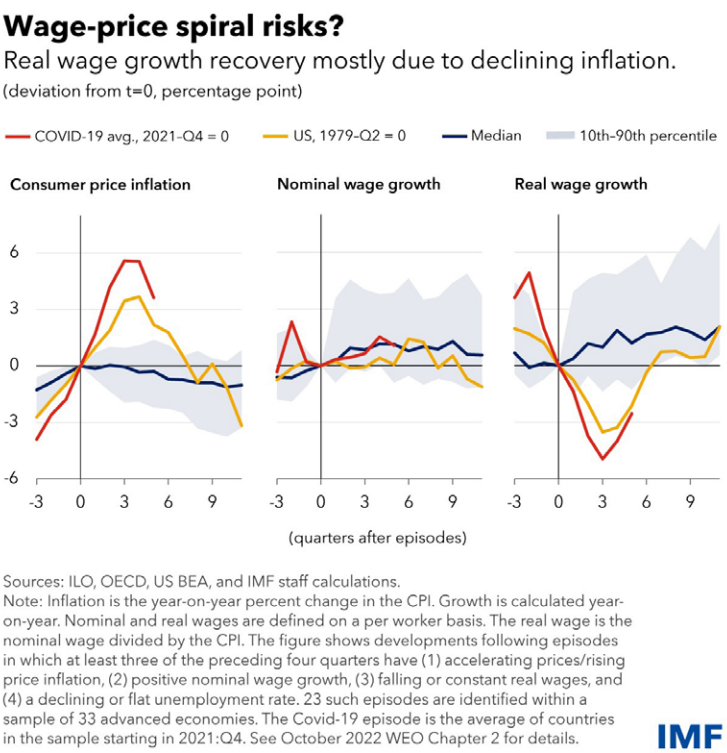
excede em muito o que a economia pode produzir. Como resultado, os salários reais caíram cerca de 3,8% entre o primeiro trimestre de 2022 e 2023 para as economias de mercado emergentes avançadas e grandes.

Salários reais mais baixos se traduzem em custos trabalhistas reduzidos. Isso pode explicar parte da força do mercado de trabalho, apesar da desaceleração do crescimento. Mas em muitos países, o aumento observado no emprego vai além do que o declínio nos custos trabalhistas poderia sugerir. É justo dizer que as razões não são totalmente compreendidas.

Se os mercados de trabalho permanecerem fortes, devemos esperar – e saudar – os salários reais recuperando o terreno perdido. Isso significa que o crescimento dos salários nominais permanecerá forte por um tempo, mesmo com a queda da inflação de preços. De fato, a distância entre os dois começou a diminuir. Como as margens de lucro das empresas médias cresceram robustamente nos últimos dois anos, continuo confiante de que há espaço para acomodar a recuperação dos salários reais sem desencadear uma espiral de preços e salários. Com as expectativas de inflação bem ancoradas nas principais economias e a desaceleração da economia, as pressões do mercado devem ajudar a conter o repasse dos custos de mão de obra para os preços.

Esses desenvolvimentos do mercado de trabalho são extremamente importantes. No curto prazo, se as condições econômicas se deteriorarem, o risco é que as empresas possam reverter o curso e reduzir drasticamente o emprego. Separadamente, a forte recuperação do emprego, juntamente com apenas aumentos modestos na produção, indica que a produtividade do trabalho – a quantidade de produção por hora trabalhada – diminuiu. Caso essa tendência persista, isso não seria um bom presságio para o crescimento de médio prazo.





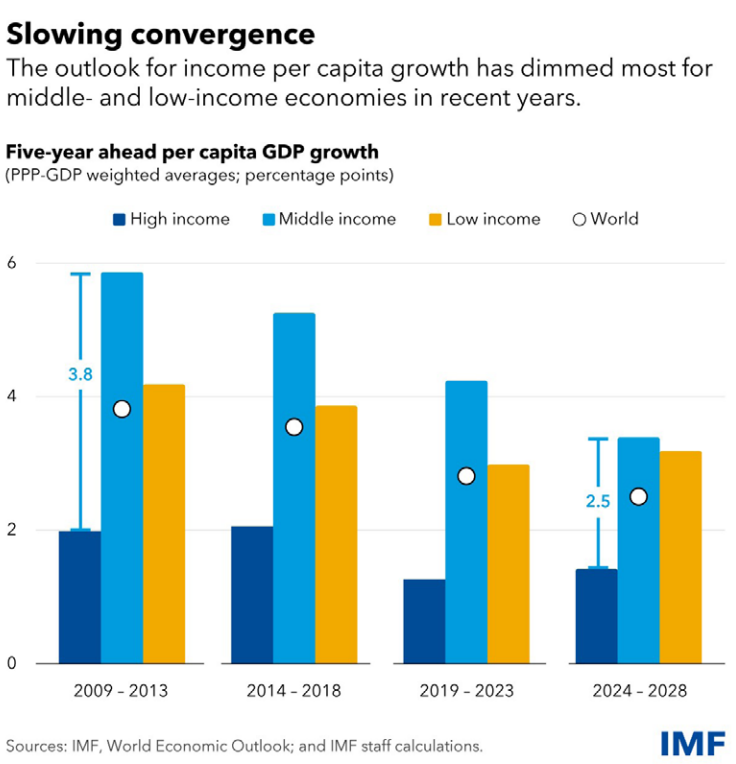
Apesar do aperto da política monetária e da desaceleração dos empréstimos bancários, as condições financeiras melhoraram desde o estresse bancário em março. As avaliações do mercado de ações dispararam, especialmente no segmento de inteligência artificial do setor de tecnologia. O dólar depreciou-se ain-

da mais, impulsionado pelas expectativas do mercado de uma trajetória mais benigna para as taxas de juros americanas e maior apetite por risco, proporcionando algum alívio aos países emergentes e em desenvolvimento. Daqui para frente, existe o perigo de uma reavaliação acentuada – caso a inflação surpreenda para cima ou o apetite global pelo risco se deteriore – causando uma fuga em direção a ativos seguros em dólares, custos de empréstimos mais altos e aumento do endividamento.

POLÍTICAS

Felizmente, com a inflação começando a recuar, entramos na fase final do ciclo inflacionário iniciado em 2021. Mas a esperança não é uma política, e o touchdown pode ser bastante complicado de executar. Os riscos para a inflação estão agora mais equilibrados e a maioria das principais economias está menos propensa a precisar de aumentos adicionais exagerados nas taxas de juros. As taxas já atingiram o pico em algumas economias latino-americanas. Ainda assim, é fundamental evitar o afrouxamento prematuro das taxas, ou seja, até que a inflação subjacente mostre sinais claros e sustentados de arrefecimento. Não estamos lá ainda. Enquanto isso, os bancos centrais devem continuar monitorando o sistema financeiro e estar prontos para usar suas outras ferramentas para manter a estabilidade financeira.

Depois de anos de forte apoio fiscal em muitos países, agora é hora de restaurar gradualmente os amortecedores fiscais e colocar a dinâmica da dívida em uma base mais sustentável. Isso ajudará a salvaguardar a estabilidade financeira e a reforçar a credibilidade geral da estratégia de desinflação. Não se trata de um apelo à austeridade generalizada: o ritmo e a composição desta consolidação orçamental devem ter em conta a força da procura privada, protegendo os mais vulneráveis. No entanto, algumas medidas de consolidação parecem inteiramente apropriadas. Por exemplo, com os preços da energia de volta aos níveis pré-pandêmicos, muitas medidas fiscais, como subsídios à energia, devem ser eliminadas gradualmente.



O espaço fiscal também é fundamental para implementar muitas reformas estruturais necessárias, especialmente em economias emergentes e em desenvolvimento. Isso é especialmente importante, uma vez que as perspectivas de crescimento de médio prazo da renda per capita diminuíram na última década. A desaceleração é mais acentuada nas economias de baixa e média renda em relação às de alta renda. Em outras palavras, as perspectivas de alcançar padrões de vida mais elevados diminuíram acentuadamente. Ao mesmo tempo, níveis elevados de endividamento estão impedindo muitas economias de baixa renda e de fronteira de fazer os investimentos de que precisam para crescer mais rapidamente, com altos riscos de sobreendividamento em muitos lugares. O progresso recente para a resolução da dívida da Zâmbia é encorajador, mas é necessário um progresso mais rápido para outros países altamente endividados.

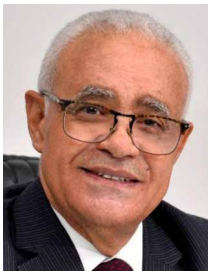
Parte da desaceleração do crescimento reflete o transbordamento de políticas prejudiciais. O aumento da fragmentação geoeconômica com a divisão da economia global em blocos rivais prejudicará mais as economias emergentes e em desenvolvimento que dependem mais de uma economia global integrada, investimento direto e transferências de tecnologia. O progresso insuficiente na transição climática deixará os países mais pobres mais expostos a choques climáticos cada vez mais graves e ao aumento das temperaturas, mesmo que representem uma pequena fração das emissões globais. Em todas essas questões, a cooperação multilateral continua sendo a melhor maneira de garantir uma economia segura e próspera para todos.

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	2022	PROJECTIONS 2023	2024
World Output	**3.5**	**3.0**	**3.0**
Advanced Economies	2.7	1.5	1.4
United States	2.1	1.8	1.0
Euro Area	3.5	0.9	1.5
Germany	1.8	-0.3	1.3
France	2.5	0.8	1.3
Italy	3.7	1.1	0.9
Spain	5.5	2.5	2.0
Japan	1.0	1.4	1.0
United Kingdom	4.1	0.4	1.0
Canada	3.4	1.7	1.4
Other Advanced Economies	2.7	2.0	2.3
Emerging Market and Developing Economies	4.0	4.0	4.1
Emerging and Developing Asia	4.5	5.3	5.0
China	3.0	5.2	4.5
India	7.2	6.1	6.3
Emerging and Developing Europe	0.8	1.8	2.2
Russia	-2.1	1.5	1.3
Latin America and the Caribbean	3.9	1.9	2.2
Brazil	2.9	2.1	1.2
Mexico	3.0	2.6	1.5
Middle East and Central Asia	5.4	2.5	3.2
Saudi Arabia	8.7	1.9	2.8
Sub-Saharan Africa	3.9	3.5	4.1
Nigeria	3.3	3.2	3.0
South Africa	1.9	0.3	1.7
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	3.9	3.9	3.9
Low-Income Developing Countries	5.0	4.5	5.2

Source: IMF, *World Economic Outlook Update*, July 2023

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2022/2023 (starting in April 2022) shown in the 2022 column. India's growth projections are 6.6 percent in 2023 and 5.8 percent in 2024 based on calendar year.



Ainda sobre a Reforma Tributária: hora da verdade

José Anchieta da Silva
Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas

A sociedade brasileira saiu derrotada na Câmara dos Deputados, em Brasília, na primeira semana de julho/2023, quando, sem qualquer debate, sem sequer bem-conhecer a proposta de uma parcial reforma tributária, viu-se o seu lesivo texto aprovado. Encontra-se a coisa em fase de tramitação no Senado da República (agosto/2023), a quem caberá a tarefa de corrigi-lo sem meias aparas, evitando-se o desastre que nele se contém. Há, portanto, esperança de que a Câmara alta cumpra o seu papel.

A questão, grave sob todos os ângulos, merece ser analisada diante de três fronteiras, três realidades, três verdades que bem orientam os interesses de todos os contribuintes brasileiros: (i) a imperiosa necessidade de uma ampla e bem-elaborada reforma tributária que não pode prescindir de uma reforma administrativa orientadora dos gastos públicos; (ii) a Imprestabilidade do texto aprovado pelos deputados federais; (iii) a certeza de que é possível fazer melhor, muito melhor. Esse é o pensamento de todas as instituições, de todas as academias que têm se dedicado ao exame do tema, cuja relevância não se discute.

Quanto ao primeiro tranche, está arredado de dúvidas que o Brasil necessita e merece uma reforma de seu sistema de tributos. Não se desconsidera o manicômio tributário que atormenta a todos: contribuintes, autoridades e Poder Judiciário cuja boa parte de sua máquina consome tempo e rios de dinheiro com as demandas tributárias ou delas derivadas. Essa reforma não se dará, todavia, com o desejado êxito se não fizer preceder ou acompanhar de uma reforma administrativa, reformando a máquina do Estado e as suas próprias funções, suas necessidades e, principalmente, seus limites. É seguro que, no alcance de tal desiderato, necessário se fará uma nova formulação do texto constitucional.

Para os desatentos, é necessário apontar para as quase duas centenas de alterações havidas na Constituição de 1988, dela muito pouco remanescendo de sua redação original. Os poderes centrais, todos, nunca se enrubesceram para vulnerá-la quando de (seus) interesses. Essa é uma discussão da qual a sociedade brasileira não tem como fugir.

Quanto ao segundo tranche, vem à tona os intransponíveis, insuperáveis vícios que habitam o texto aprovado da coisa aprovada no âmbito da Câmara dos Deputados. São tantos que, por questão de tempo e de espaço, por aqui se limitará no apontamento daquelas mais visíveis. No ponto, algumas considerações externas merecem ser realçadas. No encaminhamento do texto e de sua votação, não houve debate. Sequer se elaborou texto próprio no âmbito congressual, aproveitando-se (e

mal) de textos antigos de 2019, inclusive. Os patrocinadores do texto levado à votação o fizeram, deliberadamente, na surdina. Não se cumpriu a liturgia do trâmite procedimental próprio; sequer as Comissões de Orçamento, de Constituição e Justiça foram ouvidas. Dos impactos econômicos, sociais e financeiros da propositura, sequer se cogitou. Em poucas horas, o projeto infeliz foi apresentado e aprovado em dois turnos, numa mesma noite-madrugada (o que corresponde a inconstitucionalidade por vício de procedimento); coincidentemente, nesse mesmo momento, o poder executivo federal derramou sobre as cabeças daqueles legisladores alguns bilhões de reais do sempre constrangido (e deficitário) orçamento nacional.

Como se vê, há componentes de natureza ética que precisam ser denunciados. Sendo a lei expressão da vontade da sociedade, fica deslegitimado qualquer texto cujo parto tenha se obtido mediante ingredientes (ou condições) tais. Anuncia-se – em vindo a coisa a sobreviver – interminável debate judicial em torno do "caso", o que atrasará ainda mais qualquer projeto de país sério para o Brasil. Do ponto de vista interno, a inconstitucionalidade da coisa, sob outros fundamentos, é visível a olho-de-cego.

Desrespeita-se o pacto federativo, concentrando arrecadação tributária, em larga medida na União, usurpando-se a prerrogativa constitucional de Estados e Municípios. Cria-se um impossível federalismo fiscal, colocando de joelhos perante um "Conselho-síndico" (uma esquisitice que regula, julga, paga e pune) todos os Estados e todos os Municípios na busca de seu naco desse bolo arrecadado (um inusitado condomínio). São, portanto, 27 Estados e 5570 Municípios de pires na mão.

Destrói-se assim, cláusulas estruturantes da Constituição da República. Há, como consequência, um esvaziamento da autoridade dos Prefeitos, dos Governadores e da própria Presidência da República. A coisa peca por um inaceitável generalismo em matéria tributária (não considerando-se princípios como o da tipicidade, da essencialidade por exemplo); e para não se apertar, remete-se à legislação por vir, criando-se espaços em branco perigosíssimos, o que corresponde lançar ao mar os cidadãos-contribuintes, à sua própria sorte, sem que se saiba o que é que virá nessas leis futuras.

Os patrocinadores da coisa, sem dizerem onde se reconheceria algum precedente, aprovando, com toda pressa, em poucas horas, texto que definirá a sorte de todos os setores produtivos nacionais, cometem a desfaçatez de propor que o sistema velho conviva, pelos próximos dez anos, com o que seria o sistema novo (uma homenagem à promiscuidade), cuja implantação por inteiro, no entanto, só geraria efeitos daqui a 50 anos; portanto, somente daqui a 12 presidências ou 12 legislaturas novas. Desconsidera-se que as leis orçamentárias (leis de meios) são leis anuais. Não se trata, portanto, apenas de coisa assistemática, mas de uma pretensão impossível. No inaceitável propósito de não ser claro, o texto aprovado chega a ser lacônico quanto à exatidão de tributos e alíquotas, quanto à compreensão dos campos de atividades abrangidas. Anunciando que o segmento da indústria seria beneficiado (não é uma verdade verificável); apontando para atividades que certamente receberão tratamento de exceção como a saúde, a cesta básica e, muito genericamente, a educação, o que se tem é que os segmentos dos serviços, do comércio e do agronegócio serão estupidamente penalizados.

Com a promessa de que não haverá aumento de carga tributária (o que não é verdade) e com o discurso de que haverá uma melhor distribuição de peso tributário, na verdade, fica pouca gente para suportar tanta carga. A conta não fecha. Sua irracionalidade é gritante. Na hipótese de a coisa se transformar em lei, prenuncia-se um desarranjo social (e empresarial) sem precedentes. O fenômeno, que se denominou "pejotização" (prestação de serviços mediante pessoas jurídicas e não por carteira de trabalho) resultando numa clandestinidade tributária que tende a aumentar, com prejuízo para a geração de empregos; no seu rastro, certamente, um desemprego crescente. Na convivência de dois sistemas tributários, cada qual com suas maluquices, se conviverá com a certeza não de um inferno já conhecido, mas, de dois infernos simultâneos. O excesso de judicialização das questões tributárias será inevitável. Esse conjunto de coisas ruins desautoriza a pregação irresponsável de que haveria progresso e crescimento. As sequelas o serão em quantidade e em relevância equivalentes a uma segunda pandemia, dessa vez, produto de uma irresponsabilidade de legisladores que ainda pode ser evitada.

Resta ferir a terceira das realidades com a qual esse texto se comprometeu. Assusta ver que há acreditas instituições, desavisadas, emprestando apoio e adesão àquele texto tal como votado na Câmara. Na matéria, por sua relevância, não se tem o direito de se cuidar apenas do próprio umbigo. Patrocinando-se o desastre não há salvação para esse ou aquele segmento: todos estarão à deriva. O derrotado será o Brasil. Projetos existem (mais de um) orientadores de uma reforma tributária que, de fato, atendam às necessidades do Brasil e dos brasileiros. Cabe ao Senado, fazendo o seu trabalho, não permitir que o Brasil se vitime de uma hecatombe, de uma nova e evitável pandemia.

Portanto, com a palavra, o Senado da República brasileira, no qual todos os brasileiros depositam todas as esperanças.

Benefícios da Inteligência Artificial para o uso corporativo e a criação de produtos digitais

As principais mudanças que o uso da IA deve gerar nas companhias e no desenvolvimento de plataformas e aplicativos

Nos últimos meses, as expectativas, análises e o uso da inteligência artificial (IA) têm ganhado força devido a todos os benefícios oferecidos. Essa movimentação traz mudanças para as empresas, independente do seu segmento de atuação, mas, principalmente, para a indústria de softwares e os desenvolvedores – que, diariamente, trabalham por trás das plataformas e aplicativos mais utilizados no cotidiano da população e dos negócios.

Segundo o relatório Artificial Intelligence – In-depth Market Insights & Data Analysis, publicado pela Statista em abril, a receita do mercado de softwares de inteligência artificial deve crescer 35% ao ano até 2025, quando deverá atingir o valor de US 126 bilhões. O diretor de Digital Workplace Technology da Invillia, Saulo Esteves, explica que o crescente interesse em IA no mundo corporativo tem feito com que muitos segmentos acelerem sua aplicação em seus produtos digitais. Os impactos dessa onda de inovação são sentidos tanto pelo usuário final quanto pelas equipes que projetam e constroem essas plataformas.

"É uma ferramenta com alto grau de acuidade, precisão e entendimento de contexto. Assim que o mercado como um todo entender seu real potencial, ela deverá mudar completamente a indústria de software que conhecemos hoje em um horizonte de dois ou três anos", diz o executivo da Invillia. Para indicar quais têm sido os principais ganhos trazidos pela IA para as empresas, indústria de software e equipes de tecnologia, Esteves listou três benefícios corporativos. São eles:

1. DÚVIDAS TÉCNICAS RESOLVIDAS EM INSTANTES

Criar uma solução digital em um contexto em que a tecnologia evolui diariamente, faz com que os times corporativos precisem estar sempre atualizados, dedicando algum tempo para pesquisas e conversas com outras áreas. De acordo com o executivo, esse é um processo que demanda investimento constante de tempo e esforço, tendo em vista que apesar da

abundância de informações, o maior desafio é a contextualização: o que é aplicável para cada desafio.

Com a intensificação da inteligência artificial, assim como para os usuários finais, em que esta atua como uma espécie de auxiliar, ela pode ser uma ferramenta que facilita o acesso às novidades e atualizações para os times de tecnologia. "Dúvidas técnicas ou sobre algum código em específico, por exemplo, que atualmente demoram alguns dias para serem sanadas através de pesquisa ou ajuda de outros desenvolvedores em fóruns técnicos, podem ser resolvidas em alguns instantes com a IA", afirma.

2. TEMPO COM PRODUTIVIDADE

Diante de uma ferramenta que apresenta uma análise de dados mais assertiva, possibilidade de automatizar processos e, como consequência, facilitar o dia a dia, Esteves comenta que as maiores revoluções que a IA vai trazer para as empresas serão tempo e produtividade na criação de produtos digitais. "Soluções que levariam anos para serem desenvolvidas – contando o período de planejamento, execução, testes e lançamento – poderão ter esse tempo reduzido. Tudo isso com ainda mais precisão", afirma.

Em relação à produtividade, o executivo explica que as soluções de inteligência artificial vão permitir que a indústria de software possa fazer testes mais precisos e criar cenários de uso mais realistas. Com isso, prever ganhos, falhas de cada projeto e acelerar a escalabilidade. "Há facilidade, por exemplo, para as ferramentas de pair programming [que envolve a criação e análise de códigos]. Nelas, é possível aplicar a IA como um recurso para ajudar no processo de programação", explica Esteves.

Segundo ele, isso vai impactar diretamente os custos. Projetos mais curtos não demandam um longo período de investimento. Além disso, ele explica que, não havendo mais a necessidade de "prender" times por tanto tempo em um só projeto, abre espaço para novas iniciativas serem trabalhadas. "Isso representa um maior fluxo de caixa para as empresas."

3. UMA EXPERIÊNCIA DE I.A. PARA CADA CONSUMIDOR

Além de benefícios para os profissionais da indústria de software, Esteves comenta as vantagens para o consumidor final, principalmente, no quesito de personalização e experiência do usuário. "São muitas as utilidades da ferramenta de ponta a ponta na indústria. Pode melhorar a criação de software, a geração de conteúdo de vendas e marketing e, também, ajudar para que o produto se adapte de acordo com cada perfil de usuário", diz.

TENDÊNCIA: O CONTROLE CUSTOMIZADO DA INFORMAÇÃO

O diretor da Invillia comenta que, embora o potencial da IA seja enorme para as empresas, ainda há uma jornada para explorar todo o seu potencial. Principalmente, em relação às informações sensíveis do negócio que acabam sendo compartilhadas para terceiros, quando se utiliza alguma ferramenta de IA pronta – algo que vem sendo amplamente debatido globalmente e que ainda é uma das principais preocupações no mundo corporativo. Ainda assim, para ele, a resolução dessas discussões deve estar cada vez mais perto.

"As companhias estão entendendo melhor este cenário. A tendência é que cada uma venha a ter uma ferramenta de IA personalizada, garantindo maior segurança para as informações estratégicas do negócio", diz. No momento, conforme explica o executivo, as empresas estão preferindo utilizar "soluções prontas" disponíveis no mercado – opções que têm sido mais viáveis devido ao avanço rápido desta tecnologia.

Entretanto, na visão dele, a dependência de provedores terceiros pode ser um desafio, tendo em vista a segurança de dados. "Com o uso de plataformas personalizadas, as empresas podem controlar quais informações são inseridas no sistema e, também, quais são concedidas para quem as solicita."

Segundo ele, esse processo deve ser melhor compreendido e realizado ao longo dos próximos anos. "Neste cenário, o melhor para as empresas é entender que existem parceiros digitais que as auxiliam tanto para desenvolver as soluções personalizadas de IA para o uso interno quanto para aplicá-las em seus produtos digitais e entregar os melhores resultados para os usuários finais", pontua Esteves.

A Invillia é uma multinacional brasileira que cria e desenvolve produtos e serviços digitais nas tecnologias mais emergentes do mundo para game-changers como PagSeguro, Gympass, Sofisa, QuintoAndar, Tembici, Dafiti, VIA, AME, OLX, PicPay, Yamaha, Fiagril, entre outros.

Seu exclusivo Global Growth Framework™ - plataforma de criação de soluções de tech - foi estruturado para ampliar a capacidade de inovação de cada cliente ao somar data, people e action. Com mais de 1.000 colaboradores atuando de forma distribuída e conectada em 9 países e 260 cidades, a Invillia mantém hubs estratégicos na América Latina, Portugal, Reino Unido, México e Holanda.

Estabilidade de preços e crescimento dos setores podem garantir segundo semestre favorável para o Brasil

Especialistas destacam desempenho econômico acima do esperado no primeiro trimestre graças aos setores agrícola e de serviços

Quase imediatamente após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2 de janeiro deste ano, o Real brasileiro (BRL) começou a valorizar com o declínio da taxa de câmbio USD/BRL. A taxa média de câmbio do dólar está agora cerca de 6% abaixo desde o início de janeiro. Em uma análise mais aprofundada, vários fatores contribuíram para a valorização do real em relação ao dólar dos EUA.

"Graças ao setor agrícola em crescimento, a economia brasileira cresceu mais do que o esperado no primeiro trimestre", conta Frida Mar, embaixadora da OctaFX no México. O Produto Interno Bruto (PIB) expandiu 1,9% nos três meses até março, após uma queda revisada de 0,1% no trimestre anterior. Em termos anuais, a economia cresceu a uma taxa impressionante de 4%, um ponto percentual acima do consenso do mercado. Ao mesmo tempo, a inflação continuou a cair (ficando abaixo de 4% pela primeira vez desde outubro de 2020), enquanto a taxa de desemprego começou a subir novamente.

Um impulso vindo de uma safra forte de soja, milho e açúcar também se traduziu em um forte crescimento das exportações. O Brasil registrou um superávit comercial de US$ 11,4 bilhões em maio, marcando um recorde para qualquer mês desde o início da série de dados em 1989.

COMO AS AÇÕES DO GOVERNO IMPACTARAM A ECONOMIA BRASILEIRA?

Os analistas da OctaFX destacam que a economia brasileira se recuperou mais do que o esperado no primeiro trimestre, principalmente devido ao forte crescimento do setor agrícola e à atividade robusta no setor de serviços. A produção agrícola aumentou 21,6% no trimestre, enquanto a atividade de serviços cresceu 0,6%. No entanto, o setor manufatureiro continua enfrentando dificuldades, com uma queda de 0,1% na indústria.

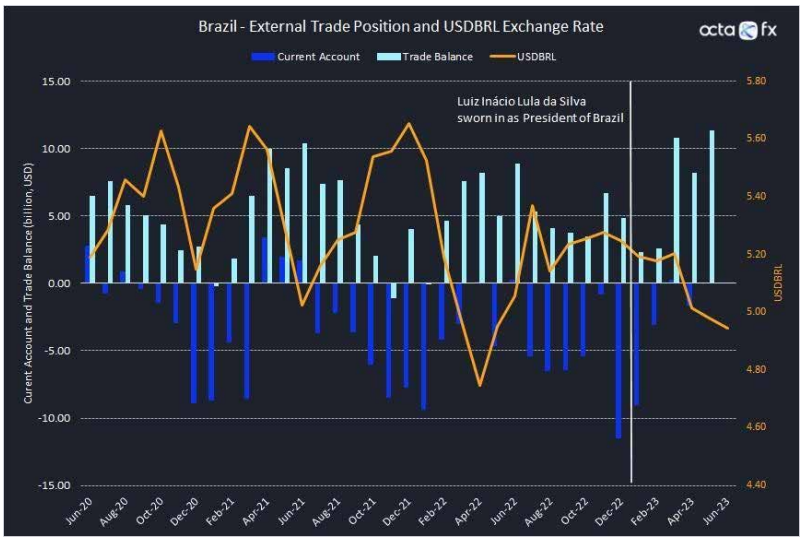
"Embora o crescimento sólido no setor agrícola tenha sido principalmente devido a fatores externos, outros setores da economia receberam um impulso de várias políticas governamentais que aumentaram a renda disponível, como o aumento salário mínimo, por exemplo", disse Frida Mar da OctaFX.

Ao mesmo tempo, as altas taxas de juros continuam sendo um obstáculo para a economia. O banco central do Brasil manteve sua taxa de juros de referência, Selic, inalterada em 13,75% por sete meses consecutivos. Embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha relatado que a taxa de desemprego caiu para 8,5% em abril, a criação formal de empregos ficou abaixo do esperado. Segundo o Ministério do Trabalho e do Emprego, a economia adicionou apenas 180.000 posições em abril, cerca de 24.000 abaixo das expectativas.

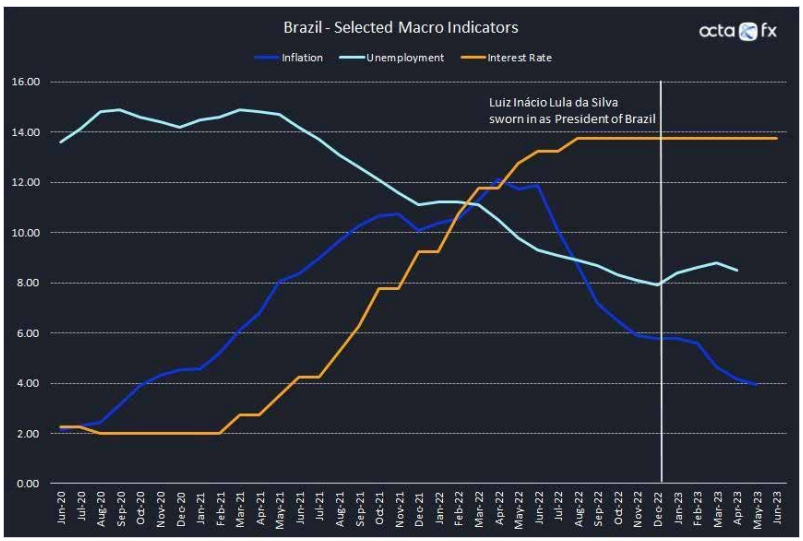
Segundo os analistas da corretora, a pressão sobre o banco central para redução das taxas de juros é algo que pode aumentar, já que as metas de inflação são um ponto importante para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Todas as melhorias e estagnações geram um sentimento misto no mercado com relação ao Brasil, mas ainda sim otimista. A pesquisa semanal FOCUS do banco central com economistas privados, publicada em 5 de junho deste ano, mostrou que eles esperam que o PIB do Brasil cresça 1,68% em 2023. O mercado geralmente precifica uma lenta redução da taxa Selic para 12,50% até o final de 2023 e uma taxa de câmbio média USDBRL de 5,10.

"O Brasil é uma das maiores economias da América Latina e atrai muita atenção dos investidores mais poderosos. No momento, os setores mais vibrantes são extração de petróleo e gás, energia renovável e agricultura, mas mesmo assim, os investidores devem e vem analisando mais profundamente colocar o seu dinheiro no país", conta Frida Mar.

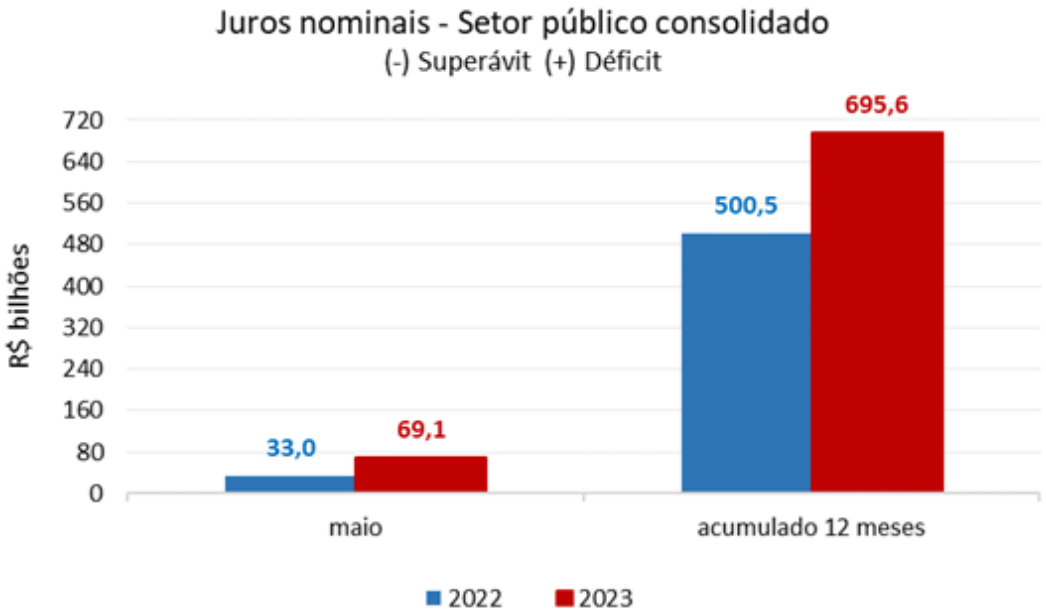


Brasil - Posição comercial externa e taxa de câmbio dólar/real



Os primeiros seis meses do novo governo foram marcados por uma valorização do Real brasileiro e pelo controle da inflação no país. No entanto, as altas taxas de juros e a necessidade de reduzi-las para estimular ainda mais a economia continuam sendo um desafio. "O país vem buscando equilibrar o crescimento econômico com a estabilidade dos preços, que pode garantir um ambiente favorável aos investimentos e ao desenvolvimento sustentável do Brasil", complementa a embaixadora da OctaFX no México.

A OctaFX é uma corretora global que fornece serviços de trading on-line em todo o mundo desde 2011. Oferecemos acesso sem comissões aos mercados financeiros e uma variedade de serviços já utilizados por clientes de 150 países com mais de 21 milhões de contas de negociação.



Juros sobre a dívida pública brasileira somam R$ 695,6 bilhões- - 6,8% do PIB no acumulado dos doze últimos meses até maio

Déficit primário do setor público foi de R$ 50,2 bilhões em maio

De acordo com a LCA – Consultores Econômicos, "o déficit foi maior que a mediana do mercado, em R$ 45,6 bilhões. O governo central teve déficit de R$ 43,2 bilhões e as empresas estatais, um déficit de R$ 0,2 bilhão. Os governos regionais registraram déficit de R$ 6,8 bilhões.

No acumulado em 12 meses, o superávit primário consolidado registrou +R$ 39,0 bilhões (+0,4% do PIB). Este resultado ainda é explicado pelo forte crescimento da arrecadação na maior parte de 2022. Na margem, já começa a ser

Quadro 1: Resultado primário do setor público

Discriminação (R$ bilhões)	mai-22	abr-23	mai-23
Nominal	**-66,0**	**-25,4**	**-119,2**
Governo Central	-67,3	-21,3	-102,9
Governos regionais	2,0	-3,0	-15,6
Empresas estatais	-0,6	-1,1	-0,7
Juros nominais	**-33,0**	**-45,8**	**-69,1**
Governo Central	-27,3	-38,2	-59,7
Governos regionais	-5,4	-7,0	-8,8
Empresas estatais	-0,3	-0,5	-0,5
Primário	**-33,0**	**20,3**	**-50,2**
Governo Central	-40,0	16,9	-43,2
Governos regionais	7,3	4,0	-6,8
Empresas estatais	-0,3	-0,6	-0,2

(-) déficit (+) superávit

Fonte: BCB

Quadro 2: Superávit Primário Setor Público Consolidado						
R$ Bilhões	mai-22		abr-23		mai-23	
	Acum. 12m	%PIB	Acum. 12m	%PIB	Acum. 12m	%PIB
Governo Federal + Bacen	-15,7	-0,2%	22,2	0,2%	19,0	0,2%
Estatais e Gov. Regionais	127,2	1,4%	37,1	0,4%	22,5	0,2%
Estatais Federais	8,4	0,1%	-3,1	0,0%	-2,5	0,0%
Superávit Setor Público Consolidado	119,9	1,3%	56,2	0,5%	39,0	0,4%
Fonte: Banco Central do Brasil						

percebida deterioração nos resultados mensais, com arrecadação estagnada (ou em queda causada por desonerações) e com despesas em crescimento.

Os juros nominais alcançaram R$ 69,1 bilhões no mês, impulsionados por perdas de R$ 26,7 bilhões em operações de swap cambial do Banco Central. Assim, a conta de juros acumulada em 12 meses ficou em R$ 695,6 bilhões – equivalente a 6,8% do PIB.

Desta forma, o resultado nominal foi deficitário em maio, em R$ 119,2 bilhões, e acumula déficit de R$ 656,5 bilhões em 12 meses (déficit nominal equivalente a 6,4% do PIB).

A Dívida Líquida do setor público registrou R$ 5.935 bilhões (57,8% do PIB) em maio, um aumento de 0,8 p.p. na margem e uma inflexão do indicador como proporção do PIB. A Dívida Bruta do governo geral, por sua vez, totalizou R$ 7.564 bilhões (73,6% do PIB), aumento de 0,7 p.p. em relação ao mês anterior. Esse incremento foi causado, principalmente, pelos juros nominais incorridos no mês.

Após esse resultado, a projeção da LCA para o primário do setor público no ano é de -R$ 65 bilhões (-0,6% do PIB). A Dívida Bruta do governo geral deve terminar o ano em 79,1% do PIB (+6,2 p.p.) e a Dívida Líquida do setor público, em 62,8% do PIB (+5,7 p.p.). A elevação será causada fundamentalmente pelo déficit primário e pelo cenário de juros ainda elevados

Fig.1: Resultados 12m % PIB

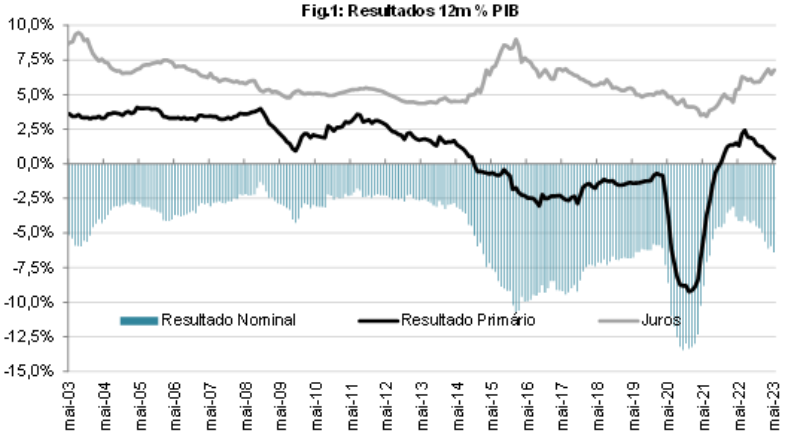


Fig.2: Dívida bruta do governo geral
% do PIB

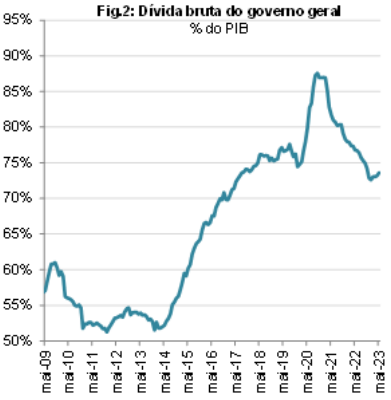
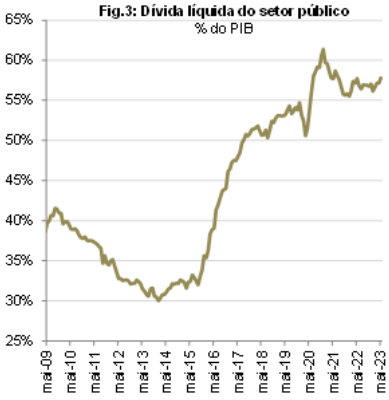
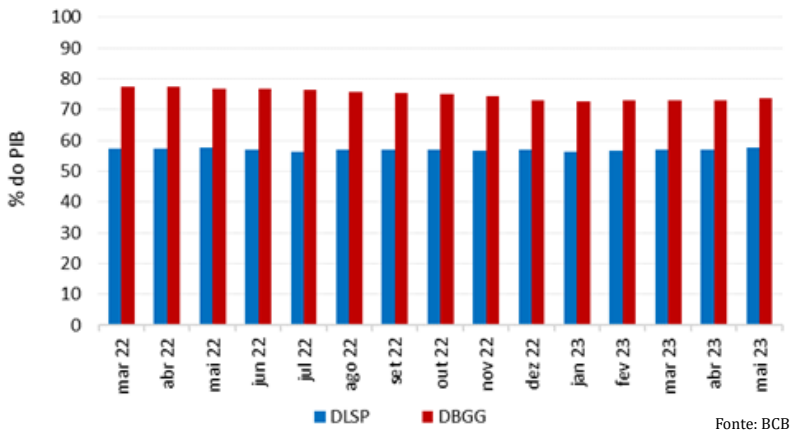


Fig.3: Dívida líquida do setor público
% do PIB



BRASIL – DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICA E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL

DLSP e DBGG



Fonte: BCB

Brasil - um país cuja Constituição pode ser reescrita a qualquer tempo e de qualquer forma

Roberto Brant
Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social

Houve um breve momento na virada do século em que muita gente acreditou que o mundo caminhava para uma grande convergência entre as nações em termos de padrões de vida e de valores culturais. Passados poucos anos, podemos verificar que o que está realmente ocorrendo é o contrário. A grande onda de globalização do século XX foi movida por progressos tecnológicos que aproximavam os países e as pessoas indistintamente em termos de transporte, de comércio e de comunicação. As tecnologias dominantes daqui para o futuro parecem ser do tipo mais excludente, favorecendo os países mais avançados e limitando o caminho dos retardatários e, dentro destes, criando oportunidades para uma minoria, deixando de fora a imensa maioria das pessoas.

O mundo é definitivamente desigual e as desigualdades estão aumentando. Não há mais uma força global impulsionando as economias retardatárias e cada país doravante vai ter que contar apenas com suas próprias forças. Estas forças são a cultura e a política. Elas é que ordenam o ambiente social e econômico para reduzir a incerteza, sem o que não há investimento nem progresso. O risco é uma condição na qual podemos derivar uma "distribuição de probabilidades de resultados" de forma que podemos nos segurar contra eles. Incerteza é uma condição na qual não podemos traçar esta curva de probabilidades. Países bem sucedidos são invariavelmente aqueles em que a cultura e a política conseguem converter a incerteza, se não em certeza, pelo menos em risco num domínio cada vez maior da atividade humana.

Este raciocínio explica bem o drama brasileiro. Nos últimos tempos o sistema político tem oferecido à população um triste cardápio de lideranças, ou envelhecidas ou obtusas, condenadas a

operar num ambiente em que o Parlamento e a cúpula do Judiciário funcionam como esferas autônomas, desconectadas entre si e da população.

Nós somos um país pobre e desigual e, apesar dos recursos que temos, nada indica que estamos em via de transformar esta realidade. O desenvolvimento de longa duração depende em todos os países da qualidade das instituições políticas. Nossas instituições há tempos não propiciam segurança diante das incertezas, não distribuem os incentivos corretos e parecem estar em franco processo de degeneração. Entre os inúmeros exemplos de deformação institucional, vou destacar os dois mais recentes.

A Câmara dos Deputados acaba de aprovar uma Emenda Constitucional de reforma tributária, com mais dispositivos do que muitas Constituições inteiras pelo mundo. Apesar de sua extensão e complexidade, a Emenda não foi sequer discutida e foi diretamente para a votação. Muitos parlamentares puderam votar pelo celular, nem sequer estavam presentes no Plenário. Há quem afirme que apenas três parlamentares conheciam o texto até sua aprovação.

Dizem que a reforma vai beneficiar o país, no entanto os fins não justificam os meios, ao menos na ordem democrática. Se uma Constituição pode ser alterada deste modo, não temos mais Constituição, feita para durar e dar segurança à vida social. Na minha opinião, nossa Constituição morreu naquela madrugada. Não há maior incerteza do que esta: um país cuja Constituição pode ser reescrita a qualquer tempo, de qualquer forma.

No campo do Judiciário também há desordem. O Juiz Luiz Roberto Barroso, um dos onze membros do Supremo Tribunal, compareceu a uma manifestação política da UNE e, de mangas de camisa e esquecido da toga, jactou-se com o público, entre outras coisas, de ter derrotado o bolsonarismo. Que um juiz seja um ator político e vença eleições é um absurdo. Que um juiz do Supremo o faça com tanta clareza, chega a ser uma calamidade, ferindo de morte a confiança que a sociedade precisa ter na Justiça, sua última instância para proteger-se da injustiça.

Nada disto terá consequências para os responsáveis, porque as elites do Poder têm um forte pacto de solidariedade. O único consolo que resta é pensar que os brasileiros não merecem os homens que dirigem o seu destino e quem sabe um dia eles despertem para isto.

LÍTIO: Investimentos no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais podem chegar a R$ 30 bilhões até 2030 e *gerar mais de 3,7 mil empregos na região*

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira*
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

O governo de Minas Gerais estima atrair entre R$ 20 bilhões e R$ 30 bilhões em investimentos para o Vale do Jequitinhonha até 2030, com a exploração e beneficiamento de lítio na região. Quatro projetos já estão confirmados sob inversões próximas a R$ 5 bilhões. As investidoras são: Latin Resources, Atlas Lithium, Sigma e MG LIT (Lithium Ionic), além da Companhia Brasileira de Lítio (CBL), que já opera na região desde 1991 e foi a pioneira desse setor a atuar no Brasil.

O mais recente deles pertence à MG LIT (Lithium Ionic) para extração desse mineral (considerado o mais leve de todos) nos municípios de Araçuaí, Itinga e Salinas. Com aportes de R$ 750 milhões, vai permitir a geração de mais de mil empregos diretos, além dos indiretos. Juntos, todas as iniciativas já projetam mais de 3,7 mil postos de trabalho na região.

A previsão é que a MG LIT comece a operar em 2025. A empresa já deu início aos investimentos e a expectativa é que até o final do ano cerca de R$ 160 milhões já tenham sido aplicados. A etapa de sondagem, por exemplo, começou no ano passado. Já a construção da mina deve ocorrer no próximo ano para operar em 2025. E a capacidade de produção anual deve girar em torno de 250 mil toneladas do concentrado de espodumênio e o teor de lítio-enxofre é de 5.5%.

Lítio se torna realidade no Estado

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Fernando Passalio, destaca que esse protocolo de intenção já nasce sendo transformado em realidade. E reforça que é isso que o governo espera do Projeto Vale do Lítio, "diante da corrida por esse mineral de alto valor, portador de futuro".

"Protocolos têm sido convertidos em investimento e em benefício para a sociedade local, por meio de emprego, renda e desenvolvimento social e econômico de forma já muito imediata. Isso tudo faz parte do propósito de desenvolvimento do projeto Vale do Lítio", afirma.

Já o presidente da MG LIT, Hélio Diniz, diz que o futuro é bem promissor. "Acreditamos muito no potencial da região, que é enorme. Estamos bastante animados e queremos começar a trabalhar o mais rápido possível".

A MG LIT é uma empresa de mineração canadense com foco em lítio. Atua na aquisição, exploração e desenvolvimento de propriedades de lítio no Brasil com o objetivo de gerar valor de longo prazo para seus acionistas por meio da descoberta e potencial extração futura de lítio, um mineral que está alimentando a revolução verde.

Seminário sobre Lítio ocorrido no início de julho em Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, reuniu mais de mil empresários, engenheiros e pesquisadores para discutir o setor e suas perspectivas

Participei, na qualidade de moderador, do painel intitulado "Lithium Business: Desafios, Limites e Oportunidades" ocorrido em Araçuaí – MG, no dia 4 de julho e que contou com a participação de vários CEO's de empresas industriais de lítio instaladas na região, entre os quais destaco os nomes de Ana Cabral-Gardner, da Sigma Lithium; Vinicius Alvarenga, da CBL; Cristopher Gale, da Latin Resources entre outros. Além desse houve vários painéis com diferentes abordagens e focos distintos durante os três dias de sua realização, destacando-se: Lítio e Grafita: dois minérios do Vale do Jequitinhonha para a tecnologia; Métodos e técnicas de prospecção mineral de pegmatitos: o exemplo da Litium Ionic no Vale do Jequitinhonha; Como garantir segurança geotécnica em minas subterrâneas; Espodumênio – como fazemos um recurso mineral?; Legislação minerária: problemas e soluções para a exploração de lítio; Uma visão integrada Lavra-Beneficiamento-Produção de Espodumênio – Conceitos, Processos e Controle; O que é e para que serve a mineração do Espodumênio; Além da mineração: conversão química do espodumênio; O mundo do lithium e outros minerais críticos – o que está em jogo?; Economia Circular e o desenvolvimento integrado na estruturação da Cadeia de Valor do lítio; Aproveitamento do resíduo de lítio: desafios e oportunidades; Fechamento e pós-fechamento de mina; A importância da licença social para o sucesso do empreendimento e Lithium Valley Jequitinhonha: pensando o desenvolvimento.

O evento Lithium Business foi criado com a missão de melhorar o ambiente de negócios regional favorecendo assim o tecido empresarial e

contribuindo para o desenvolvimento econômico municipal e a reconversão produtiva, e ainda, contribuir para o relacionamento com a comunidade, visando a Licença Social, tão importante.

LÍTIO DO VALE DO JEQUITINHONHA DE MINAS GERAIS

Sobre os demais investimentos, ressalta-se que o Vale do Lítio é formado por 14 cidades: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni e Turmalina, no Nordeste de Minas, e Rubelita e Salinas, no Norte mineiro.

Esses municípios abrigam a maior reserva nacional de lítio – mineral utilizado em diversas aplicações, sendo a mais comum a fabricação de baterias de longa duração, que equipam veículos elétricos e aparelhos eletroeletrônicos.

"O Vale do Lítio é um projeto para atrair investimentos ligados à cadeia do lítio para a região do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas. Logicamente não apenas a mineração, mas todas as etapas da cadeia possíveis de se trazer para o Brasil. Mas essa é uma cadeia extensa e temos que começar de alguma maneira. A estruturação do projeto é um passo importante do governo para atrair a todos", explica o diretor da Invest Minas, Ronaldo Barquette.

Segundo ele, há mais de três centenas de direitos minerários para exploração no Norte e Jequitinhonha. Por isso, reforça que os expressivos investimentos vão permitir o pleno

desenvolvimento da região, especialmente, por meio dos serviços que vão ser atraídos junto dessa cadeia e a própria infraestrutura.

"Os R$ 30 bilhões não contemplam, por exemplo, os investimentos de Cemig, Gasmig ou Copasa para levar a infraestrutura de linhas de transmissão, água e gás, ou as melhorias no aeroporto para poder receber voos e até nas rodovias. O pacote de recursos é extenso", conclui. (Fonte: Mara Bianchetti – Diário do Comércio - 22.07)

LITHIUM IONIC ASSINA PROTOCOLO COM O GOVERNO DE MINAS

A mineradora canadense Lithium Ionic assinou protocolo de intenções com o governo de Minas Gerais para explorar reservas de lítio localizadas no Vale do Jequitinhonha. O acordo prevê investimentos de R$ 750 milhões. As reservas de lítio alvo da companhia estrangeira estão localizadas nas cidades de Araçuaí, Itinga e Salinas. O acordo entre a Lithium Ionic e o governo de Minas foi fechado por meio da MG Lit, um dos braços da empresa canadense. Os termos do convênio preveem a geração de mil empregos diretos. Em maio, o governo estadual lançou o "Vale do Lítio" na Nasdaq, a Bolsa de Valores dos Estados. O lítio é utilizado na fabricação de baterias e produtos eletrônicos. (Fonte: BLOG DO PCO - 24.07)

Mineradora australiana deve investir em lítio do Jequitinhonha

Si6 Metals anunciou a compra de licenças em Minas Gerais, que compreendem também reservas de terras-raras

De acordo com o Diário do Comércio, em reportagem de autoria de Mara Bianchetti, o lítio do Vale do Jequitinhonha segue na mira de investidores internacionais. A mineradora australiana Si6 Metals acaba de anunciar a aquisição de 50% do portfólio de 10 licenças da Foxfire Metals, que inclui ativos brasileiros na região e também no Alto Paranaíba, além do Ceará e da Amazônia. O negócio ainda depende da aprovação de acionistas e compreende direitos minerários distribuídos em 17.800 hectares no País.

Vale do Jequitinhonha – Vale do Lítio – Vale das oportunidades

Sete licenças estão localizadas em Minas Gerais, das quais cinco na região que tem sido trabalhada como "Vale do Lítio" pelo governo do Estado, por meio da Invest Minas. Além disso, há dois direitos de terras-raras em Araxá (Alto Paranaíba), no chamado Projeto Caldeira.

Conforme o comunicado da mineradora, as licenças para exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha estão próximas às operações da Sigma Lithium e da Companhia Brasileira de Lítio (CBL) e dos projetos da Latin Resources, Lithium Ionic e Atlas Lithium, esses últimos em fase de exploração com expectativa resultados promissores para os próximos anos. Já os direitos de terras-raras estão nos arredores do projeto de argila iônica Caldeira da Meteoric Resources.

O diretor-executivo da Si6, Jim Malone, disse no comunicado que após a conclusão de auditoria, a mineradora decidiu avançar e participar de uma das áreas de exploração mais promissoras do mundo. E que as licenças ampliam o portfólio de metais essenciais para o abastecimento da Si6, que agora abrange lítio, ETR, níquel, cobre, cobalto, bem como ouro em todo o Brasil, Botsuana e Austrália.

"Acreditamos que estamos focados nas commodities certas nos lugares certos na indústria de tecnologia verde/veículos elétricos (VE)", declarou.

Tamanha a expectativa acerca dos projetos para exploração e beneficiamento do lítio – o chamado ouro branco – que a região tem sido rebatizada por líderes políticos e representantes do governo mineiro.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, em entrevista no mês

de maio classificou o movimento que ocorre no Jequitinhonha como uma transformação da região em vale das oportunidades. Ele se refere à expectativa de geração de emprego e renda a partir da exploração do mineral.

Já o governo do Estado, no mesmo mês, lançou a iniciativa Vale do Lítio na bolsa de Nasdaq, em Nova York. Sob o mote de um projeto econômico-social, o objetivo, segundo o Executivo estadual, é desenvolver cidades do Nordeste e Norte do Estado em torno da cadeia produtiva do lítio.

Conforme o governo, o Vale do Lítio é formado por 14 cidades: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni e Turmalina, no Nordeste de Minas, e Rubelita e Salinas, no Norte mineiro.

"Queremos que o Vale do Jequitinhonha se transforme no vale da tecnologia para a produção de baterias e demais produtos de valor agregado", declarou o governador Romeu Zema (Novo) na ocasião.

Ele também lembrou que o lítio faz parte da geração de energia limpa, uma vez que o mineral proporciona boa parte do armazenamento da energia nas baterias.

Projeto prevê a criação do Polo Minerário e Industrial do Lítio

Cadeia produtiva do setor deverá ser implantada em municípios dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri

Criar o Polo Minerário e Industrial do Lítio nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri é a proposta do Projeto de Lei (PL) 1.992/20, de autoria do deputado Doutor Jean Freire (PT). A proposição recebeu parecer favorável em 1º turno na Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) na última quarta-feira. A proposta já está pronta para discussão e votação em 1º turno no plenário da casa.

O objetivo do PL, conforme Freire, é estimular a cadeia produtiva do mineral, que tem reservas abundantes nessas regiões. O polo será formado pelos municípios de Araçuaí; Capelinha; Coronel Murta; Itaobim; Itinga; Malacacheta; Medina; Minas Novas; Pedra Azul; Rubelita; Salinas; Virgem da Lapa; Teófilo Otoni e Turmalina.

"Eu moro na região que há anos é associada à miséria, o que eu não aceito. Temos muita riqueza, além da cultural. O que falta é oportunidade, a nossa riqueza não fica na região. Assim, a ideia do projeto é proteger o lítio brasileiro na região, criando emprego e renda, aumentando o Índice de Desenvolvimento Humano", frisa Freire.

O lítio é utilizado na fabricação de baterias. Assim, é considerado estratégico na transição para uma economia de baixo carbono, na qual os carros com motores a combustão seriam substituídos por veículos elétricos.

O relator do projeto, o deputado Gil Pereira (PSD), concordou com as razões apresentadas pelo autor da proposta e apresentou o substitutivo nº 2, que retira a obrigatoriedade de beneficiamento do lítio nos municípios integrantes do polo e a autorização para o Estado conceder regime tributário especial para essas empresas. Essas duas medidas passam a figurar como diretrizes a serem observadas pelas ações governamentais.

No parecer da Comissão de Minas e Energia, a sugestão é que o polo se transforme também em um Arranjo Produtivo Local (APL), nos termos da Lei nº 16.296, de 2006, com a nova regulamentação dada recentemente pelo Decreto nº 48.139, de 2021. A justificativa é para que a proposição ganhe mais efetividade após aprovada.

Dessa forma, as ações serão implementadas, no que couberem, no âmbito da Política Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, conforme o substitutivo nº 2. Ainda de acordo com esse novo texto, as ações relacionadas à implementação do polo contarão com a participação de representantes dos municípios, mineradores, empresários, garimpeiros e das entidades privadas ligadas à cadeia produtiva do lítio.

Freire observa que o PL ainda deve passar por mudanças, o que é comum no processo legislativo, e ressaltou que é importante que o texto contemple incentivos para as empresas da cadeia produtiva que atuem na região para que elas possam gerar emprego e renda.

LÍTIO PROVOCA CORRIDA DE INVESTIMENTOS NA REGIÃO

O Vale do Jequitinhonha tem sido o destino de investimentos do setor de lítio e já começa a ser conhecido globalmente como lithium valley. Em março deste ano, por exemplo, a Sigma Lithium anunciou um investimento de mais R$ 1 bilhão na unidade de produção e beneficiamento de concentrado de lítio grau bateria de alta pureza que está implantando na região. Os recursos serão destinados às fases 2 e 3 do projeto. Somadas, todas

as etapas do empreendimento são R$ 3 bilhões em inversões.

As operações da primeira fase do complexo, denominado Grota do Cirilo, que está sendo implantado nos municípios de Itinga e Araçuaí, no Jequitinhonha, contemplam a produção de 277 mil toneladas ao ano do insumo, ao custo de R$ 1 bilhão.

A fase 2 receberá mais R$ 1 bilhão ao longo de 2023 para iniciar os trabalhos no próximo ano, elevando a produção a 440 mil toneladas anuais e a etapa 3 poderia dobrar esse volume até 2027.

Há ainda pelo menos outras cinco mineradoras com origem em países diretamente concorrentes do Brasil na corrida pelo mineral, como Austrália, Canadá e Estados Unidos, que estão investindo R$ 1,5 bilhão em projetos em cidades como Salinas e Araçuaí.

Sigma Lithium estreia BDRs na B3 com operações 100% brasileiras

Produto permite que brasileiros que não têm conta no exterior invistam na única indústria verde de lítio do mundo sem barragem de rejeitos e com maior reconhecimento em sustentabilidade socioambiental do segmento global

Divulgação/B3

Sigma Lithium celebra estreia na B3, na qual passou a ter BDRs negociados: modalidade possibilita ao investidor diversificar as aplicações com menos burocracia

Desde o dia 24 de julho a Sigma Lithium [NASDAQ: SGML, TSXV: SGML], indústria verde brasileira de produção sustentável de insumo tecnológico pré-químico de lítio, com planta localizada no Vale do Jequitinhonha (MG), passou a ter BDRs (Brazilian Depositary Receipts) negociados na B3, bolsa do Brasil.

BDRs são frações de ações de uma empresa que estão disponíveis para a pessoa física e jurídica - no caso da Sigma, a paridade será de 3 BDRs para 1 ação. A principal vantagem dessa modalidade de produto é facilitar o investimento em ativos negociados em Bolsas de Valores estrangeiras sem a necessidade de abrir conta fora do país, possibilitando ao investidor diversificar suas aplicações com menos burocracia, uma vez que basta ter conta em uma corretora no Brasil.

"Investimos R$ 3 bilhões no desenvolvimento tecnológico e construção de uma empresa pioneira na indústria de lítio pela escala de sexto produtor mundial e inovação industrial verde: zero uso de químicos nocivos, zero barragem de rejeitos, 100% dos rejeitos reciclados, 100% da água reutilizada no processo. Nessa indústria verde, o lítio bruto é transformado em insumo de lítio com alto grau de pureza, com 45x mais valor agregado para as baterias elétricas. Com isso, colocamos o Brasil como um dos principais fornecedores das cadeias globais da mobilidade elétrica", conta Ana Cabral, CEO da Sigma Lithium. "É uma honra negociar na B3, pois a Sigma Lithium é um ativo brasileiro que finalmente estará disponível para todos os investidores brasileiros", comemora a CEO.

Os BDRs da Sigma Lithium contam com o Banco B3 como depositário e possui como lastro ações emitidas pela empresa no exterior. XP, Morgan Stanley e Credit Suisse atuarão como formadores de mercado dos BDRs da companhia.

A Sigma Lithium (NASDAQ: SGML, TSXV: SGML) é uma empresa brasileira dedicada a alimentar a próxima geração de baterias de veículos elétricos com lítio ambientalmente sustentável e de alta pureza. A Sigma Lithium está atualmente em construção em seu Projeto Grota do Cirilo no Brasil, que inclui uma planta de processamento de última geração e de tecnologia verde que utiliza 100% de energia renovável, 100% de água reciclada e 100% de rejeitos de palha seca. O projeto também representa um dos maiores e mais altos depósitos de espodumênio de lítio de rocha dura das Américas. A Sigma Lithium tem estado na vanguarda da sustentabilidade ambiental e social na cadeia de fornecimento de materiais de bateria.

O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÕMICO DURANTE O GOVERNO JK

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira*
Presidente/Editor Geral de MercadoComum

A propósito da recriação do atual Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável* pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, composto agora por cerca de 250 membros e dos quais apenas cinco integrantes são oriundos de Minas Gerais - estado considerado o 2º mais populoso e 3ª maior economia do país – fui buscar na coletânea de três livros intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século, de minha autoria, as seguintes considerações:

De acordo com JK, o "Plano Nacional de Desenvolvimento" já tinha sido elaborado alguns meses antes de sua posse na Presidência da República. Popularizara-se como o Programa de Metas, em número de trinta, às quais fora posteriormente acrescentada uma trigésima primeira – Brasília, então designada como ""meta síntese"".

No primeiro dia de seu mandato presidencial, JK instituiu o Conselho de Desenvolvimento, órgão controlador da economia nacional, sendo designados todos os seus membros, que eram os ministros de Estado, os chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência e os presidentes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, subordinando o órgão diretamente à Presidência.

O Programa de Metas foi estruturado, em suas linhas gerais, levando em consideração que, para cada uma das metas, correspondia o investimento, em cruzeiros e em moeda estrangeira, julgado necessário para se alcançar, na data programada, o objetivo visado em cada setor específico, declarando-se, quando possível, a fonte de financiamento da inversão. Expressavam-se tais investimentos por seus valores nominais, sujeitos a

uma taxa anual de inflação de 13,5% sobre sua parcela em cruzeiros.

Através desse programa inicialmente proposto como ponto de partida, o Conselho de Desenvolvimento trabalhou no preparo de relatórios sobre as metas principais, desdobrando-se em projetos individualizados que seriam executados pelo governo, pela iniciativa privada e por sociedades de economia mista.

Assim, por exemplo, o relatório sobre a situação da siderurgia brasileira foi o documento que serviu de base ao projeto de instalação da USIMINAS, financiada parcialmente com capitais japoneses. Os relatórios sobre a renovação de equipamento ferroviário e sobre reaparelhamento e dragagem de portos justificaram, junto ao Eximbank americano, a concessão, ao Brasil, de um financiamento de longo prazo de US$ 125 milhões (valores da época). Outro relatório, inicialmente elaborado no Conselho de Desenvolvimento, deu margem à implantação da indústria automobilística no Brasil".

JK dizia que "o Programa de Metas foi concebido tendo em vista dois objetivos: realizar e também saber como obter os recursos para essas realizações"

Declarou o Presidente Juscelino Kubitschek: "Para a realização do meu programa estrutural e de longo alcance, comecei por criar, mediante decreto assinado no primeiro dia do governo, o Conselho do Desenvolvimento, que terá a incumbência de estruturar as minhas ideias e a minha política de expansão econômica do país, preparando planos e programas de ação, sugerindo projetos de leis e atos administrativos, em articulação com os ministérios e demais órgãos da administração. Atingiremos, estou certo, as metas anunciadas na primeira reunião ministerial e outras que ainda estão sendo elaboradas. E aproveito a ocasião para esclarecer que essas metas não visam a beneficiar nenhuma região do Brasil, isoladamente, mas a todas as áreas do país, sem distinções nem fronteiras internas. Assim, respondo prazerosamente aos trinta e oito parlamentares que me dirigiram um memorial com apelo pela incorporação do Norte e do Nordeste à economia do Brasil, o que nunca deixou de estar nas minhas cogitações. Acolhi com satisfação as sugestões que me enviaram e que serão estudadas com interesse e solicitude no Conselho do Desenvolvimento". *(Trecho extraído da mensagem transmitida pela Voz do Brasil, sobre as suas primeiras manifestações sobre o Programa Governamental. Rio de Janeiro – DF – 17 de fevereiro de 1956).*

Tão logo reuniu pela primeira vez o seu ministério, JK imediatamente anunciou a criação do Conselho de Desenvolvimento e o Programa de Metas, elaborado sob sua supervisão direta e coordenado por Lucas Lopes e Roberto de Oliveira Campos.

A audácia de JK assustou o conservador economista Roberto Campos que revelou que o presidente adorou a versão final do Programa de Metas, mas, na última hora, incluiu um coelho tirado da própria cartola: Brasília – a quem chamou de meta síntese.

"De acordo com a bem-sucedida experiência mineira, Juscelino criou um governo paralelo fora do jogo político. Ele foi o Presidente do Conselho de Desenvolvimento e designou Lucas Lopes para ser seu Secretário Executivo, cumulativamente com a Presidência do BNDE. Os grupos executivos, criados por decreto, reuniam administradores públicos e empresários, sendo que a palavra final, quando necessário, era sempre do governo.

Houve claro esforço na convivência governo-setor privado, sempre dentro do conceito maior do entendimento de desenvolvimento nacionalista do Presidente e do peso do Estado no processo.

O PROGRAMA DE METAS ALCANÇOU 31 METAS - DISTRIBUÍDAS EM SEIS GRUPOS:

I SETOR ENERGIA, constituído de cinco metas:
1.Energia Elétrica;
2. Nuclear;
3. Carvão mineral;
4. Petróleo - produção;
5. Petróleo – refinação.

II. SETOR TRANSPORTE, constituído de sete metas:
6. Ferrovias - reaparelhamento;
7. Ferrovias - construção;
8. Rodovias – pavimentação;
9. Rodovias – construção;
10. Portos e drenagem;
11. Marinha mercante;
12. Transporte aeroviário.

III. SETOR ALIMENTAÇÃO, constituído de seis metas:
13. Trigo;
14. Armazéns e silos;
15. Armazéns frigoríficos;
16. Matadouros industriais;
17. Mecanização da agricultura;
18. Fertilizantes.

IV. SETOR DE INDÚSTRIA DE BASE, constituído de onze metas:
19. Siderurgia;
20. Alumínio;
21. Metais não ferrosos;
22. Cimento;
23. Álcalis;
24. Celulose e papel;
25. Borracha;
26. Exportação de minério;
27. Automobilística;
28. Construção naval;
29. Mecânica.

V. SETOR EDUCAÇÃO: 30. Pessoal técnico (intensificar a formação de pessoal técnico e orientar a Educação para o Desenvolvimento).

VI. CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA- 31 - Meta Síntese.

No conjunto, foram executados 67% das metas programadas. Excelente resultado! O resumo da execução do Programa de Metas em percentuais, segundo João Pinheiro Neto, valendo-se de anuários estatísticos do IBGE, no período 1956-1960, é o seguinte por setor:

I Energia: 60,3%;
II. Transportes: 81,2%;
III. Alimentação: 49,3%;
IV. Indústria de Base: 72,3%;
V. Educação: 50%;
Brasília implantada!

Afirmou JK, "Naquela época, os Estados Unidos já produziam 120 milhões de toneladas de aço, enquanto toda a América Latina mal atingia um milhão de toneladas. O Brasil contribuía para esse milhão com cerca de 500 mil toneladas, o que, se era apreciável no que dizia respeito ao esforço latino-americano considerado isoladamente, não deixava de ser ridículo em face dos padrões que caracterizavam as nações industrializadas.

No Programa de Metas, o aço figurava como um alvo de 2 milhões de toneladas, o que era o dobro do que a América Latina produzia. Entretanto, esse alvo era apenas uma perspectiva. Na realidade, o objetivo era passar rapidamente para 3 milhões de toneladas, empreendendo, em seguida, outra arrancada que aumentasse a produção, ao final de três anos, para 5 milhões de toneladas. Atingindo esse nível, o Brasil poderia fazer frente a outras metas, sobretudo aquelas referentes à fabricação de caminhões, automóveis, jipes, tratores e navios. Em 2016, a produção de aço bruto no Brasil ficou próxima de 32 milhões de toneladas".

O Programa de Metas realizado revolucionou o Brasil.

"O País produziu 133 mil veículos em 1960. Essa afirmativa mexe com os brasileiros, especialmente com aqueles que viveram essa maravilhosa transformação e tiveram o privilégio de adquirir os primeiros fuscas produzidos no Brasil.

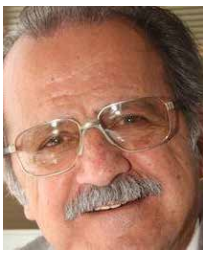
A construção de Brasília e a conquista do Oeste são fatos que ultrapassam qualquer avaliação.

Juscelino afirmou: "Mais tarde, durante a campanha presidencial, pude sentir esse estado de espírito de forma absolutamente imperativa. O povo exigia que se promovesse o desenvolvimento, daí a elaboração do Programa de Metas. Esse plano de governo constituiu, na realidade, iniciativa revolucionária. Era a primeira providência, tomada no país, no sentido de se fazer o levantamento de todos os pontos de estrangulamento da economia brasileira e enquadrá-los num esquema de soluções racionais, rigidamente delimitadas no tempo e expressas em cifras que refletiam os alvos a serem atingidos. Após esse pequeno introito, referi-me a um fato que demonstrava estar o governo empenhado, de corpo e alma, na batalha do desenvolvimento: Hoje recebi, às portas do Catete, sessenta e tantos veículos nacionais que, através de 2.200 quilômetros de sela, deram testemunho de que esse progresso é patente. Percorreram estradas desde Belém do Pará, através de Brasília, Belo Horizonte, até que, por fim, chegaram ao Rio. Para ilustrar o que disse, mostrei no mapa o itinerário percorrido pela Caravana de Integração Nacional".

JK criou a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, o Conselho de Política Aduaneira, a SPEA - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia, reivindicou a bem-sucedida Operação Pan-Americana e lançou a proposta, bem fundamentada, da implantação do BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento, cabendo ademais destacar que também foi ideia sua a criação do BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.

Assim, qualquer relação existente entre ambos Conselhos – o de JK e o de Lula, acredito possa ser considerada, simplesmente, uma mera coincidência.

**O Conselho Econômico Social Sustentável (CDESS) é um colegiado composto por representantes da sociedade civil, criado inicialmente em 2003 e recriado pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023. É um órgão de assessoramento direto ao Presidente da República em todas as áreas de atuação do Poder Executivo, na formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento econômico, social e sustentável do País.*



Por que o Brasil se tornou um país de baixo crescimento econômico

Paulo R. Haddad
Economista, ex-ministro do Planejamento e da Fazenda

A história da economia brasileira no século 20 foi, predominantemente, uma história de crescimento econômico acelerado. De 1900 a 1980, a taxa de crescimento da economia foi de 4,9% ao ano. De 1948 a 1980, tivemos trinta e três anos de crescimento do PIB a uma taxa de 7,5 por cento ao ano. Desde então, tornamo-nos um país de baixo crescimento. De 2001 a 2019, enquanto o PIB per capita da China cresceu 345% no acumulado do período, no Brasil o PIB per capita cresceu apenas 26%, segundo dados estatísticos do Banco Mundial.

Na verdade, o Brasil está imerso na "armadilha dos países de renda média". Segundo Phillippe Aghion, um dos maiores especialistas em teorias do crescimento econômico, muitos países emergentes, em algum período de sua história, vivenciaram uma fase de crescimento acelerado, convergindo para o padrão de vida das nações mais ricas do Mundo. Entretanto, a maioria desses países permaneceu como países de renda média. A existência da "armadilha" sugere que a transição de um país de renda média para um país de economia avançada não se processa como um subproduto cronológico de uma sequência de ajustes macroeconômicos ou de inovações incrementais, que não têm intensidade suficiente para modificar o patamar de desenvolvimento de uma economia.

Aghion cita o caso da Argentina. Em 1890, o PIB per capita da Argentina era aproximadamente 40 por cento do PIB per capita dos Estados Unidos, que tornava o país uma economia de renda média, três vezes superior ao PIB per capita do Brasil e da Colômbia, e um pouco maior do que o PIB per capita da França. A partir de 1938, o PIB per capita da Argentina vem declinando em relação ao PIB per capita das economias avançadas. A economia da Argentina entrou no rol dos países de baixo crescimento, em um processo recorrente de decadência econômica, provocando uma sequência interminável de crises sociais e políticas. Fica a pergunta: como evitar que a população brasileira vivencie os atuais dramas sociais e econômicos da população argentina e possa seguir a direção de uma economia avançada como fez a Coreia do Sul?

Em 1936, Keynes destacava que: "Os homens objetivos que se julgam livres de qualquer influência intelectual são, em geral, escravos de algum economista defunto. Os insensatos, que ocupam posições de autoridade, que ouvem vozes no ar, destilam seus arrebatamentos inspirados em algum escriba acadêmico de certos anos atrás. Estou convencido de que a força dos interesses escusos se exagera muito em comparação com a firme penetração das ideias..., porém, cedo ou tarde, são ideias, e não os interesses escusos, que representam um perigo, seja para o bem ou para o mal".

Há um consenso entre muitos analistas da atual situação socioeconômica do Brasil de que, em momentos de crise, as ideias importam e são poderosas. Elas têm a capacidade de dar substância histórica à diversidade dos interesses dos diferentes grupos sociais em termos de ações programáticas. Elas são capazes de determinar a forma e o conteúdo das instituições que formulam e definem a trajetória histórica de um país, de suas regiões e classes sociais.

Mas lembram também que ideias equivocadas ou insuficientes, em termos do contexto histórico de cada país, podem ser uma trava ou uma ilusão no processo das mudanças necessárias. É o caso da ideia do atual modelo de equilíbrio fiscal expansionista que tem fundamentado a formulação e a implementação da política econômica no Brasil, desde 2014.

O atual ajuste fiscal, realizado sem o projeto nacional de desenvolvimento, embora indispensável a uma economia à beira da insolvência financeira, tem trazido enormes sobrecargas para a população em termos de desemprego, da concentração da renda e da riqueza, da perda da quantidade e da qualidade dos serviços públicos essenciais. Essas sobrecargas têm promovido certo grau de fadiga e de impaciência na população em relação ao atual estilo de ajuste fiscal com suas incertezas e platitudes, com a promessa de que, com o equilíbrio das contas públicas, o crescimento sustentado da renda e do emprego virá por acréscimo.

É preciso que a retomada do crescimento econômico acelerado do País venha acompanhada de um novo ciclo longo de expansão econômica. Não se trata da falta ou da limitação de potencialidades para crescer. O Brasil dispõe de uma base ampla e diversificada de recursos naturais renováveis e não renováveis, o que lhe dá vantagens comparativas internacionais para um processo de crescimento acelerado e para a formação de poderosas cadeias produtivas. O nível de desenvolvimento das instituições políticas e das organizações econômicas no Brasil atingiu um patamar que favorece a formação de ciclos de expansão, a partir de forças endógenas. Da mesma forma, a mudança mais recente do papel do Estado na economia, embora lenta e intermitente por indefinições ideológicas, tem criado melhores condições e oportunidades de novos ciclos de crescimento. Se consideramos a consolidação de um processo de reforma do Estado, a economia brasileira tende a se tornar mais aberta, menos regulamentada, mais privatizada e, portanto, mais propensa ao crescimento econômico. Nesse contexto, continuamos a praticar a difícil arte de não crescer em um país vocacionado para se tornar uma economia avançada.

Um novo ciclo de crescimento acelerado tem condições de ser implementado por meio do Terceiro Salto Científico e Tecnológico da Agricultura Brasileira, cujas inovações reestruturantes são capazes de produzir alimentos saudáveis, sustentáveis e resistentes às mudanças climáticas para a Humanidade, conforme vinha propondo consistentemente o saudoso Ministro e Professor Alysson Paolinelli. Essas inovações permitem dobrar a produção de alimentos sem derrubar uma árvore sequer. É o poder da destruição criativa analisado pelo pensador austríaco Joseph Alois Schumpeter.

Mais de 13 milhões de pessoas foram inseridas no mercado de crédito com o Cadastro Positivo

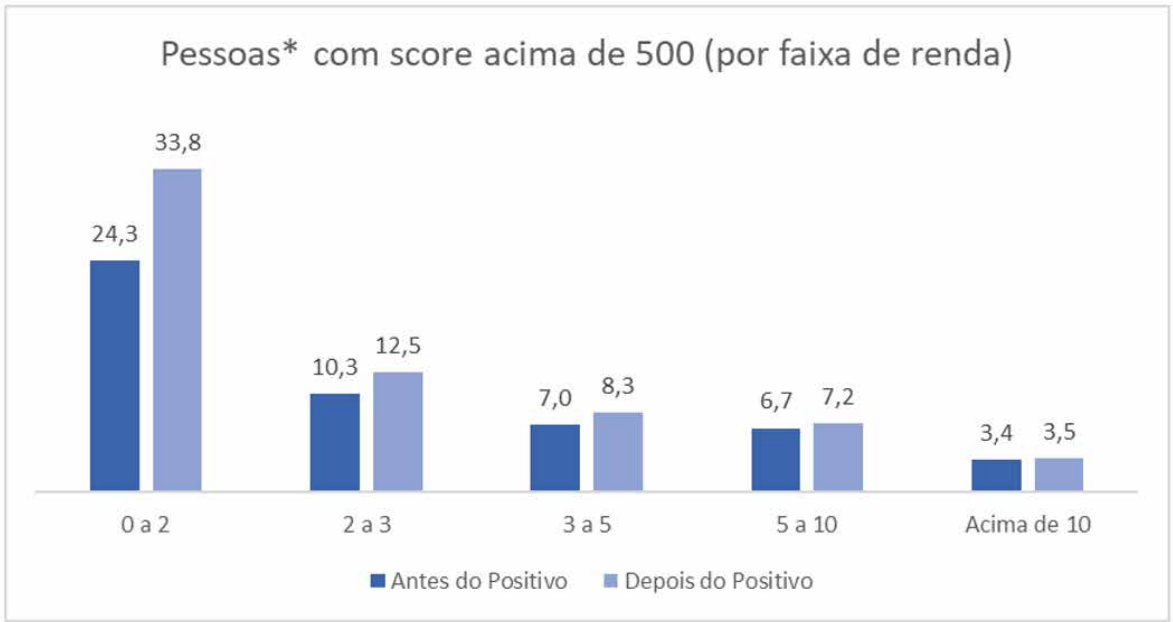
Jovens e população de baixa renda são os principais beneficiados. Acesso ao crédito de qualidade também passa a ser maior na região Norte

Levantamento inédito da Serasa Experian revela que o Cadastro Positivo, desde que entrou em franca operação em 2020, já incluiu 13,5 milhões de brasileiros no mercado de crédito até dezembro de 2022, ou seja, 8,3% da população adulta. Antes disso, essas pessoas tinham menos possibilidades de serem aprovadas numa análise de crédito por parte das empresas concedentes, muitas vezes em razão da falta de informações suficientes para a concessão segura de crédito. Esse déficit de dados sobre os hábitos de pagamento do consumidor gera insegurança no concedente, que acaba negando o crédito por não conseguir identificar se o tomador tem características ou não de um bom pagador. Com o Cadastro Positivo o mercado passou a ter mais visibilidade sobre essa população, o que faz o risco diminuir à medida em que as contas são pagas em dia, potencializando suas possibilidades de acesso a crédito.

PESSOAS DE BAIXA RENDA FORAM AS MAIS BENEFICIADAS COM O CADASTRO POSITIVO

Pessoas de todas as faixas de renda tiveram sua pontuação de crédito otimizada com o Cadastro Positivo, passando a marca de 500 pontos para cima, mas as que ganham até dois salários-mínimos foram as mais beneficiadas, pois 70% de toda a população incluída no mercado de crédito após o Cadastro Positivo se encontra nessa faixa. São 9,5 milhões de pessoas que passaram a ter acesso a crédito de qualidade. Em segundo lugar, a faixa acima de dois a três salários-mínimos registrou um incremento de 2,2 milhões de novos consumidores, o que representa um acréscimo de 21,4% das pessoas que estão neste grupo. Na faixa acima de três até cinco, 1,3 milhão de brasileiros passaram a ter seus scores acima de 500.

"O Cadastro Positivo é uma ferramenta importante para trazer mais equilíbrio ao cenário econômico, pois traz mais informação e, consequentemente, mais segurança para as empresas na tomada de decisão e mais oportunidade para o consumidor conseguir crédito que ele deseja, uma vez que possibilita que seja considerado na análise o histórico de pagamentos do consumidor, ou seja, suas contas pagas (em dia ou não) ao longo do tempo, e não só no momento da solicitação do



*em milhões
Fonte: Serasa Experian

crédito, trazendo uma visão mais ampla sobre o comportamento do consumidor em relação ao pagamento de suas dívidas", diz o economista-chefe da Serasa Experian, Luiz Rabi.

A INCLUSÃO DOS MAIS JOVENS AO MERCADO DE CRÉDITO

Os jovens de 18 a 24 anos foram os mais beneficiados com as informações do Cadastro Positivo, com um incremento de 2,7 milhões de pessoas com acesso ao crédito de qualidade. Em segundo lugar, a de 25 a 29 anos, com um aumento de 1,9 milhão de consumidores. Em terceiro a de 30 a 34, com 1,8 milhão de novos brasileiros e, em quarto, a de 35 a 39 com mais 1,7 milhão de consumidores.

NORTE FOI A REGIÃO MAIS BENEFICIADA

Das 13,5 milhões de pessoas que tiveram acesso ao crédito de qualidade, 6,0 milhões estão no Sudeste; 3,8 milhões no Nordeste; 1,5 milhão no Norte; 1,2 milhão no Centro-Oeste e 1,1 milhão no Sul. No entanto, quando olhamos a proporção de pessoas físicas que melhoraram sua classificação de risco de crédito com o ingresso no Cadastro Positivo, o maior aumento ocorreu na região Norte, com 7,9 pontos percentuais, o que significa 10,8% da população adulta. Em seguida a região Nordeste, com aumento de 6,6 pontos percentuais, representando 9,0% da população adulta.

Regiões	Antes do Positivo – Score acima de 500 (%)	Depois do Positivo – Score acima de 500 (%)	Aumento (p.p)
CO	35,2	41,8	6,6
NE	31,6	38,1	6,5
N	23,0	30,9	7,9
SE	38,2	44,5	6,3
S	43,4	46,8	3,4

Fonte: Serasa Experian

"Análises de crédito mais robustas e cada vez mais consistentes permitem a expansão do crédito ao mesmo tempo que previnem o superendividamento, beneficiando positivamente os consumidores que antes eram invisíveis ao mercado de crédito". As empresas que vendem a crédito e não tinham acesso a essas pessoas, agora podem ter uma análise mais eficaz do risco de inadimplência. O impacto disso na economia é gigante, pois quem não é inadimplente e paga as suas contas em dia, mas por falta de informação não consegue uma análise financeira, tem um score mais preciso à medida em que passamos a considerar as informações do Cadastro Positivo nas análises", explica Rabi.

METODOLOGIA

O Estudo foi realizado levando em comparação os anos de 2019 e 2020, tendo em consideração a mudança de opt-in (solicitar ativamente para fazer parte do cadastro) para o opt-out (ter de solicitar para sair) do sistema de Cadastro Positivo. Foi utilizada uma amostra de 1,2 milhão de consumidores de todas as regiões do país. Os resultados obtidos através da amostra foram extrapolados para a população brasileira considerando-se os dados da PNAD/IBGE.

Bolsa de Valores e expectativas para o segundo semestre de 2023

Paulo Caus Mesquita
Economista e head comercial da 3A Investimentos

Para quem acompanha o mercado de ações mais de longe, com pontuais observações sobre a performance do nosso principal índice de valor de mercado das empresas negociadas no Brasil, o Ibovespa, talvez se espante ao ver que a pontuação do índice estava na casa dos 118 mil pontos no final de junho. Principalmente se, porventura, o leitor chegou a ver os 97 mil pontos em março, pois desde este ponto até o patamar atual estamos falando de 20% de incremento, em 3 meses. Mas já? Qual o motivo dessa alta toda? E por que tão rápido?

Os juros no Brasil continuam altos, o desemprego voltou a crescer no primeiro trimestre do ano, os juros estão subindo nas principais economias do mundo. Enfim, não sobrariam motivos para os investidores permanecerem cautelosos. Some-se a isso o efeito dessa alta dos juros na tomada de decisão dos investidores, que vêm fazendo saques dos seus fundos de ações e migrando para ativos de renda fixa. Tal movimento força os gestores a vender suas posições aos preços que estiverem disponíveis, independente de acharem o ativo 'caro' ou 'barato' precisam vender para honrar o resgate solicitado.

O que tem acontecido é uma somatória de fatores que têm mudado as expectativas dos investidores sobre o futuro da nossa economia. E isso já foi suficiente para a primeira onda de valorização dos ativos.

Uma armadilha na qual os investidores podem cair repetidas vezes é esperar pelo "momento perfeito", que simplesmente não existe. A precificação de qualquer ação envolve a expectativa de retornos futuros por parte da empresa, e a medida leva em conta uma série de fatores, parte deles dependem da capacidade de execução da própria empresa e não tanto do cenário macroeconômico.

Porém, caso o cenário "macro" não esteja favorável, é bem difícil de vermos a disposição dos investidores de tomarem risco e com isso comprarem ações de quaisquer empresas, boas ou ruins.

Uma dúvida para muitos é: dentre as variáveis macroeconômicas existe alguma que seja mais determinante para o mercado de renda variável? A resposta é que existe, e o nome dela aqui no Brasil é SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, que é a nossa taxa básica de juros, que é utilizada para mensurar as outras taxas de juros do país. Existe inclusive uma máxima de mercado, uma espécie de regra de bolso: "juros para cima, bolsa pra baixo" e"juros para baixo, bolsa pra cima". Em diferentes contextos, já vimos essa história se repetir algumas vezes ao longo dos ciclos de alta e baixa dos nossos juros.

Porém, voltando ao início da nossa reflexão, a SELIC está firme e forte nos 13,75%. E mesmo com o cabo de guerra entre Governo e Banco Central, que vêm trocando duras farpas, os cortes no nosso juro ainda não começaram.

No entanto, tivemos alguns ganhos importantes que apontam um caminho de cortes nos juros ao longo dos próximos meses: a aprovação do texto do arcabouço fiscal trouxe uma ancoragem de expectativas em relação à incerteza que estava pairando sobre os gastos públicos e os dados de inflação locais (o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) vêm apresentando uma escalada de preços mais controlada, pois estes dois fatores combinados trouxeram para o mercado uma expectativa de que o início dos cortes de juros deverá ocorrer a partir do final deste ano.

Essa previsão muda a forma como diversos grandes alocadores de recursos se comportam em relação à

bolsa de valores no Brasil, sejam os gestores dos fundos de ações, fundos de pensão ou os investidores internacionais. Toda essa turma é famosa por entrar com o chamado "smart money", ou dinheiro inteligente numa tradução livre, pois são eles que normalmente pegam este primeiro movimento do mercado, talvez por serem justamente os agentes que estão equipados com equipes de análise micro e macroeconômicas revisando as expectativas a cada nova informação que vai à público.

Existem mercados onde se opera a expectativa dos juros futuros brasileiros, que indicam que enquanto no final do ano passado a expectativa dos juros se manteve relativamente estável na casa dos 13%, ao longo dos próximos 6 anos, hoje, estes mesmos mercados precificam uma SELIC média de aproximadamente 10,5% para o mesmo período. Esta reprecificação da expectativa dos juros aconteceu junto da subida recente do Ibovespa. Coincidência? Acredito que não.

Conforme já afirmado aqui, existe uma correlação negativa entre juros e bolsa, independentemente do contexto, sendo que essa máxima vem se confirmando sempre que o BACEN iniciou seus ciclos de corte ou de alta dos juros. Podemos citar aqui uma frase famosa de Mark Twain, escritor norte-americano, bastante utilizada na literatura de mercado financeiro: "A história não se repete, mas rima."

Como isso se traduz na forma de lidar com os seus investimentos? Bem, talvez fique mais claro a partir dessa percepção o porquê do mercado de renda variável ser considerado um mercado de risco. A hora mais 'correta' de comprar ações talvez seja quando o senso comum ainda indica que não é o momento mais propício. Normalmente, quando esperamos a melhor hora podemos acabar perdendo uma boa parte do movimento de alta.

Para extrair resultados interessantes nos seus investimentos em ações o seu comportamento precisa ser anticíclico, tomando risco quando a maioria não gostaria de tomar, e talvez inclusive quando o noticiário ainda aponta somente pessimismo no horizonte. Então, de forma inversa, quando for consenso que a bolsa é o cavalo da vez e todo mundo quiser participar da festa na renda variável, pode ser que esse seja o momento de realizar os ganhos.

Cuidado com o uso desregulado do parágrafo anterior como regra de bolso! Nenhuma queda da bolsa é tão grave que não possa ser seguida por outra(s). Vide o crash do mercado em março de 2020, no qual os circuit breakers, um mecanismo que impede a realização de toda e qualquer operação na bolsa de valores quando há um momento crítico no mercado de crise ou de temor, se acumularam ao longo de algumas semanas, com direito a mais de dois no mesmo dia. O segredo aqui é saber identificar quais são as luzes no fim do túnel, quais são os dados/informações que podem trazer uma esperança de melhoria de cenário e que sejam capazes de gerar uma virada nas expectativas. Por se tratar de algo subjetivo e que demanda um bom entendimento sobre o cenário, me pergunto se podemos chamar isso de segredo mesmo.

Uma leitura atenta ao cenário de forma constante pode ajudar a identificar as temáticas elencadas pelos investidores como sendo as mais importantes. Neste primeiro semestre de 2023, tivemos no palco central o arcabouço fiscal e os dados de inflação, com foco na possibilidade de ambos realizarem a inauguração de um novo ciclo de baixa da SELIC. Ao mesmo tempo que estar atento a estes temas é importante para tomada de decisão correta, a formação de expectativas em momento oportuno para encontrar pechinchas na bolsa demanda uma dose forte de personalidade. Isso porque quando o mercado está em baixa, o noticiário e o sentimento geral é de puro pessimismo.

Desta forma, a impressão geral dos investidores ao ver os primeiros movimentos de alta no mercado de ações é quase a mesma de se ver uma flor que nasce no concreto. É belo, mas está sendo gerada em meio a um ambiente muito hostil e árido. Cenários bem relacionados a este movimento se repetem a cada trimestre, durante a temporada de balanços. Quantos investidores iniciantes não se frustram ao ver que a ação de uma determinada empresa não subiu após reportar um dos maiores lucros da sua história? Bem, a explicação para isso não é difícil, e pode ser resumida em uma palavra: Expectativas.

A expectativa das casas de análise, gestoras, bancos e etc. moveram o preço do ativo até o patamar onde ela se encontra antes da divulgação dos resultados. Após o anúncio o que acontece é um ajuste do preço frente ao que foi realizado. Não é raro ver investidores iniciantes se frustrando com o comportamento de uma ação após a divulgação de um balanço.

As grandes oscilações repentinas, para cima ou para baixo, são fruto de divulgações de fatos relevantes que estavam sob sigilo absoluto, seguindo as regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM sobre a divulgação de fatos que podem ser determinantes para a precificação de empresas negociadas em bolsa. Ou então fruto de fatos externos às empresas que mudam de forma repentina a maneira com que os investidores percebem risco. Como exemplo podemos citar o 11 de Setembro, onde o atentado às Torres Gêmeas causou uma forte queda nas bolsas ao redor do mundo, pois a percepção de risco dos investidores mudou drasticamente (para pior) devido à ocorrência de um fato totalmente inesperado.

Alguns estudiosos do mercado financeiro chamam estes fatos imponderáveis que mudam o rumo das expectativas de uma hora pra outra de "Atos de Deus", traduzindo uma percepção de que são ocorrências totalmente inesperadas. Porém, esse conceito se aplica de forma literal quase que somente aos atos da Natureza, visto que qualquer evento onde existem seres humanos envolvidos está sujeito à ocorrência de alterações, incluindo o crime de insider trading, que é o uso de informações confidenciais capazes de oferecer para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiro, com valores mobiliários.

Quem já assistiu ao filme "Sequestro do Metrô 123" talvez se lembre do vilão (John Travolta) especulando a queda da bolsa de valores de Nova

York enquanto sequestrava um dos metrôs da cidade.

No entanto, o ponto aqui é justamente refutar a ideia de que precisamos de uma bola de cristal para tomarmos boas decisões nos investimentos em renda variável. De forma oposta, o mais importante para isso é uma boa leitura do presente, buscando se esquivar dos vieses que podem nos tornar muito pessimistas na hora de ser otimista ou mesmo, o contrário. Inclusive, o investidor médio normalmente não tem identificação com os mercados de renda variável justamente por comprar ativos "caros" no momento onde a confiança parece óbvia e por amargar perdas nestas mesmas posições vendendo "ações baratas", por não acreditar que existe um horizonte positivo.

Após a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciar a pandemia de COVID-19, no dia 11 de março de 2020, as bolsas pelo mundo inteiro entraram numa espiral de fortes quedas que não pareciam ter fim, ou que ocorreria uma recuperação tão cedo. Porém, o Ibovespa teve seu pior fechamento no dia 23/03/2020, e apresentou forte valorização a partir deste ponto. Sendo que,12 dias após o anúncio da OMS não havia nenhuma vacina disponível (as primeiras vacinações contra a COVID-19 no mundo aconteceram em meados de dezembro de 2020), mas os anúncios de pacotes de resgate da economia de bilhares de dólares ao redor do mundo foram suficientes para os investidores começarem a fazer contas e perceber que talvez os preços já haviam caído demais. Bastou o surgimento de uma fonte de esperança, e não uma erradicação completa do vírus, para as bolsas ao redor do mundo voltarem a subir novamente.

O entendimento sobre a mecânica do mercado em relação às expectativas é que pode tornar a tomada de decisões mais inteligente e realizar o ajuste necessário no seu timing nos seus investimentos. E agora? O que vemos pela frente? Para o segundo semestre de 2023, a reforma tributária já tem aparecido no discurso dos grandes alocadores como algo a ficar de olho, assim como a trajetória de subida dos juros dos Bancos Centrais Americano e Europeu.

O foco agora talvez seja um pouco diferente do início do ano por um detalhe somente: a busca agora não é por um ponto de inflexão, mas talvez por possíveis fatos ou acontecimentos que podem estragar a festa para os ativos de risco brasileiros.

Cobrança indevida de tarifas pelos bancos: especialistas explicam como agir

A popularização da internet trouxe de volta um assunto que já estava consolidado juridicamente: os bancos não podem cobrar tarifas de pessoas físicas por oferecerem serviços considerados essenciais. De acordo com a Resolução 3.919 do Banco Central (BC), toda instituição bancária deve oferecer serviços de conta corrente ou poupança gratuitos para pessoas físicas realizarem saques e transferências, por exemplo. Segundo o BC, quando há cobrança indevida, é possível conseguir o dinheiro de volta.

Para o professor Enki Della Santa Pimenta, que atua como advogado na área de direito do consumidor, o cliente do banco deve verificar junto à instituição financeira o contrato que foi celebrado durante o processo de abertura da conta. "Neste contrato provavelmente constarão os serviços que o banco está cobrando e, caso a cobrança esteja sendo de forma indevida, o consumidor poderá reivindicar a restituição em dobro", esclareceu.

"Conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, a instituição deverá ser condenada a restituir o dobro, embora isso dependerá da análise contratual e dos serviços que foram utilizados", observou o especialista. Pimenta acrescenta que, após essa análise, "tem como fazer uma precificação da indenização, para cada qual que tenha sido cobrado por serviços os quais deveriam ter sido prestados de forma gratuita".

EFETIVIDADE

Outro profissional da área, o contador Robson Britto, que é especializado em cálculos judiciais e atuariais do Escritório "S.O.S. Cálculos", também destacou a importância de o cliente ficar alerta com o contrato firmado com a instituição financeira, onde deverão constar os serviços gratuitos. "Além do contrato, o banco tem que postar, no site da instituição, a tabela de tarifas", informou.

"Então, cabe ressarcimento primeiro das tarifas que são gratuitas, e são cobradas indevidamente, e aquelas que são cobradas que não tenham esses pré-requisitos observados pelo agente financeiro", destacou. "E aí nós temos duas possibilidades de reaver essas tarifas. Primeiro, a própria reclamação ao agente financeiro, a reclamação ao Banco Central que, pela quantidade de reclamações e pelo que se vê nos próprios processos do Judiciário, não tem a efetividade de solução imediata dos casos", lamentou.

RESOLUÇÃO DO BC

As normas determinadas pela Resolução 3.919 do Banco Central tratam sobre a cobrança de vários serviços prestados pelas instituições financeiras. Além dos que são caracterizados como essenciais e que têm a cobrança de tarifa vedada (veja mais abaixo), verifique quais são os principais serviços tratados na resolução:

Serviços prioritários – aqueles relacionados a contas de depósitos, transferências de recursos, operações de crédito e de arrendamento mercantil;

Serviços especiais – aqueles cuja legislação e regulamentação específicas definem as tarifas e as condições em que são aplicáveis, tais como os serviços referentes ao crédito rural, ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao FGTS, por exemplo;

Serviços diferenciados – aqueles relativos a abono de assinatura; aditamento de contratos; administra-

ção de fundos de investimento; aluguel de cofre; aval e fiança; avaliação, reavaliação e substituição de bens recebidos em garantia; câmbio; carga e recarga de cartão pré-pago, conforme definição dada pela regulamentação vigente, cobrada do titular do contrato; cartão de crédito diferenciado; certificado digital, entre outros.

A resolução também define que a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras deve estar "prevista em contrato" ou ter sido previamente autorizada ou solicitada pelo cliente ou usuário.

COBRANÇAS VEDADAS

Segundo a Resolução 3.919, mais de dez serviços são caracterizados como essenciais e os bancos estão proibidos de cobrar tarifa por eles:

- *Fornecimento de cartão com função débito;*
- *Fornecimento de segunda via do cartão de débito, exceto nos casos em que a solicitação seja por motivo de perda, roubo, furto, danificação ou outros motivos que não sejam de responsabilidade da instituição;*
- *Realização de até quatro saques, por mês, inclusive por meio de cheque ou de cheque avulso;*
- *Realização de até duas transferências de recursos por mês entre contas na própria instituição;*
- *Fornecimento de até dois extratos por mês, contendo a movimentação dos últimos 30 dias;*
- *Realização de consultas na internet;*
- *Fornecimento de um extrato consolidado, oferecido anualmente, no qual indique os valores cobrados em tarifas, juros, encargos moratórios, multas e demais despesas incidentes sobre operações de crédito e arrendamento mercantil;*
- *Compensação de cheques;*
- *Fornecimento de até dez folhas de cheques por mês, desde que o correntista tenha os requisitos necessários para a utilização;*
- *Prestação de qualquer serviço por meios eletrônicos, no caso de contas que só podem ser utilizadas exclusivamente por esses meios.*

SERVIÇOS GRATUITOS PARA POUPANÇA

- *Fornecimento de cartão com função movimentação;*
- *Fornecimento de segunda via do cartão, exceto nos casos em que a solicitação seja por motivo de perda, roubo, furto, danificação ou outros motivos que não sejam de responsabilidade da instituição;*
- *Realização de até dois saques por mês;*
- *Realização de até duas transferências por mês para conta de depósitos de mesma titularidade;*
- *Fornecimento de até dois extratos por mês contendo a movimentação dos últimos 30 dias;*
- *Realização de consultas na internet;*
- *Fornecimento de um extrato consolidado, oferecido anualmente, no qual indique os valores cobrados em tarifas, juros, encargos moratórios, multas e demais despesas incidentes sobre operações de crédito e arrendamento mercantil;*
- *Prestação de qualquer serviço por meios eletrônicos, no caso de contas que só podem ser utilizadas exclusivamente por esses meios.*

Cabe observar que o uso desses serviços além dos limites estabelecidos pelo Banco Central pode ser cobrado pelos bancos.

Fonte: José Roberto Azambuja – Brasil 61 – 02.07.21

Mercado global de luxo acelera após recorde em 2022 e se prepara para novo crescimento

O estudo sobre o mercado de luxo, feito pela Bain & Company e Altagamma, mostra que o mercado de bens pessoais de luxo deve crescer de 5 a 12% em 2023 após um ano de recorde em 2022, mesmo com a instabilidade econômica
É provável que o mercado atinja entre € 530-570 bilhões até 2030 - mais que o dobro do que representava em 2020
As compras de luxo nos EUA estão desacelerando por conta das incertezas econômicas, enquanto a Europa está em alta graças ao turismo (embora isso possa mudar no segundo semestre de 2023)
As categorias de melhor desempenho incluem relógios e joias, uma vez que os clientes procuram comprar "menos, porém melhor"
Os principais desafios no médio prazo estão ligados às pressões regulatórias de ESG, ao impacto da inteligência artificial generativa e das novas tecnologias em todas as etapas da cadeia de valor

O mercado de bens pessoais de luxo registrou um ano recorde em 2022, atingindo um valor de mercado de € 345 bilhões, apesar das tensões geopolíticas e do cenário de incerteza na macroeconomia. Esse ímpeto persistiu no primeiro trimestre de 2023, alcançando um crescimento de 9% a 11% em relação a 2022. No entanto, permanecem algumas diferenças entre os países. Essas são algumas das conclusões do estudo global de mercado de bens de luxo da Bain & Company, realizado na primavera de 2023 no hemisfério norte e apresentado à Altagamma, associação italiana de fabricantes de artigos de luxo.

O estudo da Bain atribui o crescimento no primeiro trimestre de 2023 a uma série de fatores, como a diminuição gradual da hiperinflação, a recuperação da confiança dos consumidores europeus, a reabertura de mercado na China e a eliminação de suas restrições de política zero Covid antes das compras para o Ano Novo local, além do bom momento econômico do Japão e do Sudeste Asiático, impulsionado pelo turismo na região. No entanto, este cenário varia entre os países. É esperada uma desaceleração nos Estados Unidos devido à

cautela dos consumidores diante de uma possível recessão.

"A indústria do luxo está passando por uma nova fase depois do crescimento pós-pandemia, com novos indicadores de resiliência, estabelecendo quem ganha e quem perde", disse Claudia D'Arpizio, sócia da Bain & Company e líder da prática Global Luxury Goods and Fashion da Bain. "As marcas que desejam ter sucesso precisam estar focadas de forma holística nos consumidores; equilibrar sua exposição em cada região; oferecer propostas de alto valor com a entrada de novos clientes e promover experiências em escala, além de impulsionar peças icônicas, atemporais e atrativas", complementa a executiva.

PERSPECTIVAS REGIONAIS: OS EUA DESACELERAM ENQUANTO A EUROPA SOBE E A ÁSIA SE REORGANIZA

Apesar de manter uma reserva de US$ 900 bilhões em suas economias, os consumidores dos Estados Unidos estão evitando gastar por conta das incertezas econômicas e do fim dos auxílios financeiros relacionados à pandemia. Os principais clientes norte-americanos estão transferindo parte de seus gastos para o exterior, à medida que as diferenças de preços aumentam e os consumidores mais ambiciosos estão gastando menos. Nesse contexto, estão concentrando suas compras em peças marcantes em todas as categorias, como em roupas formais e de ocasiões especiais. Em paralelo, ocorre um reequilíbrio do mapa do luxo: os mercados "gigantes", como Nova York e Califórnia, estão retornando, enquanto destinos de férias, como Havaí e Las Vegas, se recuperam, mas ainda distantes dos picos de resultados atingidos em 2019.

A Europa começou o ano forte, com um desempenho sustentado no primeiro trimestre, especialmente devido aos grandes consumidores. No entanto, o continente aguarda a "hora da verdade" que testará sua resiliência no próximo verão, quando acaba o período ideal para compras de luxo – a grande quantidade de turistas dos EUA e do Oriente Médio na primeira metade do ano não deve ser observada agora. Nos últimos meses, os europeus contaram com o retorno dos primeiros turistas chineses, cenário que deve se tornar mais consistente no final do ano.

A China continental, que registrou crescimento no primeiro trimestre, deve subir novamente este ano, com algumas marcas retornando aos níveis de 2021. Enquanto isso, o mercado asiático vive uma fase de reorganização. Hong Kong e Macau registraram uma forte aceleração, sendo os principais destinos do turismo chinês desde a reabertura do país e contando com a contribuição das políticas governamentais das regiões (~€ 5 bilhões em valor de mercado em 2022). O Sudeste Asiático seguiu com seu caminho de crescimento, sustentado por um influxo de gastos russos com turismo, a chegada dos primeiros consumidores chineses e um forte interesse por jóias e relógios (~€ 12 bilhões em valor de mercado em 2022). A Coreia do Sul, por outro lado, está desacelerando, com um reequilíbrio dos gastos da população em compras no exterior e o incremento do turismo, devido ao ingresso do Sudeste Asiático e de uma presença discreta dos consumidores chineses até o momento (~ € 21 bilhões em valor de mercado em 2022). O Japão é a estrela em ascensão neste cenário. Os clientes locais estão mantendo seus gastos e o crescimento vem de turistas que estão ansiosos pelos acessórios best-sellers, além dos primeiros sinais de aparição dos consumidores chineses (~ € 24 bilhões em valor de mercado em 2022).

OS PRINCIPAIS CLIENTES CONTINUAM COM APETITE EM TODAS AS CATEGORIAS

O estudo apresenta uma categoria de "busca por elevação", impulsionada por peças icônicas e superluxuosas, com clientes que procuram comprar "menos, porém melhor". As categorias de melhor desempenho incluem relógios (modelos emblemáticos de algumas marcas gigantes que impulsionam o crescimento) - e joias, com peças super luxuosas. As bolsas icônicas continuam a impulsionar os gastos, pois são cada vez mais percebidas como ativos valiosos. Os sapatos estão crescendo na Ásia, enquanto desaceleram no mundo ocidental, indo além dos tênis. Em beleza, o estudo mostra crescimento em fragrâncias, impulsionado por ofertas de nicho e recuperação de duty-free, enquanto maquiagem e cuidados com a pele mantêm trajetórias positivas.

Com relação aos canais, a busca por experiências e o turismo estão voltando a brilhar, conquistando outros territórios de luxo. Após muita espera, o turismo está finalmente se recuperando, graças ao dinamismo do Sudeste Asiático e do Japão. A categoria "monomarca" continuou seu sólido crescimento a partir de 2022, alimentada por um apetite contínuo por experiências em lojas e mudanças nos fluxos de consumo. O varejo direto também permanece em um caminho de crescimento sólido, cada vez mais impulsionado pelo surgimento de consumidores acostumados com a tecnologia e vendas habilitadas para omnichannel 3.0.

OLHAR PARA O FUTURO: EXPECTATIVAS PARA 2023 E ALÉM

O mercado de luxo deve crescer entre € 360 e € 380 bilhões em 2023, acima dos € 345 bilhões registrados em 2022. A análise da Bain e da Altagamma estabelece dois cenários:

Um cenário positivo, que mostra um caminho de crescimento sólido em 2023, impulsionado pela recuperação da China e pelo crescimento sustentado da Europa e das Américas

(ainda que estabilizado), com crescimento de vendas no mercado de bens pessoais de luxo projetado entre 9 e 12% com relação ao ano de 2022.

Um cenário realista, que mostra o crescimento geral impactado de forma mais severa por uma desaceleração em mercados consolidados, o que pode influenciar negativamente os gastos dos clientes de luxo, assim como em uma recuperação mais lenta na China. Neste cenário, o crescimento das vendas no mercado de bens pessoais de luxo deverá situar-se entre 5 e 8%, quando comparado com o ano de 2022.

Olhando para 2030, é provável que o mercado de bens pessoais de luxo tenha um crescimento impulsionado por uma solidez de mercado, aumentando seu valor para algo entre € 530 e € 570 bilhões - cerca de 2,5 vezes o tamanho registrado em 2020.

PRINCIPAIS DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Em resposta às pressões regulatórias por políticas de ESG, as marcas de luxo verão, nos próximos três anos, um foco urgente na descarbonização da cadeia de valor (conhecida como emissões de escopo 3) com a exigência de que crescimento esperado dos negócios esteja dissociado do aumento absoluto das emissões.

A inteligência artificial generativa irá impactar todas as etapas da cadeia de valor do mercado de luxo, desde as operações de distribuição às de criação (ainda que apenas parcialmente), revolucionando a praticidade dos negócios em todas as funções. Como vimos com os canais digitais, os líderes de amanhã serão aqueles capazes de ficar à frente e criar uma vantagem competitiva por meio de novas tecnologias.

"O luxo está entrando na era do 'literalmente eu', marcada pelo desejo de se mostrar além de itens pu-

ramente aspiracionais, valorizando a exclusividade sobre o status", disse Federica Levato, sócia da Bain & Company e líder da prática de artigos de luxo e moda EMEA da empresa. "Enquanto isso, peças icônicas e atemporais permanecem cobiçadas por conta de sua escassez e valorização contínua. Isso significa que muitas peças recém-chegadas ao Mercado estão tendo um desempenho superior, mas estão competindo em um mundo de gigantes, que também estão tendo muito sucesso. Para permanecerem relevantes no longo prazo, as marcas precisarão continuar a canalizar uma mentalidade insurgente, valorizando os produtos bem sucedidos e as visões de seus fundadores ao mesmo tempo em que se preparam para sustentar o crescimento de longo prazo, em linha com os fundamentos do negócio".

A Bain & Company é uma consultoria global que auxilia empresas e organizações a promover mudanças que definam o futuro dos negócios. Com 65 escritórios em 40 países, trabalha em conjunto com os seus clientes como um único time, com o propósito compartilhado de obter resultados extraordinários, superar a concorrência e redefinir indústrias. A Bain atua há 25 anos na América do Sul, trabalhando fortemente em conjunto com as maiores companhias, líderes de seus segmentos.

Com o compromisso de investir mais de US$ 1 bilhão em serviços pro bono em dez anos, usa o seu talento, conhecimento especializado e percepção em prol de organizações que enfrentam atualmente os desafios urgentes relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, meio ambiente, equidade racial e justiça social.

A Bain & Company recebeu a classificação de platinum da EcoVadis, plataforma líder em classificações de desempenho ambiental, social e ético para cadeias de suprimentos globais, o que a posiciona entre o 1% de todas as melhores empresas. Em 2023, passou a integrar a lista do Linkedin Top Companies Brasil, que reúne as 25 melhores empresas para desenvolver carreiras no país.

A marca que está na mesa de todos, também não sai da cabeça.

Vilma Alimentos: vencedora do **Top of Mind Marcas de Sucesso** | MG.

Estamos na mesa, no coração e também na mente dos mineiros. É com muito orgulho que anunciamos mais uma conquista. A Vilma Alimentos é Top of Mind - Marcas de Sucesso, nas categorias: Massas - Excelência (BH) e Massas - Liderança (Interior MG).

Agradecemos a você, consumidor, por toda confiança e carinho. Este reconhecimento acontece graças ao resultado da nossa tradição, qualidade e inovação. Uma união que apenas a Vilma, uma das maiores empresas alimentícias do país, poderia proporcionar.

Vilma

ALIMENTOS

AngloGold Ashanti anuncia chegada de Marcelo Pereira, novo vice-presidente sênior América Latina

Executivo tem histórico de 26 anos no setor, com forte experiência em projetos, operações e manutenção

A AngloGold Ashanti recebeu no dia17/07, seu novo vice-presidente sênior América Latina, Marcelo Pereira da Silva. O executivo chega à companhia com uma sólida carreira construída na mineração: são 26 anos no setor e forte atuação internacional em projetos, operações e manutenção. Sua experiência foi adquirida em grandes operações subterrâneas e a céu aberto no Brasil, EUA, Canadá, Peru e Chile, na produção de ouro, prata, cobre, zinco, chumbo, estanho, tântalo e nióbio.

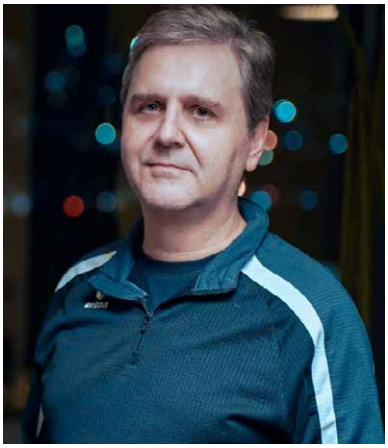
Marcelo Pereira possui sólida carreira na mineração

O executivo ficará baseado em Nova Lima (MG), com responsabilidade sobre as operações Brasil e Argentina. Marcelo assume o posto com a missão de seguir a estratégia de criação de valor de longo prazo, melhorando a qualidade do portfólio da produtora de ouro, que tem segurança e sustentabilidade entre seus valores corporativos.

Sua passagem mais recente foi na mineradora Vale, onde o executivo ocupou o cargo de diretor de Operações do Complexo Paraopeba, em Minas Gerais. Marcelo também passou por outras empresas do setor, como a Taboca Mineração e a Kinross Gold Corporation, onde atuou por 8 anos em várias funções, incluindo a de diretor de Operações e Manutenção na Kinross Brasil, bem como gerente corporativo sênior de Excelência Operacional na sede da Kinross, em Toronto, no Canadá.

Total Express anuncia novo Diretor Financeiro

Fernando Peternella de Souza acaba de assumir a Diretoria Financeira da Total Express, empresa líder de logística integrada. Com passagens por empresas como Portonave S/A, Hamburg Sud Group, Maersk Group, Sky Brasil e Thomson Corporation, o executivo irá gerir, além dos processos fiscais, tributários e contábeis da Total Express, a relação da empresa com investidores. A integração de Peternella no quadro de diretores está alinhada às ações e investimentos que a companhia tem realizado na expansão das operações no ano em que celebra três décadas de história.


Fernando Peternella de Souza, Diretor Financeiro da Total Express

Atuando no ramo de logística há quase 30 anos, a Total Express possui uma alta capacidade de entregas em 100% do território nacional, trabalhando com opções rápidas e otimizadas de entrega e retirada de produtos, a empresa possui uma estrutura robusta com mais de 16 HUBs com malhas regionais e mais de 120 bases last mile espalhados pelo país, sendo os dois maiores da empresa localizados em Jundiaí (SP) e Barueri (matriz da companhia), região metropolitana de São Paulo. Com muitas soluções e inteligência embarcadas na operação, a Total Express possui capacidade de processar mais de 1 milhão de volumes por dia.

Seguro de vida: como escolher a melhor opção

As diferentes coberturas disponíveis para escolher a melhor opção

Ninguém quer pensar sobre o dia em que vai morrer. É um assunto difícil, mas necessário. Um seguro de vida pode ser uma forma de proteger as pessoas que você ama nesse momento doloroso, e garantir segurança financeira a elas.

A escolha de uma apólice, no entanto, não é simples. É necessário ler o contrato cuidadosamente e considerar todas as cláusulas. Afinal, o contratante precisa saber o que está em jogo para que os beneficiários não tenham surpresas no futuro.

Entenda como funciona um seguro de vida, o que é importante considerar ao contratar esse serviço e como ele pode proteger a sua família.

O QUE É SEGURO DE VIDA?

Seguro de vida é um serviço com o objetivo de proteger financeiramente os beneficiários do segurado e, em alguns casos, o próprio segurado.

Na modalidade mais básica, a seguradora fica responsável por pagar uma quantia para os beneficiários caso o contratante morra por morte natural ou acidental.

Há também outras garantias voltadas a casos específicos, como internações hospitalares, assistência funeral e doenças graves. Alguns seguros de vida mais completos ainda contam com quitação de dívidas e despesas educacionais.

É preciso ler as cláusulas do contrato com calma, para garantir a melhor escolha e amparar as pessoas que dependem de você.

Afinal, com o valor da apólice, os beneficiários poderão pagar as contas e seguir com o padrão de vida até que consigam organizar suas finanças novamente.

O seguro de vida funciona como um instrumento de proteção social, já que protege o padrão de vida de quem perdeu algum ente de quem dependia financeiramente e também do próprio segurado, quando ele sofre algum tipo de invalidez, por exemplo.

O QUE COBRE UM SEGURO DE VIDA?

A cobertura básica de um seguro de vida garante a proteção dos beneficiários em caso de morte do segurado, e pode incluir ou não o fator acidental.

Nesse caso, é importante conhecer as exceções do serviço, ou seja, os cenários não previstos pelo seguro, já que alguns contratos podem não incluir casos específicos, como morte por desastres ambientais ou por manuseio de materiais nucleares.

Além da assistência financeira em caso de morte, há outras coberturas complementares que podem ser agregadas ao contrato.

QUAIS SÃO AS COBERTURAS COMPLEMENTARES DE UM SEGURO DE VIDA?

Um dos complementos mais comuns é a cobertura por invalidez, que garante indenização em vida, no caso

de doenças ou acidentes que provoquem perda parcial ou total dos movimentos, ou ainda que afete o funcionamento dos órgãos.

Também é possível realizar um seguro com cobertura para doenças graves, especialmente indicado para quem possui histórico familiar de doenças sérias e genéticas.

Por fim, há a cobertura por internação hospitalar por acidente ou evento cirúrgico, que cobre aqueles que buscam proteção em caso de acidente ou de cirurgia que resulte em uma internação hospitalar.

QUAIS SÃO OS BENEFÍCIOS DE UM SEGURO DE VIDA?

O seguro de vida apresenta diversos benefícios, que podem ser bastante úteis no caso de morte de alguém responsável financeiramente por outras pessoas. Confira alguns deles:

ESCOLHA DOS BENEFICIÁRIOS E DO CAPITAL SEGURADO

Diferentemente da herança, no seguro de vida é possível escolher quem são os beneficiários.

Você pode incluir filhos, cônjuges, pais, amigos ou até vizinhos. Pessoas que você quer proteger com suporte financeiro em caso de morte.

COBERTURA DAS DESPESAS COM O FUNERAL

Preparar um funeral não é nada fácil. Além de tomar decisões como a escolha do caixão, organizar o velório e o sepultamento e decidir pela coroa de flores e o transporte do corpo, ainda tem o luto.

Esses serviços não costumam ser baratos e, em momentos de vulnerabilidade, lidar com preços e orçamento pode ser um desafio desgastante. Nesse sentido, a cobertura das despesas com o funeral pode fazer toda a diferença.

O contrato pode abranger a assistência funeral, no qual tudo é organizado pela seguradora, respeitando as preferências da família. Ou o auxílio funeral, com reembolso dos custos referentes ao funeral, limitado ao valor contratado no seguro. Nesse caso, é necessário guardar todas as notas fiscais e não há assistência em relação aos trâmites do velório.

SEM INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA

O valor pago pelo segurado não precisa ser declarado no Imposto de Renda.

O que precisa constar são as eventuais indenizações, mesmo que elas estejam isentas do imposto.

Na hora de declarar o seu Imposto de Renda, para incluí-las é só acessar a ficha "Rendimentos Isentos e não Tributáveis", e dirigir-se à linha 03 – Capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado.

COMO ESCOLHER UM SEGURO DE VIDA?

Para escolher o melhor seguro de vida, é necessário, em primeiro lugar, entender quais são as suas necessidades. Em alguns casos, é preciso incluir no contrato alguma especificidade que deseja cobrir com o serviço.

Por isso, é importante ler a apólice e entender a cobertura oferecida, de acordo com o que você deseja.

Os planos de vida mais baratos podem significar também menor proteção. Por isso, compare preços apenas entre coberturas iguais ou bastante semelhantes. Já que diferentes benefícios também podem apresentar diferentes preços.

Alguns seguros permitem alterar coberturas. Assim, você pode aumentar o nível de proteção dos segurados no futuro, caso deseje.

A Revista PROTESTE de junho traz um teste com as principais 13 companhias de seguro do país. Foram 122 apólices avaliadas em três cenários com três perfis e três valores de capital segurado: R$ 50 mil, R$ 75 mil e R$ 100 mil.

Companhia aérea terá que indenizar passageiro por cancelamento de viagem

Voo foi suspenso por conta de protestos em Santiago, no Chile

A 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou provimento a um recurso interposto por uma companhia aérea contra decisão tomada por juiz da Comarca de Belo Horizonte, para que a empresa pague a um de seus passageiros uma indenização de R$ 1.965 por danos materiais e R$ 15 mil por danos morais, por conta do cancelamento de um voo. A companhia também deverá arcar com as custas processuais e os honorários, no valor de 17% da condenação.

O consumidor adquiriu uma passagem de ida e volta para a cidade de Cuzco (Peru), em outubro de 2019, com saída de Belo Horizonte e volta no final do mês com escala em Santiago (Chile) e aeroporto de Guarulhos (São Paulo). Ao tentar voltar ao Brasil, o passageiro teve problemas, pois a escala em Santiago foi inesperadamente cancelada pela empresa aérea por conta de protestos políticos que ocorriam na cidade.

Segundo o homem, a empresa não prestou a devida assistência e ele teve que adquirir uma nova passagem, por outra companhia aérea, para que pudesse voltar ao país, assim como perdeu alguns dias por conta do imprevisto.

Segundo o relator, desembargador Marcos Lincoln, "com efeito, quando o transportador se compromete a observar horários e percursos, ainda que em contratação puramente verbal, não poderá descumpri-los, sob pena de ter que indenizar as perdas e danos suportados pelo usuário-contratante. O respeito aos horários estabelecidos e ao itinerário previsto é obrigação de qualquer contrato de transporte, seja ele de veículos ou aeronaves fretados, ou não. Ademais, importante registrar que, independentemente do motivo do cancelamento do voo, a cia aérea tem o dever de prestar a devida informação e assistência aos consumidores prejudicados", disse.

O magistrado ainda acrescentou em seu relato quais os problemas causados que justificam os danos morais. "E, na espécie, os documentos que instruíram a inicial demonstram que o autor-apelado ficou desamparado sem a devida assistência e teve que adquirir outra passagem aérea para retornar ao Brasil, tendo a ré agido com total descaso. Portanto, o cancelamento do voo provocou transtornos que excederam o mero dissabor ou contrariedade, importando em dano moral indenizável, tendo a indenização caráter mais punitivo do que compensatório".

As desembargadoras Mônica Libânio Rocha Bretas e Shirley Fenzi Bertão votaram de acordo com o relator.

Fonte: Diretoria Executiva de Comunicação – Dircom/ Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG

Nove em cada dez passageiros brasileiros de companhias aéreas desconhecem seus direitos

Lançado gratuitamente Guia dos direitos do passageiro aéreo 2023 com as mais recentes regulamentações do setor no Brasil e no mundo

A AirHelp, líder mundial na defesa dos direitos dos passageiros de companhias aéreas e que já ajudou 1,5 milhão de pessoas a receberem indenizações, acaba de lançar gratuitamente o Guia dos direitos do passageiro aéreo 2023. O novo manual pretende levar mais informações aos passageiros transportados por companhias aéreas. Pesquisa divulgada pela AirHelp em 2019 revelou que nove em cada dez passageiros brasileiros informaram desconhecer seus direitos. Com o lançamento do guia, mais pessoas saberão como proceder em casos de atrasos, cancelamentos de voos, embarque negado, perda de conexões ou extravio de bagagens. O material é simples, didático e prático, trazendo as mais recentes regulamentações do setor no Brasil e em outros países.

"Em muitos casos os passageiros não sabem que têm direito a um voo alternativo, devolução do dinheiro, alimentação e acomodações. É claro que tudo isso é avaliado individualmente e depende da norma de cada país como também a origem e destino dos voos. Isso pode gerar dúvidas entre os passageiros e o nosso guia tem essa função, de esclarecer e ajudar o passageiro a ter o maior volume possível de informações acerca de seus direitos", explica Luciano Barreto, diretor-geral da AirHelp no Brasil.

O primeiro passo em caso de atraso ou cancelamento do voo, independentemente do lugar, é recolher informações e guardar o cartão de embarque e todos os documentos da viagem. O passageiro deve guardar cópias de todas as informações da companhia aérea sobre o problema, recibos de itens que tenha comprado por causa da situação e o horário de chegada ao seu destino.

Caso tenha optado por recusar o voo alternativo oferecido pela companhia, o passageiro tem direito a reembolso completo da passagem e de gastos decorrentes do atraso ou cancelamento, como alimentação, acomodação ou substituição de bagagem perdida.

DIREITOS PELO MUNDO

Em geral, as regras descritas no Guia para cada região (Brasil, União Europeia, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos) se aplicam aos voos partindo dos locais ou que circulam em seus territórios, com algumas exceções. Além disso, a Convenção de Montreal, de 1999, determina que os voos entre os 130 países signatários também estão cobertos pelas regras, como bilhetes continuarem válidos após o overbooking e os valores de indenização de US$ 7 mil para atrasos e cancelamentos e US$ 1,7 mil para problemas de bagagem.

GREVES DE COMPANHIAS AÉREAS

Os passageiros também têm direito a receber assistência das companhias aéreas em casos de greves de

pilotos, tripulantes de cabine, engenheiros de voo e funcionários. Já em situações de manifestações ou paralisações de seguranças em aeroportos ou fronteiras, carregadores de bagagem, controladores de tráfego aéreo e grupos políticos, as companhias aéreas estão isentas de prestar auxílio aos passageiros.

DIREITOS RELACIONADOS À BAGAGEM

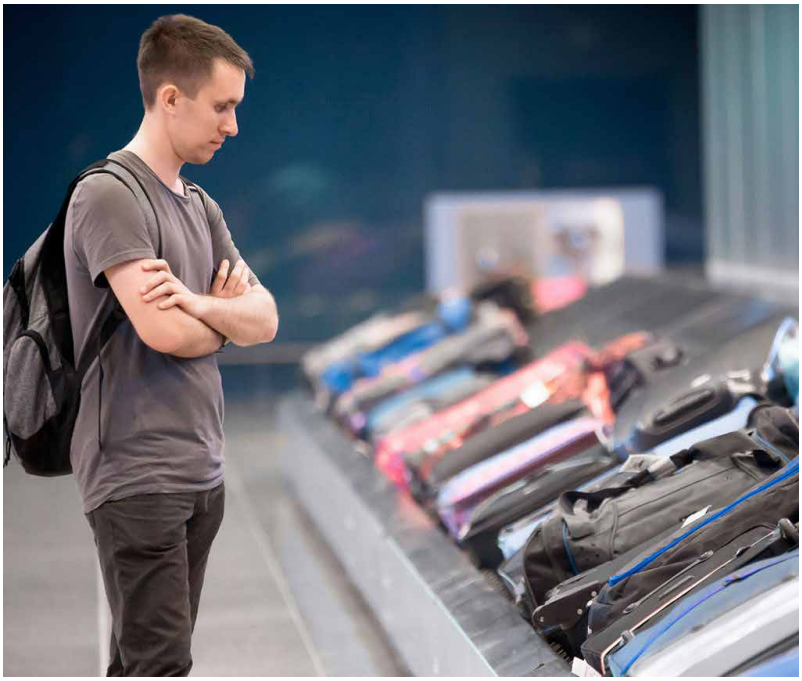
Bagagens danificadas, atrasadas ou perdidas geram diversos transtornos para viagens de lazer ou de negócios. Há três casos mais comuns que podem gerar indenização para passageiros:

- ***Bagagem danificada: a indenização serve para custos de reparação ou reposição de itens danificados e deve ser solicitada em até 7 dias;***
- ***Bagagem atrasada: o passageiro deve ser indenizado para cobrir custo dos itens substituídos. O pedido deve ser feito até 21 dias depois do recebimento da bagagem;***
- ***Bagagem perdida: a indenização deve cobrir o custo dos itens perdidos e deve ser solicitada em até 2 anos após a perda.***

INDENIZAÇÃO OU REEMBOLSO?

Para pleitear direitos, é importante entender a diferença entre o reembolso, quando a companhia não pode realizar o voo por cancelamento ou reagendamento e o passageiro opta por não utilizar um voo alternativo. Este pedido pode ser feito diretamente com a companhia.

Já a indenização se aplica a uma reparação a ser paga pela companhia aérea por causa de inconvenientes



causados por atraso, cancelamento ou problemas com bagagem. Os valores mudam de acordo com a região. Na Europa, por exemplo, as indenizações têm um teto de € 600, enquanto no Brasil a decisão é do tribunal.

LEIS DE PASSAGEIROS NO BRASIL

Quem voa no Brasil está amparado pelo Código de Defesa do Consumidor e pela legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que são os instrumentos jurídicos mais relevantes para o passageiro. Essas leis definem claramente as responsabilidades das companhias aéreas para com seus passageiros sempre que houver problemas de voo.

A legislação brasileira abrange voos domésticos dentro do Brasil, voos internacionais com partida ou chegada em aeroportos brasileiros, bem como voos com conexão em um aeroporto brasileiro.

A legislação brasileira protege os passageiros, desde que seus voos atendam aos 4 critérios a seguir:

- ***O voo pousou ou decolou em um aeroporto brasileiro***
- ***O voo foi cancelado com aviso tardio, o voo estava com mais de 3 horas de atraso ou estava com overbook***
- ***Os passageiros não foram atendidos adequadamente pela companhia aérea***
- ***O problema ocorreu nos últimos 5 anos (2 anos para voos internacionais)***

AirHelp é a maior empresa mundial especializada em direitos de passageiros aéreos, ajudando os viajantes a negociar indenizações por voos atrasados ou cancelados e em casos de recusa de embarque. A empresa também toma medidas legais e políticas para apoiar o crescimento e a aplicação dos direitos dos passageiros aéreos em todo o mundo. AirHelp já ajudou 1,5 milhão de pessoas a receber indenização e está disponível em todo o mundo e oferece suporte em 18 idiomas.

Brasil conta com mais de 40 milhões de imóveis sem escritura pública

Falta do documento, que hoje pode ser feito de forma online, pode levar a multa e até a perda da propriedade. Saiba como regularizar

Levantamento realizado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional apontou que 60% dos imóveis do Brasil apresentam algum tipo de irregularidade formal, situação que pode trazer sérios prejuízos a seus proprietários, desde multas, passando pela falta de acesso a financiamentos e à possibilidade de transferência de bens em inventários e testamentos, levando até mesmo à perda da propriedade.

Segundo a Pasta são mais de 40 milhões de imóveis nesta situação, seja por que não possuem a escritura pública de compra e venda, que formaliza uma transação, seja por que não realizaram a transferência de propriedade em razão de terem sido comercializados pelos chamados "contratos de gavetas", ou ainda por que houve construções que modificaram a estrutura do imóvel e estas não constam na matrícula da propriedade – documento arquivado em Cartório que contém todos os dados e históricos daquele bem.

Em casos mais graves, um imóvel que está não está registrado em nome do seu atual proprietário, pode vir a ser penhorado em razão de dívidas do antigo titular ou mesmo ser comercializado por este, uma vez que o bem ainda se encontra em nome desta pessoa e pode ser dado como garantia em financiamentos perante instituições bancárias.

"A escritura pública de compra e venda é um documento fundamental para garantir a segurança jurídica de um negócio imobiliário, uma vez que formaliza a transferência da propriedade do vendedor para o comprador e permite que este último tenha acesso a todas as informações relevantes antes de fechar o negócio, sendo o documento hábil para se obter o registro da propriedade em seu nome, evitando fraudes e conflito entre as partes", explica Giselle Oliveira de Barros, presidente do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), entidade que reúne os mais de 8 mil Tabelionatos de Notas.

COMO FAZER?

A realização da escritura pública de compra e venda de imóveis em Tabelionato de Notas é o passo final de uma série de ações envolvendo compradores e vendedores, que envolve a negociação da propriedade, a análise da documentação das partes envolvidas e da documentação do imóvel pelo tabelião. Muitas vezes, durante a negociação, é comum que o interessado pague um sinal ao vendedor, antes que o negócio seja concluído.

Para que a escritura pública seja feita é necessária a apresentação dos documentos pessoais de identificação e CPF do comprador e do vendedor, comprovante de residência e certidão de casamento (se o comprador for casado). Já o vendedor deve apresentar a certidão de ônus reais do imóvel, que atesta a inexistência de dívidas ou ônus sobre a propriedade que vai ser negociada. Feita a escritura e assinada pelas partes, o documento deve ser levado ao Registro de Imóveis competente, que fará a transferência da propriedade daquele bem para o nome do novo titular.

No caso de imóveis que estão irregulares, isto é, sem a escritura pública em nome do atual proprietário, é preciso solicitar ao vendedor a transferência da escritura e registrar o ato em cartório. Em caso de irregularidade no recolhimento de impostos, estes deverão ser quitados antes da regularização. Uma outra opção é entrar com processo de usucapião, que pode ser realizado de forma judicial ou extrajudicial, isto é, no próprio Tabelionato de Notas, que realizará uma ata notarial com os documentos que comprovem a posse.

ESCRITURA ONLINE

A escritura pública de compra e venda também pode ser realizada de forma eletrônica, por meio da plataforma digital nacional. Nesta situação, o cidadão escolhe o Cartório de Notas de sua preferência para solicitar o serviço. Em seguida é agendada uma videoconferência com o tabelião de notas e a escritura é assinada eletronicamente, por meio de um certificado digital gratuito, que pode ser emitido pela mesma plataforma.

O Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF) é a entidade de classe que representa institucionalmente os tabeliães de notas brasileiros e reúne as 24 Seccionais dos Estados. O CNB/CF é filiado à União Internacional do Notariado (UINL), entidade não governamental que reúne 88 países e representa o notariado mundial existente em mais de 100 nações, correspondentes a 2/3 da população global e 60% do PIB mundial.

Uso inteligente do cartão de crédito

O crescimento do uso de cartões de crédito no Brasil é uma realidade. De acordo com dados da Abecs – Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços , o setor registrou aumento de 10,7% no 1º trimestre de 2023. Com o uso cada vez mais buscado pelos consumidores, é essencial ter em mente algumas dicas de bom uso da ferramenta para manter um controle financeiro saudável no planejamento. Para auxiliar no tema, a Porto Bank listou algumas dicas para implementar na rotina para que nada saia do controle.

CRIE UM ORÇAMENTO

Entender sobre os gastos é o primeiro passo para conseguir otimizá-los. De início, é necessário listar as receitas e despesas para ter uma visão mais clara do dinheiro e definir um teto de gastos para evitar exceder limites. Com o valor estabelecido, é possível visualizar gastos que fiquem dentro do orçamento.

ACOMPANHE OS GASTOS

Monitore regularmente os gastos no cartão de crédito e, caso precise, utilize algum aplicativo que otimize o gerenciamento das compras para evitar o acúmulo de dívidas. A aplicativo da Porto traz uma série de facilidades para controlar os gastos, realizar gestão de limite, fazer consultas, além de disponibilizar o cartão virtual para que você possa comprar online com mais segurança.

PARCELAMENTOS

A principal facilidade do cartão de crédito, com certeza é a possibilidade de parcelamento. O cenário ideal é sempre pagar à vista, mas sabemos que parcelar muitas vezes é a opção que cabe no bolso e não compromete a renda. Mas é necessário saber utilizá-lo com atenção para não cair em uma bola de neve e comprometer o limite do cartão nos meses comprometidos com o parcelamento. Uma dica é não realizar novas dívidas enquanto estiver pagando outras, evitando acúmulos. Algo importante, também, é definir prioridades e determinar um teto de gastos com o cartão, pagando sempre o valor total da fatura até o vencimento.

PROGRAMA DE RELACIONAMENTO

Fazer parte de um programa de relacionamento para converter o valor das suas compras em benefícios é uma ótima saída para ter descontos em produtos e serviços que esteja precisando. A Porto desenvolveu o programa de relacionamento PortoPlus, na qual possibilita ofertas exclusivas em mais de 200 lojas parceiras para seus clientes, descontos no Seguro Auto, Seguro Vida, pacotes de viagens, conversão de milhas, entre diversos outros benefícios.

Além dessas vantagens, clientes da Porto Bank podem acumular pontos no programa fidelidade, podendo utilizá-los como descontos em diversos produtos e serviços com o uso do cartão. Há, também, recompensas como o cashback, para que seus clientes possam ter uma parte do dinheiro investido de volta e economizar.

ENTENDA AS TAXAS E TARIFAS

Esteja ciente das taxas e tarifas associadas ao uso do seu cartão de crédito. Leia atentamente o contrato e entenda todas as cobranças adicionais. Isso ajudará a tomar decisões mais informadas e evitar surpresas desagradáveis em relação às despesas.

COMPRAS ONLINE

Hoje em dia as compras online se tornaram muito frequentes pela sua praticidade e por possibilitar descontos maiores em diversos produtos. Saber usar o cartão de crédito no ambiente digital é superimportante para evitar cair em sites falsos, golpes e até que criminosos utilizem o cartão indevidamente. Desse modo, é primordial analisar se o site é confiável e usar o cartão virtual para se resguardar. O cartão virtual funciona como uma cópia do original, mas seu código de segurança (CVV) é alterado a cada 24 horas, possibilitando mais segurança.

A Porto é mais que uma seguradora, é um ecossistema de soluções de serviços de proteção com tecnologia embarcada, para melhorar e facilitar a experiência do cliente. Com mais de 75 anos de mercado, a companhia possui três verticais de negócios: Porto Seguro, Porto Saúde e Porto Bank. Além de 12,3 milhões de clientes únicos, 13 mil funcionários, 13 mil prestadores e 33 mil corretores parceiros, a empresa conta ainda com 55 sucursais e escritórios regionais em todo o Brasil. Ao todo 27 empresas fazem parte do universo Porto Seguro – entre elas: Azul Seguros, Itaú Seguros de Auto e Residência e Porto Seguro Uruguay. Em 2022, a Companhia apresentou R$ 28,0 bilhões de receita e lucro líquido de R$ 1,13 bilhão. O momento é de aceleração do crescimento e expansão de novas frentes de negócio para lançar cada vez mais produtos inovadores e ser cada vez mais um porto seguro para as pessoas e seus sonhos.

Setor têxtil tem mais de 13 mil toneladas de embalagens recicladas de 2019 a 2022

Com 6,4 bilhões de peças previstas para serem vendidas em 2023, a expectativa é que o setor aumente as 7 mil toneladas de embalagens compensadas em 2022

Muitas empresas estão comprometidas em elevar as taxas de reciclagem e minimizar os impactos gerados no setor, tendo em vista a preocupação dos consumidores em vestir marcas sustentáveis. Pensando nisso, essas empresas resolveram se aliar a projetos de logística reversa para apoiar toda a cadeia de reciclagem, e com a eureciclo, maior operadora do país, o setor compensou mais de 13 mil toneladas de resíduos entre 2019 e 2022. O montante é equivalente à soma dos materiais representados por 9t de papel, 1,4t de plástico, 1,6t de metal e 1,4t de vidro. E somente em 2022, o total de resíduos compensados foi de 7 mil toneladas, um grande marco.

O setor tem grande importância para a economia, por isso, os impactos ambientais desse mercado são bastante significativos no meio ambiente. Com o olhar atento para essas questões, a eureciclo saltou de 74 para 210 clientes no segmento no último ano. Entre eles estão marcas como Hering, Farm, Guardaroba, entre outras. E, de acordo com os dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), o setor é o 2º maior empregador da indústria de transformação no país. O Instituto de Inteligência de Mercado - IEMI informa que a expectativa para 2023 é de crescimento, com vendas totais de aproximadamente 6,41 bilhões de peças.

"A demanda demonstra o compromisso com o meio ambiente e desenvolvimento das corporações. Nessa corrente, é possível ampliar as práticas de ESG, reforçando o objetivo de elevar as taxas de reciclagem e criar valor para os produtos comercializados", afirma Carlos Eduardo Porto, coordenador de projetos e parcerias na eureciclo.

SELO E CONSUMO CONSCIENTE

A indústria têxtil tem entendido que, ao encontrar o selo eureciclo em uma

embalagem, comunica ao cliente que ele optou pelo produto de uma empresa com responsabilidade socioambiental, que gera incentivos para que a cadeia de reciclagem cresça no país e recicle cada vez mais. "A eureciclo acredita que as iniciativas do setor estão relacionadas ao olhar do brasileiro, que está cada vez mais atento às mensagens sobre impacto ambiental e consumo consciente. Por meio do selo eureciclo, as empresas podem diminuir o impacto ambiental e fazer parte de um ecossistema sustentável", complementa Carlos Eduardo Porto.

Dessa forma, o mecanismo da compensação ambiental é uma alternativa viável, técnica e economicamente, para cumprir o processo de logística reversa no Brasil. Além de que a partir da venda de créditos ambientais para as empresas associadas, há um aumento da renda desses profissionais que atuam na reciclagem gerando incentivos econômicos para a reciclagem no Brasil.

Atualmente há três tipos de selos, que podem ser facilmente identificados nas embalagens por meio de uma imagem marcada por um sorriso:

Selo 22%: *informa e garante que a marca promove a reciclagem de 22% do volume de embalagens, valor mínimo exigido pela legislação, reduzindo seu impacto no meio ambiente;*

Selo 100%*: informa e garante que a marca vai além da obrigação legal e compensa toda a emissão de embalagens, anulando o impacto da sua atuação na natureza;*

Selo 200%*: informa e garante que a marca atua com ação regenerativa, ou seja, encaminha para a reciclagem o dobro da massa de suas embalagens, gerando impacto positivo. Para este caso, cada embalagem comercializada resulta em duas iguais recicladas.*

A eureciclo é um negócio de impacto socioambiental que transforma a cadeia de reciclagem e a vida das pessoas. Nossas soluções incentivam as empresas e a sociedade em um movimento para gerar mudança em escala por um futuro melhor.

A eureciclo é especializada na rastreabilidade dos resíduos gerados por embalagens pós-consumo e movidos pela missão de aumentar as taxas de reciclagem no Brasil. Atuamos com a estruturação da cadeia de reciclagem para logística reversa de embalagens e, para isso, contamos com a parceria de mais de 420 operadores, organizações de catadores e cooperativas nessa jornada.

Como resultado dessa união e parceria com mais de 7 mil clientes, já conseguimos que mais de 828 mil toneladas de embalagens deixassem de ocupar aterros e lixões no Brasil e tivemos mais de 14 mil famílias impactadas.

A eureciclo é certificada como Empresa B, que indica um modelo de negócio com foco no desenvolvimento social e ambiental e é premiada como Best for the World™, pela contribuição para o bem-estar econômico e social das comunidades onde atua. Além disso, também foi reconhecida com o Prêmio ECO® de 2022, e selecionada para a lista das 100 startups to Watch, que enaltece os negócios mais promissores do ecossistema de inovação brasileiro.

Minas Gerais tem mais de 42 mil toneladas de resíduos reciclados via eureciclo

Projeto de logística reversa e compensação ambiental registrou um crescimento de 1208% no volume de papel e um salto de 300% no volume de vidro entre 2020 e 2022

A eureciclo, especializada na rastreabilidade dos resíduos, segue empenhada no fomento socioambiental onde atua por meio do fortalecimento e estruturação de toda a cadeia de reciclagem em Minas Gerais. Desde o início da sua atuação no estado, a eureciclo realizou a compensação ambiental de 42.303 toneladas de embalagens pós-consumo, sendo que entre 2020 e 2022 os resíduos mais compensados foram papel e plástico, com destaque para o crescimento de 1.208% no volume de papel reciclado no período.

Outro fato expressivo dentro do contexto de fomento à logística reversa e atuação em Minas Gerais da eureciclo foi o aumento da reciclagem do vidro. Apesar de toda a complexidade logística para a triagem e tratamento adequado do resíduo, houve um salto de mais de 300%, saindo de 393,8 toneladas em 2020 para 1.580 toneladas em 2022, indicando como a procura pela compensação ambiental cresceu neste ínterim.

Com uma carteira de mais de 7 mil clientes em âmbito nacional, 2.360 apenas estão em Minas Gerais, sendo que as principais companhias parceiras da eureciclo no estado dividem-se entre os segmentos de Alimentos e Bebidas (24,8%); Cosméticos e Higiene (12,7%) e Bebidas (12,1%).

Em parceria com centrais de triagem (operadores privados e organizações de catadores), a eureciclo assegura a destinação correta de embalagens equivalentes às das marcas para cumprimento legal da logística reversa, prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305, e assim mais materiais recicláveis retornem ao ciclo produtivo.

COMO FUNCIONA A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E OS CRÉDITOS DE RECICLAGEM?

A eureciclo foi pioneira no Brasil ao trazer, em 2016, o conceito de compensação ambiental para o país, inspirado no modelo europeu que existe há quase 30 anos, e emitir os créditos de reciclagem.

Os créditos de reciclagem funcionam como os créditos de carbono e foram regulamentados com a publicação do Decreto Federal no 11.044/22, atualizado e substituído, a partir de 14 de abril de 2023, pelo Decreto Federal no 11.413/23.

Dado que as embalagens após o uso pelo consumidor têm um destino difuso, ainda mais em um país de dimensões continentais, a compensação ambiental é considerada uma forma mais viável técnica e economicamente para cumprir com a logística reversa desses resíduos.

Ao direcionar para reciclagem resíduos equivalentes aos seus, em peso e material, as empresas de bens de consumo, remuneram as centrais de triagem (cooperativas e operadores) pelo serviço ambiental prestado e recebem os Certificados de Reciclagem como forma de comprovação legal. É um mecanismo financeiro que ajuda a equilibrar os impactos dos resíduos sólidos na natureza, incentiva a cadeia de reciclagem de materiais complexos e oferece sustentabilidade financeira para o setor.

Desde o início de suas operações, a eureciclo compensou mais de 828 mil toneladas de resíduos e distribuiu mais de R$ 50 milhões às mais de 420 centrais de triagem parceiras, levando renda para mais de 14 mil famílias.

A eureciclo é um negócio de impacto socioambiental que transforma a cadeia de reciclagem e a vida das pessoas. Nossas soluções incentivam as empresas e a sociedade em um movimento para gerar mudança em escala por um futuro melhor.

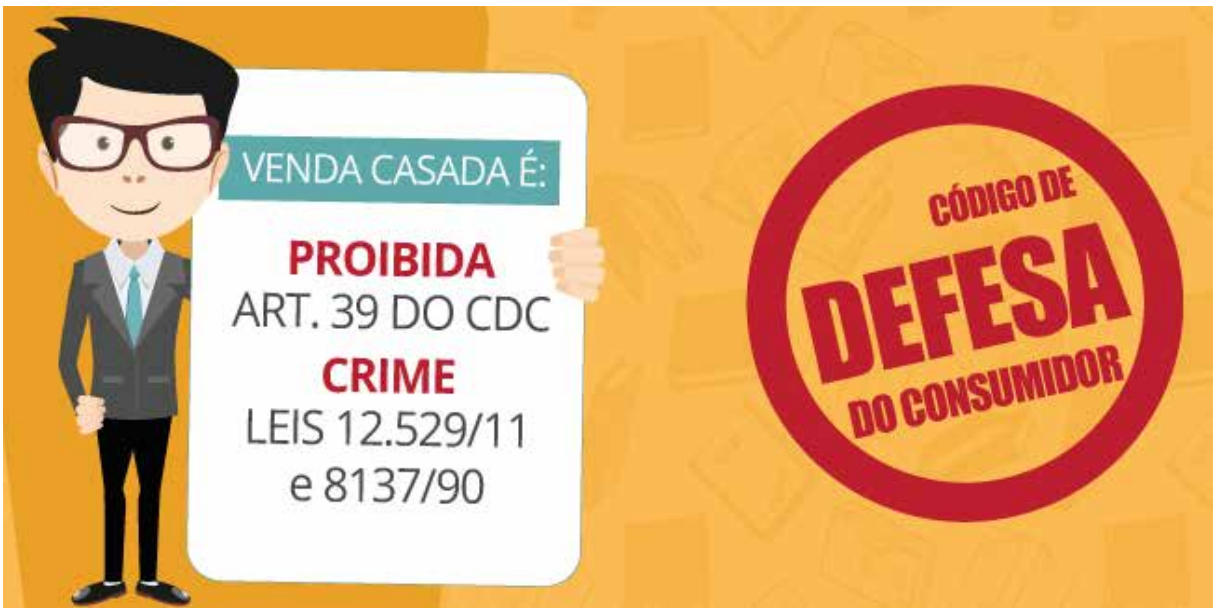
A instituição é especializada na rastreabilidade dos resíduos gerados por embalagens pós-consumo e movida pela missão de aumentar as taxas de reciclagem no Brasil. Atua com a estruturação da cadeia de reciclagem para logística reversa de embalagens e, para isso, conta com a parceria de mais de 420 operadores, organizações de catadores e cooperativas nessa jornada.

Como resultado dessa união e parceria com mais de 7 mil clientes, já conseguiu que mais de 828 mil toneladas de embalagens deixassem de ocupar aterros e lixões no Brasil e tivemos mais de 14 mil famílias impactadas.

A eureciclo é certificada como Empresa B, que indica um modelo de negócio com foco no desenvolvimento social e ambiental e é premiada como Best for the World™, pela contribuição para o bem-estar econômico e social das comunidades onde atua. Além disso, também foi reconhecida com o Prêmio ECO® de 2022 e selecionada para a lista das 100 startups to Watch, que enaltece os negócios mais promissores do ecossistema de inovação brasileiro.

Venda casada para concessão de empréstimo ou financiamento é prática abusiva

Procon Assembleia MG orienta que consumidor não aceite tal exigência e a denuncie às autoridades



O Procon da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) faz um alerta aos consumidores a respeito de uma prática abusiva ainda recorrente em todo o País: a venda casada, que é quando o fornecedor exige a aquisição de bens ou serviços extras como condição para compra de determinado produto ou serviço. Esse problema tem sido enfrentado principalmente por clientes de bancos na hora de solicitar um empréstimo ou financiamento.

É importante destacar que o Código de Defesa do Consumidor (CDC), em seu Artigo 39, inciso I, proíbe expressamente essa prática:

** "Art. 39 – É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:*

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço (...)."

O Procon Assembleia vem recebendo denúncias contra bancos que estariam exigindo a contratação de seguros, cartões de crédito e até títulos de capitalização para a concessão de empréstimos ou financiamentos habitacionais e de veículos. Para piorar, tais exigências seriam usadas como argumento para a aceleração do processo e até para a oferta de juros mais baixos.

"Essas são práticas totalmente condenáveis que devem não apenas ser recusadas pelos consumidores como denunciadas às autoridades", afirma o coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa.

A orientação do órgão aos consumidores que forem constrangidos com essas exigências é no sentido de que eles entrem em contato com o Procon de seu município e também com o Banco Central para que sejam tomadas as providências necessárias. Marcelo Barbosa lembra ainda que tribunais do Brasil inteiro têm dado ganho de causa aos clientes que ingressam com ações na Justiça contra essas práticas, com base justamente no Artigo 39 inciso I do CDC.

Varizes: um problema que vai muito além da estética

A insuficiência venosa crônica é uma das principais causas das varizes

As varizes são veias dilatadas e tortuosas que geralmente aparecem nas pernas. Embora a estética seja um dos principais aspectos associados às varizes, elas também podem ter efeitos além da aparência. Estudos mostram que cerca de 20% da população tem esse problema, ou seja, 40 milhões de brasileiros e brasileiras estão com as pernas cheias de veias dilatadas. Por não causarem dor, ou algum outro sintoma, além do estético, muitas pessoas ignoram e a doença pode se agravar.

Guilherme Jonas, médico angiologista e cirurgião vascular, especialista em cirurgia vascular pela SBACV explica que deixar de tratar as varizes ou abandonar o tratamento pode ser muito perigoso. "Se a doença não for tratada em seu estágio inicial, pode ocorrer uma evolução e piorar o caso de insuficiência venosa. Alguns sintomas são a sensação de queimação nas pernas, dormência, pode haver também alterações de mudança da textura da pele, deixando-a mais suscetível a lesões, úlceras, infecções e sangramento", destaca.

Ainda segundo o especialista, a ausência de tratamento adequado para as varizes pode aumentar o risco de tromboflebite, e, em algumas situações, facilitar o desenvolvimento de trombose. "Por tudo isso é que a veia varicosa deve ser encarada como um problema de saúde e não apenas uma situação estética", completa.

ALÉM DA ESTÉTICA

Além do desconforto estético, as varizes podem causar uma série de sintomas físicos, tais como:

Dor e desconforto:
Muitas pessoas com varizes relatam dor, sensação de peso e cansaço nas pernas. Esses sintomas podem piorar após longos períodos em pé ou sentado;

Inchaço:
As varizes podem levar ao acúmulo de fluidos nas pernas, resultando em inchaço;

Sensação de queimação ou coceira:
Algumas pessoas experimentam sensações de queimação ou coceira na área das varizes;

Câibras nas pernas:
As varizes podem aumentar a probabilidade de câibras nas pernas, especialmente à noite;

Úlceras venosas:
Em casos mais avançados, as varizes podem levar ao desenvolvimento de úlceras venosas, que são feridas abertas na pele. Essas úlceras podem ser dolorosas e requerem tratamento médico adequado.

Fonte: Guilherme Jonas, médico angiologista e cirurgião vascular, especialista em cirurgia vascular pela SBACV (Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular)

Tratamento

Para evitar que as varizes desenvolvam complicações, o ideal é consultar um médico e iniciar o tratamento recomendado. No entanto, é verdade que na maioria dos casos as pessoas com varizes não desenvolvem complicações. "Se as varizes causam sintomas como dor, desconforto ou qualquer outro tipo de problema, o tratamento é altamente recomendado para melhorar a qualidade de vida do paciente", conta Guilherme.

Os procedimentos podem variar entre, cirurgias de remoção, remoção a laser, tratamento com espuma, remoção por radiofrequência, tratamento por laser endovenoso e flebectomia ambulatorial.

Planos de saúde cobrem 1,8 bilhão de procedimentos em 2022, 11% a mais que no ano anterior

Na análise da Federação dos Planos de Saúde (FenaSaúde), volume revela continuidade do aumento da frequência observada em 2021

Os planos de saúde cobriram, em 2022, 1,8 bilhão de procedimentos, englobando consultas, exames, terapias e internações, um aumento significativo de 10,6% na comparação com o total de 2021, quando foram contabilizados 1,6 bilhão de procedimentos. Os números foram divulgados na última semana pela Agência Nacional de Saúde Suplementa (ANS). Na análise da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), representante de operadoras de planos de saúde no país, os números revelam um novo padrão de uso do sistema, com crescimento importante de terapias ambulatoriais e o retorno das consultas de pronto-socorro. Confirmam, também, a relevância dos planos ao auxiliar o sistema público de saúde no cuidado à população.

"Em 2022, os planos de saúde atenderam com qualidade a 50,4 milhões de beneficiários de planos médicos e 30,3 milhões nos planos odontológicos. Adicionalmente, a Saúde Suplementar é fundamental para a economia do país, ajudando a gerar empregos e financiar grande parte dos hospitais e laboratórios brasileiros", afirma Vera Valente, diretora-executiva da FenaSaúde.

Este é o primeiro momento, desde o início da pandemia de Covid-19, em que o setor superou os registros anteriores ao período pandêmico, em 2019. Dentre as 264,7 milhões de consultas registradas em 2022, 60 milhões foram em pronto-socorro, um aumento de 34,7% em relação a 2021 e de 3,8% em relação a 2019, ano pré-pandemia. Outros atendimentos ambulatoriais, exames e internações também superaram o volume registrado em 2019. Em relação a 2021, houve crescimento de realização de todos os tipos de procedimentos. Foram 1,1 bilhão de exames (aumento de 10,2%); 8,8 milhões de internações (13,5% de aumento); 66,8 milhões de terapias (7,3% de aumento); 177,7 milhões de outros atendimentos ambulatoriais (15,6% de aumento); e 184,5 milhões de procedimentos odontológicos (crescimento de 6,9%).

Os dados estão disponíveis de forma detalhada no Mapa Assistencial da Saúde Suplementar, no portal da ANS. De acordo com o documento, as despesas assistenciais de 2022 totalizaram R$ 227,3 bilhões, um aumento de 11,8% em relação a 2021. As três maiores despesas ocorreram nas internações, com um total de R$ 95,14 bilhões (aumento de 3,5%); exames, com uma despesa de R$ 43,95 bilhões (aumento de 8,3%); e consultas médicas, com uma despesa de R$ 29,84 bilhões (crescimento de 23,3%). Juntos, esses três itens representam 74,3% das despesas assistenciais.

A FenaSaúde ressalta que esse avanço no número de procedimentos, aliado ao aumento dos custos em saúde e a mudanças no campo regulatório, jurídico e legislativo, podem ter contribuído para os resultados recentes do setor. Em 2022, as operadoras médico-hospitalares fecharam o ano com R$ 10,7 bilhões de prejuízo operacional. "Isso demonstra a necessidade de buscarmos soluções a fim de potencializar a ampliação do acesso de mais pessoas aos produtos e serviços de saúde suplementar, em busca da sustentabilidade nos negócios", afirma Vera Valente.

Número de idosos em planos de saúde bate recorde e soma 7,2 milhões de vínculos no País

Em dez anos, contratações do grupo etário acima de 80 anos foram as que mais cresceram (33,5%). Maior parte das adesões é de mulheres, aponta estudo do IESS

As aquisições de planos médico-hospitalares direcionadas a idosos com mais de 60 anos seguem em crescimento contínuo no País. Entre dezembro de 2013 e o mesmo mês de 2022, o número de contratos desse grupo etário passou de 5,7 para 7,2 milhões, alta de 26,6%, registro recorde. As informações são do novo estudo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) intitulado "Evolução do Número de Idosos em Planos de Saúde no Brasil nos últimos 10 anos".

A análise revela que o grupo de pessoas com 80 anos ou mais foi o que mais cresceu no período (33,5%) – eram 955,5 mil, em 2013, e saltou para 1,3 milhão, em 2022. Na sequência, aparece a faixa entre 70 e 79 anos, que passou de 1,7 milhão para 2,2 milhões (31,3%).

A maior prevalência (59%) é do sexo feminino, correspondente a 4,3 milhões de vínculos. Além disso, a maior concentração de beneficiários idosos está em São Paulo (37,1%) com 2,7 milhões de contratos, seguido por Minas Gerais (14,7%) com 1,1 milhão e Rio de Janeiro (11,2%) com 806,3 mil.

Para José Cechin, superintendente executivo do IESS, o aumento é representativo, sobretudo no grupo etário com 80 anos ou mais, levando-se em conta que no mesmo período, o número total de beneficiários com planos de saúde subiu apenas 1,9%. "É um grupo mais suscetível, pois muitos desses octogenários convivem com uma ou mais doenças crônicas e que demanda atenção especializada, complexa e continuada, ou seja, precisam utilizar mais os serviços. Como se trata de contratos com mensalidades mais elevadas, sabemos do esforço que esses idosos precisam fazer para a manter, bem como adquirir esses planos" afirma.

Em relação ao tipo de contratação, as adesões a planos coletivos, especialmente os empresariais, que são oferecidos por empresas aos colaboradores, foram as que mais cresceram. A modalidade teve registro de alta de 33,8% - eram 2,3 milhões de vínculos em dezembro de 2013 e atingiu 3 milhões em dezembro de 2022. Já os coletivos por adesão passaram de 1,3 milhão para 1,5 mi (19,2%) no mesmo período.

O Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) é uma entidade sem fins lucrativos com o objetivo de promover e realizar estudos sobre saúde suplementar baseados em aspectos conceituais e técnicos que colaboram para a implementação de políticas e para a introdução de melhores práticas. O Instituto busca preparar o Brasil para enfrentar os desafios do financiamento à saúde, como também para aproveitar as imensas oportunidades e avanços no setor em benefício de todos que colaboram com a promoção da saúde e de todos os cidadãos. O IESS é uma referência nacional em estudos de saúde suplementar pela excelência técnica e independência, pela produção de estatísticas, propostas de políticas e a promoção de debates que levem à sustentabilidade da saúde suplementar.

Número de internações por infarto no Brasil aumentou mais de 150% de 2008 a 2022

Levantamento do Instituto Nacional de Cardiologia aponta também que internações crescem no inverno

No período de 2008 a 2022, a média mensal de internações por infarto em homens no Brasil aumentou de 5.282,33 para 13.645,25, representando uma elevação de 158,32%. Da mesma forma, a média mensal de internações por infarto em mulheres cresceu de 1.930,67 para 4.973,25, o que corresponde a um acréscimo de 157,59%.

Os dados fazem parte de um levantamento do Instituto Nacional de Cardiologia (INC) no Sistema de Internação Hospitalar do DATASUS, do Ministério da Saúde. A abrangência são todos os pacientes brasileiros do SUS (em hospitais públicos e hospitais privados que têm convênio com o SUS), o que representa de 70% a 75% do total de pacientes no Brasil.

A diretora-geral do INC, Dra. Aurora Issa, cita como causas da elevação do número de infartos no país o envelhecimento populacional e aumento da obesidade, entre outros fatores: "O enfarto do miocárdio acontece em populações mais idosas. E sabemos também do aumento da prevalência da obesidade na população brasileira".

Ao analisar a sazonalidade dos casos, o INC constatou que os picos de internações por infarto ocorrem durante o inverno, enquanto os vales ocorrem durante o verão. A diferença entre os picos no inverno e os vales no verão varia a cada ano. No ano de 2022, essa diferença foi de 27,8% em mulheres e 27,4% em homens.

"O frio leva à contração dos vasos (sanguíneos)", afirma Aurora Issa. "Outra explicação é o aumento do número de infecções no inverno. A pessoa que tem um infarto, na grande maioria das vezes, já tem a placa de gordura nas artérias. O que leva ao infarto é uma inflamação na placa e a formação de um trombo em cima dessa placa. As infecções muitas vezes são um gatilho para essa inflamação."

De 2017 a 2021, 7.368.654 brasileiros morrem devido a doenças cardiovasculares, que são a principal causa de morte entre homens e mulheres no país.

Aurora Issa enfatiza que a prevenção às doenças cardiovasculares passa pela adoção de um estilo de vida saudável, que inclui uma alimentação balanceada e a prática de exercícios físicos.

Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Degustar, sim. Beber, não. É o vinho

Inimá Souza
inima.souza@gmail.com

Correto quando afirmamos que, quanto mais conhecemos o vinho maior o nosso prazer em degustá-lo; eis que a degustação é a maneira mais confiável que temos para conhecer um vinho, e, logo, adquirirmos visão crítica sobre ele.

Degustar não é a mesma coisa que beber. Originária do Latim, a palavra degustare significa, em português, provar, gostar provando; ou seja, degustar é provar, beber cuidadosamente, utilizando ferramentas próprias que possuímos, quais sejam, visão, olfato, tato, paladar.

Na degustação, essas ferramentas identificarão e apreenderão as características do vinho; especialmente, os elementos organolépticos, que juntos dão-nos as condições para um consciente juízo do vinho, suas qualidades, seus defeitos.

Ao lado do prazer, degustar é, pois, busca pelo conhecimento, que vai se acumulando a cada degustação, e, assim, formando nosso arquivo de sabores e saberes, com os quais, plena e conscientemente, exercemos nossa visão crítica sobre o vinho.

Portanto, para amar o vinho precisamos conhecê-lo. Para conhecê-lo precisamos degustá-lo, momento quase solene, em que cotejamos nele suas qualidades, boas ou ruins, prazerosas ou não. Isto, graças àquele arquivo que, pelo degustar, e não pelo beber, acumulamos na memória.

Permanente o ensinamento do luminar, Émile Peynaud: saber degustar é a base de saber beber.

OLHO NAS TEMPERATURAS

Escolhido o vinho, fiquemos de olho em sua temperatura, já que, incorreta, estará comprometida a degustação. Frustrante, e mais corriqueiro do que devia, é a percepção que o vinho que temos na taça está a graus de temperatura abaixo ou acima do que ele exige.

Chega às raias do simplório apregoar que brancos são servidos a tantos graus, e os tintos de tantos a tantos graus. Diante de tantos estilos de vinhos (seus corpos, sua acidez, álcool, taninos), definir a temperatura exige maior rigor.

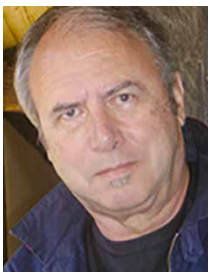
Em sentido mais abrangente, podemos afirmar que temperatura mais baixa nos espumantes realça seus aromas, e possibilita o lento desprendimento das borbulhas. Nos vinhos brancos, por outro lado, se a temperatura estiver muito baixa, comprometeu-se a sua estrutura aromática. A temperatura elevada evidencia o álcool. Observando-se, sempre, cada estilo.

Há tintos que precisam de um pouco mais de refresco, e outros, de menos; pois, inimaginável degustá-los à temperatura ambiente, neste Brasil amado, com termômetros circulando acima de 25º. Graus. Um jovial tinto só mostrará o seu frescor e a sua fruta depois de passar uma meia hora dentro de um balde com água e gelo. Já o tinto mais encorpado não precisa de tanto. Sempre uma questão de estilo.

MALBEC DA MIOLO

Com pompa e circunstância chega ao mercado a primeira safra de Malbec, da Miolo. Segundo a ficha técnica, é um vinho Reserva, originado de uvas da Campanha Gaúcha, na área que integra o bioma Pampa, em território brasileiro, o mesmo que sinaliza o Malbec, da Argentina. Vamos degustá-lo, proximamente.

Tim, tim.



Mercado Gastronômico

A cozinha sem erros

Sérgio Augusto Carvalho

Na beira desses 30 anos de MercadoComum, as boas lembranças nos devolvem aos anos passados e suas coisas boas. Ando revendo essas coisas boas e uma delas é a crônica onde comentei sobre as "cozinhas gourmet" que se multiplicaram nas construções de prédios e casas a partir dos anos 90.

Sempre fui muito exigente pra esse negócio de competência, isto é, "fazer com conhecimento de causa". E uma das coisas que eu observei na época – inicio dos anos 2000 – foi que quase todos os "espaços gourmet" não ajudavam em nada o trabalho dos cozinheiros em ação. Foram desenhados por quem não tem qualquer conhecimento pratico do assunto.

Projetados a partir da beleza dos implementos, esses espaços nunca eram completos, faltando equipamentos ou misturando alhos e bugalhos. Duas pessoas cozinhando podiam se colidir num vai e vem onde os caminhos se cruzam no meio da cozinha. Forno agarrado na geladeira, pia onde se podia lavar a alface com detergente, nenhuma facilidade para o mis-em-place perfeito.

Esse assunto eu conversava muito com meu saudoso amigo Alvaro Hardy, o Veveco das panelas do Bituca! Já choferamos muitos fogões juntos e, ele arquiteto, eu jornalista, nos completamos muito com essa exigência saudável pela "coisa bem feita". Isso resultou, para mim, na construção de uma cozinha sem atropelos dos usuários e equipamentos bem distribuídos longe do trânsito dos cozinheiros. A minha cozinha é assim!

Então, vamos lembrar a crônica da época:

"A ARQUITETURA E A COZINHA

Se eu tivesse seguido sem desvios a trilha que escolhi na minha adolescência, hoje seria um arquiteto. É para mim uma distração e tanto ficar rabiscando formas e imaginando soluções para os espaços e usando materiais mais complicados ou simples. Jornalismo foi uma fascinante armadilha do destino. Alias, são missões que andam juntas na mesma direção – jornalismo, arquitetura e cozinha.

Com o espirito armado, apontado nessa direção, há um bom tempo venho observando a relação entre a arquitetura e a cozinha. Tem tudo a ver.

O espaço que construí para cozinhar na minha casa foi pensado fundamentalmente na ergonomia e sua função social. Tudo à mão, com a facilidade de alcançar os utensílios sem der-

rubar ninguém no caminho e muito menos queimar a comida porque não encontrei a colher de pau. E a fumaça vai pro espaço sugada por um bom exaustor sem emporcalhar cabelos e roupas dos presentes. Esse lugar é o mais importante da casa.

A proposito disso, tenho observado ao longo dos anos as cozinhas projetadas para as casas e apartamentos construídos em BH – e outros lugares - com fama de serem as mais modernas possíveis. Podem ser pelo lado do material usado. Tudo de primeira qualidade, do aço à madeira e seus derivados.

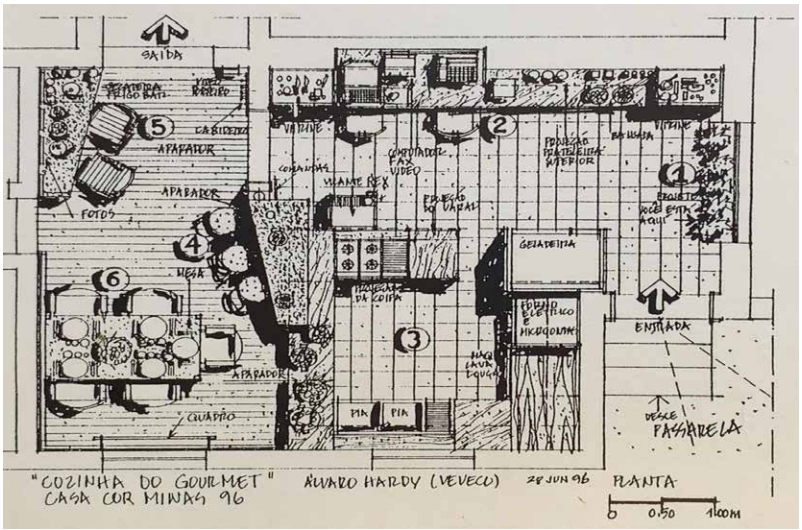
Dão nome a todas as cozinhas atuais de "cozinha do gourmet" ou "espaço gourmet". Antigamente usava-se essa palavra sem o peso que tem e até hoje não achei explicação pra esse "gourmet"! Tem um apelo psicológico de atrair comprador: chamar um desavisado de "gourmet" pode ser um elogio. Quem está querendo aprender a cozinhar gosta de ser chamado assim atualmente. É chique!

O que ocorre é que a maioria dos projetistas das cozinhas nunca deve ter participado de alguma maratona gastronômica numa cozinha. Elas são lindas, maravilhosas, cheias de apetrechos modernos, de alta tecnologia, mas absolutamente impraticáveis, desconfortáveis e com um mínimo de funcionalidade. Gavetas impróprias, prateleiras mal colocadas e espaço mal calculado fora alguns equipamentos bonitinhos, mas ordinários!

A moda é o fogão "ilha", montado no meio da cozinha com um "depurador" em cima – como se fosse exaustor - não é. Resultado: engordura tudo e todos.

O espirito democrático que deveria reinar numa cozinha para COZINHEIROS, ajudantes e observadores se transforma numa formal "sala de visita". Frescura pura.

Tenho guardado comigo desde 1997, um texto escrito pelo meu querido e



saudoso amigo Alvaro Hardy, por vários motivos o imortal Veveco, cozinheiro e arquiteto – nesta ordem ou inversa – em que ele descreve magistralmente como deveria ser uma cozinha e o que se faz dentro dela. É um projeto que ele fez para a Casa Cor 97 (lá se vão 14 anos), numa época que cozinhar era um hobby em ascensão.

Veveco explica seu desenho do modo (bem humorado como ele sempre foi) que essa profissão de cozinheiro amador deveria ser encarada desde o momento em que o responsável pelo projeto começa a dimensionar o espaço que tem para bolar a cozinha. Prestem a atenção na descrição filosófica dos ambientes. Sem mais comentários, vamos ao texto do Veveco:

"A COZINHA COMO CONVÉM

A cozinha contemporânea tem se transformado merecidamente – embora tardiamente, num dos compartimentos mais importantes e bem cuidados não só da casa, da morada unifamiliar, mas também de qualquer lugar onde a arte culinária se manifesta com amor e paixão.

Por isso, a cozinha do gourmet deve ser copncebida como um espaço de caráter social e democrático, devendo ser dividido, na minha opinião, em 6 zonas distintas de estimulo à criação e convivência diária, assim distribuídas:

ZONA VERDE

Colorida pela presença de temperos "in-natura" prontos para serem colhidos dos vasos próximos à janela emoldurando a natureza.

É o cheiro verde, em direção à panela a perfumar o ambiente acolhedor
Viva a Natureza!

Viva o verde vivo da cebolinha, salsa, manjericão, alecrim, salvia, coentro, cerefolio, tomilho, manjerona e todos mais!

ZONA DE CONCENTRAÇÃO

O gabinete do "chef". Praça reservada para o mestre-cuca:

Refletir, meditar, reunir a equipe e planejar o cardápio do dia;

Estudar, pesquisasr e consultar as suas fontes de informação: livros, cadernos de receitas, Tv a cabo, vídeos, etc.;

Comunicar-se como mundo da gastronomia, trocando figurinhas com seus pares, via \internet;
Selecionar da sua coleção de apetrechos culinários de bom desenho,

visualizados através de vitrines, aqueles que atenderão mais adequadamente as exigências instrumentais da receita em pauta;

Separar e reservar iguarias que deverão ser utilizadas no preparo da comida;

Ponto de partida em direção ao fogão.

ZONA DE OPERAÇÃO

Área destinada à manipulação, preparo e acabamento final das receitas; Laboratorio de Investigações Culinarias – LIC.Manifestações ao vivo da arte culinária, a cozinha criativa. Cozinhar é uma ação cultural.
A cozinha aberta, encontro da rural com a urbana.

Cozinha ecumênica, vale tudo, desde que seja bem feito. Só coisa boa, de dar água na boca.

Cozinha imaginada para estimular a criatividade e o bom gosto.

Palco iluminado de onde o mestre cuca exibe o seu talento com graça e simpatia.

Equipada com utensílios práticos e aparelhos eletrodomésticos de ultima geração, indispensáveis à eficiência, conforto e sucesso de quem cozinha.

Aqui habitam os deuses da gastronomia. Aonde ficam de plantão legiões de anjos, fadas madrinhas e orixás a proteger os cozinheiros das armadilhas do Exu Sacanagem.

Todo cuidado é pouco!

Sempre alerta!

Lugar consagrado, encantado, espaço mágico, fartura de mistérios e segredos bem guardados.
Ambiente planejado para cozinhar, fritar, assar, grelhar, gratinar, emulsionar, deglaçar, temperar, ralar, cortar, polvilhar, pilar, trinchar, regar, lardear, macerar, fatiar, picar, amassar, salpicar, untar, triturar, gelar, congelar, marinar, descascar, sovar, desengomar, provar, guarnecer, decorar e depois servir o rango.

ZONA ELEITORAL

Espaço democrático. Dotado de um "balcão de provas" – uma espécie de tribuna popular, através do qual os convivas poderão, com liberdade plena, discutir o cardápio, solicitar provas a qualquer tempo, sugerir correções, reclamar do avançado da hora e eleger o seu prato predileto.

ZONA BOÊMIA

"Le Rendez-vous des gourmets".

Lugar aonde o cuca busca a inspiração e coragem para enfrentar a batalha, tomando o seu tempero predileto – seja destilado ou fermentado, sua dose filosofal, a poção magica.

Na parede, imagens dependuradas contam estórias. Cenas familiares, lembranças dos companheiros, aventuras passadas e recentes, gratas recordações gravadas lá no fundo do coração.

Túnel do tempo, homenagem à vida.

Botequim de estrada, parada obrigatória para alimentar o espirito e prosseguir viagem pelo mundo afora.
Tem espaço propicio para dançar e tocar violão.

Aqui são recebidos os convivas e servidos os primeiros aperitivos para aguçar o apetite e enobrecer o trato.

ZONA DAS REFEIÇÕES

A degustação.

O despertar dos sentidos: visão, audição, olfato, gosto e o tato.

Momento sagrado, hora da comunhão, de repartir o pão.

Somos todos irmãos. Vamos celebrar a amizade, o prazer de comer e da boa mesa.

Pensão familiar, ambiente seleto reservado aos gambás.

O dia-a-dia da família. A convivência prazerosa com os amigos e compadres.

Local confortável para beber, conversar, conspirar e amar.

Ponto final da comida bem feita, caprichada, cheirosa e farta.

É aqui que se aguarda com grande ansiedade o "chef" anunciar em alto e bom tom:

Et voilà! Bon appétit!!!

Alvaro Veveco Hardy"

Projeto Cozinha Mineira Patrimônio celebra o registro dos sistemas culinários do milho e da mandioca como patrimônio cultural imaterial do estado

Minas Gerais está em festa. No dia 5 de julho, durante reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), foi aprovado o registro dos Sistemas Culinários da Cozinha Mineira – O milho e a mandioca como patrimônio cultural imaterial do estado, o que torna a cozinha mineira oficialmente um patrimônio dos mineiros. O registro é resultado de um trabalho de mais de dois anos, que envolveu a produção de um complexo dossiê, que englobou não só os sistemas registrados, mas também uma caracterização detalhada da história da cozinha mineira. A produção desse dossiê ficou sob a responsabilidade do Instituto Periférico em uma cooperação técnica com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG).

Ao longo desses quase dois anos, uma equipe de experientes pesquisadores se dedicou à escrita do dossiê, que aborda perspectivas históricas, antropológicas e ambientais da cultura alimentar e sua centralidade para a construção identitária de Minas Gerais e a importância da continuidade dos saberes tradicionais. Além da tratativa teórica, também compõe o dossiê um extenso levantamento de dados a partir do acervo do Iepha-MG em relação ao Programa ICMS Patrimônio Cultural. Assim, foi possível mapear o que os municípios mineiros têm inventariado e registrado sobre os sistemas culinários do milho e da mandioca.

Durante a reunião, o relator do Conep, Flávio Carsalade, apresentou seu parecer em relação ao dossiê e abriu votação sobre o pedido de registro, que foi aprovado pelos conselheiros. Também foi apresentado aos presentes um vídeo-documentário sobre a cozinha mineira e as vivências com relação à cozinha ao milho e à mandioca, destacando os quilombos, as cozinheiras, as quitandeiras e os detentores de saberes em geral, mostrando como eles se relacionam com o tema.

Com esse registro oficializado, a cozinha mineira entra em uma nova fase de proteção e salvaguarda, com desenvolvimento de diversas políticas públicas com objetivo de preservá-la e valorizá-la.

De acordo com a diretora-presidente do Instituto Periférico, Gabriela Santoro, ao registrar a cozinha mineira abre-se um caminho para o desenvolvimento de diversas políticas públicas com foco na promoção e salvaguarda da mesma. "A cozinha mineira tem grande importância na constituição cultural de Minas Gerais. A cultura alimentar é intrínseca à cultura de Minas, representa dinâmica familiar, religiosidade, festividades e várias formas de socialização. A cozinha vai muito além do alimento. É algo tão central na cultura do estado que tudo esbarra nela. Por isso, ela tem que ser valorizada, protegida e preservada".

A coordenadora do projeto Cozinha Mineira Patrimônio, Luciana Praxedes, explica que a escolha dos sistemas culinários do milho e da mandioca se deu pela sua presença, representando parte importante dos sabores, saberes e técnicas envolvidas na culinária de Minas Gerais. "A partir desse registro, outros sistemas da cozinha mineira podem ser estudados, inventariados e registrados como bem imaterial do estado, aumentando ainda mais a salvaguarda da história, da cultura e das tradições mineiras".

Segundo ela, a cozinha é um lugar que centraliza o "ser mineiro", que simboliza a sociabilidade de Minas Gerais. "Esse lugar reúne diversos saberes, ofícios, instrumentos, técnicas e tradições alimentares que se desenvolveram principalmente a partir do encontro entre indígenas, africanos, e europeus que se instalaram no estado mineiro, um encontro\ marcado por hierarquias sociais, práticas conflitantes e apropriações".

Para além da produção do dossiê e formalização do registro, o Instituto Periférico vai entregar nos próximos meses um caderno de patrimônio, publicação produzida em conjunto com o Iepha-MG, uma cartilha para uso da rede de ensino e 30 filmetes com temas específicos da cozinha mineira.

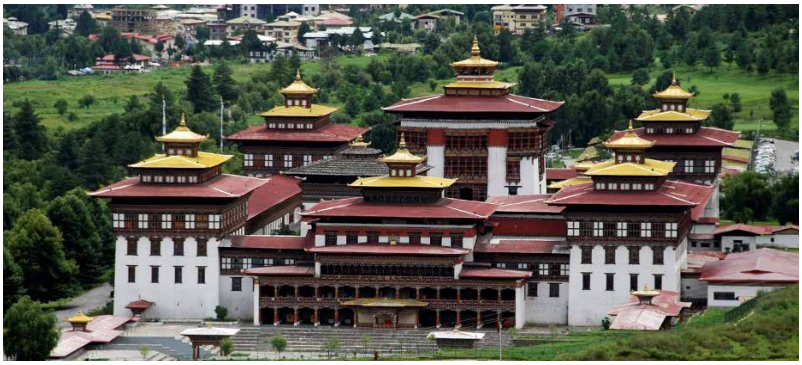
Para os interessados, tanto o dossiê, quanto o documentário, já podem ser acessados por meio do site www.cozinhamineirapatrimonio.com.br.

O Inventário da Cozinha Mineira tem o patrocínio da Gerdau, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e da Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), por meio da Lei de Incentivo à Cultura, do Governo Federal, e parceria da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), firmada através de acordo de cooperação técnica entre o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG) e o Instituto Periférico.

Reino do Butão
Paraíso Perdido nos Himalaias

Paulo Queiroga
Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

Esqueça todas as modalidades de turismo que você já viu. Este país singular localizado entre a China e a Índia é exclusivo em tudo. A começar pela altitude dos picos do Himalaia, que chegam a 7.500 metros, a paisagem montanhosa eminentemente natural se mantém preservada da cultura predatória da civilização industrial e urbana ocidental.



Também nas políticas públicas o Butão se diferencia dos demais países. O governo estabelece, a par da educação, cultura, estabilidade econômica, a felicidade de seus habitantes como um dos principais índices coletivos a serem alcançados pelo reino, que, em 2008 mudou o regime de monarquia absoluta para monarquia constitucional, quando foi realizada sua primeira eleição geral.

Por outro lado, é considerado crime a união de pessoas do mesmo sexo, passível de prisão e terminantemente proibidos o consumo e a venda de cigarros. São essas particularidades que realçam sua singularidade.

Embora seja considerado um país eminente fechado nas relações internacionais, o Butão é membro da Organização das Nações Unidas – ONU e participa da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional - SAARC, seleto grupo político e econômico de interesse dos países asiáticos.

A maioria da população, que soma pouco mais de 800 mil habitantes, vive nas terras altas do centro, onde está a silenciosa e pacífica capital, Thinfhu, com pouco mais de 100 mil habitantes, onde não há trânsito engarrafado, os carros não usam buzinas e não existem sinais de trânsito.

Visitar o Butão é uma experiência exclusiva. Os voos são da única cia aérea de propriedade do governo. O viajante só pode percorrer o país sob a condução de um guia de agência exclusiva autorizada pelo governo, com pacote fechado, onde estão incluídas a hospedagem, alimentação e os roteiros são predeterminados, sempre acompanhados pelo guia.

A paisagem predominante são campos e vales cultivados de agricultura de subsistência, extração florestal e os mosteiros a eternizarem a religião budista, não só pela belíssima arquitetura, como símbolo histórico de união da religião com o Estado.

Entre a lista dos poderosos mosteiros budistas, se destaca o Punakha Dzong, na cidade de Punakha, antiga sede do governo, uma fusão de sede administrativa e mosteiro escola, onde os monges passam algum momento de sua vida para estudos. A arquitetura monumental, com um lago à frente e o mar de montanhas ao fundo reflete a riqueza cultural deste país e a importância que a população e o governo dedicam à sua história.

O mais antigo dos templos é o Kiclu Lakhang, datado do século VII. A lenda relata que foi construído pelo próprio guru Rinpoche, quem introduziu o Budismo no Butão e que teria escondido um grande tesouro debaixo de suas fundações. A escadaria monumental em pedra, a combinar com as janelas e portas em madeira realçam a leveza e o bom gosto da arquitetura butanesa.

O Monastério de Tango, ligado por uma ponte sobre o rio é a Universidade de Tango de estudos budistas, a principal escola de budismo do país. O prédio em uma área imensa cercado por flores e matas, guarda as principais relíquias históricas do Butão.

O templo Tashichho Dzong, o maior do país, é a sede atual do governo, uma das residências da família real, escritório do Rei e também onde residem monges budistas.

Se você é da categoria de turista que admira caminhadas mais severas, o Butão oferece trilhas que ficam a 4 mil metros de altitude, chamadas Chelela Pass, consideradas sagradas pelos butaneses. No ponto mais alto das trilhas estão os campos de cremação, onde se realizam rituais fúnebres de caráter religioso.

Seguramente, o mosteiro mais bonito do Butão é o Taktsang, Ninho do Tigre, um impressionante edifício praticamente pendurado na encosta de uma colina, o mais visitado do país. Chega-se ao templo por uma subida de 900 metros, onde estão as diversas capelas consagradas aos deuses do Budismo.

O nome Ninho do Tigre remonta à lenda que Rinpoche chegou ao lugar montado em um tigre e espantou um demônio que vivia na montanha. Ali Rinpoche meditou por três anos, três meses e três dias e o tigre fez seu ninho. Taktsang é o templo mais sagrado do Butão e de uma beleza absolutamente única. Dificilmente encontraremos no Planeta um destino turístico tão singular como o Butão.

Jogo legal: Las Vegas recebe mais turistas estrangeiros do que o Brasil

cantonius1@yahoo.com.br

Cesar Vanucci
Jornalista

Las Vegas, cidade estadunidense com 640 mil habitantes, 2 milhões e 200 mil na zona metropolitana, acolhe mais de 5 milhões de turistas estrangeiros e recebe cerca de 52 milhões de visitantes a cada ano. O Brasil, país com 2020 milhões de habitantes com pontos de atrações inigualáveis, registra fluxo anual de 2 milhões e 200 mil turistas estrangeiros. Não está havendo erro nos números que o caro leitor acaba de ler. Las Vegas, com seu fabuloso complexo de cassinos, atrai mais visitantes estrangeiros do que nosso país por inteiro. Esta a atordoante constatação.

Os cassinos fazem a diferença. Movimentam uma rede fantástica de hotelaria requintada e um sistema espetacular de serviços de entretenimento artístico e de lazer.

Já o Brasil, um colosso em paragens deslumbrantes, não possui cassino. Pelo menos operando legalmente. E o porquê isso acontece? Por que ao contrário de praticamente todos outros países do mundo, resolvemos por aqui proibir o funcionamento de cassinos? Colocando os pingos nos is, num papo franco e objetivo, a explicação a dar não pode ser outra que não o falso moralismo, o puritanismo rançoso e o preconceito encardido.

O negativismo relacionado com o jogo operado em cassinos colide frontalmente, o tempo todo, com a realidade da prática de apostas existente, de forma profusa em todos os cantos. O chamado "jogo de azar" em inumeráveis modalidades é difundido em larga escala na vida nacional. Sendo raríssimos os cidadãos que deixam de participar, regularmente de uma inocente "fezinha". Está presente em milhares de agremiações recreativas, nas plataformas digitais, nas conhecidas "bancas de bicho", - carecedoras de regulamentação oficial - e nos concursos lotéricos diários. E o que não dizer das manjadas casas de apostas que, por sinal, andam frequentando assiduamente as manchetes por conta de muretas praticadas nas arenas esportivas? O Brasil tomou-se de assombro ao saber que as casas de apostas, em questão são todas sediadas no exterior, carreando para outros países os frutos de rendosas operações. É alentadora a revelação de que o governo está cuidando de oficializar esse tipo de aposta.

O jogo é uma realidade palpável, fingir que nada disso acontece não passa de deslavada hipocrisia.

Existe no parlamento projetos para a legalização de jogos em cassino. Os parlamentares, os políticos, as lideranças empresariais e a sociedade precisam atentar para importância econômica e social dessa legalização. No momento em que o país estuda as possibilidades de incrementar seu desenvolvimento criando empregos, oportunidades de renda e aumento de recursos públicos para aplicação em obras de infraestrutura, a abertura de cassinos em inúmeros pontos de convergência de atração turística, a institucionalização do bingo e do "Jogo do Bicho" despontam como iniciativas recomendáveis. A estruturação de atividades, compreendendo hotelaria, gastronomia, lazer cultural e artístico, a ser gerada a partir da implantação de um cassino poderá alterar a fisionomia econômica dos lugares contemplados com esse tipo de empreendimento. A construção civil ganhará alento com obras que fatalmente surgirão e levas de turistas brasileiros que em número elevado demandam localidades estrangeiras providas de roletas, mesas de cartas, máquinas de caças níqueis e entre, uma rodada e outra, shows de todos os tipos, redirecionarão seus destinos de lazer.

Não seja ignorado o volume considerável de recursos que, desde muito tempo, até aqui, circula na clandestinidade, notadamente por parte das bancas de jogo do bicho. A pujança desse segmento "operacional" é tamanha que já nos habituamos a ver, em campanhas políticas no Estado do Rio de Janeiro, candidatos a postos eletivos se reunirem com os assim chamados "banqueiros" (bicheiros), dando do encontro ampla divulgação. Isso aí....

Eliminador de ar reduz valor da conta d'água

kenio@keniopereiraadvogados.com.br

Kênio de Souza Pereira

Diretor Regional em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário – ABAMI; Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG; Colunista de Direito Imobiliário da Rádio Justiça do STF e de MercadoComum

Câmara Municipal de Belo Horizonte pode criar lei para beneficiar consumidores da COPASA

O custo da água é expressivo, configurando, ao lado dos gastos com a portaria, a despesa que mais pesa no rateio das quotas de condomínio. Esse precioso líquido está cada dia mais caro, sendo que centenas de casas, lojas, empresas e em especial edifícios têm conseguido reduzir expressivamente o valor da conta d'água com a instalação do eliminador de ar.

Estudos do Prof. Milton T. Tsutiya, do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP, comprovam a existência de ar nas tubulações, conforme publicado no livro "Abastecimento de Água". O ar, ao ser empurrado pela água, faz o hidrômetro disparar, aumentando assim o valor da conta d'água, especialmente nos locais mais elevados e onde há constante interrupção de abastecimento. Em Belo Horizonte, a Rádio Itatiaia divulga rotineiramente as regiões onde ocorrerá a interrupção de fornecimento de água para a realização de manutenção pela COPASA, sendo que a água, ao retornar nos canos empurra o ar fazendo o hidrômetro disparar.

As Companhias de Saneamento negam a existência de ar, o que consiste não corresponde à realidade, pois em todas as redes hidráulicas existem ventosas para reduzir um pouco esse ar que é excessivo e que os hidrômetros registram como se fosse água, acarretando contas de valores exorbitantes. A matéria da Tv Alterosa "Moradores reclamam de ar na tubulação e falta de água em Divinópolis", comprova: https://www.youtube.com/watch?v=CiVPYVPauRA

LEIS GARANTEM O DIRETO DO CONSUMIDOR ELIMINAR O AR

As leis estaduais garantem o direito do consumidor instalar o eliminador de ar, mas não obrigam a Cia de Saneamento a realizar automaticamente a instalação, deixando assim brecha para que esta atue de forma a dificultar a eliminação do ar lucrando por sua cobrança.

A solução tem sido a aprovação de leis municipais autorizando os consumidores a instalar, por conta própria, caso a Copasa não instale no prazo de 30 dias a partir da solicitação em qualquer imóvel residencial, comercial ou mesmo um condomínio.

VÁRIAS CIDADES DE MINAS INSTALAM O ELIMINADOR FACILMENTE

Em Minas Gerais, as cidades de Juiz de Fora, Lavras e Divinópolis, estão na vanguarda com leis municipais que estimulam a redução da conta dos consumidores que passaram a ter conhecimento desse aparelho em decorrência da iniciativa dos vereadores que legislam a favor da população. Com a lei, a Cia de Saneamento deixa de praticar procedimentos que dificultam sua instalação. Patos de Minas e outras cidades já estão com projetos de lei em vias de serem aprovados. Espera-se que a Câmara Municipal de Belo Horizonte tome a mesma iniciativa.

ELIMINADOR DE AR FOI APROVADO PELA UFMG E INMETRO – DIFERENTE DE BLOQUEADOR DE AR

Um ponto que merece atenção é que há município que tem feito confusão com o nome do equipamento ao inserir no texto "bloqueador de ar", pois conforme demonstrado na reportagem do Fantástico, da Tv Globo: https://globoplay.globo.com/v/4037190/?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar aquele aparelho não funciona.

Conforme matéria "Testes avaliam aparelho que promete bloquear ar e baixas conta de água", ele bloqueia o ar gerando perda de pressão da água, sendo isso prejudicial, por reduzir a vazão de água. Ele não elimina o excesso de ar, mas sim o transfere para outros consumidores, o que não resolve o problema. Assim, ao reter o ar no cano, a distribuição de água fica prejudicada, ou seja, o bloqueador de ar é bem diferente do eliminador de ar.

Por isso, é importante que os legisladores e os consumidores fiquem atentos, pois somente o eliminador de ar da Aquabrás, que teve sua eficiência aprovada em 2007 pela UFMG, e que novamente foi consagrado 2021 com o laudo da (UFEI) Universidade Federal de Itajubá, possuindo, também, certificação do INMETRO de que não prejudica o funcionamento do hidrômetro. Seu custo é baixo e pode ser encontrado no link https://eliminadordear.com.br/, não podendo a Cia. de Saneamento obstar sua instalação, pois sua eficiência atestada pelo UFEI é de até 80%.

CMBH PODE CRIAR LEI PARA ECONOMIZAR ÁGUA

É importante a Câmara Municipal de BH, bem como o Ministério Público de MG, proteger os consumidores de forma a obrigar as Cias. de Saneamento a divulgarem nos seus portais o direito de reduzir a conta de 20 a 40% com a eliminação do ar, além de autorizarem que o consumidor instale o aparelho por conta própria ao lado do hidrômetro. Há caso de Cia. De Saneamento que divulga cartilha que configura propaganda enganosa, pois alega não existir ar e ignora que os eliminadores foram testados e aprovados por instituições federais.

Pontos importantes sobre a Reforma Tributária

Thaís Moral
Da equipe do Molina Advogados

No dia 7 de julho, o texto da reforma tributária foi aprovado em dois turnos pela Câmara dos Deputados. Após a votação dos destaques, o texto deve seguir para análise no Senado Federal.

Mas, afinal, o que muda com a Reforma Tributária? Separamos para vocês alguns pontos de atenção sobre a Proposta de Emenda à Constituição Federal de 1988 – PEC nº 45-A de 2019. A proposta foi apresentada pelo relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro, e tem como principal objetivo substituir cinco impostos pelo modelo de imposto único com a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) cujo foco está na simplificação do sistema tributário.

1. CRIAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO – IVA

No sistema tributário brasileiro atual há diversos tributos que incidem sobre produtos e serviços, dentre eles, podemos destacar: o IPI, o PIS e a COFINS na esfera federal, o ICMS na esfera estadual e o ISS na esfera municipal.

A proposta prevê a substituição de 5 impostos pelo IVA em duas frentes, sendo:

Contribuição Sobre Bens e Serviços - CBS: que substituiria o IPI, o PIS e a COFINS;

Imposto sobre Bens e Serviços - IBS: que reuniria o ICMS e o ISS.

A aplicação de alíquotas será conforme o Estado e o Município de destino dos bens e serviços, sendo que o IVA não comporá a sua própria base de cálculo.

2. CRIAÇÃO DO IMPOSTO SELETIVO – IS

A proposta também prevê a criação de um imposto seletivo para incidir sobre a produção, comercialização ou importação sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, como cigarros e bebidas alcoólicas.

A sua alíquota poderá ser definida pelo Poder Executivo, o que representa uma exceção ao princípio da legalidade. Além disso, a criação do imposto ou o aumento das suas alíquotas poderá produzir efeitos no mesmo exercício financeiro. Porém, deve respeitar o princípio da anterioridade nonagesimal. Destacamos que a instituição do IS será por lei ordinária.

3. CRIAÇÃO DO CONSELHO FEDERATIVO

A PEC da reforma propõe ainda a criação do Conselho Federativo para administração da arrecadação e regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços. A gestão do referido Conselho será compartilhada por Estados, Distrito Federal e Municípios. O objetivo do Conselho é gerir o IBS, que vai substituir o ICMS e o ISS.

Referido Conselho será composto por 27 membros representando os Estados e DF e de 27 membros representando Municípios e DF. O quórum de aprovação será em relação ao conjunto dos Estados e do DF da maioria absoluta dos representantes dos estados e dos representantes dos Estados e do DF, que correspondam a mais de 60% da população do País e no que tange à relação ao conjunto dos mu-

nicípios e do DF, da maioria absoluta de seus representantes.

4. CESTA BÁSICA

Outro ponto de destaque contempla a criação de uma cesta básica nacional com desoneração total de impostos para produtos selecionados. Porém, os itens ainda não foram definidos, o que deve acontecer posteriormente via lei complementar. No modelo atual de tributação, cada Estado determina a composição da sua cesta básica, optando por isentar ou reduzir a tributação sobre os itens.

5. ISENÇÕES E REGIMES ESPECÍFICOS

Em alguns casos específicos relacionados à saúde, educação e produção rural, o texto da PEC propõe a isenção do IVA sobre: medicamentos específicos, como os utilizados para o tratamento contra o câncer, serviços de educação superior – PROUNI com a isenção do CBS e isenção do CBS e IBS para produtos hortícolas, frutas e ovos para produtores rurais que atuam como pessoas físicas segundo limitações que serão posteriormente estabelecidas por lei.

Para determinados setores da economia foi estabelecido um regime tributário específico em razão de alguns tipos de produtos e serviços terem peculiaridades que fazem com que estes não se adequem ao regime geral de incidência do IVA. A reforma manterá os regimes favorecidos atuais previstos na Constituição Federal e estabelecerá sistemáticas diferenciadas de incidência para os setores que seguem:

Combustíveis e lubrificantes: as alíquotas serão uniformes e cobradas em uma única fase da cadeia de produção e venda, com possibilidade de concessão de créditos para os contribuintes;

Sociedades cooperativas;
Serviços de hotelaria;
Restaurantes;
Aviação regional;
Parque de diversões e temáticos;
Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e loterias: terão alíquotas alteradas nas regras de creditamento e na base de cálculo, além da possibilidade de tributação com base na receita ou no faturamento;

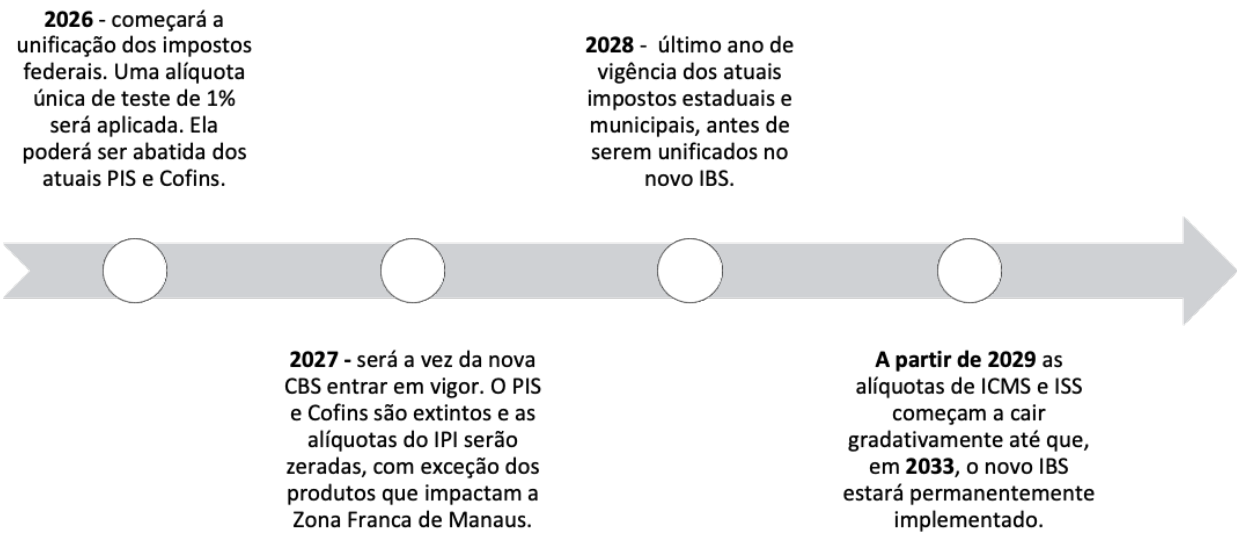
Compras governamentais: não terão incidência de IBS e CBS, desde que haja manutenção dos créditos relativos às operações anteriores da cadeia.

6. CASHBACK

O texto aprovado pelos deputados estabelece o mecanismo de cashback para as famílias de baixa renda, como forma de transferência de renda, sendo que o tema será regulamentado posteriormente por meio de uma lei complementar.

7. TRANSIÇÃO

Se aprovada no Senado Federal, seguirá para promulgação. Após estas etapas, a reforma tributária entrará em vigor gradualmente, vejamos:



Holding Familiar: correlação entre planejamento sucessório e incidência do ITCMD na transferência de cotas

Nataly Cristini Falanga

Especialista Jurídico Jr. da área societária do Vigna Advogados Associados. - Advogada, certificada CPA10, formada em direito pela Universidade São Judas Tadeu (USJT), e pós graduanda em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV LAW)

Por intermédio do ordenamento jurídico, a existência da Holding familiar se dá desde 1973, e sua presença no Brasil se coloca como notória.

Partindo de um cenário ampliado, essas holdings, em específico, encaixam-se em uma espécie de empresa familiar, que, por sua vez, detém o controle, seja ele financeiro ou administrativo, exclusivamente por familiares que compõem a sociedade. Nessa conjuntura há a conexão da família e do negócio, propriamente.

Alguns pontos culturais da respectiva empresa devem ser evidenciados, por serem características interinas dela, como é o caso da hierarquização; rigidez; relação de subordinação; poder dos familiares nas decisões estratégicas; comando único e centralizado; credibilidade oriunda dessa relação familiar e desenvolvimento alinhado.

Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2014, mais de 90% das empresas são familiares, ou seja, há uma associação integral com o mercado, consequentemente fazendo com que mais de 50% do PIB seja proveniente delas.

A Holding familiar é advinda da lei 6.404, que, por sua vez, dispõe sobre as Sociedades anônimas e não possui finalidade comercial, nem produtiva, mas sim, de divisão dos bens em vida, com enfoque na estrutura empresarial. Bens esses que variam de imóveis; empresas, independentemente do segmento e até investimentos.

De forma sucinta, a holding familiar é uma empresa criada com o propósito de administrar e controlar esse patrimônio, pertencente a determinada família/ sociedades, o responsável pelo patrimônio, automaticamente torna-se o administrador dos bens citados, e é quem programará a divisão e gestão do patrimônio futura.

Há dois dados que, obrigatoriamente, devem ser destacados quando tratamos desse grupo.

O primeiro equivale a sucessão pa-

trimonial, isto porque o planejamento sucessório se coloca como uma ferramenta, de extrema importância, de transferência patrimonial para os respectivos herdeiros envolvidos. Seus principais objetivos se expressam em resguardar, em suma, os familiares enredados; evitar disputas e conflitos futuros, afastando propriamente o litígio; e, de forma abrangente, trazer organização e eficiência, de uma forma geral, para o procedimento.

O segundo elemento corresponde a presença recorrente de transferência de cotas, seja em vida ou em caso de falecimento, dado que é exposto desde décadas anteriores por Barry (1978), já que afirmava que o controle acionário da empresa por uma única família, independentemente de seu capital ser aberto ou fechado, é considerado a principal condição para que uma empresa seja definida como familiar.

Consequentemente, mediante tal fato acrescentam-se outros notáveis benefícios, a seguir expostos: a holding, em formato puro, não está sujeita à falência, há a preservação do patrimônio; no planejamento tributário, por se tratar de uma pessoa jurídica, verifica-se diminuição dos impostos e taxas, exemplifica-se por números: o imposto de renda de uma pessoa física pode atingir 27,5%, na holding esse valor tem por média 11,33%.

Mantendo-se no bloco de tributos e cotas, há de se destacar que nas transferências citadas acimas há a incidência do ITCMD, que ocorre no momento em que é feita a doação de cotas da sociedade e o qual deve ser recolhido pelo donatário.

No caso da Holding familiar, leva-se em conta o valor do montante a ser declarado.

Em tratativa do tema, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo,

publicou Resposta à Consulta Tributária 24429/2021, a qual expressava entendimento de que o único valor patrimonial capaz de servir de base de cálculo do ITCMD é aquele que mais se aproxima do valor de mercado das quotas.

Há predominância de entendimento favorável aos contribuintes, a qual a base de cálculo adotada tem por base o valor patrimonial contábil das quotas transmitidas, que segue em descritivo no balanço da empresa.

Assim, há a possibilidade de parcelamento da adoção das cotas sociais, e consequentemente, fracionando a incidência do ITCMD, refugando significativa quantidade de guias de tributação e delimitando mais um proveito do planejamento sucessório/ patrimonial por meio das holdings. Há de se salientar, também, que o ITCMD possui uma variação de 1 a 8%, a depender de cada estado brasileiro, uma alíquota substancialmente baixa, em comparativo com determinados países desenvolvidos, que podem exceder 50%.

Acrescenta-se que se determinada estrutura empresarial foi utilizada para alcançar vantagens, principalmente na questão tributária, como foi detalhada acima, em caso de aprovação, e formalização da reforma tributária, há de levar em consideração algumas questões e atuar assertivamente em pesquisas, a fim de sanar os novos desafios que passarão a existir, tal como segue:

A PEC 45 propõe a progressividade do ITCM em razão do valor da transmissão ou da doação, usando como fundamento uma decisão com repercussão geral firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que infere a constitucionalidade da progressão deste tributo.

E apesar de ainda não haver alíquotas fixas para o imposto, em caso de validação da reforma, e existir necessidade de debate em cada estado do território brasileiro, há estimativa de relevante aumento do imposto.

A percepção de cobrança de tributos; planejamento sucessório; tipos de sociedades e empresas mudam de forma temporal e de acordo com o mercado, em âmbito jurídico, social e financeiro, portanto, conclui-se que para que haja tamanha agilidade e eficiência em cada um dos referidos processos, adaptabilidade, flexibilidade, analises e estudos se colocam como primordiais para manter esse ciclo de prerrogativas úteis e positivas.

Impulsionando o desenvolvimento socioeconômico com a Lei do Bem e a gestão de projetos

Luan Oliveira*
Sócio-diretor da Kanbanize no Brasil

A Lei do Bem, oficialmente denominada Lei nº 11.196/2005, representa um marco no âmbito do incentivo à inovação tecnológica e ao desenvolvimento socioeconômico em nosso País. Por meio dela, as empresas que investem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são beneficiadas com uma série de incentivos fiscais, o que estimula a criação de soluções tecnológicas avançadas, aprimoramento de produtos existentes e o aumento da competitividade no mercado.

Para que as organizações possam se adequar à lei e maximizar seus benefícios, é fundamental adotar uma abordagem abrangente, colaborativa e suportada por ferramentas de gestão eficazes. Nesse sentido, algumas recomendações podem ser seguidas:

Uma estratégia ágil de P&D é primordial para garantir a eficácia dessa legislação, tornando-se necessária a adoção de métodos ágeis de inovação, incorporando a responsabilidade a todos os membros da organização, não apenas a um departamento isolado. Dessa forma, as práticas estarão presentes em todas as cadeias de valor da empresa, potencializando as vantagens da lei.

Outro aspecto importante é verificar a capacidade de obtenção de benefícios do negócio para os aproveitamentos desse recurso. É necessário estar em dia com as obrigações fiscais, enquadrar-se no regime de tributação do Lucro Real - um regime tributário usado para o cálculo e a coleta do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - e realizar atividades de P&D de acordo com as definições estabelecidas. Cumprir esses critérios é fundamental para aproveitar os incentivos fiscais proporcionados.

Uma documentação sólida das atividades também é essencial para comprovar a conformidade com a Lei do Bem. Nesse sentido, o uso de soluções de gestão de projetos pode ser extremamente útil, permitindo um acompanhamento detalhado dos planos, com visibilidade das atividades em tempo real e relatórios automatizados, que contribuem para um relato mais preciso e eficiente das iniciativas de P&D.

Por isso, é crucial buscar orientação jurídica e fiscal devido à complexidade da legislação tributária brasileira. Esse apoio especializado garante a conformidade com todos os requisitos da Lei do Bem, otimizando, assim, os benefícios fiscais.

Ao adotar essas recomendações e impulsionar os investimentos em inovação, as empresas também podem tirar proveitos e obter mais capacidade financeira para direcionar recursos para a P&D, criando soluções tecnológicas avançadas, processos inovadores e produtos de melhor qualidade.

Por fim, os investimentos em gestão de projetos aumentam a competitividade das instituições, permitindo que serviços diferenciados atendam às demandas do mercado. Isso resulta na criação de empregos qualificados e contribui para o fortalecimento da economia brasileira.

Fintechização: a ascensão de varejistas como bancos

Luiz Ohara
Head of Financial Markets na Semantix

Nos últimos anos, temos testemunhado uma tendência crescente no varejo, tanto no Brasil quanto nos demais países: a ascensão dos varejistas como instituições financeiras. Com a modernização da regulação, o avanço das tecnologias e o surgimento de fintechs inovadoras, empresas tradicionais do varejo têm buscado diversificar seus negócios, oferecendo serviços financeiros aos clientes. Neste artigo, vamos explorar o fenômeno da fintechização e analisar como Magazine Luiza, Mercado Livre, Via e Pernambucanas estão se tornando instituições financeiras de referência.

A fintechização refere-se à incorporação de serviços e produtos financeiros por empresas que não são tradicionalmente instituições financeiras. Esse movimento foi impulsionado pela adoção em massa de tecnologias digitais e dados, que possibilitaram a criação de produtos de crédito e de gestão de patrimônio por meio de soluções de pagamento, plataformas de BaaS (Banking-as-a-Service) e arranjos regulatórios inovadores. Os varejistas, ao ingressarem no setor financeiro, têm a oportunidade de diversificar suas receitas, aumentando o engajamento de clientes e fornecedores e criando uma proposta de valor mais abrangente.

MAGAZINE LUIZA: O CASO DA MAGALUPAY

Um exemplo marcante dessa tendência é o Magazine Luiza, uma das maiores varejistas do Brasil. A empresa expandiu suas operações para oferecer serviços financeiros por meio da constituição da Magalu Pagamentos, uma instituição de pagamentos e adquirentes. Com a aquisição da Hub Fintech, solução completa de BaaS (Banking-as-a-Service), o Magazine Luiza pôde criar uma oferta completa para clientes e fornecedores. Para os clientes, uma variedade de produtos financeiros, como cashback, cartões de crédito, pagamento de boletos, soluções de pagamento, como PIX, empréstimos e seguros. Para sua cadeia de fornecedores, soluções de cobrança e antecipação de recebíveis.

A combinação de tecnologia, enquadramento regulatório mais leve e capilaridade da rede Magazine Luiza fez com que uma operação de apenas dois anos de existência chegasse, ao fim de 2022, segundo números da própria companhia, a um volume total de transações processadas de R$ 90 bilhões para 8,9 milhões de contas, além de carteira de crédito para cartão de R$ 20,6 bilhões, para um total de 7,1 milhões de cartões emitidos, tornando a empresa uma referência no setor financeiro.

PEFISA: EXPERTISE DO VAREJO PARA CONSTRUIR UMA SOLUÇÃO B2B

Em 2020, as Lojas Pernambucanas, utilizando o seu conhecimento adquirido em anos de fornecimento de crediário para a sua rede de clientes, anunciaram a criação da Pefisa (Pernambucanas Financiadora). Focada no público PJ, Pefisa é solução completa e white-label para bancarização de empresas não financeiras que tenham interesse em estruturar a sua operação financeira.

O portfólio inclui emissão de cartão private-label (com a marca da empresa), serviços de pagamento, cobrança, crédito, folha de pagamento e desconto de recebíveis. Igualmente escalável, a Pefisa atinge, ao fim de 2022, e de acordo com os números do seu balanço, uma carteira de R$ 3,3 bilhões e tem, como um dos casos de sucesso, a criação do Palmeiras Pay.

MERCADO LIVRE: PIONEIRISMO PARA VIRAR UMA POTÊNCIA FINANCEIRA

Pioneiro na criação de soluções de pagamento embutidas na sua operação de vendas, o Mercado Livre, desde 2003, possui o Mercado Pago. Inicialmente atuando como meio de pagamento para as suas próprias transações, hoje, o Mercado Pago é uma solução completa para indivíduos e empresas — o portfólio de produtos inclui as opções tradicionais, como meio de pagamentos, cartão, empréstimos, cobrança e antecipação de recebíveis, mas também engloba produtos de investimento e criptomoedas.

O gigante eletrônico é também um gigante financeiro — os números impressionam. Em uma operação que inclui vários países da América Latina, o Mercado Pago possui 43,7 milhões de usuários e uma receita que já correspondia a mais de 50% do grupo Mercado Livre ao fim de 2022.

VIA: DEMOCRATIZAÇÃO NO SETOR DE SERVIÇOS FINANCEIROS

A Via, conhecida anteriormente como Via Varejo, é outra empresa brasileira que está aproveitando a fintechização para expandir seus negócios. Originalmente uma varejista de eletrônicos e eletrodomésticos, a Via adquiriu a banQi, uma fintech que oferece serviços bancários digitais para clientes de baixa renda. Através do banQi, a Via oferece contas digitais, cartões pré-pagos e empréstimos para consumidores que, muitas vezes, estão fora do alcance dos serviços financeiros tradicionais. Essa estratégia permite que a Via amplie sua base de clientes e a fortaleça.

O crescimento do fenômeno da fintechização do varejo está, sem dúvidas, diretamente relacionado com os avanços tecnológicos. Porém, de nada adiantariam os dados se não houvesse engajamento dos clientes e da rede de fornecedores desses varejistas. O engajamento só ocorre através de uma boa jornada do produto principal do varejista que, além da venda, consiste em garantir a melhor experiência ao consumidor. Um alto volume de vendas gera o equivalente em capilaridade, que, por sua vez, leva a um grande número de informações a respeito do comportamento do cliente.

A dimensão desses dados proporciona maior capacidade de alimentar os motores de propensão de produtos financeiros e risco de crédito, ação que auxilia na aquisição dos produtos dessa natureza com melhores taxas e, consequentemente, contribui com um engajamento ávido do cliente para manter-se na rede do varejista.

Em resumo, a fintechização do varejo gera um círculo virtuoso, onde a operação de vendas alimenta o produto financeiro que reforça a operação, trazendo, inclusive, maior liquidez monetária e de crédito para a economia, essencial em um cenário de alta na inadimplência e juros. Dados e modelos são as melhores ferramentas para unificar tecnologia, vendas e produtos financeiros.

Gás natural: um importante vetor de reindustrialização do Brasil

Felipe Kury
Ex-diretor da ANP – Agência Nacional de Petróleo e Managing Partner na FK Energy Partners

Muito se tem discutido sobre a reindustrialização do Brasil. Uma pesquisa recente da FGV IBRE – Instituto Brasileiro de Economia, indica uma queda de aproximadamente 1% ao ano na produtividade da indústria de transformação nas últimas três décadas. A participação brasileira na indústria global caiu quase pela metade nos últimos 20 anos. Um exemplo claro evidenciado pelo setor farmacêutico que, na década de 1980, produzia 55% dos insumos que utilizava. Já em 2020, este percentual caiu para 5%.

A reindustrialização do país clama por várias reformas estruturais com o objetivo de restabelecer a competitividade e a produtividade da nação – o que, de fato, requer uma política de estado bem elaborada e uma visão estratégia de longo prazo. Reformas, tais como a tributária, administrativa e política, são essenciais e precisam ser aceleradas. Além disso, o país necessita avanços significativos na educação, qualificação técnica, adoção de novas tecnologias (indústria 4.0), infraestrutura & logística e mais acesso a capital.

Assim como no Brasil, mas também em muitos países em desenvolvimento, a solução não é apenas financeira. Mas, sim, em colocar maior foco no aumento da produtividade e na forma como se organiza e aloca mão de obra e recursos financeiros. Se o Brasil melhorasse a sua produtividade e acertasse a política fiscal (controle e disciplina nas contas públicas), teria muito mais acesso a capital para financiar o seu crescimento, seja com recursos de investidores domésticos e/ou estrangeiros.

Um dos pilares para a melhoria de produtividade e competividade do país, certamente, passa pela questão da segurança e transição energética. Neste ponto, a produção de gás natural tem uma posição estratégica e de destaque, pois, além de contribuir de forma significativa com estes temas, pode aumentar estes atributos em setores da economia, especialmente se ofertado em quantidades adequadas e a preços competitivos. Portanto, existe um senso comum no mercado de que o gás natural pode ter grande relevância como vetor de desenvolvimento econômico e reindustrialização do Brasil.

Mas, como aumentar a oferta de gás natural no curto/médio prazo com preços competitivos? Antes, é importante mencionar que o desenvolvimento de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, é complexo e pode levar décadas, à exemplo do que vem enfrentando a União Europeia para estabelecer um mercado com estas características.

No Brasil, é ainda mais complexo, em função das limitações na oferta doméstica e a posição do agente dominante. A maior parte do gás natural, cerca de 83%, é produzido pela Petrobras, na região do polígono do pré-sal – ou seja, necessita investimentos vultosos em infraestrutura de escoamento da produção por estar longe do continente, em águas profundas e/ou ultra profundas.

Além disso, é importante lembrar que a maior parte do gás natural produzido no pré-sal é associado ao petróleo e tem grande teor de gás carbônico (CO2).Assom portanto, para ser utilizado e/ou reinjetado, necessita ser tratado nas unidades de produção em alto mar e/ou unidades de processamento de gás natural (UPGNs) em terra.

Segundo boletim de produção da ANP (Agência Nacional de Petróleo), de maio de 2023, a produção doméstica cresceu próximo de 9,6% se comparado ao mesmo mês do ano anterior, atingindo o volume de 144,4 Mm3/dia, sendo que a reinjeção também cresceu e no mesmo período atingiu cerca de 74,9 Mm3/dia, resultando em uma oferta líquida nacional de cerca de 51 Mm3/dia. Para fazer frente à demanda nacional, na ordem 70 Mm3/dia, o país importa um volume de 15-18 Mm3/dia de gás da Bolívia (via GASBOL) e o restante através dos terminais de GNL (Gás Natural Liquefeito).

Sendo assim, a oferta de gás natural para o sistema é bastante limitada pela necessidade de reinjeção, pela posição dominante da Petrobras e pela dependência da importação. O resultado é que a demanda industrial se encontra praticamente estagnada há duas décadas, na ordem de 40-43 MMm3/dia – este número inclui o consumo nas refinarias e fábricas de fertilizantes nitrogenados.

Desta forma, para que o gás natural se torne efetivamente um vetor de desenvolvimento econômico e de reindustrialização, é necessário que haja um aumento da oferta de gás a preços competitivos e que se defina melhor a contribuição da Petrobras neste novo mercado. A posição dominante da empresa nos diversos elos da cadeia pode inibir novos investimentos, novos entrantes e desacelerar o processo de transformação do setor.

O que fazer para melhorar a oferta de gás natural no curto/médio prazo? Certamente, o principal foco poderia ser o aumento da oferta de gás natural proveniente do pré-sal. A questão não é simples, pois envolve impacto na produtividade dos campos e captura CO2 através da reinjeção de gás natural, além da necessidade de se concluir e/ou desenvolver rotas de escoamento da produção para o continente.

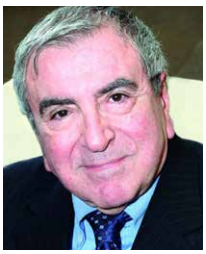
Adicionalmente, existe a necessidade de continuar desenvolvendo políticas públicas e incentivos para aumentar a produção de gás natural convencional e não convencional (shale gas) no onshore e do biogás, pois todas estas fontes podem significar contribuições importantes para o aumento da oferta doméstica, gerando preços mais competitivos.

Outra questão fundamental diz respeito ao posicionamento da Petrobras neste contexto. Em meados de 2019, a empresa firmou com o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), um termo de cessação de conduta (TCC) com o objetivo de possibilitar a criação de um mercado mais aberto, dinâmico e competitivo nos diversos elos da cadeia. Importante destacar que a Petrobras, de fato, ainda exerce o monopólio em diversos segmentos do mercado. Portanto, resta entender qual será o direcionamento do CADE nesta questão, já que, recentemente, a empresa manifestou interesse em rever os termos do TCC firmado.

As iniciativas de longo prazo também são de vital importância para a transformação do mercado de gás natural e a continuidade no fluxo de novos investimentos. Por exemplo, intensificar a exploração e produção de petróleo em novas fronteiras (como a Margem Equatorial), a revisão do marco legal do licenciamento ambiental e novos investimentos em infraestruturas e logística essenciais – tais como incentivos para ampliação da malha dutoviária, novas rotas de escoamento da produção, unidades de tratamento (UPGNs), além de terminais de GNL para facilitar a importação – contribuindo de forma significativamente para o aumento da oferta de gás natural a preços competitivos.

O Governo também estuda a possibilidade implementar a troca de óleo da União por gás natural, através da PPSA-Pré-Sal Petróleo SA, em um programa de gas release, onde a Petrobras renunciaria parte dos volumes comercializados para prover maior liquidez ao mercado. Porém, sabe-se que estas iniciativas são complexas e de difícil operacionalização, de forma que, apesar de serem iniciativas importantes, não devem contribuir para a solução do problema no curto prazo.

O Brasil reúne todas as condições e possui uma enorme diversidade de recursos energéticos que, se bem orquestrados e utilizados, podem oferecer uma grande vantagem competitiva e estratégica em relação a outros países, contribuindo de forma decisiva para acelerar a retomada do crescimento econômico e a reindustrialização do país.



Combate urgente contra a desinformação

vitaroso@vitaroso.com.br

Jayme Vita Roso
Advogado, escritor e ambientalista

A disseminação de informações falsas no contexto político tem sido uma preocupação crescente em todo o mundo. As fake news podem distorcer a percepção pública, influenciar eleições e minar a confiança nas instituições democráticas. Para melhorar moral e eticamente nossa sociedade, é necessário implementar mecanismos que combatam a desinformação nas redes sociais e aplicativos. A desinformação se propaga mais rapidamente do que a verdade nas redes sociais. Para enfrentar esse desafio, é essencial que plataformas digitais adotem medidas de verificação de informações e filtrem conteúdos falsos. Além disso, o poder judiciário tem um papel fundamental na promoção da responsabilização daqueles que deliberadamente disseminam notícias falsas com fins políticos.

Um exemplo triste: há cinco anos, em um evento trágico, notícias falsas e imagens manipuladas foram disseminadas em Myanmar, levando a um surto de violência e resultando em mais de 400 mortes. Esse incidente é um lembrete sombrio dos perigos da desinformação descontrolada. A desinformação pode alimentar conflitos e agravar divisões existentes. Portanto, é crucial implementar mecanismos eficazes de combate à desinformação, em colaboração com o sistema judiciário, para prevenir tragédias semelhantes (assim relata o jornal The Guardian, Fake news images add fuel to fire in Myanmar, after more than 400 deaths, de 5 de setembro de 2017).

Os advogados e os representantes jurídicos em geral deveriam desempenhar papel importante no combate à desinformação (sem se voltar exclusivamente aos interesses materiais e projeção social para vender falsas imagens pessoais). Nesse contexto, é importante mencionar o Marco Civil da Internet, uma legislação aprovada em 2014, que estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no país. O Marco Civil da Internet tem como um de seus objetivos a proteção dos usuários contra a disseminação de informações falsas e prejudiciais, estabelecendo diretrizes para a responsabilização dos provedores de serviços online e promove a transparência e a privacidade dos usuários.

Aqui cabe a indagação: sua atualização é necessária, como temos visto nos debates no cenário atual brasileiro? - Respondo: a atualização do Marco Civil da Internet é uma questão relevante diante do desafio crescente das fake News, caso a Proposta de Lei das Fake News seja bem elaborada – e é aí que reside o problema!

Não é fácil lidar com a crescente e rápida atualização do alcance das fake News a Proposta de Lei (PL 2630) apresenta medidas que visam responsabilizar as plataformas digitais e os usuários por conteúdos falsos que são disseminados. Entre as principais medidas estão a exigência de identificação dos usuários, a criação de mecanismos de verificação de informações e a possibilidade de remoção de conteúdos falsos. Essa atualização é importante para garantir a proteção dos usuários. No entanto, é fundamental garantir que essa regulamentação não viole a liberdade de expressão – por sinal, tema caro à Václav Havel (1936-2011), maior estadista europeu do século passado, além de escritor, intelectual e dramaturgo que medita fartamente sobre esta temática em A angústia da liberdade: escolha dos discursos 1965-1992 (L'angoisse de la liberté: Choix de discours 1965-1992. Paris: L'Aube, 1994) – e a privacidade dos usuários, aspectos essenciais do Marco Civil da Internet.

A questão aqui pode ser sintetizada assim: é plausível que a atualização do Marco Civil seja bem feita, com boas intenções, no Brasil? – Sim, desde que o poder judiciário não atrapalhe, pretendendo ser legislador.

Na esperança de que os que elaboram leis, delegação da Constituição Federal, concebam uma lei que atenda aos verdadeiros interesses da democracia e, falando em Constituição, seria verdade que ela está superada como diz Aldo Rabelo?

Exposição “Fístula” na Casa Fiat de Cultura

Rachel Capucio
Advogada, especialista em Cultura

“Fístula” pode ser uma considerada uma intervenção que abre uma janela para acessar o desconhecido. Esse também é o nome da nova exposição da Piccola Galleria da Casa Fiat de Cultura, que fica em cartaz até o dia 6 de agosto de 2023. A mostra apresenta 19 esculturas em cerâmica de ratos e uma de ovelha, obras de Iago Gouvêa. O artista plástico usa técnicas milenares na produção de peças contemporâneas que chamam a atenção pela visualidade e delicadeza, ao mesmo tempo em que promovem reflexões sobre a relação do ser humano com outros animais. A mostra foi escolhida no 6º Programa de Seleção da Piccola Galleria e tem entrada gratuita.

Em “Fístula”, a trama proveniente desse habitat coabitado pelos humanos e pelos animais une-se a um universo poético e serve de insumo para a produção dos trabalhos de Iago Gouvêa. As obras, apesar de causarem certa estranheza pelas deformações dos pequenos animais, são equilibradas pela aparência delicada da cerâmica. “A minha obra propõe reflexões relacionadas à objetificação dos animais por meio de uma produção artística que sintetiza, através das formas, essas questões”, pontua Iago.

Entre paredes brancas e cinzas e cubos com tampo de aço inox, o artista cria uma atmosfera que remete aos laboratórios científicos, ambiente no qual alguns animais passam todo o seu ciclo de vida. Iago apresenta a série In vitro, que vem sendo desenvolvida desde 2017, com 18 ratos cerâmicos e a obra Objeto 01, uma ovelha com uma cabeça e dois corpos. Cada

um deles é uma representação de experiências laboratoriais, por isso são “manipulados geneticamente” por Iago para serem convertidos em objetos. Alguns ganham a dimensão de bibelô, com partes do corpo em formas de flores, galhos e asas.

A escritora, ensaísta e professora de Literatura, Maria Esther Maciel, que assina o texto curatorial da exposição, ressalta que Iago Gouvêa traz à tona reflexões contundentes sobre os limites entre os humanos e não humanos. Para ela, as obras “oscilam paradoxalmente entre o anômalo e o ornamental, o descartável e o utilizável. Em qualquer dessas condições, sempre coisificados”, observa.

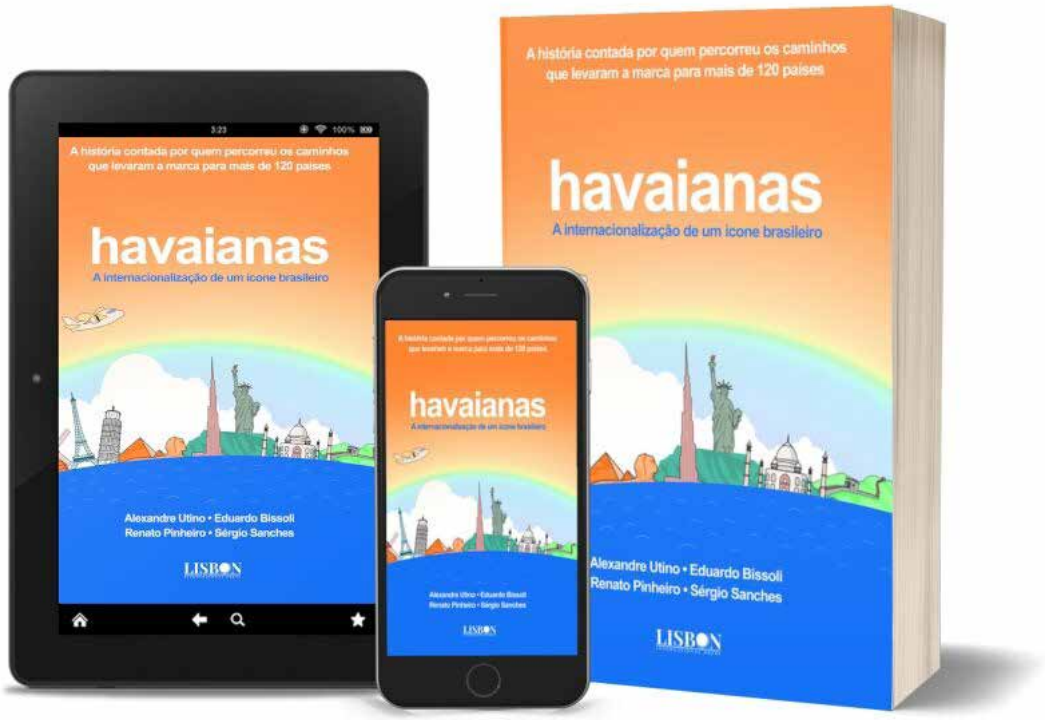
É a partir de pesquisas, e posteriormente do desenho, que o artista começa a criar as obras, mas é na experimentação com a argila que elas se revelam através de uma narrativa ficcional. O processo para criação de cada peça dura cerca de três dias: a argila, depois de modelada, vai para o forno para se tornar cerâmica, passa pela esmaltação, por uma queima em alta temperatura e, por fim, pela pintura da porcelana. “Gosto muito de trabalhar com a cerâmica. Este é um material que dura para sempre sem se transformar, que fica para contar histórias”, reflete. Entre formas, imaginário e uma produção artística com técnicas apuradas, a exposição promove reflexões sobre a interação dos seres humanos com a natureza em suas diversas dimensões.

A mostra “Fístula” é uma realização da Casa Fiat de Cultura e do Ministério do Turismo, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Conta com o patrocínio da Fiat e do Banco Safra, e copatrocínio do Banco Fidis e da Brose do Brasil. O evento tem apoio institucional do Circuito Liberdade, além do apoio do Governo de Minas e do Programa Amigos da Casa.

Informações:
Casa Fiat de Cultura
Praça da Liberdade, 10 – Funcionários – BH/MG
Horário de Funcionamento:
Terça-feira a sexta-feira, das 10h às 21h
Sábado, domingo e feriado, das 10h às 18h

DO BRASIL PARA O MUNDO
História de internacionalização das Havaianas vira livro

Como a sandália criada na década de 1960 passou a ser vendida em mais de 150 países e se tornou ícone no mundo da moda



Quem nunca usou uma sandália das Havaianas na vida? O calçado mais famoso do Brasil e que ganhou visibilidade internacional a partir dos anos 2000 pode, hoje, ser comprado em mais de 150 países. Mas como começou a história da internacionalização da marca? Quem teve a ideia de transformar o "chinelo de dedo" num ícone brasileiro e exportá-lo como um objeto quase que cultural? Em "Havaianas: A internacionalização de um ícone brasileiro" (Lisbon International Press) descortinamos essas e várias outras curiosidades sobre a marca. A obra tem lançamento marcado para o dia 10 de agosto, às 18h00, na Livraria da Vila do Shopping JK Iguatemi em São Paulo.

Entre os anos de 2000 e 2010, as vendas das Havaianas deram um salto estratosférico: passaram de 9 para mais de 80 países e chegaram aos pés de milhões de pessoas em 5 continentes. O produto, inclusive, ganhou status de 'top of mind,' prestígio jamais alcançado por outra marca brasileira de qualquer segmento de mercado.

As Havaianas são um item usado por pessoas comuns e famosas, capaz de gerar interesse para a criação de parcerias com estilistas dos mais renomados. Elas são donas de substancial fatia do mercado e gozam de destaque na imprensa nacional e internacional, fatores que fazem o "Case Havaianas" ser amplamente estudado e debatido por especialistas de mercado. As sandálias são motivo de orgulho dos brasileiros quando vemos alguém de outro país calçando as "nossas sandálias".

"Diferenciar as Havaianas de sandálias baratas produzidas na Asia,

quando ainda não era conhecida no exterior foi um grande desafio. Mantivemos o foco na proposta de valor da marca que representávamos e, aos poucos, conseguimos transpor tais barreiras, firmando a marca de fato numa nova categoria", explica Alexandre Utino, um dos coautores de "Havaianas: A internacionalização de um ícone brasileiro".

Em seu planejamento de expansão, a Alpargatas (empresa criadora e dona das Havaianas) montou um seleto time de profissionais para catapultar a marca do Brasil para o exterior. Alexandre Utino, Eduardo Bissoli, Renato Pinheiro e Sérgio Sanches foram contratados para trabalhar em um projeto de internacionalização da empresa a partir do ano 2000.

"Durante muitos anos, sempre surgiram dúvidas de pessoas próximas, de como as Havaianas conseguiram participar de eventos de repercussão mundial como o Oscar da academia de Holllywood ou dos desfiles de moda mais badalados de Nova Iorque. Nesta obra, explicamos os detalhes de como foi negociar e preparar a participação nestes eventos", revela Eduardo Bissoli, executivo que trabalhou na Alpargatas e também é um dos autores desta obra.

Apesar do grande sucesso obtido pela marca, o livro não pode ser considerado um conto de fadas ou mesmo uma história sem percalços. "Havaianas: A internacionalização de um ícone brasileiro" convida o leitor a entender um pouco mais da história de uma marca que deixou de calçar apenas os pés de brasileiros para explorar o mundo, adaptando-se para atender as necessidades de cada mercado que escolhia desbravar.

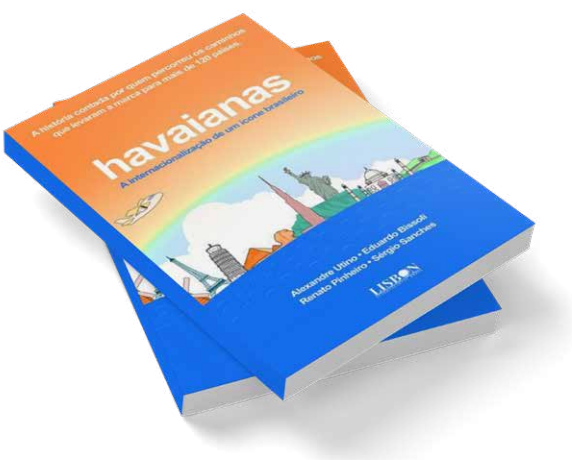
AUTORES:

Alexandre Utino é formado em Administração pela Universidade Paulista e pós-graduado em Economia Política Internacional pela Universidade de Tsukuba – Japão, atua há mais de 24 anos no desenvolvimento de negócios internacionais de empresas como Fuji Film, Marubeni, Alpargatas, SAB Company e JBS Foods (Seara), além de empreender em projetos de consultoria e trading.

Eduardo Bissoli é empresário e executivo com mais de 25 anos de experiência em desenvolvimento de negócios internacionais, graduado em Comércio Exterior e com pós-graduação em Marketing pela Universidade Metodista de São Paulo. Foi responsável pelas áreas de Comércio Exterior em multinacionais como Petroquímica União, Kostal Eletromecânica, Nestlé Brasil, Alpargatas Brasil / Alpargatas USA e Pentland Brands.

Renato Pinheiro é graduado em Administração de Empresas e com MBA em Finanças (BBS - Brazilian Business School) e em Gestão de Negócios (INSPER/SP), além de um Summer MBA em MKT (UR-USA), Renato possui carreira de mais de 20 anos na Área de Desenvolvimento de Negócios Internacionais. Foi executivo de empresas como Alpargatas, DASS e ASICS e atualmente, é consultor em desenvolvimento de negócios internacionais.

Sérgio Sanches é consultor no campo do desenvolvimento de negócios internacionais. Formado em Administração de Empresas pela PUC, com especializações pela FGV, Stanford University e Hong Kong University, Sérgio fez carreira em empresas como Nestlé, Alpargatas e Li & Fung. Integrou o primeiro time que planejou e realizou a internacionalização da marca Havaianas.



Ficha técnica

Livro: Havaianas - A internacionalização de um ícone brasileiro

Lançamento: 10 de agosto, às 18h00, na Livraria da Vila do Shopping JK Iguatemi (Av. Juscelino Kubitschek, 2041 - Itaim Bibi)

Autores: Alexandre Utino, Eduardo Bissoli, Renato Pinheiro e Sérgio Sanches

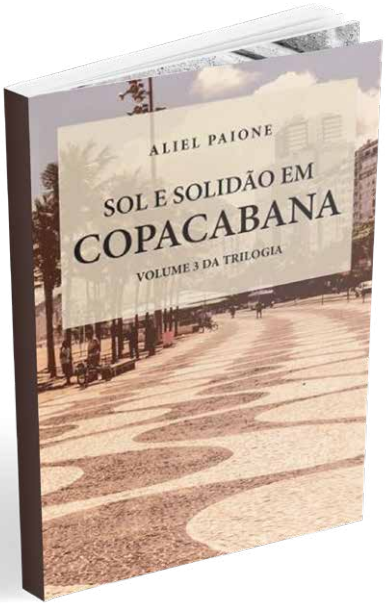
Editora: Lisbon International Press

Páginas: 370

Preço: R$ 57,90

Amor e traição na alta sociedade brasileira do início do século XX

Após se envolver em um triângulo amoroso e fora dos bastidores da política no centro do poder, Verônica depara-se com a solidão no desfecho da saga ficcional de Aliel Paione



Com uma abordagem analítica a momentos marcantes da história do Brasil, o escritor Aliel Paione lança Sol e Solidão em Copacabana, uma saga de amor, ambição e solidão, ambientada em um cenário político turbulento na primeira metade do século XX. Com o terceiro volume, ele conclui a trilogia ficcional que conta a trajetória de Verônica, frequentadora da alta sociedade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1910 a 1940.

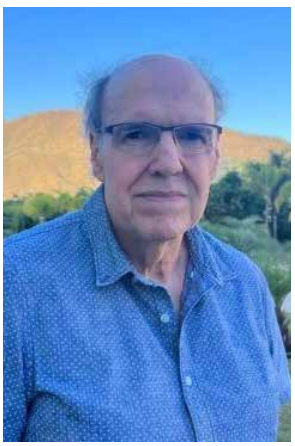
O autor entrelaça a busca da protagonista por amor e realizações a fatos relevantes da política do país. Depois de viver um triângulo amoroso envolvendo a própria filha, Henriette, Verônica precisa lidar com a escolha ambiciosa de João Antunes. Dividido entre o amor de ambas, ele se encanta pela luxuosa vida da sedutora Riete.

Paione insere os protagonistas nos bastidores do poder em um período de intensas transformações que envolveram a tentativa de independência econômica, a industrialização e a modernização do trabalho no Brasil. Com uma narrativa fluida, o escritor apresenta os desdobramentos políticos que levaram ao agravamento da crise após o retorno de Getúlio Vargas ao poder e passeia pelos acontecimentos até o suicídio do presidente.

— Até quando, Riete, este país rico conviverá com a imensa desigualdade social, com o sofrimento dos humildes e com a prepotência dos poderosos? Até quando prevalecerá o espírito do relho nas costas dos negros, metáfora do que está introjetado no inconsciente da sociedade brasileira? Daqueles que se julgam brancos e branquinhos de cabelos bons? Quando essa gente pretenciosa perderá esse ranço e será menos ignorante e mais solidária? — indagava João Antunes.

Sol e Solidão em Copacabana, p. 436

Em Sol e Solidão em Copacabana, o autor traz um desfecho surpreendente para a trama e possibilita uma leitura independente da obra. As conturbadas relações amorosas evidenciam a complexidade do ser humano, em que sonhos, conquistas e fracassos associam metaforicamente a história brasileira à vida dos personagens. E a busca dos leitores por entendê-los representa, também, a vontade de compreender e melhorar a realidade do Brasil.



Aliel Paione é engenheiro e Mestre em Ciências e Técnicas Nucleares pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde lecionou. Trabalhou com salvaguardas nucleares na estatal Nuclebrás, no Rio de Janeiro (RJ), e foi professor de Física na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). É autor de "Sol e Sonhos em Copacabana" e "Sol e Sombras". A pedido do consulado dos Estados Unidos, em São Paulo, as obras da trilogia integram o acervo da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington.

Ficha técnica

Título: Sol e Solidão em Copacabana

Autor: Aliel Paione

Editora: Pandorga

ISBN: 978-65-5579-225-6

Páginas: 632

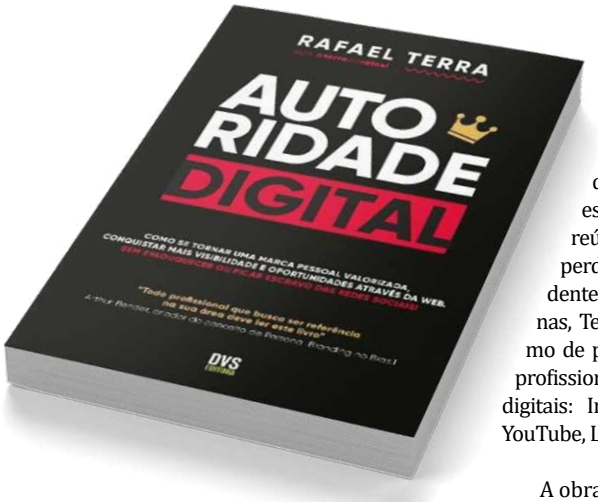
Preço: R$ 34,90

Onde encontrar: Amazon

Os livros "Sol e Sonhos em Copacabana" e "Sol e Sombras" correspondem aos volumes 1 e 2 da Trilogia do Sol, respectivamente. A saga retrata momentos emblemáticos da política brasileira e entrelaça a história do país a personagens que vivem uma intensa jornada em busca do amor.

Primeiro livro sobre Autoridade Digital do Brasil

Especialista em tendências digitais revela como marcas pessoais podem crescer na web sem virar reféns das redes sociais



Como se tornar uma marca pessoal valorizada, conquistar mais visibilidade e oportunidades através da web, sem enlouquecer ou ficar refém das redes sociais? Responder a esta pergunta é a proposta do livro Autoridade Digital, lançamento da DVS Editora. Escrita por Rafael Terra, um dos maiores especialistas em tendências digitais do Brasil, a obra é a primeira publicação sobre o assunto do país. Ao apresentar o passo a passo de como agem as marcas pessoais bem-sucedidas na internet, o autor mostra como construir um posicionamento online vencedor.

Vídeos curtos ou longos, dancinhas, fotos, trends e outras ferramentas fazem das redes sociais o grande palco do marketing e, também, daquele conteúdo que não agrega e é facilmente esquecido. Neste sentido, o livro reúne estratégias para quem está perdido nas plataformas e dependente dos algoritmos. Em 272 páginas, Terra mostra como tirar o máximo de proveito para o crescimento de profissionais nas principais plataformas digitais: Instagram, Tik Tok, Facebook, YouTube, LinkedIn, Google, entre outras.

A obra oferece não só os fundamentos dessa construção, mas também os detalhes técnicos e dá o acesso a capítulos que mostram como ter uma marca autêntica no digital, os conteúdos indicados parar aumentar reputação e audiência, além de apresentar novas possibilidades para geração de receita a partir da construção de autoridade.

"É comum encontrar gente que faz de tudo e até viraliza com algum post, mas não possui autoridade em nenhum assunto. Autoridade Digital é o que faz as pessoas prestarem atenção na sua mensagem e recomendá-las aos outros. É estar no patamar da não barganha. E é este caminho que ensino no livro", conta Rafael Terra.

O jogo nunca está ganho no mercado nem nas redes sociais. Isso pode causar ansiedade, mas também pode servir para que você encontre o equilíbrio necessário para saber que não existe isso de "chegar ao topo" e parar porque acha que será uma marca eternamente relevante. O digital muda muito rápido, e isso impacta todos os mercados.
Autoridade Digital, p. 241

Autor do livro Instagram Marketing, que apresenta os quatro pilares para traçar uma estratégia de sucesso na plataforma, e com a experiência, a didática e a linguagem acessível de quem está acostumado a falar para imensas plateias, Rafael Terra está à frente de mais uma obra destinada a auxiliar negócios a prosperar, gerar valor e melhorar a vida das pessoas.

Autoridade no assunto, ele atua como professor de MBA de marketing digital e redes sociais nas principais instituições de ensino do Brasil, incluindo USP, ESPM e FIA. Além de ter ajudado mais de 600 grandes empresas a melhorarem sua performance no digital, como Mercado Livre, Bradesco, Braskem, Unimed, Redbull, Intelbras, STIHL, Sicredi, Santander Cultural, entre outras.

Rafael Terra é um dos maiores conhecedores de tendências no universo dos negócios nas redes sociais no Brasil. Com 20 anos no mercado digital, já realizou consultorias e gestão de projetos digitais para mais de 600 grandes marcas nacionais, incluindo Mercado Livre, Bradesco, Braskem, Unimed, Redbull, Intelbras, STIHL, Sicredi, Santander Cultural, entre outras. É autor do livro Instagram Marketing e presença frequente como palestrante nos principais eventos de marketing e inovação do país. Acumula participações no palco do RD Summit, o maior evento de marketing e vendas da América Latina. Atua como professor de MBA de marketing digital e redes sociais nas principais instituições de ensino do Brasil, incluindo USP, ESPM e PUC. Entre cursos online e presenciais, já teve mais de 50 mil alunos satisfeitos.

Ficha técnica

Título: Autoridade Digital
Autor: Rafael Terra
Editora: DVS Editora
ISBN: 978-6556950792
Páginas: 272
Preço: R$ 79,00
Onde encontrar: Amazon

Fundada em 2001, a DVS Editora se consolidou como referência no mercado editorial ligado à carreira, inovação e negócios, oferecendo conteúdo diferenciado sobre orientação pessoal e profissional. Ao longo dos anos, lançou dois novos selos: Abajour Books, literatura para o público adulto; e Catatau Livros Infantis, voltada ao público mirim. A editora segue com o objetivo de publicar e promover conteúdo criativo e inovador em busca do crescimento pessoal e profissional.

2GO Bank lança o Banco Torcedor, ecossistema de soluções financeiras digitais para os clubes de futebol do Brasil

Proposta da fintech é revolucionar o setor a partir da geração de novas fontes de receita para os clubes e de mais opções de entretenimento e consumo para o torcedor

A 2GO Bank, fintech especializada em liquidação de ativos digitais, lança uma solução 360o. que vai revolucionar o conceito de investimento em marketing dos clubes: o Banco Torcedor, um ecossistema completo de soluções financeiras digitais para clubes e torcedores de todo o País.

O Banco Torcedor foi pensado para resolver uma dor comum dos clubes: a diversificação das fontes de receita combinada com uma maior oferta de entretenimento para o torcedor. A partir daí, a 2GO Bank entendeu que ainda não havia no mercado uma solução que beneficiasse tanto o clube quanto o torcedor, tendo um banco como viabilizador de oportunidades.

Na linha do Bank as a Service (BaaS), o Banco Torcedor pode ser contratado pelos clubes com foco na oferta de serviços para beneficiar o torcedor. São quatro grandes frentes: Produtos Bancários, Integrações, Benefícios e Projetos Especiais.

No caso dos produtos bancários, o torcedor que aderir ao Banco do seu time terá disponível produtos e serviços como conta digital, PIX, TED, pagamento de contas, app e internet banking e cartão com a bandeira Mastercard. Além disso, há a possibilidade de oferecer linhas de crédito, seguros e assistências.

Na parte de integrações, os pilares estão no acesso e trâmites de bilheteria (estádio), conexão direta com site de apostas, fan tokens, NFTs, entre outros. Nos benefícios, o torcedor pode ter acesso a clube de vantagens, plano de saúde e odontológico, academia e educação, entre outras possibilidades. Por fim, a frente de projetos especiais envolve uma equipe dedicada para desenvolver ações exclusivas. “São oportunidades de trabalhar ativações segmentadas, em um ecossistema que respeita, retém e valoriza os patrocinadores”, explica o CEO da 2GO, Cyllas Elia.

Segundo o executivo, as fontes e modelos de remuneração são moduláveis e podem ser personalizados conforme a demanda de cada clube. Seja no próprio Banco Torcedor, com os produtos e serviços bancários; nos Fan Tokens, com a compra e venda de criptoativos no próprio app do banco do clube; em sites de aposta, com geração de tráfego qualificado; na própria loja de produtos; e no clube social, com foco nos torcedores que já são sócios.

Para os clubes, há um outro ponto importante, que é a exposição das marcas dos patrocinadores. O executivo lembra que, no modelo de patrocínio tradicional, o clube recebe o mínimo e fornece o máximo de exposição da marca. "No Banco Torcedor, o time aumenta seu lucro quanto mais a marca do banco é exposta", diz. Cyllas explica que, quanto mais contas digitais abertas e mais volume movimentado, maior vai ser a lucratividade para o clube. “Isso sem contar oportunidades com os fan tokens, NFTs e ativos digitais, que também geram receita e dão ao torcedor direito a benefícios, como participar da escolha de produtos do time, concorrer a prêmios, entre outros exemplos", destaca.

Com foco em facilitar e desburocratizar operações multimoedas, a 2GO Bank vê amplo potencial de negócios com o novo produto. “No Banco Torcedor, o grau de relacionamento do clube com seu torcedor é que vai impulsionar a lucratividade, a partir do engajamento com produtos e serviços ofertados em diversas frentes”, completa o CEO.

A 2GO Bank é uma fintech especializada em liquidação de ativos digitais, atuando nos mercados digital e tradicional, que desenvolve ferramentas e APIs BaaS de integração, com alta tecnologia, capazes de proporcionar mais escalabilidade e agilidade a seus usuários. A fintech tem como maior fortaleza a velocidade e segurança de suas operações e adota políticas de Compliance com inteligência de mercado para ofertar segurança jurídica aos seus clientes. Possui um portfólio completo de soluções financeiras e de pagamento, além de toda a infraestrutura e conhecimento no universo cripto e Web3. Tem como missão popularizar e escalar as operações financeiras, pavimentando o caminho do futuro com criptoativos e uso da blockchain. Sua visão é atingir o status de maior banco digital liquidante de criptoativos do Brasil.

PORTOGALLO
FAMILY OFFICE
Não administramos fortunas.
Administramos futuros.

Nossa vida é feita de escolhas e propósitos.

Para nós, da **Portogallo Family Office**, vai muito além de gerir o patrimônio dos nossos clientes.
A sua tranquilidade e o seu bem-estar são dois fatores de extrema importância para nós. Por isso, trabalhamos diariamente com um objetivo maior: **cuidar de você.**

Legado é fruto de realizações construídas ao longo da vida.
Aproveite o hoje, **que nós cuidamos do seu amanhã.**

Não administramos fortunas. Administramos futuros.

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6870
www.portogallofamilyoffice.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

CVM
Comissão de Valores Mobiliários